

Manuel Ferraz de Campos Sales, eleito Presidente da República em 1898 para o período 1898–1902, viajou à Europa, antes da posse, onde negociou na Inglaterra um *funding loan* – empréstimo para pagar os juros das dívidas de um empréstimo anterior.

.....

O PRESIDENTE CAMPOS
SALES NA EUROPA



Mesa Diretora
Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 40

O PRESIDENTE CAMPOS SALES NA EUROPA

Tobias Monteiro



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 40

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2005

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEEDIT@senado.gov.br

Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm

.....

Monteiro, Tobias.

O Presidente Campos Sales na Europa / Tobias
Monteiro. -- Brasília : Senado Federal, Conselho
Editorial, 2005.

216 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 40)

1. Brasil, história (1898-1902). 2. Relações
exteriores, Brasil, Europa. 3. Sales, Campos, 1841-
1913. I. Título. II. Série.

CDD 981.053

.....

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

pág. 13

INTRODUÇÃO

Estado do Tesouro em 1898 – As origens da situação existente – Causas da demissão do Governo Provisório – O Ministério Lucena – A escolha do Presidente da República pela Constituinte – O erro da candidatura Prudente de Moraes – A luta entre o Governo e o Congresso – Tentativas de acordo – Apelo a Floriano para presidir o Senado – O veto ao projeto de lei a respeito da responsabilidade presidencial – A dissolução do Congresso – Floriano um enigma – O contragolpe de 23 de novembro – Renúncia de Deodoro – Floriano com aparência de estranho a tudo – Deposição dos governadores – Dúvidas acerca de nova eleição presidencial – A carta dos treze gerais e a respectiva reforma – O 10 de abril – “A Legalidade” – A reposição de Castilhos no governo do Rio Grande – A revolução federalista – Divergência entre Floriano e Custódio de Melo – A demissão deste – Floriano negocia a pacificação do Rio Grande – A revolta de 6 de setembro – A personalidade de Floriano – O apoio do Congresso ao Governo – Neutralidade de Saldanha da Gama – O triunfo de Floriano – Eleição de seu sucessor – Floriano virtualmente ditador – O aviltamento da farda – Incoerência de governistas e oposicionistas – Tentativas para proclamar Floriano ditador – O Partido Republicano Federal – Os primeiros atos do novo Presidente hostilizados pela Câmara dos Deputados – Encargos legados ao novo Governo – A anistia como preliminar da pacificação do Rio Grande – A missão do General Galvão – Acordo com os revolucionários – Erros daquele general – Dificuldades para concessão da anistia, por fim decretada – Reclamações estrangeiras – Prudente de Moraes deixa o governo por estar enfermo – Primeira expedição contra Canudos – Derrota e morte de Moreira César – Manifestações de fanatismo político – Assassinato de Gentil de Castro – Insurreição da Escola Militar – A cisão do PRF – Demissão e reeleição do presidente da Câmara – “O elemento estranho” – Furor oposicionista – Atentado contra o Presidente da República – Assassinato do Ministro da Guerra – Recapitulação das desgraças passadas – A viagem de Campos Sales à Europa – Situação do Tesouro – Conciliação política – Procônsoles e oligarcas – Ou César ou

João Fernandes – Papel dos Estados e do Senado – As qualidades de Campos Sales – Resultados do seu governo – Sua tolerância – Ruína dos seus interesses pessoais – Trabalho de Sísifo

pág. 15

I

OBSERVAÇÕES E CONVERSAS A BORDO

Como parti para a Europa – Primeiros dias a bordo – Alemães, ingleses e franceses – Mar e céu – Um concerto a bordo – Outras diversões – O reino das crianças – O domínio do apetite – O inglês à mesa – Praxes da Casa Branca – Normas do futuro governo – Critério para escolha dos ministros – Tolerância política – Juízo acerca do Sr. Joaquim Nabuco – Objetivo da viagem – Las Palmas

pág. 75

II

DE LISBOA A PARIS

A entrada de Lisboa – Cumprimentos a bordo – Finezas do Governo Português – Passeio na cidade – No porto de Vigo – Cerração na Mancha – Cherburgo – O campo normando – Paris – No coração da cidade – O Bosque de Boulogne

pág. 85

III

VISITAS PROVEITOSAS

Primeiras impressões de Paris – Vantagens das visitas oficiais – O Sr. Hannotaux – O Sr. Felix Faure – O “Crédit Lyonnais” – Seus imensos depósitos – Como se conhecem os negócios brasileiros – O Sr. Yves Guyot – Encontro com o Sr. Zola – Promessa de uma entrevista – Conversa a respeito das finanças do Brasil – A questão do café – Apoio do Sr. Yves Guyot – Nosso dever de lutar – Vantagens da futura Exposição Universal

pág. 91

IV

PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE LONDRES

De Calais a Dover – De Dover a Londres – Chegada à estação de “Charing Cross” – No Hotel Metrópole – Os “policemen” – A formosura das inglesas – As estações e os divertimentos – O Ministro do Brasil – Os Rothschilds e o seu escritório – Uma recepção na casa do Lorde Rothschild

pág. 103

V

SEGUNDA SEMANA EM LONDRES

O domingo em Londres – O passeio nos parques – O Jardim Zoológico – O Príncipe de Gales – Banquete dado pelo Lorde Salisbury para comemorar o aniversário da Rainha – Adelina Patti – Jantar e concerto na casa do Sr. Alfredo Rothschild – O pintor De Martino – Nota

pág. 113

VI

EXCURSÃO À ESCÓCIA

Em Edimburgo – “Princess Street” – Monumento a Walter-Scott – O Castelo de Edimburgo – A biblioteca – Os companheiros transviados – Uns para o norte, outros para o sul – No Lago Lomond – De diligência até o Lago Katrine – Volta a Glasgow – Visita a um estaleiro – O Sr. Lidgerwood e as suas oficinas – No fundo de uma mina de carvão – Volta para Londres

pág. 121

VII

DE “BUCKINGHAM PALACE” À “CITY”

Últimos dias em Londres – Um baile na Corte – A Princesa de Gales – Os trajes de etiqueta – Visita ao *Daily Telegraph* – Manifestação de banqueiros e negociantes – Um banquete no

“Savoy Hotel” – Como se falava do Brasil – O contrato de *fundings-loan* – Levantamento da confiança – As nossas vaidades – O que devemos fazer – Nota

pág. 131

VIII

ENTREVISTA COM O SR. ZOLA

A casa do romancista – Como ele me recebeu – Palavras acerca de Londres – Campanha contra o grego e o latim – Opinião do Sr. Zola – Vantagens dos anúncios – Como o Sr. Zola interveio na questão Dreyfus – O papel de Du Paty de Clam – A torrente dos erros – O documento secreto – Desvio da opinião – O aplauso do mundo – Plano de novo romance – A questão da fecundidade – O assunto dos romances – Nota

pág. 141

IX

A CASA KRUPP

Na fronteira alemã – Colônia e a sua água – A Vila Hügel – O Sr. Krupp – Decadência da aristocracia – Vitória da capacidade – Visita às oficinas – Fusão do aço – Fundição de um canhão – Couraças e Projéteis – Fábricas de trilhos – População da fábrica – Outros algarismos – A administração da casa – A paz e a guerra – Confiança no futuro – Nota

pág. 149

X

IMPRESSÕES DA ALEMANHA

Como o Sr. Campos Sales viaja – Relações comerciais com Hamburgo – O Senado e a Câmara da cidade – Progressos dos socialistas – O individualismo – Importância do porto – Um estaleiro – A Ponta do Diabo – A cidade dos jardins – A estação do caminho de ferro – Progresso de Berlim – Charlottemburgo – A Rainha Luísa – O monumento de Guilherme I – Come-

moração de guerras – Tendências militares das crianças – A ópera *Hänsel und Gretel* – Os teatros nas grandes capitais – A Câmara dos Comuns e o Reichstag – Guilherme II – Nota

pág. 161

XI

IMPRESSÕES DA ÁUSTRIA-HUNGRIA

Viena: a velha rainha do Danúbio – Seu aspecto monumental – Elegância e bom-gosto – O ódio anti-semita – O burgomestre Dr. Lueger – Incoerência da Europa – As razões dos judeus – Hábitos do Imperador – Budapeste – Seus progressos – A Ilha Margarida – Autonomia húngara

pág. 175

XII

EM TURIM E ROMA

Caráter político da viagem – Os italianos no Brasil – Seu papel em São Paulo – Vantagens da Itália – Turim – Jantar no Palácio Real – Entrevista com o Rei Humberto – Depois do jantar – O Rei Humberto – Suas atenções ao Sr. Campos Sales – Chegada a Roma – O Ministro Régis – Um almoço na Legação – Os brindes de mesa – Impressões de Roma – O Fórum e o Coliseu – Do alto do Monte Janículo – Recepção no Vaticano – A audiência do Papa – Aspecto de Leão XIII – Caráter do seu Pontificado

pág. 183

XIII

EM PORTUGAL

Na fronteira – As boas-vindas – Recepção em Santarém – Chegada a Lisboa – Préstito nas ruas – Caráter das manifestações – Torneio de palavra – Jantar no Paço das Necessidades – Como os dois povos se parecem – Cintra – No Castelo da

Pena – A Rainha Amélia – O Presidente e o Príncipe Real –
Visita à Rainha-Mãe – A despedida

pág. 195

APÊNDICE

Banquetes e discursos

Discurso do Sr. Campos Sales no Grande Hotel, do Rio de Janeiro – Discurso dos Srs. Campos Sales e C. Johnston no Hotel Savoy, em Londres – Discursos do Ministro do Comércio do gabinete francês, dos Srs. Campos Sales e Expert-Besançon no banquete do Hotel Continental, em Paris – Discurso do Sr. Campos Sales no almoço que lhe ofereceu no Rio, a 28 de agosto, o Partido Republicano do Distrito Federal – Discurso do Sr. Campos Sales no banquete que lhe ofereceu o Partido Republicano no Cassino da mesma cidade

pág. 201

.....

Apresentação

REÚNEM-SE neste livro as cartas publicadas no *Jornal do Comércio* entre maio e agosto de 1898, período de tempo em que o autor acompanhava o Presidente eleito do Brasil em sua viagem à Europa. A elas junta-se outra, escrita em abril de 1900, quando todas apareceram em volume, de edição e venda restritas, no qual, como aqui, também se inseriram em apêndice alguns discursos pronunciados pelo Sr. Campos Sales e outras pessoas.

Quiçá seja útil reimprimi-las, ao menos para constituírem documento a respeito do intuito dessa viagem e de originalidades daquela época, hoje já tão alteradas ou desfeitas.

O autor corrigiu faltas, explicáveis pela pressa com que então escrevia e ainda mais pela sua maior deficiência de boas letras, tantos anos atrás. Quis, porém, conservar a ingenuidade de certas observações, principalmente a preocupação de comparar coisas de além-mar a coisas do Brasil, tudo tão natural em pessoa que à primeira vez viajava em países longes e diversos do seu. Talvez possam parecer interessantes a quem se encontre nas mesmas condições, sobretudo sendo entre nós tão minguados os livros desta natureza.

Passados trinta anos, é de bom proveito lançar um olhar retrospectivo sobre os acontecimentos que precederam essa viagem e tanta lição encerram. Por tal motivo, este livro principia com algumas páginas novas.

.....

Introdução



QUANDO Campos Sales foi eleito Presidente da República, em março de 1898, o Tesouro estava exausto. Com a mudança do regime político, o país atravessara nove anos de profunda transformação. Após as grandes crises nacionais da guerra do Paraguai e do movimento abolicionista, as finanças públicas haviam convalescido e alcançado em 1889 prosperidade desconhecida desde 1875, quando a crise bancária fizera o câmbio baixar da paridade vigente, já atingida e ultrapassada em 1872, a taxas menos elevadas, que entretanto só em 1886 chegaram ao limite extremo de 17¹/₂, durante os piores dias da reação contra o Projeto Dantas de libertação dos escravos sexagenários.

Extinta tranqüilamente a escravidão, a 13 de maio de 1888, no ano seguinte, ainda sob o ministério que realizara tão radical reforma, o papel-moeda foi cotado acima do par, a 28 dinheiros, e a libra esterlina passava a valer menos de nove mil réis. Tal progresso, que constantemente se vinha firmando desde a administração financeira de Francisco Belisário, iniciada em agosto de 1886, permitiu ao Ministério Ouro Preto contratar com o Banco Nacional, dirigido pelo Conde de Figueiredo, o resgate do papel-moeda existente, na importância de 192.000 contos,

concedendo-lhe para este fim a faculdade de emitir notas conversíveis à vista em moedas de ouro.

Apenas cinco meses e uma semana durou o governo iniciador de tão importante medida. Sessenta e três dias depois da sua queda, o Governo Provisório, que o sucedeu, alterava radicalmente o regime bancário apenas iniciado e fundava um banco de emissão com lastro constituído sobre títulos da dívida pública interna. A grave crise produzida por esse decreto entre os ministros, dos quais um se demitiu, o Sr. Demétrio Ribeiro, resolveu-se com a criação de mais três bancos congêneres, em Pernambuco, Bahia e São Paulo, aos quais se permitiu emitir também sobre bases de ouro, além da base de apólices.

Em 1893 as emissões acrescidas à do Tesouro excediam a 600.000 contos; e a maior parte delas, feita pelos bancos, era encampada pelo Estado, que se apoderava da parte metálica dos lastros. Nesse mesmo ano e nos seguintes até 1898 a cifra total das emissões subiu a 814.301:311\$000. A elas tinha-se incorporado o valor de cem mil contos de bônus emitidos para auxiliar a indústria nacional. O câmbio médio do ano, que foi de $27\frac{3}{16}$ em 1889 e de $11\frac{9}{16}$ em 1893, baixara a $7\frac{3}{16}$. O preço da libra esterlina subira respectivamente de 8\$887 a 20\$756 e a 33\$391. Nesse ano de 1898 a extrema baixa mergulhara na casa de 5, a libra chegou a custar 42\$000 e o franco, 1\$400.

Tudo isso era consequência não só do aviltamento do papel-moeda inconversível, mas também da agitação política em que o país vivia há tantos anos, impossibilitando a confiança no restabelecimento da ordem e no funcionamento tranqüilo dos poderes do Estado. O papel decisivo das classes armadas na proclamação da República envolvera-as profundamente nos negócios políticos. Grande número de militares, com assento no Congresso, no governo e nas assembléias dos Estados e até em cargos outrora reservados aos civis, contaminavam-se sob a influência do espírito de partido, tão nefasto à força pública. Eram eles principalmente os elementos de ligação com os oficiais arregimentados e com muitos outros, embora não incorporados à tropa, mas, em virtude de suas comissões, em contato constante com os seus dirigentes. Tendo perdido o hábito da disciplina e adquirido, pela prática da discussão e da liberdade de divergir dos

seus superiores, a incapacidade de subordinação militar, eles passaram a constituir o duplo perigo de ineptos para uma e outra vida, a profissional e a civil. A esta queriam aplicar a força como solução dos conflitos de idéias, com menosprezo dos mais hábeis para amortecer os efeitos dos maus governos, que ao seu ver deveriam sempre ser demolidos, sem levar-se em conta os males acarretados pela operação eliminatória.

Certos erros cometidos na vigência do Governo Provisório prepararam o terreno para tornar duradoura a intervenção militar no domínio da política. Já em junho de 1890 os ministros concebiam a idéia de demitir-se coletivamente e deixar o Marechal Deodoro entregue às suas próprias inspirações ou à de homens sem capacidade de bem aconselhá-lo em situação tão melindrosa. Foi quando resolveram acompanhar Cesário Alvim, que recusava aquiescer ao desejo do chefe, disposto a dar garantia de juro ao capital de 200.000 contos para obras de saneamento do Rio de Janeiro. Foi Rui Barbosa quem achou o meio de vencer o marechal, decidindo-o a esperar a demonstração do Estado do Tesouro, incapaz de suportar aquele ônus, razão diante da qual o honrado soldado se inclinou. Durante os quinze dias de espera, os ministros prepararam às pressas o projeto de Constituição, calcado sobre o da comissão de republicanos históricos, presidida por Saldanha Marinho, e publicaram-no sob a forma de decreto, para servir de base às discussões da constituinte. Quatro meses depois o projeto foi modificado em alguns pontos, para atender-se a argumentos valiosos expendidos no debate que se feriu na imprensa a respeito desse assunto.

A idéia, porém, de resistir a qualquer pretensão semelhante amadureceu. Opondo-se Glicério à concessão, também com garantias de juro, requerida para obras do porto das Torres, no Rio Grande do Sul, e considerada pelo chefe do Governo necessidade militar imprescindível e inadiável, todos os ministros foram solidários com o seu colega e daí resultou pedirem a demissão coletiva, concedida a 21 de janeiro de 1891.

Inúmeras e valiosíssimas foram as concessões feitas por aquele ministro e em todas consentiu o marechal, cujo apoio decisivo também dera ganho de causa em janeiro de 1900 aos decretos de emissão, publi-

cados no dia 17 e combatidos pelos outros membros do Governo Provisório, a cuja revelia foram preparados.

Todos os ministros já lobrigavam por trás do chefe a sombra do Barão de Lucena, reputado como seu mentor e cuja influência não consideravam propícia ao bom termo das dificuldades ainda por vencer. Não lhes devia, pois, faltar a presunção ou a certeza de estar-lhe destinado o papel de organizador do futuro Governo. Também lhes sobrava ciência do caráter de Deodoro, a quem as paixões dominavam: impulsivo e generoso; abnegado, mas escravo das afeições; capaz de tudo recusar para si, mas de tudo conceder à amizade. Abandonado dos homens que o seduziram para a revolução, encerrar-se-ia no círculo da família e dos amigos particulares. Já se lhe conheciam os pendores domésticos; dos três irmãos fizera senadores e governadores de Estado e enchera de sobrinhos o gabinete e a casa militar. Habitado a mandar soldados e a só ceder ao coração, não conhecia a necessidade de colaboradores estranhos. Dos seus contatos com a política só colhera dissabores; de grato restava-lhe apenas a amizade de Lucena. Rompera com Cotegipe, que o imaginava capaz de ser o novo Caxias dos conservadores; rompera com Benjamin Constant, cujas opiniões, no começo do Governo Provisório, quando se tratou de adotar a bandeira da República, declarava indiscutíveis.

Tudo isso sabiam os ministros e tudo os aconselhava a transigir, já que haviam falhado todas as formas de conciliação; conforme veio a realizar-se, a empresa projetada destinava-se a desaparecer por falta de capitais, como tantas outras miragens do “Encilhamento”. O essencial era findarem a tarefa ainda em meio, não só assistirem a promulgar-se a Constituição, mas também promoverem a conveniente escolha do Presidente e Vice-Presidente da República. Demitindo-se então, por preferirem os seus lugares de senadores e deputados, eles poderiam, em boas relações com o marechal, influir de algum modo na nomeação dos novos ministros, embora entre eles figurassem alguns indicados por Lucena. Em concorrência com elementos ligados aos membros do Governo Provisório, a ação destes seria contrabalançada e não decisiva e sem contraste, como num ministério por ele exclusivamente formado, no qual fosse uma espécie de presidente do conselho.

Estranho aos homens que haviam feito a propaganda republicana e desde 15 de novembro predominavam no cenário político, Lucena distribuiu as pastas civis a amigos pessoais, dois velhos desembargadores e um jurista eminente, todos seus correligionários do partido conservador do Império, e reservou a das Relações Exteriores, sem influência nos negócios internos, a um republicano histórico, apenas conhecido no extremo norte sem ligação com o grupo influente do sul e, sob todos os aspectos, de muito menor vulto que qualquer dos ministros demissionários, personalidades da maior representação na sua grei. Entretanto, tudo aconselhava contrabalançar a falta destes, ao menos com o concurso de um republicano rio-grandense, cujo partido na maior parte se conservava fiel ao marechal.

Cerca de um mês depois, estava votada a Constituição e chegava o momento de escolher o Presidente da República. Os exaltados do Congresso a princípio cogitavam apresentar Floriano Peixoto; mas a representação paulista, com intuito de invalidar essa iniciativa, e na ausência de Prudente de Moraes, então em Piracicaba, declarou pela imprensa que votaria em Deodoro. Passados dias, os exaltados, dirigidos por Demétrio Ribeiro, Custódio de Melo e José Simeão, mudaram de alvitre e levantaram a candidatura de Prudente de Moraes, a figura política de maior relevo naquele instante. Os seus serviços na presidência da Constituinte deram-lhe imensa autoridade. Procedera como um magistrado, que o era na realidade por vocação e caráter. Um dia, com espanto da assembléia, chamou à ordem o irmão mais velho. Ninguém ousava desatendê-lo. Seu espírito de ordem, seu método de trabalho triunfaram das protelações comuns nas assembléias congêneres. A lembrança da Constituinte de 1823, aberta a 3 de maio, onde o projeto de Constituição só foi apresentado a 1º de setembro, e até 7 de novembro, último dia de discussão, dos seus duzentos e setenta e dois artigos só vinte e quatro estavam votados, serve para avaliar a importância da obra consumada durante três meses e nove dias, em grande parte devida ao homem que presidira tão árdua tarefa.

Não se podia conceber maior imprudência, pode-se até dizer insensatez, do que aquela inopinada oposição à candidatura do marechal. Muitos daqueles homens tinham concorrido para envolver as classes armadas nas contendas políticas e fazê-las elemento decisivo para a pro-

clamação da República. Desde a primeira questão militar, o nome de Deodoro estava à frente dessa agitação, ora explorado pelos abolicionistas, ora pelos republicanos e até por liberais contra o Ministério Cotegipe. Ele tinha nas mãos, se não todo, quase todo o Exército; a guarnição do Rio em peso o estremecia como a um ídolo e era tido por certo que se insurgiria contra quem o preterisse. Ao demais, ainda admitida a sua imediata resignação à derrota, era preciso contar com os impulsos do seu caráter violento e a sua intrepidez sem limites, fáceis de mover posteriormente pelos vencidos, desejosos de atirá-lo a um novo pronunciamento para reconquistar as posições perdidas.

Se era compreensível e até louvável o movimento dos jovens do Congresso ainda insensíveis à pressão das realidades e apenas inspirados no ideal de atingir a República e praticá-la desde logo com toda independência, era imperdoável aos homens amadurecidos pela idade e por longo tirocínio de vida pública não preverem as funestas conseqüências a esperar da queda do marechal. Eram eles os autores da sua preeminência, foram eles que o desencaminharam e o envolveram em negócios aos quais era estranho; deveriam saber como se pagam caro os triunfos políticos obtidos a preço da indisciplina militar; quanto é longa a convalescença e difícil a cura de uma sociedade política, invadida pelo “elemento estranho”, poucos anos depois assim denominado por Quintino Bocaiuva. O nosso exército nasceu e criou-se em meio às agitações dessa natureza; apenas começa a abrir os olhos aos males a que se expõe por nelas persistir, de novo a velhacaria política acha meios de seduzi-lo e desviá-lo. Falta-lhe o espírito exclusivamente militar do exército francês, a que a terceira República deve cinquenta e oito anos de ordem pública, inabalável a despeito da exploração boulangista rematada de modo tragicômico. Nenhum soldado de França concebe a idéia de sobrepor-se aos poderes do Estado. Mac-Mahon, primeiro presidente, dispunha-se a respeitar o voto da Assembléia Nacional, ainda que fosse para restaurar a monarquia dos Bourbons e abolir a República nascente. Nos dias calamitosos da grande guerra, certa vez Clemenceau supôs ser impossível manter a autoridade civil e declarou ao Marechal Foch que decidira transmitir-lhe o poder. Respondeu-lhe o grande capitão que voltasse ao seu posto; ele só sabia co-

mandar soldados e de modo algum mudaria de pensar. Essa confiança foi feita pelo herói a um amigo estrangeiro. Creio até que nunca foi divulgada.

O advento do poder civil após o movimento de 15 de novembro tinha de ser preparado habilmente pelo afastamento oportuno dos militares, guindados por si mesmo a muitas das principais posições do Estado. Era preciso caminhar cautelosamente e não irritá-los quando gozavam a lua-de-mel da sua aliança com a política. A eleição presidencial oferecia o primeiro ensejo que infelizmente deixaram fugir e seria o de promover a eleição de Prudente de Moraes, ou de outro republicano de categoria equivalente, ao cargo de vice-presidente da República. Em tais circunstâncias não se deveria fazer questão de nomes, mas invocar o precedente, o modo de ver do próprio Marechal Deodoro, quando receoso de seu estado de saúde nomeou Rui Barbosa 1º vice-presidente do Governo Provisório. Foi o então Ministro da Fazenda quem muito sensatamente recusou aceitar tal título, por entender que a falta do Marechal Deodoro só poderia ser suprida, antes de organizada a nação constitucionalmente, por outro militar valoroso, capaz de responder pela ordem pública. Daí propor o Marechal Floriano para substituí-lo.

Daquele modo render-se-ia a homenagem devida à figura central da revolução e aliar-se-ia ao seu nome o elemento civil, que a preparara. Seria a aplicação do exemplo histórico do Sete de Abril, quando ao constituir as duas Regências Trinas se juntaram sempre dois nomes civis ao de Lima e Silva, Chefe militar do movimento. Desse modo prevenir-se-ia convenientemente a sucessão do marechal, cuja morte mais de uma vez se recebeu desde 14 de novembro de 89. Gravemente atingido pela arterioesclerose, afligido por crises freqüentes de dispnéia, sua vida estava por um fio. Parece incrível que tantos homens de inteligência elevada não vissem claro no meio de tanta luz. A paixão cegava-os. Os republicanos históricos constituíam o núcleo da intransigência, de que entretanto se afastava o grupo dirigido por Júlio de Castilhos, com exceção de seis companheiros. Foi então, talvez já tarde, quando Campos Sales e Bernardino de Campos tentaram modificar a situação, obtendo a desistência de Prudente de Moraes. Ambos foram concitá-lo a afastar-se da arena. Ele respondia sempre não haver de que desistir, pois não era candi-

dato. Apesar disso, os seus dois amigos, ao fim de cinco horas de entrevista, lograram chegar ao fim desejado. No momento da despedida, ouviram-no dizer que bem sabia não poder competir com o Marechal Deodoro. Campos Sales fez-se de desentendido, mas Bernardino de Campos retomou a conversa e declarou que por tal motivo, não; manter-se-ia a candidatura civil.¹

Ferindo-se a luta no terreno da escolha do Presidente, o lugar de Vice-Presidente, que era da mais alta importância, em virtude da precária saúde do marechal, ficou reservado pelos dois lados contendores a candidatos militares. Erro irreparável. O Governo procurava lisonjear a Marinha e indicava o nome do respectivo ex-ministro, os seus contrários apresentavam o do ex-Ministro da Guerra como um sinal de uma aliança de natureza militar. Ferido o pleito a 25 de fevereiro, num total de 214 votos, 129 couberam ao Marechal Deodoro e 97 a Prudente de Moraes; para o outro cargo, num total de 232 votos, 153 foram dados ao general e apenas 57 sufragaram o almirante. Leviano, indiscreto, grande criança, como costumava chamá-lo, Wandenkolk não conseguia a adesão plena dos amigos de Deodoro. Reservado, astuto, cauteloso até a dissimulação, Floriano, ainda mais uma vez, conseguia na mesma hora inspirar confiança a dois partidos contrários. Enquanto a diferença de votos entre o Presidente eleito e o seu competidor era de trinta e dois, entre ele e o candidato do Governo a diferença subia a noventa e seis, ou mais cinquenta e seis votos além dos obtidos pelo candidato civil.

A luta exacerbou as relações entre os dois poderes do Estado que a Constituição acabava de separar. Ainda dentro de um mês que precedeu ao encerramento do Congresso, já as duas facções estavam extremadas. O Barão de Lucena propunha a dissolução, com o intuito de evitar a reunião da legislatura ordinária. Deodoro aceitou o alvitre, mas no dia seguinte arrependeu-se. Essa idéia, aliás, sempre o preocupara. Quando Rui Barbosa apresentou-lhe o projeto de Constituição, formulado pelo Governo Provisório para servir de base às discussões da Constituinte, ele

1 Campos Sales – *Da propaganda à Presidência*, págs. 68-74. Revelação também ouvida pelo A.

declarou faltar um artigo que habilitasse o Presidente a dissolver a assembléia e anunciou ao ministro talvez vir a caber-lhe, como a Antônio Carlos, a sorte de sair do Congresso dissolvido, inclinando-se diante da majestade do canhão.

No ano seguinte estava claro que se caminhava para um desfecho violento. Os elementos exaltados de dentro e fora do Congresso consideravam Lucena um intruso ao Governo da República. Parecia-lhes intolerável que um estranho à propaganda e à proclamação do novo regime, só por motivo de amizade pessoal do Presidente, estivesse à testa do Governo no momento de organizarem-se as novas instituições. Procuravam criar-lhe todas as dificuldades possíveis. Homem de partido, ex-presidente da Câmara dos Deputados e de várias províncias sobre o Império, voluntarioso, enérgico, habituado a tais contratempos, Lucena defendia-se com bravura, mas não se podia iludir a respeito da instabilidade da sua situação, dependente da saúde de Deodoro. Procurou entender-se com Quintino Bocaiuva e Campos Sales para tentar um acordo, capaz de encaminhar os negócios públicos fora da agitação que os perturbava; declarava-se pronto a retirar-se do governo se lhe garantisse a completa reconciliação com o marechal. Arredada essa hipótese pela outra parte, duas vezes foram aceitas as condições do ajuste, com o assentimento de Aristides Lobo, preciosíssimo em virtude da sua intransigência e da autoridade por ele exercida entre os do seu pensar. Seriam ministros Bernadino de Campos, Presidente da Câmara, e Ubaldino do Amaral. Em tais circunstâncias não se poderia escolher com mais acerto. Lucena estabelecia a condição de arrear da ordem do dia alguns projetos que o governo considerava inconvenientes: o da precedência do casamento civil, que irritava o clero, e o da proibição do uso de condecorações, que exarcebava os militares. Esses haviam planejado um pronunciamento diante das câmaras, onde, com os peitos ornados de veneras, levassem as bandeiras dos batalhões adereçadas das insígnias ganhas nas guerras. Felizmente Deodoro acudiu em tempo e desfez o desastrado plano.

Tais proposições de lei eram perfeitamente adiáveis. Basta lembrar que a precedência do casamento civil só veio a ser votada no quadriênio Campos Sales, dez anos depois, quando após doze de amável e pro-

veitosa separação da Igreja, já não lhe eram de temer as represálias. O uso de fitinhas e crachás, semelhante ao de barretes frígios em alfinetes e botões, então na moda, era ostentação inofensiva, que não valia o perigo de uma complicação política de tamanha gravidade. Mas, nas épocas posteriores às revoluções, as palavras e os símbolos governam os fanáticos das idéias triunfantes. Em nome da liberdade matam-se os que se servem da liberdade de pensar; monumentos, relíquias, tudo quanto lembra as instituições abatidas, é mutilado ou destruído, na ilusão de apagar da memória daqueles tempos e impedir a posteridade de reconstruí-los e neles descobrir o que admirar.

Em reunião celebrada para decidir-se definitivamente a este respeito, Prudente de Moraes, vice-presidente do Senado em exercício, e Glicério, arrematador da oposição da Câmara, discordaram dos amigos cujos nomes foram acima citados. Glicério era contra a participação no governo; julgava preferível dar apoio livremente e retirá-lo quando falhasse a orientação resultante do acordo. Prudente, porém, era radical; achava inaceitável qualquer combinação com o Governo. A sua recusa levou os demais a recuarem, receosos de que, sem a união de todos os chefes, fosse impossível congregar os amigos, muitos dos quais, no estado de exaltação reinante nas duas câmaras, poderiam grupar-se em torno do discordante e continuar a luta considerada nociva. Ao demais, Prudente estava investido num cargo, em cujo exercício poderia perturbar todas as combinações.

Apareceu logo na ordem do dia daquela Casa do Congresso um dos malsinados projetos.² Grande dose de ressentimentos influía na conduta dos homens e perturbava-lhes o julgamento das coisas. Bem dizia Napoleão que o amor próprio é o pior dos conselheiros. Ao menos em política é verdade.

Apesar de malogrado o Acordo Campos Sales, vendo aproximar-se o desfecho violento da situação, Lucena tentou o último recurso para procurar evitá-lo. Tendo aconselhado a dissolução ao termo dos tra-

2 Campos Sales, *op. cit.*, págs. 83-92 . – Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, edição Alves, 1913, págs. 328-331.

balbos constituintes, agora julgava-a desastrosa por temer pela vida de Deodoro. Este não o deixava retirar-se, como propunha, e considerava tal solução a vitória dos extremados, com quem já não queria transigir; a dissolução se lhe entranhara no fundo do pensamento e nada o dissuadia de não a aplicar. O último recurso concebido por Lucena era a colaboração de Floriano Peixoto, que nunca assumira a presidência do Senado e, ocupando-a, anularia a ação de Prudente de Moraes.

Se Floriano presidisse o Senado, não daria para ordem do dia o veto a ser oposto ao projeto da responsabilidade presidencial, em cujo bojo se acreditava vir envolta a denúncia. Já estava também votado o que regulava o processo do julgamento.

Era essa a derradeira esperança de Lucena. Deodoro, porém, opunha-se a que o ministro recorresse ao general; tinha certeza de vê-lo abrir os braços à oposição, apenas percebesse a fraqueza do Governo. Por fim aquiesceu; mas sob recomendação de Lucena devia ir sozinho, pois em presença de outra qualquer pessoa Floriano nada diria de aproveitável.

Alegando ter o nariz inflamado e não poder sair à rua, ele recusou-se a atender ao pedido, mas prometeu não abandonar Deodoro em quaisquer circunstâncias, para juntos salvarem a República.

O Congresso esgotara todos os recursos para arredar Lucena do Governo, onde a sua permanência era considerada ilegal. Como ditador, Deodoro tinha a liberdade de nomeá-lo; mas promulgada a Constituição, que no art. 70 vedava ao cidadão investido em funções de qualquer dos três poderes exercer os de outro, Lucena e Araripe deveriam deixar aqueles lugares e recolher-se ao Supremo Tribunal. Sofismava-se, porém, com base no art. 50, alegando só ser atingível pela incompatibilidade o exercício e não o cargo de ministro, como se num regime de tão nítida separação de poderes, aos membros daquele tribunal, incumbido de dizer acerca da constitucionalidade dos atos dos outros poderes, fosse lícito a eles pertencer, a despeito da disposição mais particular e categórica do art. 70. Para forçá-los a demitirem-se, o Congresso, nas vésperas de ser dissolvido, votou um projeto de lei, vetado por Deodoro e mantido por dois terços de votos, conforme o qual se tornavam incompatíveis, desde a investidura, os cargos federais e estaduais, salvo em matéria puramente

profissional, científica ou técnica, onde não existisse autoridade administrativa, judiciária ou política.

No dia 31 de outubro chegavam ao Senado as fracas razões do veto à lei de responsabilidade, que na sessão de 2 de novembro, mediante requerimento de urgência, foram magistralmente combatidas por José Higinio e rejeitadas por trinta e três votos contra doze. Todas as cópias já estavam preparadas e no mesmo dia, com precipitação assaz eloqüente, o projeto foi enviado à Câmara. Ainda não chegara à mesa e já um deputado opositor pedia a discussão imediata, independentemente de parecer, “para pôr fim à ditadura”. O curto debate a este respeito mostrou ser desnecessário o requerimento, declarando então o presidente, Bernardino de Campos, incluir o projeto na ordem do dia, quando julgasse oportuno.

Deodoro tinha por certo que o veto cairia na Câmara, como caíra no Senado, e dentro em poucos dias a denúncia o afastaria da Presidência. Na previsão desse desenlace, inadmissível pela concepção militar do poder, ele assinara previamente o decreto de dissolução do Congresso, que mandou publicar em data de 3, com a promessa de convocá-lo de novo a 3 de maio próximo, com poderes para rever os arts. 17, § 1º, 23, última parte, 28, 29, 35, 40 e 72, § 1º, da Constituição. Um dos fundamentos do golpe de Estado era ser da “máxima urgência atalhar desde logo o movimento que no sentido da restauração da monarquia, para desonra e ruína da pátria, começava a operar-se e patentemente se revelava ainda aos menos perspicazes”. Ninguém dava crédito a semelhante alegação, vendo promovido a contra-almirante, e nomeado na véspera chefe do Estado-Maior da Armada, Luís Filipe de Saldanha da Gama, único em condições de encabeçar um movimento para restaurar a monarquia. Declarava-se então o estado de sítio no Rio e Niterói e aí suspendiam-se as garantias individuais durante dois meses, sendo nomeada uma comissão, presidida pelo General Almeida Barreto, membro do Congresso dissolvido, incumbida de processar e julgar sumariamente os inimigos da República e os que por qualquer forma contribuísem para alterar a ordem pública. Sem demora nem processo, seriam deportados os cidadãos que o deviam ser a bem da segurança e estabilidade da forma republicana e em geral os que perturbassem a ordem ou se lhe tornassem perigosos.

Despertada sob o espantalho de tão terríveis medidas, por um instante a cidade pareceu apavorar-se. Todos os governadores, excetuado o do Pará, o então Major Lauro Sodré, protestavam solidariedade ao marechal. Um deles, de um Estado longínquo, assinava-se seu súdito fiel. Mas Floriano continuava um enigma e as suas reservas assustavam os mais interessados nos resultados daquela aventura política. Mayrink, deputado ao Congresso dissolvido e presidente do Banco da República, insistia junto a Lucena para arrancar-se do Vice-Presidente qualquer manifestação de simpatia. O faro da Bolsa pressentia o cheiro da conspiração. Deodoro acedeu em escrever um bilhete a Floriano, convidando-o a assistir ao seu lado à revista das tropas no dia 15. Lucena foi portador da missiva; mas não o logrou avistar. Foi-lhe dito que não estava em casa. A despeito disso esperavam-no no dia marcado, quando chegou ao palácio a sua desculpa, levada de boca por um ajudante-de-ordens, de ser-lhe impossível comparecer por não estar sua farda em bom estado.

A esse tempo, com as cautelas precisas, Floriano era o centro das esperanças e combinações dos conspiradores. À noite ele ia frequentemente à casa de Pelotas, em Laranjeiras, onde se tramava, e para Santa Alexandrina, sítio de sua morada, era diária a romaria dos agitadores. Ele, porém, só falava francamente aos raros cuja colaboração lhe parecia eficaz. Aos outros aconselhava calma e mostrava-se estranho aos planos de que lhe falavam. Com o ex-Deputado Vinhais, então chefe do Partido Operário, combinou diretamente a parede do pessoal da estrada de ferro, marcando-lhe dia e hora, e da promessa desse concurso deu parte por carta a Campos Sales, com quem se correspondia acerca da conspiração, urdida simultaneamente em São Paulo.³

Na manhã de 23 o tiro errático do Aquidabã sobre o zimbório da Candelária anunciava a revolta militar comandada por Custódio de Melo. Se o Presidente rasgava a Constituição e dissolvia um dos poderes do Estado, não era de admirar que parte da força pública lhe desco-

3 Referido recentemente ao A. pelo Sr. Vinhais. Revelações dos generais Cunha Matos e Serzedelo Correia, nas *Pesquisas e Depoimentos*, pág. 342, e em Campos Sales, *op. cit.*, pág. 96.

nbecesse a autoridade e procurasse restabelecer a do Congresso. Já no Rio Grande do Sul, dias antes, reventara a revolução.

À meia-noite, sob a comoção das primeiras notícias dos acontecimentos, Deodoro teve uma dispnéia horrível; não obstante o seu desejo de resistir, cedeu às súplicas de Lucena, que o aconselhava a resignar o poder. Os comandantes de corpos, presentes para aguardar ordens de combater, não continham o desespero; alguns praguejavam. Soldados, eles sentiam que não valera a pena chegar à dissolução para recuar ao primeiro arreganho do adversário. Seria preferível ter cedido ante a perspectiva da denúncia ou então arrostá-la, mas nunca desferir o golpe de Estado, se o não deviam sustentar até o fim.

Na realidade, o erro imperdoável de Lucena é não ter aconselhado Deodoro a renunciar, quando a denúncia se tornou quase certa. Se ele tinha influência para decidi-lo a este ato diante da imposição da força, mais fácil teria sido obtê-lo para frustrar o conflito com o Congresso. Era seu dever declarar que não o acompanharia na aventura.

Quando em 1866, depois da Batalha de Sadowa, Guilherme, à frente do exército vitorioso, queria marchar sobre Viena e lá impor a paz, Bismarck opôs-se. Aquela guerra era o segundo passo da grande marcha empreendida desde 1864, quando se anexaram à Prússia os ducados dinamarqueses de Holstein e Sleswig. Faltava ainda outro, o mais difícil de todos, para construir o Império Alemão sobre a base do ferro da Lorena. Se era indispensável vencer a Áustria, era inconvenientíssimo humilhá-la. Ela poderia tornar-se aliada da França e dificultar o remate da obra paciente e terrível, dia a dia por ele e Moltke engendrada. O rei persistia no seu intento, todo o exército fremia de entusiasmo para iniciar a marcha sobre o Danúbio. Uma noite, desesperado de vencer, Bismarck anunciou que se demitiria e depois caiu na cama a soluçar. Bismarck banhado em pranto, só é crível porque ele próprio confessa em suas Memórias. Guilherme findou por ceder; mas impôs a condição de declarar que o fazia sob a ameaça de ser abandonado por seu chanceler no campo de batalha, em frente ao inimigo. Bismarck concordou. Preferia tudo ao erro imperdoável. Ele era daqueles nobres, que tinham por dever resistir ao rei para servir ao rei.

Lucena não era um servidor, desses que obedecem sem tugar nem mugir, ainda com a maior repugnância da consciência; era sobretudo um amigo íntimo e pecaria antes por altaneiro; a sua influência sobre o ânimo de Deodoro era decisiva. Faltava-lhe, porém, a capacidade de sobrepor à amizade o dever político; fraqueava ante a hipótese de abandonar o amigo naquele transe, não sabia que sobretudo em tais momentos o coração do homem de Estado deve estar na cabeça, como dizia Napoleão. Ao pundonor do soldado, aos melindres do bravo, era mais digno ceder ao poder legítimo que ao poder arbitrário, ao adversário inerte que ao inimigo armado. O procedimento do Congresso poderia ser argüido de inábil, revelar ingratidão ao homem de quem dependera a proclamação da República e cuja vida se esvaía nas ânsias da dispnéia. Mas naquele momento só ele era o juiz da sua conduta, com base na Constituição jurada pelo Presidente não havia nove meses. Ninguém podia deixar de admirar-lhe a coragem cívica, revelada desde a Constituinte, de exercer o seu mandato, bem ou mal, sob as inspirações da própria consciência e sem temor da espada. Tanta intrepidez lembrava a dos coevos da Independência na guerra empreendida contra a Coroa, em mãos de Pedro I e Feijó, até forçarem-na a transigir com a Câmara dos Deputados e esboçarem na Regência de Araújo Lima os lineamentos do regime parlamentar.

Lucena, porém, talvez nunca esperasse a insurreição diante da qual se achava e acreditasse nas palavras de Deodoro de que “ninguém ousaria pôr o pé fora da fileira”.⁴ Era a cegueira, a ilusão fatal dos governos, crenes de tudo poderem tentar, até contra a lei fundamental do Estado. Não lhe ocorria a lição da História, a mestra da política, naquele exemplo edificante de Feijó, quando após dois anos de lutas, alquebrado pela doença, já sem forças para resistir à tenaz e violenta oposição, dirigida por Vasconcelos, para levá-lo a governar de acordo com o parlamento, por fim abdicou a Regência Una, a que fora elevado por ter salvo como ministro a ordem periclitante nas mãos de seus antecessores da Regência Trina, um dos quais general.

4 Pesquisas e Depoimentos cit., pág. 359.

No manifesto destinado a explicar os acontecimentos, Deodoro declarou que circunstâncias extraordinárias tinham encaminhado os fatos a uma situação excepcional e não prevista. Dissolvendo o Congresso, julgara conjurar tão temerosa crise. As condições do país, naqueles últimos dias, a ingratidão daqueles por quem mais se sacrificara e o desejo de evitar a guerra civil aconselharam-no, porém, a renunciar o poder. Ao ajudante-de-ordens, incumbido de chamar o Vice-Presidente da República, recomendou que lhe dissesse não desejar ser causa de haver a mais em sua pátria uma viúva ou um órfão. Tão humanitária decisão redimiu-o da indesculpável imprudência, que o levara até ali.

Quando às nove horas da manhã o Tenente-Coronel Lobo Botelho chegou à Rua de Santa Alexandrina, encontrou Floriano vestido de quimão, a tomar tranqüilamente o café matinal, espantado de tudo quanto lhe era referido e a que poderia parecer estranho em caso de malogro. Sem demora chegou ao palácio e abraçou Deodoro. Ninguém lhe surpreenderia no rosto o mais vago sinal dos sentimentos. Lucena, quase ao seu lado, apenas ouviu-o recomendar baixinho ao General Argolo a conveniência de haver moderação e de não se praticarem excessos, já que haviam vencido.

Só então, no dia 25, foi publicado, com data de 4, um manifesto firmado por vinte e cinco senadores e noventa deputados, cujas assinaturas evidentemente não poderiam ser colhidas num só dia. A serôdia divulgação desse documento após a vitória tirou-lhe todo o valor histórico, que só poderia existir se ele fosse o início da reação constitucional contra o golpe de Estado.

Seguiram-se os dias tormentosos da deposição dos governadores, e começou a inversão da hierarquia militar. No Ceará, os cadetes da escola bombardearam o palácio do Governador José Clarindo de Queirós General do Exército, que resistiu até o último esforço.⁵

5 José Clarindo tinha entre os camaradas o apelido de “sabiá de capote”. Ao tenente, a quem chamou para incumbir de preparar-lhe a deposição, disse Floriano ser empresa importante “tirar o capote do sabiá”. O jovem oficial procedeu com tal habilidade que seu nome não figurou naquele drama. As facécias dessas confabulações, estranháveis entre o chefe do Exército e estreates na carreira das armas, a estes lisonjeavam, a ele unindo-os cada vez mais, porém formava-lhes o espírito faccioso, ensinando-lhes o desrespeito aos superiores estranhos à sua grei política.

Nas outras capitais repetiram-se espetáculos semelhantes. Caiam todos quantos Lucena escolhera para substituírem os iniciadores da organização dos Estados e foram contrários à eleição de Deodoro. Receso da deposição do Governador da Bahia, que se mantinha no poder desde o Governo Provisório, e considerava o golpe de Estado “imposto pelos sagrados interesses da nação”, Rui Barbosa, seu amigo, mas adversário do Governo Lucena, procurou Floriano e pediu-lhe que não consentisse na violência. O marechal tranqüilizou-o: “Da Constituição não o tirariam nem a pau.” Dias depois José Gonçalves tinha a sorte dos demais. Explicavam os amigos do novo Chefe do Estado que ele sofria a pressão dos ministros militares, Custódio de Melo e José Simeão, e até fora surpreendido com as primeiras deposições de governadores. É talvez cedo para averiguar tantas peripécias. Estava, enfim, restabelecido o governo da “legalidade”.

Passado o delírio do triunfo tão fácil, obtido de bordo de dois encouraçados, que encalhavam e depois se moviam puxados pelos rebocadores, surgiu a sua primeira consequência inevitável. Sendo preceito constitucional, que no caso de vagar a presidência ou a vice-presidência da República, dentro dos dois primeiros anos do período presidencial, deve-se proceder à nova eleição, esperava-se a cada momento que o Marechal Floriano expedisse os atos indispensáveis para cumpri-lo. De 25 de fevereiro de 1891 a 23 de novembro de 1892 haviam decorrido apenas vinte e um meses. A questão era insofismável. A pedido de Campos Sales, que procurava aplacar a irritação de Wandenkolk, por causa do silêncio guardado acerca desse assunto, Rodrigues Alves reuniu os outros ministros e expôs-lhes o seu pensamento, favorável à eleição. A princípio contrários, acabaram por inclinar-se ao seu modo de ver, declarando ser realmente o mais acertado. Entre eles a opinião mais autorizada era do ministro da Justiça, José Higino, abalizado juriconsulto, o discutidor vitorioso das leis preparadas no Senado para forçar a situação a que se chegara. Mas Floriano declarou a Custódio de Melo, incumbido de ouvi-lo a esse respeito, que não era caso de haver nova eleição. Comprometidos mais que os outros a favor da opinião contrária, os ministros da

Fazenda e da Justiça compreenderam desde logo não lhes ser lícito permanecer no Governo.

Os aplaudidores do golpe de Estado tornaram-se imediatamente defensores da Constituição e os partidários da “legalidade” cobriram com um monte de sofismas o artigo relativo ao novo pleito eleitoral. O ardor de uns e outros preparava dias terríveis para a República. Vários generais de terra e mar entenderam intervir em matéria para ser tratada pelos poderes do Estado e a 7 de abril de 1892 escreveram coletivamente ao Vice-Presidente em exercício, lembrando-lhe o dever de mandar proceder à eleição. Floriano respondeu-lhes, reformando-os violentamente e fazendo dezenas de promoções nas vagas decorrentes do seu ato. A Constituição garantia as patentes em toda sua plenitude, inclusive os acessos supervenientes, que aumentariam o patrimônio dos oficiais e suas famílias; portanto, só mediante a lei poderiam ser reformados; nunca pelo arbítrio. Também só a lei poderia castigá-los pela falta cometida e na hipótese onde se enquadrasse. Mas era “a legalidade”. A 10 de abril, sob pretexto de fazer-se uma manifestação pública a Deodoro, formou-se um comício, que se espalhou pelas ruas até perto do palácio presidencial. Acudiu Floriano, declarou o estado de sítio, como se houvera comoção intestina, efetuou quarenta e seis prisões, onze das quais atingiram deputados e senadores. Dois deles foram presos naquela mesma tarde, um antes de decretada, outro antes de publicada a medida excepcional. Bastaria vigiá-los algumas horas e detê-los na manhã seguinte, caso fosse admissível a suspensão das imunidades parlamentares garantidas constitucionalmente durante todo o tempo do mandato. Aliás, chamada para a matéria a atenção de Floriano, por amigos ocupados em discuti-la, ele desnorteou-os com esta resposta: “Vão discutindo que eu vou mandando prender.” Mas era também “a legalidade”. Havia entre eles professores de faculdades, cujos cargos a Constituição declarava igualmente vitalícios. A despeito disso foram demitidos. Mas era ainda “a legalidade”. Grande parte dos presos, inclusive membros do Congresso, foi mandada para terras longínquas do Amazonas, em Cucuí e Tabatinga. Generais, almirantes, oficiais su-

*periores, foram presos sem atenção às regalias dos seus postos, até por seus subordinados e paisanos. Mas era sempre “a legalidade”.*⁶

Ao entrarem no Arsenal de Guerra, onde se reuniam para ter destino, eram todos recebidos com apodos. José do Patrocínio, que figurava entre eles, não mediu o perigo e num arroubo de eloquência fulminou a covardia dos insultadores. Respirava-se desconfiança e intolerância; por toda a parte farejavam-se conspiradores e traições à República. Quem não se arregimentava entre os monopolizadores do fogo sagrado era suspeito ou inimigo, por mais pura que fosse a sua procedência política, os seus sacrifícios anteriores às instituições. Terminado o prazo marcado no decreto de suspensão das garantias, Rui Barbosa, cujo corpo de adolescente encerrava coragem de leão, afrontou sozinho a tempestade e penetrou na atmosfera eletrizada onde ela lampejava. Baseado no § 2º, art. 80, da Constituição, segundo o qual a detenção e o desterro só duram enquanto não se suspende o estado de sítio, a 18 de abril pedia habeas-corpus ao Supremo Tribunal para todos os detidos e desterrados. Um voto apenas respondeu à súplica, voto do Ministro Pisa e Almeida, cuja mão ele beijou como a mão de um justo.

6 Foram reformados a 7 de abril o Vice-Almirante Wandenkolk, Senador e ex-Ministro da Marinha do Governo Provisório; os Contra-Almirantes Marques Guimarães, ex-governador do Paraná, e Manhães Barreto, deputado; o Marechal Almeida Barreto, senador; os Generais-de-Divisão Antônio Maria Coelho, ex-governador de Mato Grosso; Clarindo de Queirós, ex-governador do Ceará, e Cândido Costa; os Generais-de-Brigada Mallet, ex-governador de Mato Grosso, Aguiar Lima, Andrade Vasconcelos e João Severiano da Fonseca, senador. O Contra-Almirante Cunha Couto e o General José de Bruce escaparam à reforma por terem explicado a sua conduta, mas ambos passaram para a segunda classe. No dia 12 foram ainda reformados: da Marinha, 3 capitães-tenentes e 3 primeiros-tenentes; do Exército, 2 coronéis, 3 tenentes-coronéis, 1 major, 3 capitães, 2 alferes e 1 segundo-tenente. Desses oficiais dois eram senadores, o Coronel João Neiva e o Tenente-Coronel Pinheiro Guedes, três eram deputados, o Tenente-Coronel Adolfo Mena Barreto, o 1º Tenente Retumba e o 2º Tenente Jesuíno de Albuquerque, 2 eram ex-governadores do Pará e do Amazonas, o Capitão-Tenente Huet Bacelar e o Tenente-Coronel Taumaturgo de Azevedo. Os lentes demitidos eram os Drs. J. J. Seabra e A. F. Campos da Paz. A 15 de novembro de 1895 o Supremo Tribunal Federal já havia proferido julgamentos a favor dos prejudicados por esses atos, que considerou inconstitucionais. Baseado nessas sentenças, Prudente de Moraes declarou nulos naquela data os demais ainda subsistentes. O seu decreto foi recebido como o advento do regime da lei e esquecimento do arbítrio.

Pouco tempo após esses acontecimentos, com espanto de toda gente, Floriano abriu uma exceção em favor de Júlio de Castilhos. A execução do plano engendrado para restaurar no Rio Grande do Sul a situação derrubada a 12 de novembro obedeceu aos seus métodos florentinos. Chamou em segredo ao Itamarati um oficial a quem conhecia desde o Paraguai e a quem mostrava amizade, o Major Caetano de Faria, hoje Marechal, Presidente do Supremo Tribunal Militar, conhecedor dos homens daquele Estado, por lá ter vivido alguns anos; expôs-lhe as intenções. Não via claro nem entre os chefes, nem entre os partidos rio-grandenses, sempre tão agitados, e queria formar idéia exata a esse respeito, para entregar o poder ao que fosse genuinamente republicano. Estudasse o major esse assunto com a maior imparcialidade e mandasse-lhe sua opinião. O oficial partiu para Porto Alegre, munido de duas cartas de prego para os chefes dos correios e dos telégrafos. Viajou por alguns pontos do Estado e sintetizou deste modo as suas observações: havia três partidos; o mais numeroso e o mais forte era o de Silveira Martins, porém mesclado, contendo republicanos e sobretudo monarquistas; seguia-se o de Castilhos, sem volume aproximado deste, porém coeso, disciplinado, composto exclusivamente de republicanos; o terceiro estava no poder e era tão fraco que só vivia da divergência dos dois.

Floriano aceitou o veredicto, ainda mais digno de fé por estar quem o proferia de relações cortadas com Castilhos. Chegara a vez de obrar. Nesses momentos, quando precisava dar ordens para se cumprirem longe, ele não escrevia, mandava um emissário. Não deixava documento da sua ação. A um oficial de origem alemã, hoje coronel reformado, o Sr. Alfredo Vidal, deu de viva voz instruções reservadíssimas para serem transmitidas ao Major Faria. Ao terminar, disse-lhe: “Repita.” O oficial repetiu. Então ele ajuntou esta recomendação jesuítica ou maçônica: “Quando acabar de dar esse recado esqueça-o.”

No meio da Várzea, em Porto Alegre, num momento onde não se enxergava viva alma e “nem sequer pastava um cavalo”, depois de olhar para todos os lados e certificar-se da solidão do lugar, o fiel emissário reproduziu tudo quanto ouvira. Passados alguns minutos, o major perguntou-lhe se Floriano empregara realmente certa palavra a determi-

nado respeito. Ele respondeu que não sabia. O interlocutor estranhou-lhe a rápida ausência da memória. O oficial redargüiu: “O marechal recomendou-me esquecer esse recado apenas o desse.” E não houve meio de fazê-lo proferir uma palavra a mais.

O General Vasques, comandante das armas, devia, por seu lado, ter recebido ordens. A 17 de junho, quando a 21 se deveria reunir o novo Congresso Constituinte do Estado, era deposto o “governicho”, que assim denominavam os seus adversários o Governo de Barros Cassal e Barros Leite, àquela hora já em mãos do Visconde de Pelotas, a quem este, na previsão do ataque, passara a presidência. No meio da turba que marchava contra o palácio e que se armara no Arsenal de Guerra, enquanto o comandante das armas fechava os olhos ao escândalo, Falcão da Frota, Senador da República, General do Exército, vestido à paisana e de boné militar, ia de espingarda ao ombro, como um símbolo da época, ajudar a repor o amigo de Deodoro, silencioso ante o golpe de Estado, convertido no maior aliado da “legalidade”. Um simples tenente, sem comissão no Estado, assumia o comando de parte do corpo policial e marchava também para depor a mais alta patente do Exército, o mais glorioso nome dos sobreviventes do Paraguai. Renovava-se a façanha do Ceará contra José Clarindo. Floriano atirava cadetes e tenentes contra generais. Enquanto as forças marchavam para o palácio, o Major Faria dirigia-se à estação dos telégrafos e apresentava a carta de Floriano, pondo aquela repartição inteiramente às suas ordens. Durante três dias, só se passaram os telegramas do novo Governo e seus amigos, até consumir-se em todo o Estado a obra da reposição de Castilhos.

Perdida dessa forma a esperança de modificar-se a Constituição do Estado, estranha ao molde da Constituição Federal, em fevereiro do ano seguinte os opositoristas recorreram à revolução. Desde 15 de novembro de 1889, só os militares promoviam alterações políticas. Se os civis iam às vezes à frente, eles estavam por trás, prontos para intervir. Apenas no Rio Grande do Sul o povo se revoltava e tinha à testa chefes do mais alto valor. Ao lado de Silveira Martins, que fez tudo para impedir o movimento e depois o reforçou, marchavam os Silva Tavares, seus adversários de outrora, e os republicanos históricos dissidentes de Castilhos,

cujos partidários, por seu lado, organizavam forças e enfrentavam o adversário. Abraçando mais tarde a revolução, o Coronel Salgado deu um exemplo para ser guardado, declarando que despia a farda do Exército para vestir a blusa do gaúcho.

Um dia, no parlamento do Império, numa das suas fanfarro-nadas de gaúcho, o grande tribuno liberal comparou-se ao jequitibá da floresta: “O machado que me derrubar há de ficar dentado.” Seu correligionário a esse tempo, Floriano conhecia-lhe a pujança e talvez se lembrasse da ameaçadora profecia. Decidido a arredá-lo do caminho, adotara o alvitre da aliança com Castilhos, forte, tenaz, autoritário, audaz, dentre os rio-grandenses da propaganda que revelava em mais alto grau a capacidade de mando e o poder de inspirar dedicações. Mas o jequitibá da floresta não era Silveira Martins como indivíduo; apenas nele se encarnavam, reunidas como em ninguém, as qualidades e virtudes daquele povo, desde o vulto imponente, a máscula beleza, a voz trovejante, até a paixão liberal, o sentimento da independência, a capacidade de resistir que transfundem no corpo e na alma dos velhos a força e o calor, o entusiasmo e a abnegação da juventude.

A despeito do estado de sítio e do concurso das forças federais empenhadas em reprimi-la, a revolução ganhou alento. A convivência de Floriano e Custódio de Melo produziu entre ambos a separação fácil de prever. Aquele percebia no ministro o perigoso rival. O papel decisivo do almirante a 23 de novembro fê-lo acreditar-se indispensável e com força de predominar no Governo. Era desconhecer o homem com quem lidava. Mas também ele não se submetia à subalternidade. Orgulhoso, cheio de ambições, rude na franqueza, ia direto aos pontos que visava. Floriano sabia como seria fácil forçá-lo a demitir-se. Nenhum sinal de desgosto, a mesma amabilidade, as mesmas atenções pessoais; porém subterfúgios, reserva nos negócios do Estado. Só o atendia nos assuntos da Marinha; aos demais deixava-o estranho, ou fazia às suas propostas ouvidos de mercador. Era a sua forma de despedir; fechava a porta calado. Do mesmo modo obrigara o seu primeiro ministro da Fazenda a exonerar-se. Uma, duas, três vezes pôs-lhe a pasta de lado sem assinar nenhum papel. Homem de pundonor, Rodrigues Alves nunca mais voltou. No primeiro

despacho após a demissão, com ar pesaroso, Floriano comunicou “a triste notícia” aos companheiros.

Na carta que escreveu, a 29 de abril de 1893, ao devolver a pasta, o almirante deixou consignada a principal razão do seu ato: “Ofende gravemente a honorabilidade do cargo que exerço o modo por que tem V. Ex^a subtraído ao meu conhecimento e deliberação as questões suscitadas sobre o movimento revolucionário do Rio Grande do Sul. As mais graves hão sido resolvidas sem a mínima intervenção da minha parte.” Ele supunha-se uma espécie de presidente do conselho, de vice-chefe do Governo e queria também “deliberar” acerca da sua política geral, no que ela tinha então de mais importante, atinente à paz e ao crédito público. Levara dezessete meses até compreender que para Floriano os homens eram apenas instrumentos da sua única inspiração. Ainda que lhes aproveitasse as idéias, nunca lhes diria; envolvê-las-ia dissimuladamente nas formas peculiares às suas decisões pessoais.

Reduzido a um papel que não se coadunava com as suas pretensões, “papel de autômato”, como ele próprio definiu, Custódio procurava uma porta larga por onde sair, talvez uma bandeira para os seus planos de futuro. Encontrou-a na pacificação do Rio Grande, que era um anelo nacional. A sua carta de exoneração é um documento onde os dois rivais se retratam. Em fins de março levantou em conselho a generosa idéia; mas logo no mês seguinte o ministro da Guerra foi mandado ficar em Porto Alegre para “continuar a luta”. Na conferência do dia 20 de abril, de acordo com todo o ministério, Floriano comprometeu-se a dar ordens no sentido da pacificação; mas a 28 voltou a pronunciar-se em sentido contrário, determinando a renúncia do ministro da Marinha no dia seguinte. A Constituição opunha-se aos meios indicados para chegar àquele desiderato e ao demais considerava indispensável a preliminar de uma vitória das forças federais sobre os revolucionários, objeção combatida pelo seu contraditor com a alegação das incertezas de chegar-se tão cedo a semelhante resultado, quando nada obstava a conciliarem-se as duas partes antes dele. Criticava o almirante a má direção das operações militares, donde resultara o morticínio de Alegrete e onde outros eram ainda de esperar. Desse modo feria de frente ao marechal, o grande responsável

*por tudo quanto se fazia. Pensava também que o princípio da sustentação dos governadores eleitos não podia ser absoluto, mormente em hipótese como a do Rio Grande, onde ele só se mantinha pela força das armas. Se a Constituição impedia pacificar-se aquele Estado, o Poder Executivo deveria “lançar mão de meios extraordinários, mesmo fora da lei”, pois se tratava da salvação pública. Era a teoria ditatorial, ao sabor de quem dispõe da força e arvora-se em único juiz do momento de empregá-la contra os poderes do Estado e as prescrições da lei. “A primeira condição de firmeza de que carece a República é a paz e a tranquilidade públicas, evitadas para todo o sempre essas comoções intestinas, que abalam o nosso crédito e trazem o país constantemente sob a ameaça das agitações armadas e das surpresas de lutas sanguinárias.” Expendendo pensamento tão elevado, rematava Custódio de Melo a sua carta com este iniludível protesto: “Fora do Governo, servirei à República, sustentando as suas instituições e as autoridades legalmente constituídas com a mesma dedicação, com o mesmo valor e lealdade com que a servi quando ministro.”*⁷

Florianópolis tratou imediatamente de apagar o golpe. Não lhe poderia escapar a previsão dos perigos existentes na guerra civil do Rio Grande. Acreditara talvez que a reposição de Castilhos seria idêntica às operadas após o 23 de novembro e verificava o engano. O machado começava a dentar. Na curta mensagem de quinze páginas cheias, a endereçar ao Congresso daí a cinco dias, era fácil intercalar um tópico acerca da matéria, se é que já não estava escrito e ignorado do ministro: “No último daqueles estados (Rio Grande do Sul) continua a agitação revolucionária que tanto aflige o nosso patriotismo e à qual o Governo Federal não tem cessado de procurar pôr o termo por que anseiam todos os bons cidadãos, sendo o seu constante desejo a pacificação daquele Estado, restabelecendo-se a concórdia entre os seus habitantes.”

Cerca de um mês, se tanto, depois de aberto o Congresso, partiu para o sul um dos raros confidentes de Floriano, seu amigo desde a Guerra do Paraguai, o tabelião Cunha Júnior, Senador pelo Maranhão.

7 Custódio de Melo. Carta ao Presidente da República, no *Jornal do Comércio*, de 30 de abril de 1893.

*Levava a incumbência de negociar a paz. Entre ele e o General Silva Tavares realizou-se em junho uma conferência, cuja matéria foi registrada em ata, assinada por ambos. Ao sair do Rio Grande, o emissário do marechal avisava a dois amigos a sua volta “para tratar da paz”. A 11 de julho deveria de novo embarcar no Rio de Janeiro, quando poucos dias antes se realizou a malograda e desastrosa expedição de Wandenkolk contra a barra do Rio Grande, a bordo de um navio mercante. “Esse fato perturbou a auspiciosa tentativa. A essa seguiram-se outras que destruíram todo o empenho do Marechal Floriano, que como todos os brasileiros queria a paz, mas, na sua dupla qualidade de cidadão e Chefe de Estado, a queria digna e elevada para todos os poderes públicos e honrosa para todos.” São palavras de um artigo de Cunha Júnior.*⁸

A despeito do formal compromisso de sustentar as autoridades legalmente constituídas com a mesma lealdade comprovada durante a sua permanência no ministério e do supremo interesse nacional de evitar “para todo sempre as comoções intestinas, as agitações armadas e as lutas sanguinárias”, Custódio de Melo passou sem demora a ser o centro das conspirações. O grosso dos opositoristas desde logo voltou os olhos para ele e apagaram-se os ressentimentos comuns na mesma aspiração da desforra, cujas conseqüências não sabiam prever. Já então, desde 5 de agosto de 1892, estavam anistiados os envolvidos nos acontecimentos de

8 Otelio Rosa. *Júlio de Castilhos*, perfil biográfico. Porto Alegre, 1928, pág. 192. Em artigo de 1º de agosto de 1895, sob o título *A Pacificação* e baseado em informações prestadas a um dos seus redatores pelo Coronel Wolf, secretário do General Inocêncio Galvão, comandante das armas do Rio Grande do Sul, faz-se referência à Missão Cunha Júnior: “Há quem garanta que uma das condições estipuladas no protocolo firmado pelo chefe federalista e pelo emissário do Governo era a retirada do Sr. Castilhos do poder, e que esse ajuste foi aprovado pelo marechal, o qual sobre o envelope que envolvia o precioso documento escreveu e assinou com seu próprio punho uma declaração nesse sentido. Mais tarde, quando houve a expedição Wandenkolk à barra do Rio Grande, começou na Armada a excitação que produziu a revolta de 6 de setembro; e então o Marechal Floriano escreveu a lápis de cor, abaixo da primitiva, esta outra declaração: “Não quiseram a felicidade do Estado.” O *Jornal* fez um apelo à família de Floriano, no sentido de divulgar esse documento, que seria “muito honroso à sua memória” e garantiu ser tudo isso “absolutamente certo”. Tão categórica afirmação era antes do Coronel Wolf, chegado do sul, havia poucos dias, e tido como oficial do mais alto conceito. O apelo, porém, não foi correspondido.

10 de abril. O tiro do Aquidabã adoçara-lhe a boca e fazia-o supor que bastaria repetir a façanha para vir-lhe às mãos nova renúncia.

A revolução do Rio Grande e a agitação do Congresso formavam a atmosfera encandecida, onde ele supunha certo vencer. A pretensão era a mais estulta e injustificável. Colaborador, quiçá fomentador dos atos mais violentos e inconstitucionais do Governo, faltava-lhe autoridade moral para insurgir-se tardiamente contra o seu chefe. A base principal da campanha contra Floriano era a ilegitimidade do seu poder, na falta da eleição que devera ordenar. Mas o almirante ficara-lhe ao lado e deixara partir os colegas discordantes, as mais altas figuras do ministério. Ao demais, se ilegítima era a autoridade de Floriano, só os poderes do Estado podiam dizer e responsabilizar o usurpador. Mais ilegítima seria ainda a autoridade que o almirante viesse a levantar pela força dos seus canhões. Nunca ele pensara, se fosse vencedor, em levar à Presidência da República o sucessor constitucional daquele a quem pretendia depor. Queria para si, ou para uma junta onde predominasse, a ditadura que não permitira a Deodoro.

O seu manifesto não deixava pensar de um programa de governo, nem sequer tinha a eloqüência que sabe dourar todas as promessas; eram apenas trivialidades, colhidas na parolagem da demagogia: “Mutilada e inúmeras vezes golpeada, a Constituição já não tem forma pela qual se reconheça.” Vinha ele então “dar combate aos demolidores da Constituição e restaurar o regime da ordem e da paz” e ainda “lutar para não ser abatida e humilhada a pátria, combater pelos princípios da liberdade”. O Presidente mobilizara e lançara o exército no Rio Grande do Sul, “armando brasileiros contra brasileiros”, como se também naquele momento não empreendesse operação idêntica.

A revolta vinha prestar a Floriano o mais assinalado dos serviços. Tudo fazia crer que o seu governo findaria na impopularidade e na antipatia dos próprios militares. O caráter do marechal não era de molde a exercitar-se na política, onde a astúcia sozinha, sem a lealdade que se requer dos chefes, acaba por desmoralizá-los e expô-los ao abandono. Um ato seu da mais alta significação, praticado justamente na antevéspera da revolta, vinha levantar no mundo político grandes desconfianças

quanto às suas intenções acerca da sucessão presidencial. Quantos lhe conheciam a maneira de proceder viram aí sinal de complicações futuras. Apenas reunido o Congresso em 1893, Glicério expusera à Câmara dos Deputados, em 21 de maio, uma falha importante da legislação eleitoral, destinada talvez a ser causa de controvérsias ao apurarem-se os votos colhidos no pleito de 1º de março do ano seguinte. A Constituição determinava no § 1º do art. 47 que a junta das capitais apuraria os votos das circunscrições do Estado e remeteria o resultado ao Congresso; mas a lei não criara tal junta e não se sabia qual era naquelas cidades o poder competente para desempenhar esse papel. A 15 de junho a comissão respectiva apresentou o projeto assinado por todos os seus membros, inclusive três opositoristas, criando a junta e regulando todo o sistema da apuração eleitoral. Com grande espanto do Congresso, a 4 de setembro chegavam à Câmara as razões do veto a esse projeto, considerado elemento indispensável ao remate do pleito presidencial. Elas vinham despertar muitos receios a respeito da transmissão do poder, contra a qual ficava criada, se não uma ilegalidade, pelo menos uma dúvida valiosa no processo da apuração e que poderia ser invocada para originar o desenvolvimento de qualquer plano usurpador.

Todos os defeitos de Floriano, porém, juntos às suas qualidades, tornavam-no tremendo na guerra. Coragem, calma, insensibilidade ao perigo, profundo conhecimento dos homens, dissimulação, desconfiança, astúcia, reserva absoluta, o dom de seduzir e enganar, prontidão em premiar, punir e corromper, tudo esse homem, frio e duro, reunia debaixo da máscara inexpressiva, onde uns queriam ver serenidade, e outros viam até doçura. Dizia o Visconde de Ouro Preto que o soubera escolher para enfrentar a onda republicana e acalmar a indisciplina militar; por isso o fizera ajudante-general, sem nunca imaginar sua traição. Sempre que os conspiradores o sondavam, Saldanha da Gama repelia-os por infenso aos pronunciamentos e avisava-os dos perigos de enfrentar adversário tão temível.

Quando toda gente esperava a 6 de setembro de 1893 que se renovassem imediatamente as violências de 10 de abril do ano anterior, ele deixou que o inimigo se enganasse com a sua aparente mansidão e começou a preparar a defesa e o ataque. A onça surpreendida calculava

friamente a extensão do pulo. Nem uma prisão, nem uma violência; a cidade recobrava a calma. Era preciso o Congresso fechar. A mensagem no mesmo dia enviada às duas Câmaras tinha apenas dez linhas de texto; comunicava o fato e concluía por assegurar que o Governo se sentia forte para manter a ordem pública. Floriano conhecia os homens; nada pedia; esperava que tudo lhe oferecessem; se não o fizessem, não lhe causariam dano; no momento oportuno tomaria por suas mãos.

Reunido o Senado em sessão secreta, foi logo proposto o encerramento do Congresso, a fim de deixar ao Governo toda a liberdade para reprimir a revolta. Muito combatido esse alvitre extremo, sugeriu-se a declaração do estado de sítio no Rio e Niterói até o dia 15. Não foi considerado bastante. O principal era adivinhar os desejos do Governo, que timbrara em não os revelar. Incumbiu-se a uma comissão a tarefa de desvendar os arcanos do marechal; mas tudo quanto ele queria era não depender do Poder Legislativo e então declarou parecer-lhe inconveniente a declaração do sítio, “medida excepcional, causadora de apreensões”. Dir-se-ia que o momento não se lhe afigurava tão grave quanto a 10 de abril do ano anterior; mas então fora ele quem a decretara e talvez só assim pudesse convir e parecer inócua. Acabou por descobrir-se e declarar que seria melhor autorizarem-no a empregá-la, como e onde lhe parecesse conveniente, pois nem se conhecia o plano dos revoltosos, nem se podia prever onde a luta se travaria.

Voltando a comissão, de envolta com uma moção de aplauso, aprovada por 31 votos contra 9, o Senado delegou ao Poder Executivo a sua faculdade privativa de decretar o estado de sítio, podendo desde logo ser usada, a despeito de achar-se o Congresso reunido e designados os pontos do território nacional aos quais se tivesse de aplicar a terrível medida. A Câmara, porém, procurou salvar a dignidade do Poder Legislativo. Embora a maioria da comissão de justiça propusesse adotar-se o projeto, foram atendidas as razões da minoria, composta de três opositores, que demonstraram a inconstitucionalidade daquela proposta, consistente na delegação de uma competência privativa, na falta de prazo e determinação do lugar onde ficariam suspensas as garantias individuais. Por 71 votos contra 35 vingou um substitutivo, pelo qual o Congresso

declarava ele próprio o estado de sítio para o Rio de Janeiro e Niterói, durante dez dias, e tornava-o extensivo, por ato do Executivo, a qualquer ponto do território nacional, mas sempre dentro daquele prazo, quando aí se alterasse a ordem pública. Apenas a “alteração da ordem pública” poderia não ter a importância da comoção intestina e não se determinava precisamente o lugar, como exigia o art. 80 da Constituição. Era, entretanto, um ato meritório, em comparação ao do Senado, e a própria largueza nele contida explicava-se pelas circunstâncias.

Passados cinco meses, Floriano conseguiu vencer e reunir em torno do seu Governo as mais vivas dedicações. O seu maior talento consistiu em chamar a si a mocidade, a quem a singeleza da sua vida, a reputação da sua honradez e o seu nativismo de caboclo já inspiravam muitas simpatias. A suspeita levantada contra os intuitos da revolta agravaram-se com a adesão de Saldanha da Gama, durante longo tempo declarado em neutralidade. Diretor da Escola Naval, Saldanha procurava justificar-se, alegando querer ressalvar os aspirantes de envolverem-se na luta. No fundo do seu procedimento havia a invencível aversão ao caráter de Floriano e à indisciplina e ambição de Custódio de Melo. Mas nenhum militar pode ser neutro numa entre duas facções da força pública. Sob a influência daqueles dois sentimentos, só lhe restava o alvitre da reforma. Por fim, tarde veio a envolver-se na peleja e por sua vez ser útil a Floriano, como fora o ex-ministro. Seu manifesto, pregando o plebiscito para decidir a escolha das instituições políticas, pôs em dúvida a República, em torno de cuja bandeira com mais entusiasmo se grupou a juventude civil e militar.

Da luta Floriano saiu transfigurado. O vulto tortuoso de 15 de novembro de 89 e 23 de novembro de 91, envolto em dúvidas e suspeitas deprimentes, que só a história um dia esclarecerá na distância dos tempos, ganhou relevo na resistência à nova e poderosa insurreição militar, que vitoriosa se tornaria a origem de outras, ninguém sabe quantas. Infelizmente o triunfo foi rematado com as crueldades que pesam e pesarão sobre a sua memória.

Enquanto se desenrolava a luta, Glicério, à frente de um partido que engendrara, para arregimentar todas as situações dominantes

nos Estados, preparava habilmente a candidatura de Prudente de Moraes, proclamada em solene convenção. Entregue a preocupações absorventes, Floriano parecia alheio ao próximo pleito ou considerava perigoso opor-se desde logo à iniciativa dos políticos e criar novas dificuldades à situação militar ainda indecisa. Entretanto, nas vésperas de 19 de março, deixou entrever a sua discordância, mandando levantar a candidatura do Governador do Pará, Sr. Lauro Sodré. O Coronel Valadão, ex-secretário do marechal, seu confidente, então chefe de polícia da capital, foi encarregado de telegrafar no próprio nome aos governadores de Estado e comandantes das armas. Aos bons entendedores poucas palavras bastavam. Todos compreenderam que a assinatura era o pseudônimo de personagem por demais conhecido. Valadão era apenas um porta-voz, como ao apresentar na Câmara dos Deputados o projeto da alteração da bandeira nacional, estrangulado ao nascedouro pela Escola Superior de Guerra, uma manifestação de indisciplina tolerada pelo marechal, que tudo desculpava aos jovens e nada perdoava aos homens maduros.

De há muito ele começara a invadir a atribuição dos outros poderes e dia a dia procurava concentrar em si toda a autoridade, procedendo como se fora um ditador. Quando lhe resistiam, se não podia ir até o fim, mostrava desprezar os impugnadores. Em dezembro de 1892, expediu um decreto de reforma bancária, pelo qual usurpou todas as atribuições privativas do Congresso a esse respeito. Autorizou a fusão do Banco do Brasil com o da República, extinguiu a faculdade de emissão a este concedida, substituiu o lastro da emissão, destinou-lhe o ouro ao resgate de 100.000 contos de papel-moeda, rescindiu o contrato para execução desse serviço, autorizou a emissão de 100.000 contos de bônus com poder liberatório nas estações públicas pelo valor nominal e, tudo isso lhe sendo defeso, rematou-o com um artigo, submetendo-o, não à decisão, mas à aprovação do Congresso, na parte “que excedia às faculdades do Poder Executivo”. Quando o Congresso conheceu a matéria, em fins de setembro de 1893, a fusão estava feita, a reforma, plenamente executada e, aconselhando a sua aprovação, Glicério declarava que ela fora decretada inconstitucionalmente.

Quatro meses depois, o ministro da Fazenda, seu autor quase exclusivo, demitia-se juntamente com o Almirante Melo e alegava fazê-lo para não aprovar duas minutas de decretos, que o marechal lhe mandara por um ajudante-de-ordens, tendo por fim tirar ao Tribunal de Contas “toda independência e autonomia”, “permitir ao Governo a prática de todos os atos” e “administrar arbitrariamente”. A autorização dada ao Poder Executivo para reformar repartições públicas estava extinta e uma semana depois ia abrir-se o Congresso. Entretanto, nenhum escrúpulo dessa natureza impedira a reforma bancária.

Declarada e vencida a revolta, Floriano encontrou maior campo para o seu arbítrio; abriu o recrutamento forçado, abolido pela Constituição; emitiu clandestinamente 80.000 contos de papel-moeda, que o Congresso não lhe teria recusado; desprezou as leis e regulamentos para o preenchimento dos cargos públicos; escarneceu do Supremo Tribunal, nomeando ministros a dois Generais do Exército, Inocêncio Galvão e Everton Quadros, e a um médico de crianças, o Dr. Barata Ribeiro. Em julho de 1894, trinta dos seus partidários mais fervorosos propuseram na Câmara dos Deputados o adiamento da sessão legislativa até o dia 15 de setembro, como haviam ensaiado fazê-lo em 1893, o que não lograram graças à oposição de Glicério, que se esforçou por votar-se a lei do orçamento e a reforma bancária, declarando então que o funcionamento do Poder Legislativo não embaraçava o Governo. O projeto foi aprovado por setenta e oito votos contra sessenta e sete, entre os quais o de Glicério, chefe do Partido Republicano Federal, a quem só acompanharam seis deputados paulistas contra sete da mesma bancada, que seguiram Júlio de Mesquita, membro da comissão patrocinadora da medida. Mas o Senado rejeitou-a, a despeito de todos os meios empregados para movê-lo, desde as seduções de toda espécie até as ameaças de dissolução, habilmente feitas por um ministro em nome do marechal.

Livre dos homens com quem iniciara o Governo e algo representavam pelas suas luzes e posição política, passou a escolher os seus sucessores entre pessoas cuja nomeação causava espanto aos mais desiludidos. Muitas vezes, recusara-se a recebê-los quando mais solicitavam. Encerrado no Itamarati, onde fora dos seus prediletos, raramente alguém

o conseguia ver; de lá mandava ao Diário Oficial os decretos que depois referendariam. Cassiano do Nascimento, outrora seu opositorista veemente, definiu um dia a situação de todos, dizendo a um ex-correligionário que o visitava não saber se dormindo ministro, aquela noite, estaria na manhã seguinte preso na Correção.

Dir-se-ia que, enojado dos homens, só os queria para o servirem cegamente. Não era por serem de outra classe que os desconsiderava assim. Até na guerra com o estrangeiro, os militares tratam os vencidos com o respeito à farda; às vezes lhes restituem a espada. Ele, porém, impunha aos que lhe eram francamente infensos, e até àqueles de quem apenas suspeitava, as humilhações mais afrontosas. Almirantes, generais, coronéis, oficiais de todos os postos, eram recolhidos à Casa de Correção, arvorada irrisoriamente por decreto em prisão de Estado e aí, nos cubículos esvaziados por ladrões e assassinos para dar-lhes lugar, comiam do caldeirão onde se aferventava a “bóia” dos condenados, e nas grades desembaraçadas das blusas dos galés penduravam os uniformes, em muitos dos quais medalhas e passadores de campanha lembravam serviços em defesa da pátria e até sangue por ela derramado. Nunca soldado algum aviltara tanto a própria classe.

Nem somente para castigar revoltosos praticava tanta dureza. Excetuado o Comandante Huet Bacelar, companheiro de Wandenkolk na expedição do Júpiter, os demais, recolhidos à Correção, eram apenas suspeitos. Aliás, não é o arbítrio, mas a lei, quem mede a extensão da pena. Além disso, nas forças militares onde penetra o vírus da política, forças que subvertem regimes, depõem autoridades e mudam situações, os legalistas e os revolucionários revezam-se na sua dupla tarefa. Muitos dos que o levaram ao poder em nome da Constituição depressa passaram a arrogar-se o poder de interpretá-la e impor a decisão dos canhões; do mesmo modo, alguns dos que contra eles o defenderam e dos mais próximos à sua pessoa, já preparavam as armas para substituí-los e conspiravam para opor-se ao advento do governo civil.

Era em tudo o espetáculo tão constante na vida política do Brasil, desde a Independência, de verem-se os homens caídos do governo trocarem os papéis com os da Oposição vencedora; as palavras e as ações pas-

sam de uns a outros, proferidas e praticadas com a mesma falta de convicções e a mesma paixão de interesse ferido ou satisfeito. Os que promoviam os meios de denunciar Deodoro, pelas inconstitucionalidades por ele cometidas, tornaram-se colaboradores de Floriano em atentados da mesma ordem e ainda maiores; os que sustentavam todos os erros de Deodoro e recebiam a inspiração de Lucena transformavam-se em vestais da Constituição e apresentavam e aprovavam a denúncia contra Floriano, julgada não ser objeto de deliberação em porfiada luta de noventa e três contra cinquenta e dois votos. O merecimento da intrepidez, revelada num caso, diminuía pela submissão no outro. Mais dignos de escusa eram os militares envolvidos em tão altos negócios de Estado pelos profissionais da política e a quem o hábito do quartel conduzia a tantos desatinos.

Ganha a vitória contra a revolta naval, as forças da revolução do sul, já próximas dos limites de São Paulo, recuavam e voltavam para o Rio Grande. Eleito Prudente de Moraes e reconhecido pelo Congresso, começou a revelar-se entre militares da intimidade de Floriano a mais franca hostilidade à transmissão do poder. Um dia há de ser narrado minuciosamente pela história o fato hediondo da conspiração tramada para proclamar-se a ditadura do marechal. A República não podia dispensar a sua tutela, algo faltava ainda para “consolidá-la” de vez. Para chegar-se a tal fim, seria preciso derrubar os governos dos Estados em que ele se apoiara, com quem não contava para a nova empresa, e recorrer às oposições. Chamavam-se a conciliábulos vários políticos graduados, alguns deles saídos da cadeia. Ofereciam-se medidas de reação, necessárias ao bom êxito da obra projetada. O nefasto plano, porém, não encontrava raízes para firmar-se. A parte sincera e destemida da gente que combatera o caudilhismo de Custódio de Melo estaria pronta a quebrar o seu ídolo, se tão depressa o visse deformado. Moreira César e Pedro Alves, o valoroso comandante da Fortaleza de Santa Cruz durante a revolta, pronunciaram-se desde logo contra a insensata pretensão. Ao demais, a saúde de Floriano definhava e a aventura assemelhava-se ao golpe de Estado de Deodoro. Ainda assim, na noite de 14, quase toda a gente da Marinha velava nos seus navios, na expectativa de qualquer surpresa e pronta a cumprir o seu dever constitucional.

Como se frustrassem os passos dados para proclamar a ditadura, revelou-se o despeito do malogro na falta de consideração devida ao novo presidente pelo seu antecessor. A 15 de novembro de 1894, partindo de casa para o Senado em carro de aluguel, ao chegar ao Itamarati, já investido nas suas altas funções, ele encontrou o palácio abandonado, sem viva alma do mundo oficial para recebê-lo.

Assim penetrava Prudente de Moraes no ambiente eletrizado pelas paixões da guerra civil. Criara-se uma mentalidade de fanatismo político, traduzida em denominação emprestada aos dias do Terror na Revolução Francesa. Também nós tínhamos o jacobinismo, com a sua intolerância, as suas suspeitas, a sua violência, a sua insensibilidade ao sofrimento e à morte do adversário.

O partido constituído por Glicério e que fizera a eleição presidencial era, como seu próprio chefe declarava, formado de elementos heterogêneos, colhidos em todos os lados da opinião. O título de ingresso era pertencer ao grupo de cada estado, em cujas mãos estava o governo local; não era uma fusão, era um amálgama. O Sr. Rosa e Silva e Benedito Leite davam o braço a Vicente Machado e Lauro Müller; Afonso Pena e Luís Viana a Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos. Dentro dele havia nitidamente duas tendências, destinadas a fraturá-lo e dividi-lo em dois grupos mais definidos e harmônicos. Um queria a nova situação como um prolongamento da que findara, encampando-lhe todos os excessos, persistindo na mesma intolerância. Saíra-se de uma anormalidade, onde a Constituição era abafada entre as teorias mais esdrúxulas, proclamando-se na Câmara dos Deputados a “soberania do Poder Executivo”, sustentando-se no Senado que o estado de sítio era “uma ditadura constitucional”.

Sob a inspiração desses absurdos, que as moções de indevida delegação de poderes pretendia legitimar e que Floriano encontrava em si próprio, na sua concepção militar de governo, praticaram-se na esfera administrativa os atos mais nocivos à regularidade dos serviços públicos. O título de capacidade ao provimento dos lugares era ter-se batido pela “legalidade”. As repartições, cujos regulamentos exigiam concursos, às vezes de duas entrâncias, eram invadidas, até nos cargos mais elevados, por lei-

gos que implantavam a desorganização nos respectivos serviços. Educado noutra escola, austero, cercado de ministros moderados, afeitos às regras da administração pública, começou o novo Presidente a pô-la em ordem, a exigir dos nomeados irregularmente a exibição das provas de capacidade marcadas nos regulamentos para a investidura nos cargos, ou a dispensá-los sumariamente, quando era evidente a sua falta.

Choviam então na Câmara projetos dispensando-os dos requisitos não preenchidos naquele tempo, como se a lei pudesse retroativamente beneficiá-los. Após a guerra de cinco anos, sustentada contra López, a única vantagem concedida nesse particular aos “voluntários da pátria” foi a preferência nos concursos e nas nomeações para cargos em que essa condição era prescrita.

Surgiam os primeiros sinais da divergência de mentalidade, logo no começo da sessão de 1895. A Câmara dos Deputados fora eleita e reconhecida em pleno domínio de Floriano e continha no seu seio muitos membros dos mais exaltados admiradores da sua política. Não só relativamente à administração civil, mas também quanto à administração militar, os modos de ver eram os mais opostos. O Governo encontrara aspirantes comissionados em guardas-marinha e cassou-lhes a graduação, para não manter na Escola Naval o pequeno número deles, constituindo uma classe privilegiada com o direito de ocupar os primeiros lugares pelas honras do posto, a despeito da inferioridade do ano ou do curso a que pertencesse, quando esses lugares dependiam dos anos de estudo. Durante aquela referida guerra com o estrangeiro, nunca se recorreu à excentricidade de graduar aspirante em guarda-marinha; apenas graduaram-se guardas-marinha no posto de 2º tenente, cuja confirmação ficou dependente dos exames posteriores. Tratando-se de uma carreira para a qual se exigia competência apurada a juízo dos mestres, só transitariamente, em momento excepcional como o da revolta, com penúria de oficiais, seria admissível aproveitar, para suprir-lhes a falta, o auxílio de aspirantes.

À vista destas razões, apresentadas pelo Governo, ainda a despeito da simpatia inspirada pela situação daqueles jovens, parecia não existir meio de harmonizar o seu interesse e o reconhecimento dos seus serviços com o interesse do Estado. Mas se havia, por certo não era o

adotado pela Câmara, que mandou confirmar a comissão de cujo gozo já estavam privados, comissão já inexistente, conforme o Senado entendeu ao rejeitar o projeto.

A 15 de março do mesmo ano de 1895 surgia na Escola Militar um movimento de indisciplina. O Governo reprimiu-o e desligou os culpados, em cujo socorro, apenas reunida, a Câmara logo acudiu com um projeto destinado a cancelar a nota consignada no ato do ministro da Guerra e a dispensar em benefício dos ex-alunos as exigências regulamentares para serem de novo matriculados. De tal modo o Congresso pretendia confirmar nomeações ilegais, anular a baixa de soldados, comissionar oficiais e até fazer promoções nos quadros do Exército e da Marinha. Um projeto da Câmara mandava reformar, com todas as vantagens, do posto de general-de-brigada, um major reformado que se portara com bravura na defesa de Niterói. Em favor do Almirante Gonçalves, que chamado a comandar a esquadra legal revertera à atividade com dois postos de acesso, surgia um projeto, mandando contar-lhe o tempo de onze anos de serviço para nova reforma melhorada, desde a data da primeira até à da volta à atividade. Nem para Caxias, nem para Osório, nem para um só dos generais que comandaram no Paraguai, se propuseram remunerações de leve sequer parecidas com essas. Só havia símile em nossa história nas vantagens exigidas por Cochrane, em cujas veias não corria sangue brasileiro.

Todos esses excessos, aliás por honra dos beneficiados, não requeridos por eles, redundavam em embaraços ao Governo, assoberbado com a desordem administrativa, o descalabro militar e a penúria do Tesouro, sobre o qual pesavam todos os males produzidos pela revolta. Despenderam-se £2.500.000 do lastro dos bancos e 80.000 contos de papel-moeda emitidos clandestinamente. Os recursos em caixa eram fraquíssimos e a dívida do Banco da República subia a 40.000 contos. Numerosas comissões no interior e no estrangeiro e o conserto dos encouraçados Riachuelo e Aquidabã exigiam milhares de contos de réis. E como se isto fora pouco como herança de um quatriênio, antes de deixar o Governo Floriano encomendara material para o exército no valor de 20.000 contos, e ainda a 14 de novembro, na véspera da posse do seu

sucessor, celebrava contratos de £2.000.000 para a construção de oito navios de guerra, quando não havia nem dinheiro para pagá-los nem maruja para tripulá-los. A primeira prestação de £300.000 já ficava requisitada. Sob a pressão de tão clamoroso imprevisto, tudo quanto pôde fazer a nova administração, para aliviar o Estado de tão pesados encargos, foi conseguir a transferência aos Estados Unidos do contrato de dois cruzadores. Depois recorreu ao crédito, emitindo um empréstimo interno de 100.000 contos de réis e outro externo de £6.000.000 a 85, ou 15% de abatimento, pois só a tipo tão baixo era dado então ao Brasil levantar dinheiro em Londres.

Entretanto, a não ser pela prática de atos destinados a corrigir abusos de uma época anormal e a restaurar o império da lei, esquecida ou menosprezada no meio das dificuldades que houve para vencer nos dias recém-passados, em tudo mais o novo presidente marchava com o seu partido e atendia-lhe as justas pretensões. Mas não bastava; a justiça feita ao adversário era tida por preferência, ou convite a seu apoio; a recusa de pretensão desarrazoada do amigo era considerada ingratidão. Não alterou a situação militar no Rio Grande e entregou o comando de forças ali em operações ao General Moura, Ministro da Guerra de Floriano e homem de sua confiança.

A aspiração nacional continuava a ser a de pacificar-se aquele Estado. Ao abrir-se o Congresso em 1895, Ladário apresentou no Senado um projeto de anistia, que a comissão de justiça e legislação modificou, adotando-o em princípio, mas excluindo da atividade todos os militares beneficiados. O substitutivo era sustentado por Campos Sales e tomou o seu nome. Considerou-se a medida como garantia dada previamente aos revoltosos, dispostos a abandonar os cabeças e voltar ao Estado. Mas os federalistas continuavam a pelear e o próprio Governo não revelou empenho em patrocinar a medida, adiada para melhores dias. Na mensagem da abertura do Congresso, Prudente declarava que a luta não podia terminar “sem a submissão dos seus promotores às instituições adotadas e aos poderes constituídos”, mas seu empenho desde o primeiro momento foi reduzi-la. No dia 19 de janeiro concedeu indulto a todas as praças que se apresentassem às autoridades dentro de sessenta dias e disse igualmen-

te ao Congresso que “o conagraçamento da família brasileira era a aspiração de todos os patriotas”.

Com esse intuito substituiu o General Moura pelo General Inocêncio Galvão de Queirós, e este em julho do mesmo ano de 1895 assinou com o General Silva Tavares a ata das condições mediante as quais os revoltosos deporiam as armas: garantia dos direitos dados pela Constituição Federal, reforma da Constituição do Rio Grande, ressalva de requererem indenização pelos prejuízos sofridos em suas propriedades pelo abastecimento das forças inimigas. O Governo respondeu que aceitava a primeira condição, dependendo do Congresso a concessão da anistia; recusou a segunda por falta de competência e reconheceu o direito ressalvado na terceira. Castilhos apoiou esta resolução e a paz foi assinada a 23 de agosto no meio do regozijo público. Ainda assim, havia repugnância da parte dos exaltados em conceder a anistia. O grande número de militares, principalmente da revolta da armada, a quem ela aproveitaria, era o maior obstáculo levantado na Câmara dos Deputados contra o projeto triunfante no Senado. Alegava-se a ineficácia da demência para evitar a reprodução da desordem. Em agosto e setembro de 1892 votaram-se duas leis de anistia para os revolucionários de Mato Grosso e Rio Grande, para os revoltosos das fortalezas da Laje e Santa Cruz e os envolvidos na manifestação de 10 de abril. Quase todos eles voltaram a fazer ou fomentar revoltas.

Além disso o procedimento do General Galvão irritava os deputados rio-grandenses e desgostava o próprio Governo. O Presidente da República teve de fazer-lhe sentir o erro de permitir-se opinar na ata assinada com o General Tavares a respeito do poder a quem competia dizer se a Constituição do Rio Grande era ou não conforme à federal. Ainda assim, no telegrama dirigido ao Congresso, juntamente com o general federalista, ele foi além e declarou que a consolidação da paz dependia da revisão da Constituição do Estado, “indubitavelmente contrária à lei federal”. Fosse ou não verdade, a sua posição de chefe militar e delegado do Presidente da República inibia-o de expender opiniões a respeito desse assunto, principalmente dirigindo-se ao Poder Legislativo e em tal momento. O telegrama produziu tão desastrado efeito que Glicério, habitualmente calmo, qualifi-

cou-o de “atentado à autonomia dos Estados, ameaçada pela espada do general legal, de mãos dadas com o chefe rebelde”.

Mas o remate do grande ato não poderia ser prejudicado pelo inesperado destempero do negociador. A anistia tornara-se condição da paz, consumada com aplauso de Castilhos e da própria Câmara ao Presidente da República, por órgão de comissões especiais. O supremo interesse do país era pacificar o Rio Grande do Sul, cujas fronteiras abertas, em contato com os países vizinhos, constituíam, em conflagração permanente, um perigo constante de conflitos internacionais, por causa da frequente invasão dos territórios. Ao demais seria perfídia pactuar a deposição das armas mediante a garantia dos direitos individuais e depois fugir ao compromisso, deixando os enganados expostos a processo e punição. Receoso de ver frustrar-se o pacto assinado, ao agradecer uma manifestação popular a 19 de setembro, Prudente de Moraes declarou que ou se consolidaria a paz pela anistia ou resignaria o poder. E a anistia foi por fim decretada a 21 de outubro, com restrições para os militares, que não voltariam ao serviço ativo antes de dois anos, contados desde o dia da apresentação à autoridade competente, e ainda depois desse prazo se o Poder Executivo julgasse acertado; além disso, enquanto não revertissem à atividade venceriam apenas o soldo das patentes e só contariam tempo para reforma.

Não era só com os países vizinhos que o estado de revolução acarretava complicações internacionais. A revolta da esquadra fora causa de muitas, estudadas em parte por Joaquim Nabuco no seu opúsculo “A Intervenção Estrangeira” na baía do Rio de Janeiro, onde se pode ver o que foi a apregoada arrogância de Floriano diante delas. Logo a 8 de setembro o Governo foi obrigado a mandar abrir o Tesouro, fechado naquele dia, a fim de pagar incontinentemente 100:000\$000 reclamados pela legação da Itália para indenizar a família de um marinheiro, morto em consequência de tiros disparados pelas forças de guarda ao litoral. O asilo dado aos oficiais revoltosos nos navios portugueses determinou o rompimento das relações diplomáticas com Portugal, que o novo Governo se apressou em restabelecer. Ao voltar ao ministério das Relações Exteriores a 15 de novembro, onde apenas se demorara alguns dias so-

bre a presidência do marechal, o eminente Carlos de Carvalho ainda encontrou para resolver reclamações diplomáticas de vulto. Só o fuzilamento de dois franceses, Buette e Müller custaram um milhão de francos, ou 1.010 contos de réis daquela época. As da legação de Itália eram as mais numerosas e, em geral, provenientes de requisições militares nos Estados do Sul. Para atendê-las assinou-se um protocolo, a 12 de fevereiro de 1896, segundo o qual as reconhecidamente justas seriam desde logo atendidas. As demais, salvo as eliminadas, submeter-se-iam ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos. Levantou-se grande clamor contra esse ajuste, assaz explorado pela Oposição ao Governo, e o Congresso negou-se a aprová-lo. A 19 de novembro do mesmo ano, firmou-se, e vingou outro acordo, sendo pagos 4.000 contos de réis à legação da Itália, incumbida de distribuir aos reclamantes as respectivas parcelas; além disso ainda se pagaram 815:067\$ também a italianos, para indenizá-los de outras requisições no Rio Grande do Sul e Santa Catarina por forças em operações contra o Governo Federal.

A esse tempo, Prudente de Moraes adoecera gravemente; a 10 de novembro foi sujeito a uma operação cirúrgica para extração de cálculos vesiculares e chegou-se a esperar a sua morte. Após a convalescência em Teresópolis, em princípios de março de 1897 reassumiu o Governo. No dia 7, chegaram ao Rio as primeiras notícias do desastre da expedição organizada pelo Vice-Presidente em exercício, Manuel Vitorino, contra o Arraial de Canudos, nos confins da Bahia, onde o fanático Antônio Conselheiro, cuja história Euclides da Cunha celebrou na sua grande obra Os Sertões, destroçara os contingentes da polícia do Estado mandados contra ele. Com as armas tomadas aos vencidos, outras reunidas entre os caudilhos “cangaceiros” das vizinhanças, principalmente com a perícia de atiradores exímios e o perfeito conhecimento daquelas ínvias paragens, ele opôs vencedora resistência à força do Exército enviada para combatê-lo, sob o comando do Coronel Moreira César, um dos mortos na peleja.

Fatos idênticos ocorrem em todas as guerras de recursos. Na do Transval, os bóeres, atiradores exímios como os jagunços, inflingiram perdas extraordinárias às forças regulares dos ingleses. Ao demais, como

no momento foi esclarecido por militares, houve grandes erros na organização de serviços de intendência, de modo a ficar o grosso das munições a grande distância dos lugares onde a luta se travava. Mas o fanatismo político, criado pelo golpe de Estado e nutrido pela “legalidade”, chegara ao delírio durante a revolta de 6 de setembro e mantinha-se no mesmo estado de agitação, quiçá aumentara e atingia o paroxismo. Entre os seus cultores de boa fé, o perigo monárquico estava sempre à vista, e os profissionais da política agitavam-no como espantalho, quando pregavam o terror e a necessidade de governo violento para afastá-lo de vez. Diz Mignet que os jacobinos não concebiam derrota dos exércitos da Convenção sem haver traidores e atribuíam os desastres militares a combinações de partido. Dir-se-ia renascer um século depois em seus descendentes espirituais de além-mar a mesma mentalidade robespierréana.

O desastre de Canudos pareceu-lhes um desastre da República. Ferviam os boatos os mais inverossímeis e por isso mesmo mais depressa acreditados. Oficiais da revolta haviam atingido o Arraial de Conselheiro e dirigiam-lhe as operações guerreiras. Abundava-lhe o dinheiro das colheitas feitas no Rio, onde se reunia o estado-maior do regime decaído. Um homem destemido parecia representar a ação terrível do agrupamento odioso. Era o amigo inseparável do Visconde de Ouro Preto, Gentil de Castro, dono da Gazeta da Tarde, adquirida recentemente para ser o órgão do credo amaldiçoado. Propalava-se que no edifício do jornal reunia armamento para empregá-lo na cidade ou remetê-lo ao fanático. Ele respondeu chamando à responsabilidade o denunciante. Mas não esperaram a palavra da justiça. A multidão já rugia, clamando vingança, e parecia a única autoridade; seus julgamentos dispensavam diligências e a sentença já estava proferida. A Rua do Ouvidor era o seu quartel-general. Ali ficava a redação do famoso diário, que pertencera a Ferreira de Meneses e José do Patrocínio e fora outrora instrumento da propaganda da Abolição e da República. A monarquia deixara-o pregar livremente o seu evangelho, muitas vezes com imprecações de ódio e cólera e afrontas cruéis à dinastia. Nunca lhe tocaram. Em nome da República, que era a liberdade ainda maior, então sonhada, arrastaram à rua o material, onde algo talvez restasse da velha e histórica oficina e

tudo destruíram num alucinante festim. Era a aplicação daquele estranho sistema de liberdade, a que se referia Vergniaud na Convenção Francesa: “És livre, mas pensa como nós; do contrário denunciaremos-te às vinganças do povo.” Não fora bastante castigar tal “malvado” como se dizia na linguagem feroz do absolutismo. Daí foram-lhe à casa, dos seus móveis fizeram uma fogueira e depois caçaram-no como a uma fera, que pusesse em perigo uma cidade; encontraram-no numa estação de caminho de ferro e mataram-no a cacete e a tiro.

Como a sua oficina quebraram-se mais duas, da Liberdade e do Apóstolo, e clamava-se contra a vida de outros homens, que se escondiam espavoridos. Artur Rios, presidente da Câmara, chegado recentemente da Bahia, declarara à imprensa não haver a menor inspiração política no Arraial de Canudos. O desastre vinha mostrar a convivência daquele político com os inimigos das instituições. Procuraram-no por toda parte para responder pelas suas mentiras. Chegado à capital, havia apenas uma semana, ainda combalido na saúde, Prudente de Moraes parecia a sombra do poder, arrastado para a rua e exercido pela irresponsabilidade da multidão. A polícia, de braços cruzados, não ousava contrariá-la. Foi preciso o Ministro da Justiça, Amaro Cavalcânti, vir à Rua do Ouvidor, mais de uma vez, para haver quem desse providências eficazes e lograsse pôr termo aos motins.

A exaltação partidária, porém, não diminuía; antes aumentava e atingia a mocidade militar. Já havia muito tempo, os alunos da Praia Vermelha envolviam-se freqüentemente nos distúrbios produzidos na cidade pela rivalidade entre florianistas e revoltosos, abrangendo-se nessa designação não só os suspeitos de simpatizarem com a Revolta da Armada e a revolução rio-grandense, como os amigos do Governo, desejosos da pacificação dos espíritos e da volta à tolerância. Em janeiro e fevereiro de 1895, figuraram em desordens na Rua do Ouvidor e durante o carnaval no recinto de dois teatros, sem se importarem com a presença do respectivo comandante. Na mesma época publicaram um manifesto, permitindo-se censurar atos do Governo, que com lamentável fraqueza se limitou a fazê-los repreender em Ordem do Dia do Comando da Escola. Animados pela inocuidade da punição, sendo autorizados a comemorar

a 13 de março o fim da revolta de 6 de setembro, fizeram nesse ato uma manifestação de desgosto ao seu chefe. No dia seguinte, sessenta deles foram desligados. Ao sair do estabelecimento, aquele general foi estrondosamente vaiado. Voltou, deu conselhos, saiu de novo e teve o prêmio da sua fraqueza na recrudescência da insultuosa algazarra. No dia 15, a insubordinação atingiu o auge; receberam-no entre gritos ofensivos à sua autoridade e ao Governo, que ao ter, por ele próprio, a comunicação dos acontecimentos, o fez regressar acompanhado de força para dar baixa aos alunos, desligar os oficiais e distribuí-los pelos corpos. A abertura das aulas foi então adiada até maio.

Dois anos depois, rompendo uma revolução no Uruguai, o comandante das armas do Rio Grande do Sul pediu ao ministério da Guerra a remessa urgente de munições para suprimento das forças da fronteira. Elas escasseavam na Intendência da Guerra; entretanto, na Escola Militar existiam 50.000 cartuchos Mauser sem aplicação imediata. Deu-se ordem de removê-los imediatamente para o Arsenal de Guerra a fim de serem enviados àquele Estado. Era o fim de maio de 1897, dia 26. Os alunos opuseram-se à entrega, e prenderam os comandantes da escola e do respectivo corpo e armaram-se para resistir. O Governo fez marchar contra eles importante força das três armas e mandou estacionar dois navios de guerra nas proximidades da praia Vermelha. Despojados das munições distribuídas entre si, os insurretos entregaram as armas em seu poder e receberam a punição merecida.

O frágil arcabouço do Partido Republicano Federal, fundado por Glicério, estava abalado pela procela da desordem. Sob a influência de duas forças opostas, os materiais contraíam-se ou dilatavam-se, preparando a desagregação inevitável. Mais dia, menos dia, um impulso inesperado faria ruir a artificiosa construção. No dia 28, o Deputado Seabra requereu que a Mesa da Câmara nomeasse uma comissão para congratular-se com o chefe do Estado pelo restabelecimento da ordem pública, perturbada em consequência da sedição da Escola Militar. Declarando que o Presidente da República “era completamente estranho àquela proposta”, Glicério combateu-a e anunciou negar-lhe aquiescência. O Deputado baiano Aristides Milton, homem moderado e de alta ponderação,

propôs um substitutivo: “Considerando que a disciplina militar é condição indispensável à garantia da ordem pública e confiando que o Governo saberá mantê-la, passa à Ordem do Dia.” Após negar preferência a esta fórmula conciliatória e recusar votação nominal, a Câmara, por oitenta e seis contra sessenta votos, rejeitou o requerimento.

Antes de abrir-se a sessão, Glicério fora avisado do propósito de Seabra e rogado para frustrá-lo, apresentando ele próprio um requerimento ou moção em sentido idêntico. Dir-se-ia que a ameaça do golpe rude e imprevisto perturbara-lhe a serenidade do juízo. Em vez de evitá-lo e tomar o acertado conselho, apresentou o flanco ao inimigo sem contar com os reforços que lhe vieram em auxílio. Não procedia a escusa de serem inadmissíveis no regime presidencial manifestações daquela ordem. Recordavam-se outras idênticas, protestando apoio ao governo de Floriano. Quería-se, porém, pôr a Escola Militar fora do alcance de qualquer censura. Um deputado proclamava-a “o mais valente, o mais santo, o mais puro baluarte das instituições”. Aprovar o requerimento, sentenciava Glicério, seria “condenar a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito das nossas afeições” e continuava no mesmo tom: “... As almas republicanas estão eternamente presas àquelas paredes”, e quase lamuriendo, tão fora da sobriedade e precisão da sua linguagem forense, ainda declamava: “Nossa alma está eternamente presa àquele edifício, cujas paredes relembram as nossas esperanças do passado, reduto das nossas glórias que as próprias águas do mar beijam respeitadas nas mais graves circunstâncias.” Semelhante pieguice em tal momento exprimia o estado moral daquele homem, cujo senso das realidades fora sempre tão nítido.

A argumentação de Glicério era tudo quanto se podia imaginar de ilógico. Condenava qualquer movimento de indisciplina e pensava que o Presidente da República procedera corretamente; mas Seabra pretendia dividir o partido, pondo-o no dilema de rejeitar o requerimento, mostrando desconfiância ao Chefe do Estado, ou aprová-lo, condenando a solidariedade legalista com a Escola Militar e não o seu ato de indisciplina. Ora, se havia um ato de indisciplina, se os alunos punham-se acima da lei, para os seus defensores, principalmente para o Poder Legislativo,

senão quebrada, pelo menos abalada estava aquela solidariedade. Do contrário, a gratidão devida a Custódio de Melo, que restabelecera o Congresso dissolvido, obrigava os admiradores desse ato a absolvê-lo do movimento de 6 de setembro. A mesma condescendência absolveria também tantos outros militares, cuja ação fora decisiva a 15 de novembro, Almeida Barreto, Sólton, Mallet, sobre os quais caíram a 7 e 10 de abril punições excessivas por serem ilegais. Só há uma disciplina, só há um dever militar; é a obediência aos superiores, regulada pela lei e pelos regulamentos. A República não fora feita para permitir aos soldados transgredi-los a seu bel-prazer e arvorarem-se em juizes das circunstâncias em que deveriam obedecer. Na alternativa de louvar o Presidente ou descontentar a Escola, Glicério preferia não apoiar o Presidente para não desgostar a Escola.

No dia seguinte à votação da Câmara, julgando-se para tanto autorizado, declarava o *Jornal do Comércio* que Glicério “não interpretava perante o Congresso a política do Governo”, como fizera-se acreditar. O seu discurso acerca do Requerimento Seabra, “e os seus temerários incitamentos à revivescência de paixões que deviam desaparecer, denunciavam aliás a sua completa divergência dos atos que entendera praticar o Sr. Presidente da República”. E concluía assim: “É provável que brevemente a situação se torne mais franca, e desapareçam as ambigüidades de certas atitudes políticas, tomando cada um a posição e as responsabilidades que lhe pertençam perante a opinião.”

Era o toque de debandar. Na sessão de 29 Artur Rios descia da cadeira presidencial e explicando o seu proceder pedia demissão à Câmara. Não apresentaria o requerimento, obra exclusiva do seu autor; mas os votos que o repeliram tornaram inócuas as declarações governistas de Glicério. Negara-se ao Chefe do Estado um mero ato de cortesia. Ocupava uma posição política, que só podia ser mantida pela confiança dos seus colegas no terreno da política, confiança abalada pelos acontecimentos da véspera. Não pedia à Câmara uma retratação, mas que ela condensasse num voto os conceitos de Glicério a respeito do Governo. Guardava-lhe as palavras: O partido que votava contra o requerimento “é o mesmo que presta o mais completo apoio ao Presidente da República”.

Glicério respondeu não achar meio decoroso para salvar a sua dignidade pessoal e de chefe do partido, como se o Deputado Belisário Augusto não lhe houvesse rogado antecipar-se ao Sr. Seabra na apresentação do requerimento; como se a Moção Milton não constituísse a ponte lançada habilmente para contornar a dificuldade imprevista; como, por fim, se ainda depois de aberto o conflito de opiniões, fosse indecoroso evitar uma perigosíssima crise política à custa de um sacrifício, que absolutamente não feria a dignidade pessoal nem dele nem de ninguém. Em condições muito mais delicadas, arriscando a própria autoridade do Governo, Cotegipe aceitara a ponte lançada por dois adversários políticos, que não queriam assaltar o poder com auxílio da espada, Silveira Martins e Ouro Preto, para salvarem o gabinete na questão militar, e por ela passara simplesmente “arranhado”, sem considerar-se atingido no seu decoro. Com o voto pedido por Artur Rios, a Câmara deixava de pé a recusa do Requerimento Seabra, não por negar apoio ao Governo, mas por considerá-lo inadmissível e tendente a dividir o partido. Entretanto a maioria obcecada concedeu a demissão por setenta e nove votos contra setenta e um. Por causa da sua intransigência e do seu amor próprio, Glicério repetia os erros da resistência à concessão do Porto das Torres e da conciliação proposta por Lucena. Estava cindido o P. R. F., que assim se apelidava o seu partido.

Passaram-se seis dias em combinações de toda ordem para recuar-se deste resultado e recompor a situação. Os governistas propuseram a fórmula feliz de escolher-se para substituir a Artur Rios um deputado que tivesse votado contra o seu pedido de demissão. Entre eles havia alguns, cujo voto também fora contrário ao Requerimento Seabra. No meio deles poderia achar-se quem inspirasse confiança aos dois lados. Tudo foi de balde. A 3 de junho, dia da eleição, O País lançou a ameaça da intervenção militar. O artigo era atribuído a Quintino Bocaiuva, que sabia, como ninguém, empregar o tom agoureiro de idênticas profecias. Dir-se-ia a repetição do lançamento do manifesto Pelotas—Deodoro contra o Gabinete Cotegipe, o artigo “Do Capitólio à Rocha Tarpéia”, precursor da queda da monarquia. Quantos lhe conheciam a experiência da história dos nossos pronunciamentos militares não se enganaram a respei-

to da significação daquelas palavras. A resistência à reconciliação supunha contar com o auxílio dos quartéis.

O Jornal do Comércio estava cabalmente informado dos perigos espalhados no ar; mas não temeu os riscos que ele próprio corria e rebateu no dia seguinte a nefasta doutrina: “Não se explica a descrença dos que, dizendo preferir o regime presidencial e apregoando-lhe platonicamente as vantagens, vêm proclamar no momento em que se dá um incidente comum à vida de todas as assembleias, isto é, a sua divisão em dois lados opostos, que ‘no regime antigo essas perturbações ocasionais tinham solução constitucional’, mas ‘no nosso regime essa solução pacífica não existe e, fora dela, não há para os conflitos desta natureza senão a solução revolucionária’.” Daí concluir o decano da nossa imprensa: “Dizer que o novo regime só tem solução revolucionária para perturbações ocasionais, equivale a condená-lo.” E então estranhava “que logo após lições de moderação, a melhor conselheira dos homens de Estado para vencer as dificuldades das crises políticas, aqueles que as tinham pregado se voltassem para o extremo oposto, perdendo a esperança na solução pacífica de mera cisão parlamentar e assustando imprudentemente a opinião com a possibilidade de uma intervenção estranha para resolver violentamente o conflito”. Em seguida expendia a verdadeira doutrina, aplicável ao caso: “Ainda admitindo a pior das hipóteses, de não ficarem em maioria os amigos do Governo, nenhum conflito poderia surgir entre os dois Poderes, se o Legislativo cumprisse sua função constitucional de dotar o Executivo das leis de meios. Uma das vantagens assinaladas pelos partidários do atual regime é que os dois Poderes podem girar em sua esfera limitada, sem que o procedimento de um possa alterar a constituição do outro. Desse modo evita-se a instabilidade da administração, assegurando ao Executivo permanência e segurança durante um período determinado, e dá-se ao Legislativo maior independência, pondo-o ao abrigo das dissoluções.”

Glicério lançou o bastão de marechal na decisão da contenda; ele próprio fez-se candidato contra Artur Rios, e, ao fim da luta, a sua maioria de vinte e seis votos, de uma semana atrás, evaporava-se no fumo do combate. Rios estava eleito por oitenta e oito votos e ele só lograva se-

tenta e seis; três avulsos, dos quais dois em branco, completavam a soma de cento e sessenta. A vitória fora ganha por doze ou treze votos.

O “elemento estranho” conservou-se insensível ao canto das se-reias políticas, mas o Governo passou a ter tormentosa existência. Antes da cisão já era evidente o propósito de instigar os militares a tomar partido contra ele. A 24 de maio, a comissão de Marinha e Guerra, como se não houvera ministro dessa última pasta, convidara diretamente seis comandantes de corpos da guarnição para estudarem em sua companhia os meios de preencher os claros do Exército. Quando se censurou na Câmara esse procedimento, Glicério declarou-se solidário com a comissão, “que não tivera intuito de melindrar o ministro”. Orgulhoso de comandar vinte e uma brigadas, como ele próprio denominava os diretórios, ou antes, os governos dos Estados e do Distrito Federal, componentes do seu inconsistente partido, Glicério, aliás contrariando a própria índole, transigia, com o elemento vivaz dessa agremiação, os seus alferes e cadetes mais turbulentos, a fim de não arriscar a posição de chefe, tão cara à sua vaidade política, como aqueles chefes da Revolução Francesa, que, para se conservarem como tal, eram obrigados, no dizer de Taine, “a seguir o cego impulso de sua tropa”.

Na discussão do Requerimento Seabra censuravam-se por excessivas as providências tomadas contra a Escola Militar. Centenas de jovens militares, destinados a constituírem os guias do Exército, desobedeciam aos seus superiores, opunham-se às suas ordens mais legítimas, armavam-se para resistir ao seu cumprimento e depois... devia-se passar-lhes a mão pela cabeça, como se fizera dois anos atrás quando apu-pavam o seu comandante. E tudo isso misturava-se com protestos de apoio ao Governo e de entranhado amor à lei e à ordem pública. Eis as ambigüidades de certas atitudes políticas a que aludia a “vária” do Jornal.

Era esse o caminho por onde evidentemente queriam derrubar o governo de Prudente de Moraes os mais fervorosos sustentáculos do governo de Floriano. Contra ele ficaram nove ou dez governadores de Estado, dos quais só o Rio Grande do Sul dispunha de deputação numerosa. Os de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais ficaram ao seu lado. Aliás nisso havia um sinal da correção do seu

Governo. Os mais fracos não recebavam violências e sentiam-se seguros para dele divergir e combatê-lo.

Canudos tornava-se o motivo bem-achado das explorações oposicionistas; era o matadouro, para onde ele, de acordo com Luís Viana, tangia o Exército, deixando a República desamparada e exposta à pretensão restauradora. Republicano dos mais graduados desde quase trinta anos, presidente da Constituinte, inspirava menos confiança na defesa das instituições que o seu substituto eventual, monarquista até 15 de novembro, convertido em namorado da oposição.

Por fim Canudos rendeu-se a 5 de outubro; desfez-se a lenda da cooperação de combatentes estranhos aos sertanejos, que pelejavam por conta própria, sob a inspiração do fanatismo, produzido por um vesânico tocado de misticismo. Mas as suspeitas contra o Presidente continuaram com o mesmo furor. Já voltavam tropas da última expedição contra o arraial, e o órgão do partido, o jornal República, ainda insistia em anunciar-lhe a demissão forçada: "... a condenação já se fez e há de cumprir-se — tem de retirar-se, manda-o uma vontade que é superior." Ia-se além do dilema de Gambeta a Mac-Mahon: ou submeter-se ou demitir-se. Aqui não havia que escolher; era uma sentença para ser cumprida. Quem a teria lavrado? Eis o mistério.

A 5 de novembro, indo ao arsenal de guerra receber batalhões de regresso, Prudente de Moraes é enfrentado por um anspeçada do Exército, Marcelino Bispo, que se destaca de um grande grupo donde partiam vivas à memória do Marechal Floriano, e tenta disparar contra ele uma garrucha. A arma falha; de um salto, o ministro da Guerra, o General Mendes de Moraes e o Alferes Cunha Moraes atiram-se ao criminoso e desarmam-no. Quase ao mesmo tempo lançam-se oficiais em seu auxílio, de espadas desembainhadas. O ministro grita que não ofendam o assassino e nesse momento é morto por ele à faca, ferido quatro vezes e a mesma arma atinge o General Moraes, caído em estado grave.

O sacrifício de Carlos Machado Bitencourt, marechal do Exército, organizador da expedição triunfante em Canudos, vítima de uma praça de pré, desvairada pelas sugestões de fanáticos políticos, caído numa praça de guerra diante de corpos que vinham de cumprir o dever mi-

litar, e de alguns daqueles loucos ali reunidos para assistir à tragédia de conseqüências mais vastas, era a maior lição de civismo dada por um soldado no momento de insuflar-se no Congresso e na imprensa a propaganda da indisciplina militar e da deposição do Chefe do Estado com auxílio da tropa. Toda ela conservara-se surda às loas dos seus instigadores e os fanáticos foram buscar na meia-luz de uma tarimba o desgraçado capaz de trocar as armas da guerra pela garrucha e a faca do sicário. Heroicamente Carlos Machado lavou tamanha infâmia com seu sangue.

No primeiro momento a cidade encheu-se de pavor. Dizia-se que a máfia política, promotora do atentado, tinha meios de persistir na sua obra, de atingir o seu fim. Parecia um desacerto irreparável o Presidente expor de novo a vida, quando outro louco poderia deixar-se matar para matá-lo. Não lhe faltaram conselhos nesse sentido; mas a todos ouvia sem nada responder. No dia seguinte, à tarde, viam-no chegar, sem guarda alguma, junto ao esquife do grande cidadão, morto para salvá-lo e a quem vinha acompanhar a pé ao cemitério. Nunca se vira ali tão ruidosa apoteose à coragem e ao dever.

O sangue de Machado Bitencourt revigorou o poder periclitante e o quadriênio pôde findar em paz. Um ciclone, porém, passara sobre o Brasil. Quando começara a soprar, ninguém imaginava aonde iria o seu furor; em cada camada da atmosfera, atingida pela tormenta, mais tremendo se tornava. Da demissão do Governo Provisório passava ao advento de Lucena; do domínio de Lucena à reação do Poder Legislativo; da candidatura Prudente à mudança na organização dos Estados; da recusa de acordo com Deodoro à dissolução do Congresso; do golpe de Estado às violências da “legalidade”; da reviravolta de Floriano no Rio Grande à revolução federalista; da rivalidade entre Melo e Floriano à revolta de 6 de setembro; da revolta de 6 de setembro e da adesão de Saldanha à exacerbação do jacobinismo; da intolerância jacobina à cisão do P. R. F.; do fanatismo político ao atentado de 5 de novembro.

Espalhavam-se no chão os destroços da tempestade e a nação só almejava reparar em paz as desgraças que a todos atingira. Eleito Presidente, Campos Sales pensou antes de tudo em certificar-se por si mesmo das conseqüências produzidas entre os credores estrangeiros por

tantos erros acumulados. Tendo visto de perto, em sua viagem de 1892 a 1893, o desconceito do Brasil na opinião da Europa, procurou logo desviá-la em sentido oposto e inspirar-lhe novamente a confiança em nossos destinos. A visita aos chefes de Estado e ao Papa, o contato com os homens de governo das grandes potências, produziram as primeiras manifestações de consideração ao Brasil depois de proclamada a República. A sua posse era assistida pela oficialidade de navios de guerra enviados pela Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Portugal, Estados Unidos. O Times, de Londres, e o Temps, de Paris, ocuparam-se nesse dia da inauguração do seu governo com minúcias a respeito do seu ministério e do seu programa, como se tratassem da formação de um governo europeu. Logo no ano seguinte vinha o General Roca ao Rio de Janeiro; era a primeira viagem de um chefe de Estado ao Brasil desde a Independência e eram laços mais fortes que apertavam suas relações com a Argentina.

As emissões de papel inconvertível, a liquidação das despesas de insurreições e guerra civil, em que o país vivera com pequenos intervalos, desde o golpe de Estado até a paz do Rio Grande, acrescidas das despesas de expedições contra Canudos, levaram-nos à suspensão dos pagamentos em moeda. No orçamento para 1898, com uma receita de cerca de 300.000 contos seriam precisos 100.000 só para a verba diferenças de câmbio. Prudente economizara quanto pudera; suspendera quase todas as obras públicas; rescindira os contratos para construções de estradas de ferro; mas a situação não lhe permitia, como propusera Murinho, quando ministro da Viação, reduzir, entre outras despesas militares, as relativas aos efetivos da força pública.

Campos Sales vinha encontrar a obrigação de resgatar 115.997:710\$ de papel-moeda, em virtude do convênio do funding; os títulos da dívida pública cotados nas bolsas estrangeiras até pela metade de seu valor; o resto do empréstimo externo de 1897 por letras do Tesouro, pagáveis mensalmente e a liquidar-se em 1899, no valor de £1.122.083; letras idênticas emitidas no interior como antecipação de receita, na importância de 20.350 contos; a dívida de 11.000 contos ao Banco da República; £274.694 e 833:000\$ a pagar em prestações por

encomenda de material de guerra. Como recursos em caixa restavam 5.492:854\$ no Tesouro e £81.713 na agência de Londres.

Se a ordem pública fosse perturbada, se as revoltas militares se reproduzissem, seria impossível realizar a enorme tarefa de cumprir todas essas obrigações. Daí a preocupação do novo Presidente de preparar ambiente de calma, onde pudesse trabalhar. O aumento de impostos, o corte de despesas, a redução dos empregos, criariam um mundo de descontentes a quem era impossível convencer das vantagens para advirem proximamente à comunhão, em consequência dos sacrifícios exigidos naquele momento. Ele explicou lealmente no seu notável livro Da Propaganda à Presidência, destinado a tornar-se um dos mais valiosos elementos para a história da República, os meios postos em prática para evitar as perturbações que podiam surgir e impedi-lo de alcançar o seu fim.

Afastado do Congresso quando se extremaram as paixões contra o seu antecessor, ficara em estado de tornar fácil a aproximação dos opositoristas, grupados numa “concentração republicana”, que se mostrou disposta a ajudá-lo. Eles viam então quanto fora lícito aos adversários de Floriano aproximarem-se de Prudente de Moraes e este não recusar-lhes o concurso. Se Campos Sales fosse inacessível a qualquer entendimento com aquele partido, produzir-se-ia uma crise política até então nunca vista e cujos corolários ninguém poderia prever.

Nas eleições feitas em 1899 para a legislatura do ano seguinte, os dois grupos resultantes da cisão do P. R. F. tinham apresentado candidatos em todos os Estados e todos traziam diplomas, forjados de qualquer maneira, porque dos diplomados dependia o reconhecimento de poderes. A legitimidade daqueles títulos seria decidida por uma comissão de cinco membros nomeada pelo presidente, e ao membro mais velho da assembléia caberia este lugar. Em torno da autenticidade da certidão de nascimento começariam dúvidas terríveis. Prevendo a luta, os remanescentes do P. R. F., onde, na ausência de Glicério, começava a predominar Pinheiro Machado, já davam passos para alugar o edifício do Cassino, a fim de instalar uma das câmaras de deputados, resultantes da esperada duplicata. Atemorizado das consequências financeiras de tal calamidade, Campos Sales tornou-se o centro de combinações para evitá-los,

procurando entre os representantes de todos os agrupamentos, menos do Rio Grande do Sul, abster-se de acordo, a adoção de uma norma, que no caso de dúvidas mais acentuadas servisse para resolvê-las. Dos ajustes feitos resultou a preferência para os diplomas do partido, na posse do governo do Estado, onde eles fossem expedidos, e o sacrifício de candidatos, cujos eleitores concorreram para a eleição do Presidente, em luta com os seus adversários, agora beneficiados sob o seu patrocínio. Dessa norma só houve uma exceção, para a qual ele concorreu pesaroso e constrangido.

Os dois campos separados em maio do ano anterior logo confundiram-se e o desânimo levado às oposições dos estados, revigoradas com o bafejo do poder federal, foi pouco e pouco deixando todos eles entregues à onipotência dos governadores.

Campos Sales, como todos os republicanos federalistas, esperava tudo dos Estados; a política devia vir da periferia para o centro e não do centro para a periferia. A despeito de confessar na sua obra citada que alimentava uma utopia, ao sustentar outrora poderem as instituições reformar os costumes, continuava na ilusão de que a República daria às antigas províncias a liberdade suplantada pelo governo dos “procônsules”, incumbidos de fazer as eleições e demonstrar não ser o sistema representativo outra coisa além do poder pessoal do monarca.

O engano consistia em imaginar que a República criaria de súbito povo apto para praticar aquele sistema e governantes de moralidade política, capazes de respeitar-lhe a vontade e dela aurir a própria autoridade. Já se evidenciava o contrário. Os “procônsules” estavam substituídos pelos “oligarcas” e os nomes de várias famílias designavam pequenas dinastias na posse ininterrupta do poder. Os homens eram os mesmos e a mudança de instituições não os corrigia. Como fossem os primeiros presidentes formados nas lições da propaganda republicana, cujo influxo de algum modo atingia até os militares, a autonomia dos Estados era respeitada e à sombra dessa tranqüilidade os governadores ou os chefes locais, seus criadores, cada vez se tornavam mais prepotentes. Começou-se então a gritar contra eles e a olhar para o centro à espera do Messias, à espera do Salvador, para levar às populações aflitas a esperada salvação. Mas ela seria apenas a contradança das posições; opressores e

oprimidos trocariam os papéis. Só haveria um meio de modificar tão pernicioso estado político; seria consentir o povo votar, porque só o povo é uma realidade constante. A despeito de incapaz em larga escala, o exercício torná-lo-ia apto, sobretudo se corrigissem o sufrágio universal com a eleição de dois graus, salvo para os cargos municipais, favorecendo destarte a consciência do voto pelo conhecimento do valor dos candidatos. Mas os homens políticos entendiam ser preferível dispor do poder, obtido por acaso, e dele usar e abusar como enviados de Deus, a disputá-lo como delegação nacional, realmente conferido pelos melhores meios postos em prática nas democracias dignas desse nome. Se essa forma de adquirir-lo vigrasse, eles teriam sempre o amparo de um eleitorado para reviver-lhes a influência nos negócios públicos, se não numa posição em outra; entretanto parecia-lhes mais cómodo passarem de César a João Fernandes, e não se poderem eleger vereador, no dia seguinte ao deixarem as alturas de uma presidência, sem o consentimento do sucessor, conferido aos manipuladores das farsas representadas em quase todo o país com o nome de eleições. Sua alma, sua palma.

Campos Sales teria de ver por si mesmo, dentro de pouco tempo, a verdade destas asserções, como veriam Prudente, Glicério e ainda outros nos dias do porvir. Entretanto o poder dos governadores, mantido pelo respeito dos sacerdotes do constitucionalismo aos dogmas do novo regime, era um contraste suportado docemente por estes, como uma espécie de sacrifício à pureza das instituições. Realmente tal contraste era benéfico e coarctava o poder central. Graças a ele lograra-se eleger um presidente civil em plena revolta militar, quando a espada decidia da sorte do poder; exercendo-o firmemente, os exaltados procuraram impor sua política ao novo eleito com o seu concurso.

Em geral os detentores dos poderes públicos tratam de alargar-lhes a esfera de ação e só à resistência dos outros órgãos do Estado contém-lhes a tendência. As antigas cortes e os barões feudais restringiram pouco a pouco o poder dos reis absolutos; os parlamentos criados pelas Constituições, armados da faculdade de votar o imposto e fixar a força, arrancaram dos monarcas, em proveito próprio, algumas das prerrogativas da Coroa. Nas Repúblicas presidenciais do tipo americano, ainda

em países de educação política elementar, os Estados e o Senado constituem grandes contrafortes à expansão do poder quatrienal; aqueles, porque não lhe ficam ao alcance da intervenção; este, porque lhe sobrevive com dois terços dos seus membros. Mas, quer os Estados, quer o Senado, só podem conservar o seu poder constitucional prestigiados pela pureza da sua origem local. Não sendo assim, procurarão viver à sombra da influência estranha, cuja expansão teriam de contrariar. O recurso de constituir um Senado oligárquico, com senadores escolhidos arbitrariamente pela vontade de um caudilho político, supriria de algum modo a falta do órgão legítimo, mas apenas duraria o resto de uma vida.

A subida de Campos Sales ao poder assemelhava-se ao início da fase do Império, logo após a última das suas revoluções em 1848. Havia um grande desejo de paz e de renascimento financeiro. De 1850 a 1852, empreendera-se a reconstrução econômica e financeira, a que “a conciliação” política foi considerada indispensável. Aboliu-se o tráfico e começou-se a era dos melhoramentos materiais. Como nessa época, vir-se-ia a dizer que se operava o baralhamento dos partidos para o domínio do poder pessoal, outrora da Coroa, agora dos presidentes da União e dos Estados. Mas até então, num como noutro caso, os partidos, se assim se os poderia chamar, tinham vivido a devorar-se em lutas sangrentas, de modo a tornar inconciliáveis a liberdade e a ordem. Sendo a liberdade com a desordem a tirania das facções contendoras no campo onde cada uma delas predomina, a ordem geral restabelece a confiança, faz renascer a prosperidade e pode conduzir à liberdade comum, como aconteceu em ambos aqueles momentos da nossa História.

Altamente patriota, conhecendo o estrangeiro e doendo-se do desconceito em que caíra o Brasil, vexado pelas reclamações estrangeiras e sem crédito, seu intuito principal era elevar-lhe o nome e melhorar-lhe as condições de vida interior. Punha esse empenho acima dos partidos e para desempenhá-lo aceitava todas as contribuições. São de corpo, exuberante de alegria, era animado de grande entusiasmo e nunca duvidou de atingir o seu fim; tinha a paixão do merecimento alheio e procurava as luzes dos mais capazes; sob a inspiração desse sentimento escolheu os seus auxiliares e, ao terminar a pesada tarefa, declarou que o devia “principalmente

ao esforço e lealdade do povo e dos ministros”. Confiava tanto naquela lealdade, que nas seis primeiras semanas da administração não teve medo de reduzir as fileiras do Exército e dar baixa a 3.970 praças, excedentes do efetivo fixado na lei. Nunca recuou desse caminho; em seguida suprimiu os arsenais de guerra e de marinha da Bahia, Pernambuco e Pará, em que as deputações do norte não deixavam tocar. Durante os nove anos anteriores, os da marinha, nos dois primeiros daqueles Estados, haviam gasto 6.300.000 e produzido dois patachos e um brigue; os três de guerra manufacturavam produtos escassos em outros tempos e abundantes no comércio a melhor preço, desde muitas décadas. Não se praticava ato algum dessa natureza sem demonstrarem os ministros as respectivas razões. A economia era norma severa de governo, não só nas grandes como nas pequenas coisas; não havia passagens de favor, nem nas companhias de navegação nem nas estradas de ferro.

*Ao fim de quatro anos, resgatavam-se 115.997:710\$ em virtude do contrato do funding-loan, cuja execução plena estava rematada em junho de 1901; recomeçava-se o pagamento em ouro dos juros da dívida externa; a média do câmbio subira de $7\frac{3}{16}$ a 12 pence e a depreciação do papel-moeda passava de 50 a 35%; não havia em circulação uma só letra do Tesouro, que tinha em conta corrente no Banco da República réis 12.000:000\$ e £300.000, além de dever-lhe esse estabelecimento 11.000:000\$; o empréstimo de £1.122.083 tomado em Londres pela administração anterior estava pago; as encomendas de material de guerra na importância de 832:386\$ e mais £274.694 estavam salda-
das; existiam em Londres depósitos disponíveis no valor de £3.000.000; os títulos da dívida pública tinham subido cerca de 35%; o orçamento liquidava-se com saldo. Durante esse tempo resgataram-se títulos-ouro no valor de £4.400.000 e apólices internas papel somando réis 6.200:000\$, quer dizer, o aumento da dívida pública em ouro, imposto pela cessação do pagamento de juros nessa espécie, em vez de ser de £8.700.000, foi reduzido a £4.300.000.*

Este ativo era resultado da coragem, pertinácia e confiança com que Campos Sales praticara a política traçada ao voltar de Londres e da firmeza com que sustentara o seu grande Ministro da Fazenda,

Joaquim Murtinbo, alvo como ele de tremenda oposição. A tolerância foi uma das suas armas principais. Feriram-no na probidade pessoal, não recuaram diante de melindres ainda mais sagrados. Nesse dia, alguém ouviu-o dizer que, na cadeira onde se assentava, o homem perdia a honra, a família e a vergonha, pois nada podia defender, na altura dos ultrajes, sem sacrificar princípios que devera acatar. Seu agressor era dessa vez um dos grandes escritores do Brasil, ligado à história de uma campanha travada na imprensa em prol da liberdade e da dignidade humana, campanha à qual também ele dera o ardor da sua mocidade. Quando aquele inimigo pelejava, parecia tocado do ódio que lhe inspirara as apóstrofes mais fulminantes contra os opressores da sua raça; para vingar-lhe o sofrimento secular, entrara na liça como um bárbaro. Da prática das objurgatórias ficara-lhe o fel na pena flamejante, e para todos os demais debates trazia a ferocidade primitiva, que nas horas do arrependimento transformava-se em humilhação, vestida de enternecedora poesia. Quando morreu Francisco Belisário, ao deplorar-lhe a morte, confessou tê-lo agredido sem piedade, mas por ser ele adversário de tamanho porte, que o desvairava a ponto de, na ânsia de vencer, levá-lo a não distinguir as armas e feri-lo até com a da calúnia.

Ao fim do seu quatriênio, Campos Sales veio a saber que o gigante da tribuna e da imprensa, minado pela moléstia, icterico, desfigurado, sombra do homem ao calor de cuja eloqüência tanta paixão se inflamara, jazia refugiado num barracão em Campo Grande, afugentando a idéia de morrer com o sonho de voar num balão, produto da sua fantasia. Todo o amargor da dolorosa ofensa transformou-se em piedade e perdão. Mas só de forma muito delicada, incapaz de melindrar o inimigo da véspera, ser-lhe-ia lícito ir em seu socorro. O auxílio pessoal pareceria humilhante. Então, a despeito dos rigores do Governo, achou meios de subvencionar-lhe a hipotética invenção, como coisa capaz de interessar ao Estado. E assim fez. Surpreendido pela generosidade inesperada, o beneficiado não cessava de proclamar aos amigos a grandeza daquela ação.

De outra vez, uma noite, foram ao Silvestre avisá-lo que agentes da força pública projetavam, para dentro de algumas horas, um atentado contra o mais violento de todos os jornalistas da Oposição. Sem per-

da de um minuto, desceram à cidade seu secretário e um amigo particular, homem político, ainda hoje vivo, para declararem em seu nome, aos planejadores de tão insensata empresa, não só que a reprovava, mas também que os responsabilizaria pelo crime, se por desgraça o comessem. A sua incapacidade de odiar dispunha-o a esquecer as ofensas recebidas na vida pública, por considerar que o interesse do Estado não devia separar os adversários até a irreconciliação.

Tamanha tolerância facilitava-lhe o concurso dos homens políticos, que sabiam poder falar-lhe com franqueza sem desgostá-lo. Se um amigo dele divergia freqüentemente, às vezes impacientava-se, por parecer-lhe haver o espírito da contradição, o prazer de discutir e discordar, mas acabava respeitando a independência do pensar alheio, tomando-o por sinal de amizade e devoção; nos momentos das maiores dúvidas provocava essas opiniões e esposava-as quando se convencia do seu acerto.

Deixava a ordem pública a cargo da polícia; não acreditava nem queria ouvir falar em conspirações. Surpreendido em sua boa-fé pela evidência de uma delas, formada por chefes monarquistas da mais alta responsabilidade, de acordo com Custódio de Melo, para realização de um plebiscito a respeito da forma de governo, não recorreu a medida alguma extraordinária; prendeu o almirante, mandou abrir inquérito policial, baseado em denúncia de um conjurado, da mais comovente sinceridade, e deixou a justiça julgar os implicados, sem influir de modo algum nas suas decisões. De todos os quadriênios passados, foi o seu um dos dois únicos sem estado de sítio ou de guerra. A sua preocupação de respeitar o direito continuou, como no Governo Provisório, a traduzir-se no interesse de promover a elaboração do Código Civil, cujo projeto, organizado naquela época por Coelho Rodrigues, foi feito de novo pelo Sr. Clóvis Bevilacqua e tornou-se a base do código existente.

Enquanto cuidava assim da causa pública, descuidou-se dos seus negócios pessoais. Ao voltar à vida de lavrador, estava quase arruinado. Internou-se na fazenda, na remota Bauru, e foi trabalhar na esperança de reaver a situação perdida. Não podia pagar administrador e todas as tardes recebia e tomava ele próprio as contas dos colonos, enquanto a esposa e as filhas faziam cada dia o serviço doméstico, da cozinha aos

quartos de dormir. Mas a ninguém se contavam tão duras privações. Só algum parente as conhecia. Virtude era arrostá-las e vencê-las. Pediu então à família que nunca recorresse ao Estado para solicitar pensão. Vivesse como pudesse.

Com a situação por ele criada, o Brasil renasceu. A nove anos de agitações e descrédito sucederam quatro de reconstrução e oito de progresso e confiança e todos doze de paz interior. Mas em vez de persistirem os homens nessa senda, um dia, querendo impedir uma candidatura presidencial, em lugar de organizarem-se para resistir, como se fizera em 1894 contra o imenso poder de Floriano, voltaram a namorar os quartéis. Sem sair da bainha, uma espada produziu o efeito procurado. E o trabalho de Sísifo recomeçou...

.....

I

OBSERVAÇÕES E CONVERSAS A BORDO

BORDO DO *THAMES*, 2 de maio de 1898

POUCAS pessoas terão decidido partir de um país longínquo para a Europa tão depressa como eu fiz. No dia 19 de abril, sentado junto a mim, à mesa do almoço oferecido ao Sr. Campos Sales, no Grande Hotel do Rio de Janeiro, o diretor do *Jornal do Comércio* falou-me pela primeira vez acerca da missão de acompanhar o Presidente eleito em sua viagem ao Velho Mundo. Só então ele pensou no assunto, resolvendo logo incumbir-me dessa tarefa, a que o futuro Chefe do Estado juntou a de prestar-me graciosamente a ser seu secretário. Aceitando-as com prazer, às três horas da tarde tinha eu encomendado o bilhete de passagem no *Thames*, da companhia “Royal Mail”, e no dia seguinte, às três e meia horas, achava-me a bordo desse paquete, que só deixou o porto ao cair da tarde.

Tranquilo como um lago, o mar prometia-nos excelente viagem, e essa bonança continuou até que a 21, agitando as ondas, o vento do norte balançou o navio por mais de quatro horas de arfagem. Fe-

lizmente a 23 a serenidade voltava, e muitos passageiros, que haviam abandonado o tombadilho, de novo apareceram. O Sr. Campos Sales foi dos menos sensíveis à mudança do tempo. Madrugador pontual, às seis horas da manhã achava-se na tolda, passeando, conversando, ou lendo.

Logo que me instalei a bordo, comecei a observar os companheiros de viagem. Havia ingleses, alemães, holandeses, norte-americanos, portugueses, italianos, argentinos, peruanos e brasileiros. Alguns ingleses faziam-se entender em espanhol, embora sem a clareza dos alemães. Essa superioridade dos súditos de Guilherme II é uma das suas grandes armas de combate a John Bull.

Enquanto os ingleses não tiveram competidor forte na disputa dos mercados, sua supremacia esteve assegurada. O francês, ligado à terra-pátria, a mais bela e sedutora da Europa, com todos os seus climas e variedade de aspectos e produção, desde a Normandia e a Bretanha até à Provença e à Savóia: receoso de aventuras, econômico e sóbrio; esperando o futuro arrimado à família pela certeza da herança, e preso ao Estado pelas ligações do oficialismo, deixou-se vencer, a despeito do seu espírito artístico e da sua bravura. Hoje, escritores dos mais ilustres, nomes dos mais festejados da imprensa levantam em França a bandeira das reivindicações, exortando-os a imitar os ingleses, a seguir-lhes os métodos de educação, a aproveitar-lhes as lições de iniciativa, que maravilham o mundo. Depois do famoso livro do Sr. Edmond Demolins acerca da superioridade dos anglo-saxões, o Sr. Jules Lemaitre, que fizera a propaganda dessa obra, continuou a campanha patriótica, combatendo o “proletariado intelectual”, a mania universitária e dos empregos públicos, concitando os franceses à exploração das suas colônias, em condições de dar-lhes quase tudo quanto importam. Se essa campanha for infrutífera, se o francês persistir em considerar os fundos públicos como a melhor aplicação da fortuna e o emprego público como o melhor consumidor da atividade, ainda assim os ingleses terão de defender o terreno conquistado.

Depois de unificarem o Império e enriquecerem com a indenização da guerra contra a França, os alemães aproveitaram a sua grande cultura científica no desenvolvimento das indústrias, a ponto de levarem

o Lorde Salisbury a denunciá-los aos ingleses, vinte e sete anos depois, como “o grande inimigo”, na guerra das manufaturas.⁹

Eles entenderam, porém, que não bastava o desenvolvimento das fábricas e o aumento dos depósitos de mercadorias. Era preciso conquistar mercados, arredar os produtos franceses e ingleses, a que se tinham habituado as populações do mundo. Apareceram então em todas as paragens, não se limitando a disputar a freguesia nos grandes centros, mas invadindo o interior dos países, surpreendendo os gostos e as necessidades de todos os povos. Era indispensável conhecer a língua dos indígenas, e prontamente começaram a aprendê-la em excelentes escolas de comércio. Ao passo que os ingleses ficavam no litoral, eles iam mais longe, levando as suas amostras para discutir qualidades e preços.

A bordo do *Thames* viajavam vários desses representantes da grande indústria e todos falavam inglês, espanhol, francês ou português correntemente. Eis a sua maior vantagem sobre “o inimigo”. Um deles trabalhava em Manchester, e gastara mais de um ano em viagens, desde o Panamá até o Rio da Prata, a estudar a situação comercial de quase todos os países sul-americanos. Este ano conta visitar a África, e em 1899 a América Central e o Brasil, desde os pontos mais remotos do Amazonas até o Rio Grande do Sul. As dificuldades daquela viagem levaram-no a aprender espanhol, e ele era o primeiro a reconhecer a superioridade que esse conhecimento lhe dava.

Em mais de treze dias, do Rio a Lisboa, sem a diversão das escalas, o espírito se apraz na observação deste mundo onde estamos presos, tão pequeno pelas dimensões e tão grande pela variedade das idéias que sugere.

A “Royal Mail” pregou-nos grande logro. Anunciara que o *Thames* não tocaria nem na Bahia nem no Recife; mas, em compensação, após dez dias de viagem chegaria a Lisboa; entretanto, o pacote marcha com tal lentidão, que o quadro da rota registra às vezes menos de treze

9 Em 1870 a Alemanha era comparativamente um país pobre; mas já no ano de 1895 a sua riqueza em valores negociáveis era calculada em 18.000.000.000 dólares. Em 1898 o capital dos onze principais bancos de Berlim, sem contar o Banco Imperial, elevou-se de 586.000.000 marcos, conforme o balanço de 1896, a 844.000.000 marcos. Comercial e industrialmente, tornou-se então a segunda nação da Europa.

milhas por hora. Em sua linguagem peculiar de fazendeiro, um jovem paulista aconselha a vinda de uma boiada para puxar o navio.

O Sr. Campos Sales protesta nunca mais viajar sem escalas e na volta garante tocar em Pernambuco e na Bahia, Estado a que deve especial visita, pois lá primeiro se levantou publicamente a sua candidatura à Presidência. Por minha vez, não pareço fadado para a vida náutica. Embora sem enjoar, vivo da esperança de atingir a terra. O olhar perde-se no azul infinito e só a aurora e o crepúsculo alteram uniformemente o quadro quase imutável do céu e do mar. Um navio que aparece ao longe, seja ainda na linha do horizonte, é o maior atrativo do observador; mas eles são raros e passam depressa sem nada dizer. Em sua falta, restam os pássaros, nas proximidades de terra, os peixes-voadores, que cortam as vagas como setas manejadas por atiradores ocultos.

Os passageiros são em número reduzido e entre eles não há aptidões musicais, únicas que podem aqui brilhar. Apenas um alemão toca piano muito bem; mas deixa somente entrever os seus talentos, pois recusa imolar as produções dos grandes mestres no desafinado “tacho” de bordo. Todavia, os ingleses organizaram um concerto, em benefício das viúvas e órfãos dos marinheiros da “Royal Mail”. Não se pode imaginar o que isso foi. A não ser inglês, ninguém no mundo, diziam os demais passageiros, empreenderia cometimento igual com recursos tão parcos. O inglês parece não ter noção do ridículo; faz o que pode, o que lhe apraz, sem se importar com o efeito produzido em torno dele. Isso explica a grande dose de ingenuidade do seu caráter e dá-lhes audácia desconhecida de outras gentes. Findo o concerto, o alemão pianista prestou-se a dar-nos reminiscências de alguns trechos de Wagner; essa ligeira amostra dos seus talentos prendeu ao salão alguns admiradores da arte; mas de todo o público inglês, deteve apenas três concertistas e dois espectadores.

Foi esse, até aqui, o acontecimento mais notável da viagem. As demais diversões consistem em jogar o *bull*, o *quoits*, o *shuffle-board*, em organizar o *sweepstake* e esperar os seus resultados. O *sweepstake* é a loteria de bordo. Sabe-se todos os dias o número mínimo de milhas que correrá o paquete em vinte e quatro horas e, tomando-o por base, escrevem-se sobre ele, para cima e para baixo, tantos números quantos são os compradores de bilhetes. Tirados estes à sorte, aguarda-se ao meio-dia a

exibição do quadro indicativo do número de milhas realmente percorridas. O bilhete premiado deve ter esse número.

Esses passatempos só se alteram aos domingos, quando há revista geral, passada pelo comandante em todo o navio, e officio divino, celebrado no refeitório. Aí, ao som de órgão, os assistentes entoam, como podem, os cânticos sagrados. Há, porém, a bordo, e em grande número, dominadores absolutos, que quebram a monotonia diária, correndo no tombadilho, subindo ao passadiço, invadindo a câmara do comandante e os beliches dos oficiais, trepando-lhes nos ombros, subindo-lhes pelos braços, abraçando-lhes as pernas: são as crianças. Disse-me um pai de família, habituado a viajar, que só nos paquetes ingleses exercem elas esse domínio.

Um dia, o próprio comandante organizou para os seus pequenos hóspedes uma festa, que os encantou. Foram todos convidados a disputar prêmios em corridas dificultadas por vários artifícios. Era digno de nota o denodo, o ardor com que os meninos de origem inglesa disputavam a primazia, enquanto os sul-americanos, ainda fortes e ágeis, mostravam não ligar interesse à vitória. No dia seguinte, os mimos distribuídos, à custa da contribuição dos passageiros, arrancaram às crianças entusiásticos *burras* ao capitão.

Assim passam-se os dias, divididos por toques de sineta. Para quem não enjoa, a função principal aqui é a do estômago. Chá ou café com biscoitos, de manhã, até às oito horas; almoço às nove; “lanche” à uma da tarde; chá com biscoitos às quatro; jantar às seis e meia e chá de novo às oito da noite.

Há freqüentadores do refeitório a todas essas horas. Sempre que eu logro lá ir, encontro diante de mim, com o mesmo apetite devorador, um major do exército inglês, que não sei se exterminará tantos inimigos na guerra quantos pratos devora na paz.

Ao jantar os ingleses a bordo apresentam-se sempre vestidos de “smocking” ou casaca. Refere Haeckel, em seu livro *Viagem ao Ceilão*, ter sido hóspede de um fazendeiro de café, no interior dessa ilha. À noite, comparecendo à mesa com a sua melhor roupa de naturalista viajante, grande foi a sua surpresa quando o anfitrião lhe apareceu encasacado, ao lado da senhora, com vestido de decote. O sábio alemão desculpou-se, como pôde, de não corresponder às exigências da cerimônia bri-

tânica e o fazendeiro respondeu que tinha o hábito de vestir-se assim em homenagem aos hóspedes.

No que concerne ao conforto, ao bom gosto nos usos comuns da existência, ninguém excede aos ingleses. Se o paladar é o menos nobre dos sentidos, nem por isso devemos descuidar de elevá-lo acima das exigências animais. A higiene pode aliar-se à graça e ao bom-tom, a escolha dos alimentos subordinar-se ao sabor das iguarias; a boa refeição não é completa se não a digerimos bem. Para atingir o prazer da mesa muito concorre também o ambiente, todos os elementos que dão agrado à vista, desde guardanapos e toalhas, louças e cristais, luzes e flores, até a distinção e trajes dos comensais e ainda a aparência dos serventes.

Em nossas palestras sobre os costumes dos anglo-saxões toma parte muito ativa o Sr. Garcia Merou, o ministro argentino que tantas simpatias deixou no Rio de Janeiro, hoje representante do seu país em Washington. O Sr. Campos Sales interessou-se particularmente por tudo quanto ele disse a respeito das praxes do Governo Americano que confirmavam quanto lera no livro *This Land of ours*, donde o ex-Presidente Harrison relata as impressões do seu período presidencial.

As praxes da Casa Branca são profundamente diversas das que temos adotado na Argentina e no Brasil. Ali não há guardas de espécie alguma, nem a chamada Casa Militar, de imitação francesa. As recepções dos diplomatas para apresentação de credenciais são as mais singelas. Saem da Secretaria das Relações Exteriores, vizinha à Casa do Governo, a pé e em companhia do respectivo ministro, e são recebidos pelo Presidente, que aparece vestido com o traje habitual do dia.

O Presidente não visita ninguém e só aceita obséquios dos seus ministros, que lhe oferecem um jantar, cada um de *per si*, durante a estação invernos. Para falar-lhe detidamente é preciso obter-se audiência especial, e não é fácil; para vê-lo, porém, e dizer-lhe uma frase de cumprimento basta ir à recepção semanal de duas horas, a que qualquer pessoa tem acesso.

As praxes, há muito seguidas na Casa Branca, obrigam o Presidente a dar uma grande recepção no dia 19 de janeiro, à qual comparecem, às onze horas da manhã, o Corpo Diplomático, depois os repre-

sentantes do mundo oficial e no tempo restante, até duas horas da tarde, quem o queira saudar.

Finda a cerimônia, o Ministro das Relações Exteriores oferece um almoço ao Corpo Diplomático e às senhoras dos seus representantes. No mais, todas as festas da Casa Branca limitam-se a quatro recepções noturnas durante o inverno: uma ao Corpo Diplomático, outra aos membros do Congresso e da Suprema Corte, a terceira aos oficiais do Exército e da Marinha e a última a pessoas de todas as classes. Essas recepções são tudo quanto a pragmática pode instituir de mais insípido. O Presidente e sua esposa recebem de pé os cumprimentos dos recém-chegados, que logo passam adiante, vendo, se querem, toda a Casa Branca e retirando-se em seguida, sem lhes ser oferecido um copo de água sequer.

Os costumes dessa sociedade, onde os homens cuidam dos negócios e as damas tomam a seu cargo os deveres da vida mundana, refletem-se de algum modo na vida pública. A mulher do Presidente abstém-se de visitar suas amigas, mas acolhe-as em recepções semanais. Ela é considerada a “Senhora Presidente”, como a do embaixador, a do ministro, a do senador, a do membro da Corte Suprema; são tratadas também pelos títulos de seus maridos. Para os três jantares, oferecidos durante o inverno pelo Presidente ao Corpo Diplomático, ao Supremo Tribunal e ao Congresso, apenas são convidados os presidentes das duas câmaras e das respectivas comissões e suas esposas.

Pensa o Sr. Campos Sales que algumas dessas praxes podem com proveito ser imitadas entre nós. Das suas observações nessas palestras conclui que lhe parece acertado não ficar o Presidente às ordens de toda gente, para falar acerca de negócios, quase sempre sem nenhuma importância. Em sua opinião todos esses assuntos devem ser tratados pelas partes com os ministros, os quais forçosamente se entenderão com ele a esse respeito.

Esse mesmo exclusivismo, o futuro Presidente do Brasil procurará manter nas relações entre os funcionários do Estado, deixando que se entendam entre si conforme a hierarquia, dentro de cada repartição da administração pública, cujo chefe superior, perante ele responsável, será o respectivo ministro. Só este terá que dar-lhe contas dos serviços a seu cargo, mas sem haver conferências coletivas, como até aqui se tem feito, com pequena vantagem e alguns inconvenientes. Não só a

presença de todos os ministros tolhe às vezes ao Presidente e a cada um deles a franqueza necessária na análise dos negócios, como também o tempo consumido no exame dos assuntos de uma pasta é perdido para os demais, obrigados a permanecer no conselho ministerial. Além disto, em certos momentos, a reunião de todos os conselheiros do Presidente ao seu lado excita a curiosidade pública e faz gerar desconfianças de que se tratam assuntos de gravidade, quando a situação dos negócios não é alterada.

Por todos esses motivos o Sr. Campos Sales não fará despacho coletivo de ministros. Naturalmente, nos primeiros dias do Governo, reunirá os secretários escolhidos, para com eles combinar seu roteiro. Quando tudo estiver assentado, cada ministro terá semanalmente um ou mais dias de conferência para tratar dos negócios da sua pasta. Só em casos especiais ou muito sérios, que exijam o concurso de alguns ou de todos os ministros, haverá reunião em conselho.

Diz-me o Sr. Campos Sales que, para poder ocupar-se da política geral, procurará facilitar a sua tarefa, cercado-se de ministros reconhecidamente capazes, em condições de o dispensarem de baixas e pormenores administrativos. Fará o Governo nas suas linhas gerais, traçando-lhe a diretriz, fazendo-lhe o programa, mas deixando aos seus auxiliares a incumbência de desenvolver, em suas esferas particulares, as idéias capitais que forem assentadas. Por isso, não os procurará exclusivamente no Congresso nem com a preocupação geográfica de atender a este ou àquele Estado. Buscará homens capazes onde estiverem.

Realmente, as facilidades políticas que o Presidente deve procurar obter do Congresso não são conquistadas com a distribuição das pastas pelos Estados mais fortes. A habilidade do Chefe do Estado e também a capacidade dos ministros podem assegurar ao Governo aquelas vantagens. As boas leis e a cordialidade entre os dois poderes conquistam-se neste regime junto às comissões das duas Câmaras; mas para isso é preciso que os ministros se possam impor pela competência, discutindo os negócios sujeitos ao estudo delas, em cujo seio podem ser sempre recebidos, como também é indispensável serem as comissões escolhidas entre os membros do Congresso mais versados em cada ramo dos negócios públicos. Do concurso desses elementos resultará bom entendimento para a elaboração e execução das leis.

Uma das coisas muito em vista pelo Sr. Campos Sales, é aproximar o mais possível o Corpo Diplomático dos homens públicos e da sociedade. Um país que não se impõe pela importância política, facilita a solução das suas questões junto aos governos mais fortes, por meio da habilidade dos seus homens políticos e das simpatias que estes saibam inspirar aos representantes estrangeiros.

Ao contrário do que muita gente pensa, o Presidente não tem a preocupação do republicanismo histórico. Em sua opinião, quem queira servir a República não se deve distinguir pela procedência política, mas pela capacidade para o trato dos negócios de Estado.

Seu desejo seria que as novas instituições não tivessem adversários e todos os homens capazes colaborassem para desenvolvê-las. Essas idéias revelava-me ele, ao ler o livro do Sr. Joaquim Nabuco acerca da vida política de seu pai, lamentando que tão belo espírito se conserve arredado do serviço do país para cujo brilho tanto concorrera outrora.¹⁰

O Sr. Campos Sales considera o Sr. Nabuco o mais notável dos nossos oradores parlamentares e um dos políticos brasileiros mais dignos de respeito pela independência e sinceridade de suas opiniões.

O futuro Presidente da República assumirá o governo, animado desse espírito de tolerância. Ele reconhece a gravidade da situação e o peso dos seus encargos; mas sente-se com coragem para arrostar tamanhas dificuldades. Em sua opinião, pessimistas e desanimados não devem querer posto onde se exija ânimo forte. Se tivesse desalentos diante dos embaraços do país, não aceitaria as responsabilidades do seu futuro emprego.

Por isso mesmo, para ver de perto o estado dos nossos negócios na Europa, empreende esta viagem, embora rápida; quer ouvir o que se diz do Brasil e das suas finanças; quanto pode esperar do nosso crédito; até onde confiam em nosso futuro. Assim esclarecerá ainda o espírito a respeito do ponto mais delicado da sua missão e melhor regulará as suas decisões.

10 No quinto mês de seu governo (abril de 1899) o Sr. Campos Sales confirmou estas palavras, nomeando o Sr. Nabucco para estudar a nossa questão de limites com a Guiana Inglesa e um ano depois (abril de 1900) nomeando-o Ministro Plenipotenciário em Missão Especial junto ao Governo britânico, a fim de continuar as negociações iniciadas pelo finado Sr. Sousa Correia para o arbitramento da mesma questão.

São estas até hoje as impressões da nossa viagem. Do que se passar em terra tratarei ao chegar a Paris. Até aqui só vimos Las Palmas, capital da Grande Canária, escala que não nos fora anunciada. A nossa maldita reputação de país da febre amarela custou-nos quarentena. Vimos a cidade de longe, com seu ancoradouro em forma de ferradura, de que um dos lados termina em pequeno cais, onde os navios atracam. A costa é de terreno acidentado, de altos morros quase sem vegetação; apenas algumas palmeiras justificam o nome do lugar. A cidade é construída nessas elevações; de longe, as ruas parecem ladeiras mortificantes.

A boa reputação de Las Palmas é devida à sua salubridade. O *Thames* lá recebeu quatorze passageiros, todos ingleses, que haviam passado o inverno nos bons hotéis da cidade, transformados em sanatórios.

Amanhã chegaremos a Lisboa; depois de amanhã a Vigo e no dia 6 a Cherburgo, termo desta expiação marítima. Já entrevejo os esplendores da civilização européia; mas também já penso nos dezessete dias do regresso, talvez com os horrores da aguagem, pela primeira vez experimentada hoje, ao cair do sol, nesta hora de recordações e saudades da terra-pátria tão longe, com as suas montanhas verdejantes e o céu daquele azul que já não vemos.

.....

II

DE LISBOA A PARIS

PARIS, 8 de maio de 1898

ENCERREI a minha primeira carta, queixando-me do mar, que começava então a embalar o *Thames* demasiadamente, nas proximidades da costa portuguesa. Temporal que soprara seis dias naquelas regiões deixou cavado o Atlântico até a altura de Vigo. Compreende-se, pois, a ansiedade com que no dia seguinte, antes de meio-dia, começamos a avistar a “terra dos nossos avós”.

Pouco e pouco o navio aproximou-se do Tejo e começou a descortinar o lindo panorama de Lisboa. Dominando o horizonte, surgia ao fundo da paisagem a Serra de Cintra, tão decantada pela frescura do seu clima e o viço dos seus jardins, e em cujo cimo levanta-se o Castelo da Pena, transformado pelo Rei D. Fernando em artística morada. Entre a Fortaleza de São João e o Farol do Bugio, erguido sobre um banco de areia, quebravam-se as ondas, deixando larga réstia de espuma na água esverdeada do rio. De um e outro lado da foz levantam-se colinas voltadas para o mar.

Os portugueses não se podiam conter. Paramentados para descerem à terra, achegavam-se a quem se mostrasse admirado e tudo explicavam com abundância de informações patrióticas.

À esquerda é Cascais, de casaria moderna, debruçada à beira-mar, onde fugindo ao calor do verão a gente elegante de Lisboa vai retemperar-se na vida tranqüila da praia. Adiante fica Passo d’Arcos, menos elegante, mas igualmente aprazível. À direita estendem-se campos cultivados e grande cópia de moinhos de vento, agitando no ar as rodas brancas. Aí Trefarias e Almarias, onde o casarão do lazareto pintado de amarelo acena com o espantalho da quarentena. Como sentinelas da cidade à beira da água, destacam-se a Igreja dos Jerônimos e a Torre de Belém, lindo monumento junto ao qual um privilégio, felizmente a expirar, permitiu colocar-se a fábrica de gás e um depósito de carvão.

Fundamos em pleno Tejo, que não “era sereno” como nos versos do poeta. Logo depois aproximaram-se do *Thames* uma galeota do arsenal de marinha e um rebocador. O Conselheiro Antônio Enes, Ministro de Portugal no Brasil, o Barão de São Pedro, Diretor-Geral da Secretaria das Relações Exteriores, e um ajudante-de-ordens do Ministro da Marinha traziam ao Sr. Campos Sales as saudações do governo português; o ministro, o cônsul, o vice-cônsul do Brasil e uma comissão da Sociedade de Beneficência Brasileira vinham também cumprimentá-lo. Foi-lhe então comunicado que todos os ministros de Estado aguardavam o seu desembarque no Arsenal de Marinha e que El-Rei o convidaria para jantar.

Grato a tantas finezas, proverbiais entre portugueses, o Sr. Campos Sales explicou aos seus visitantes ser-lhe impossível ir à terra naquele momento. De volta ao Brasil, aceitaria com prazer aqueles obséquios, pelos quais se confessava muito agradecido a El-Rei e seus ministros.

Quis eu então aproveitar as poucas horas disponíveis para ir a terra. Felizmente não havia quarentena, o terror com que Lisboa afugenta os viajantes sul-americanos. Mas, para a medida não ser completa, o benefício deixava de aproveitar ao capitão, oficialidade, tripulantes e até as bagagens dos passageiros. Se o germe da febre amarela não vinha incubado nos passageiros, poderia, entanto, estar na gente de bordo ou nas malas de viagem.

Ao saltar no Arsenal de Marinha, tive viva recordação do Rio de Janeiro, renovada várias vezes adiante, em passeio na cidade.

Quem desembarca em Lisboa, em primeiro lugar é levado à Avenida da Liberdade, o ponto mais novo e bonito da cidade. O trecho inicial e mais curto da nova artéria urbana é aberto em terreno plano; mas, para diante de uma coluna onde estão registradas datas gloriosas de Portugal, ela vai-se elevando docemente à altura de onde se descortina em toda a sua extensão, com a alta casaria, as filas de árvores e os passeios de pequenas pedras de mármore branco e preto, dispostas em caprichosos desenhos.

Construída em terreno muito acidentado, a cidade comunica-se por planos inclinados em várias direções. Às vezes, descendo-se uma rua em declive, vê-se embaixo outra que se cruza, como se fora um fosso atravessado por ponte.

A urgência de voltar para bordo encurtou o passeio. O *Thames* anunciara a partida para as cinco horas e o tempo brusco pressagiava chuva, de que não escapamos. Depois das seis horas dizíamos adeus ao Tejo e de novo começávamos a sentir os restos do temporal, que soprara na costa, havia uma semana.

Na manhã seguinte apareciam terras de Espanha, montanhas áridas, sem sinal de vida. Ao aproximarmo-nos de Vigo, o panorama mudava e começaram a surgir campos lavrados, que de longe pareciam jardins. A baía é enorme e tranqüila, abrigada num semicírculo de baixas montanhas, com duas entradas, ao norte e ao sul. Como houvesse quarentena de vinte e quatro horas, nenhum passageiro em trânsito desembarcou. A febre amarela era em Espanha ainda mais temida que em Portugal.

O navio demorou-se além da hora marcada, a receber batatas e sardinhas em conserva. Passamos o tempo divertidos, assistindo a uma feira ao lado do navio. Em meia dúzia de botes, um bando de mulheres e homens oferecia-nos à venda frutas, flores e louça fabricada na terra, falando em sotaque galego com mistura de palavras inglesas estropeadas, entre as quais se ouvia a cada instante articular o sonoro *shilling*. Misturava-se com essa algazarra o grasnar de gaivotas, esvoaçando em bandos, em torno do vapor.

Às três e meia deixamos a bela baía, fazendo-nos ao norte, recuos do Golfo de Biscaia e da Mancha, de tão má fama. À noite vimos faróis de grande número de embarcações, por demais freqüentes

nessa zona. A temperatura baixara muito, como raramente acontece em maio, e logo as lãs e as peles começaram a aparecer. No dia 5, à tarde, o mar, serenado na véspera, era de todo tranqüilo; mas houvera cerração, e o Comandante Messeroy, que já passara seis dias entre Cherburgo e Southampton, lutando com o traiçoeiro inimigo, fizera-se ao largo; desviado assim da sua rota, só às nove horas da manhã de 6 fundeou diante daquele porto, onde, agradecendo-lhe tantas atenções, fomos para a terra em lancha do Arsenal, que, conduzindo o Vice-Cônsul do Brasil, vieram buscar o Sr. Campos Sales.

Do mar, Cherburgo parecia-nos uma enorme fortaleza, erguida à flor da água. Antes de divisar-se a torre de uma igreja, o branco de uma casa longínqua, avultava a cinta negra das fortificações, perfurada aqui e ali pelas baterias de grossos canhões, que olhavam, mar afora, como espías atentos, prontos para bradar à aproximação do inimigo. Imenso dique de 3.780 metros protege o ancoradouro, onde se pode abrigar uma esquadra. Duas vezes o mar insurgiu-se contra a ousada empresa de domá-lo, empreendida por Napoleão III, há quarenta anos; duas vezes as ondas destruíram as obras. Quando, porém, o engenho do homem venceu o oceano e concluiu o monumento hidráulico, a França tinha cimentado aquelas pedras com sessenta e sete milhões de francos ou dois milhões, setecentas e sessenta mil libras esterlinas.

Toda a importância de Cherburgo vem dessa situação militar, que lhe assegura, entre os seus 40.000 habitantes, uma população de cerca de 8.000 soldados de terra e mar.

Quando o Sr. Campos Sales chegou ao cais encontrou o sub-prefeito e o ajudante-de-ordens do prefeito marítimo, que lhe vinham dar as boas-vindas em nome das duas mais altas autoridades do lugar, para logo depois o irem visitar no *Hotel de France*, onde lhe haviam destinado aposentos. Aí recebeu também o Presidente eleito a visita do Sr. Liais, que durante muitos anos viveu no Brasil, dirigindo o Observatório Astronômico, e hoje é conselheiro-geral e “maire” de Cherburgo.

Depois dessas visitas oficiais só havia tempo para almoçar. Tínhamos perdido o expresso das oito e cinquenta e, a não ser que o Sr. Campos Sales quisesse viajar à noite, só havia o recurso de tomar o trem das onze e trinta, que faria o percurso em onze horas. E assim se fez,

logo após o almoço, cujo primor culinário era realçado pela lembrança de dezessete dias de bordo.

Logo depois de Cherburgo, começamos a atravessar campos da Normandia, cobertos de pastagens, percorridos por numerosos rebanhos. Os galhos nus das árvores ainda despídos pelo inverno contrastavam com os arbustos reverdecidos e a relva opulenta, matizada de flores de colza, douradas da luz fecundante da primavera.

Entre Caen e Lisieux principiava a alterar-se a configuração do solo, ondulado de colinas; minutos seguidos, o trem passava sob as abóbadas de extensos túneis. Aí, tudo já se fizera verde; pinheiros, pereiras, macieiras, cobriam-se da folhagem festival de maio. Só às dez e meia da noite chegamos a Paris, onde grande número de brasileiros aguardava o comboio e um representante do Ministro das Relações Exteriores, em nome do Governo francês, dava as boas-vindas ao futuro Presidente do Brasil.

Da estação até o hotel, vizinho aos grandes bulevares, fiz pequeno trajeto em carruagem; mas, antes de dormir, quis ver Paris no centro do seu luxo e da sua grandeza; envolver-me, àquela hora, no meio da multidão que passava, de volta ou em busca de prazeres. Chegando à Praça da Ópera, parecia-me ver pulsar à noite o coração da cidade.

Ontem, meu primeiro dia findou sob a impressão dos Campos Elísios e do Bosque de Boulogne. Não há no mundo trecho urbano comparável a essa avenida de quase dois quilômetros, que começa numa praça sem igual e vai terminar numa pequena eminência, no meio da qual se levanta o mais imponente dos arcos. Rodam por ali, todas as tardes, milhares e milhares de veículos, desde o fiacre de praça, as elegantes bicicletas e os pesados automóveis, até as ricas carruagens de luxo, abertas como enormes cestas de flores, opulentas de viço, de cores, de perfumes. O bosque está adiante, além do decantado Arco do Triunfo, erguido por Napoleão em memória da batalha de Austerlitz; lá vai chegar, de lá está voltando todo esse mundo, que não cessa de passar diante do espectador, assentado de um e outro lado, à sombra do arvoredos; lá a onda se espalha, derrama-se nas avenidas, alastra-se nas ruas, penetra nos caminhos. Então as carruagens rodam lentamente sobre o chão duro do parque. Uns extasiavam-se ante a beleza do espetáculo; seguem a curva das alamedas; param à beira dos lagos; acompanham com a vista bandos de cisnes garbosos e

barquinhos tripulados de alegres raparigas; procuram os sítios donde vem o sussurro das cascatas, e voltam-se a cada momento, feridos pelo olhar de alguma fada errante. Outros passam indiferentes à paisagem. Nenhuma sensação lhes desperta o quadro já tão visto. Só lhes interessa a onda humana a que se juntam, vagando à toa, a exhibir luxo ou beleza, calculando o efeito das atitudes, imaginando a impressão para produzir sobre todo esse mundo, que não cessa de passar, e sobre o espectador assentado, de um e outro lado, à sombra do arvoredado.

Tanta gente sonha ainda contemplar a beleza desse quadro. Muitas vezes o compus com todo o esplendor da fantasia; mas agora outros são os meus desejos: conhecer de Paris os tesouros da arte, o culto das tradições, as colméias obscuras e fecundas do trabalho.

.....

III

VISITAS PROVEITOSAS

PARIS, 14 de maio de 1898

A

PRIMEIRA impressão que experimenta em Paris um habitante do Rio de Janeiro é com certeza de atordoamento. Habitado à tranqüilidade quase provinciana da sua capital, sente-se despertado por solicitações tão diversas, que logo é preso de excitação nervosa. O movimento incessante de povo nos bulevares, o ruído constante de milhares e milhares de veículos rodando em todas as direções, e à noite a profusão de luzes multicores nas ruas; tudo isso atrai a atenção a cada instante, até com sobressaltos; por fim, fadiga e extenua. Só depois de algum tempo de permanência, o espírito se acalma e pode concentrar-se no exame das coisas.

O Sr. Campos Sales já não se ressentia tanto dessa mudança. Conquanto não viesse a Paris desde 1893, aqui já passou quase um ano, aproveitando o tempo tão utilmente, que conhece muito da cidade. Suas horas, salvo alguns passeios, têm sido consumidas em receber ou retribuir

visitas, não só de brasileiros como de franceses e estrangeiros aqui domiciliados. No dia 12 às três horas da tarde, visitou o Sr. Hannotaux, Ministro das Relações Exteriores. Nas visitas oficiais pouco se passa além das manifestações medidas pela cortesia internacional; referências às pessoas que se encontram, aos países por elas representados, aos interesses comuns, cujo desenvolvimento se procura, à amizade tradicional para ainda mais estreitar. Procurando agradecer as finezas recebidas em França e testemunhando aos estadistas franceses a admiração que vota a este povo, o Sr. Campos Sales desperta simpatias em proveito do Brasil. Fora do mundo dos negócios, conhecem-nos muito mal; é, portanto, sempre vantajoso dar boa cópia de nós a um homem como o Sr. Hannotaux.

O Ministro das Relações Exteriores, na França, é hoje um dos nomes mais ilustres na política e nas letras da República. Ainda jovem, tendo pouco mais de quarenta anos de idade, conquistou tal reputação nos assuntos da sua pasta, que a sua permanência no Governo está acima dos interesses de partido. Passado o interregno do ministério radical do Sr. Bourgeois, voltou ele ao poder com o Gabinete Méline. Foi deputado só uma vez e nunca mais quis voltar à Câmara, por entender que arredado do Parlamento se consagra melhor aos interesses da França e também aos seus estudos literários. A reunião de duas aptidões deram-lhe dois triunfos consideráveis, bastantes para consagrar-lhe o nome na política e nas letras: o tratado de aliança com a Rússia e um lugar na Academia Francesa, como prêmio à sua *História de Richelieu*.

O Sr. Hannotaux retribuiu anteontem a visita que lhe fez o Sr. Campos Sales. Ontem o futuro Presidente da República Brasileira visitou o Presidente da República Francesa. Chegando ao Eliseu às cinco horas da tarde, recebido com todas as honras, foi levado pelo introdutor dos embaixadores ao gabinete do Presidente, e à presença deste pelo chefe da Casa Militar.

O atual Chefe do Estado na França tem fama universal de extremamente cortês e maneiroso. O brilho dado por Carnot a esse posto e a rápida passagem que por ele fizera um homem das tradições do Sr. Casimir Périer tornavam muito difícil a sua sucessão. O Sr. Felix Faure possuía as qualidades inatas do *gentleman*, que não constituem apanágio exclusivo de certas classes. Não descendia de membros do diretório, nem de senadores, nem de primeiros-ministros; não nascera em castelos

nem passara a mocidade entre a flor da cultura de sua pátria; levantara-se da indústria e do comércio do Havre à suprema magistratura da República; tinha, porém, a graça e a polidez dos filhos da França, a facilidade de adaptação, essa espécie de talento teatral, que permite a tantos deles, quando elevados pela democracia à altura onde pairam príncipes, saberem comportar-se como se tivessem vindo à luz sob tetos de castelos ou palácios reais. A sua primeira viagem ao interior do país foi a consagração do acerto da sua escolha. A figura do Presidente tinha esse condão especial da simpatia, que é metade da fortuna. Em toda parte, no meio das impressões as mais diversas, achava sempre uma palavra adequada para os que dele se aproximavam; muitas vezes, entre centenas de pessoas, descobria uma e outra, a quem vira uma só vez e de quem se lembrava com pormenores. Aos bispos, suspeitos às tendências políticas, herdadas da revolução, pela primeira vez, depois da República, dava o tratamento de *Monseigneur*; e quando lhe cabia falar às soberanas, curvava-se e beijava-lhes a mão, como melhor não faria um gentil-homem. Todas essas provas de galanteria, tão gratas ao povo francês, aliadas à correção constitucional do Presidente, fizeram do Sr. Felix Faure o chefe que todos almejavam naquelas circunstâncias.

O Sr. Campos Sales teve ontem e hoje o ensejo de sentir o encanto dessas qualidades. O Presidente falou-lhes dos interesses comuns dos dois países, dizendo-se satisfeito de ver em caminho de solução pelo arbitramento a questão da Guiana “que não valia a tinta por ela derramada”; a este propósito fez, com certa ponta de ironia, referências ao Ministro Pisa, ali presente, denominando-o *terrible* e declarando-se mais conciliador do que ele. Não esqueceu os assuntos particulares de nosso interesse, como a produção do café e a expansão das suas safras, e, para mostrar-se de algum modo ligado ao Brasil, disse conservar com desvanecimento o título de sócio honorário que lhe conferira o antigo Centro da Lavoura e Comércio de Campinas, por serviços prestados no Havre e na exposição de 1878 aos interesses comerciais, do nosso país.

Hoje, às três horas da tarde em ponto, o Sr. Felix Faure foi em pessoa retribuir a visita que lhe fizera o Sr. Campos Sales. Chegou acompanhado apenas de um ajudante-de-ordens, e demorou-se cerca de vinte minutos. Estava presente todo o pessoal da legação e na fachada da casa tremulava a bandeira brasileira.

Outra visita útil fez o Sr. Campos Sales ao Crédit Lyonnais. Convidado pela diretoria do grande estabelecimento bancário, lá se apresentou anteontem às duas horas da tarde e de lá saiu às quatro. O presidente do banco, o Sr. Henri Germain, há mais de trinta anos pertencente ao seu conselho de administração, ex-deputado, membro do instituto, foi o melhor dos informantes para explicar todo o mecanismo do estabelecimento e mostrar todas as suas seções, instaladas desde o segundo andar subterrâneo até o último andar aéreo do palacete do bulevar dos italianos.

Dois mil e seiscentos empregados, dos quais oitocentos são mulheres, ocupam-se, em Paris, nos diversos trabalhos do Crédit Lyonnais; mas o número total desses funcionários em todo o mundo, nas respectivas agências e em comissões especiais, é de oito mil. A diretoria proclama com prazer a probidade tradicional das mulheres, dizendo que elas nunca roubaram do banco um franco sequer, quando, entretanto, lhes passa pelas mãos, diariamente, cerca de vinte mil cheques.

Quem chega a Paris pode logo calcular a importância do Crédit Lyonnais, ao ver quanto as suas sucursais são numerosas e espalhadas por toda a cidade.

É preciso, porém, penetrar na sede do estabelecimento, onde entram diariamente de oito a dez mil pessoas, para avaliar-se a grandeza dessa instituição. Especialmente a nós, brasileiros, comprando o franco, como agora, a mais de 1\$400, causa impressão quase de inveja ver os depósitos colossais de ouro, que o Sr. Germain assegurava serem iguais aos do Banco de França, isto é, sete bilhões de francos. “Nesta sala”, dizia ele ao Sr. Campos Sales, “V. Ex^a teria o necessário para resgatar todo o papel-moeda do Brasil”.

Além desses elementos de grandeza, há que admirar a organização exemplar dos serviços do estrangeiro. Entre nós tem-se a presunção de querer esconder, aos olhos dos interessados, o estado real das nossas finanças, na ilusão de ocultarmos assim as nossas chagas. O Sr. Campos Sales viu por seus olhos que, para servir sua vasta clientela, o Crédit Lyonnais sabe tudo quanto interessa, não só a nós como aos outros povos. No momento em que o futuro Presidente do Brasil visitava o estabelecimento, chegava às mãos dos diretores o último relatório do Banco da República, que àquela hora ainda não tinha sido entregue à nossa legação. O Crédit Lyonnais tem registradas as cifras e informações con-

cernentes à nossa dívida, às empresas que exploram negócios em nosso país, à marcha do mercado de câmbio em todas as épocas, ao desenvolvimento das emissões de papel-moeda. Prontamente, em Paris, a sua administração conhece tão bem a situação financeira da Mogiana, da Paulista ou da Central, como as diretorias dessas estradas ou o Governo, em São Paulo e no Rio. Ponderando Sr. Campos Sales que a situação da Central se modificara muito, desde setembro, depois da nomeação do Sr. Passos, o Sr. Germain respondeu já conhecer todas as melhorias obtidas.

Entre os mais curiosos estudos, realizados no estabelecimento, sobressaem os quadros demonstrativos dos efeitos do papel-moeda, tendentes a provar que, sob a sua influência, os câmbios não exprimem exatamente o estado da balança comercial. Entre vários exemplos, apresentava-se o mais frisante, o da Áustria, onde, não obstante ser a exportação maior que a importação, o papel-moeda continuou depreciado, em virtude do seu excesso e da resistência natural do preço das coisas. Todos esses estudos servem não só à diretoria do estabelecimento, privativamente, como aos seus fregueses e aos estrangeiros em geral, que têm à sua disposição fotografias de mapas e quadros na excelente biblioteca, onde figura o *Jornal do Comércio*.

Preparemos, pois, os nossos negócios para serem vantajosamente conhecidos; não nos iludamos com a própria incúria, supondo que o interesse estrangeiro não os conhece tão bem como nós mesmos.

Já disse o que tem feito o Sr. Campos Sales; devo agora dizer o que procuro colher de especial para os leitores, no curto tempo roubado à minha missão particular. Quando parti do Rio, prometi ao diretor do jornal que faria o possível para ter uma entrevista com o Sr. Zola, tão admirado hoje no mundo inteiro pela grandeza das suas criações literárias como pela inteireza moral consagrada à questão Dreyfus.

Logo que aqui cheguei, obtive uma apresentação para o eminente economista, Sr. Yves Guyot, ex-deputado e ex-ministro das Obras Públicas, atual diretor político do *Siècle*, amigo íntimo do Sr. Zola. A personalidade do Sr. Yves Guyot é das mais simpáticas na França. Inimigo acérrimo do socialismo, combate de viseira erguida o partido, que agora perdeu nas eleições a cooperação parlamentar dos dois chefes de maior autoridade, os Srs. Jaurés e Jules Guesde; luta sem as incoerências dos

políticos moderados, elemento de ordem e paz para a França, mas sem a coragem precisa para divorciar-se doutrinariamente das aspirações socialistas. O notável publicista, discípulo de Spencer, entende muito bem ser impossível combater o socialismo sem propagar os princípios do individualismo.¹¹

O Sr. Yves Guyot acerca-se dos sessenta anos; é alto, forte e gordo; tem as barbas e os cabelos brancos; seu olhar é vivo e o riso bondoso. Acolheu-me com grande afabilidade e pediu-me que lhe apa-

11 O socialismo é a associação pelo constrangimento; o individualismo é a associação pelo livre assentimento.

O socialismo é a solidariedade obrigatória; o individualismo é a solidariedade voluntária.

O socialismo é a extensão indefinida das atribuições do Estado; o individualismo é a limitação das atribuições do Estado.

Enquanto os socialistas pedem a liberdade política e religiosa e a opressão econômica, os individualistas afirmam que todo homem é senhor de sua força e de suas faculdades, podendo delas dispor a seu gosto.

Legislação e Governo só têm por objeto: 1º) garantir a segurança externa e interna; 2º) garantir a cada indivíduo a livre disposição do seu ser; 3º) só intervir nos contratos para firmar a sua execução.

Essa limitação das atribuições do Estado repousa nos seguintes princípios:

1º) O Estado não deve fazer aquilo que o indivíduo pode fazer.

2º) O imposto só é devido para os serviços públicos; qualquer imposto pago para garantir rendas ou benefícios particulares é imposto feudal.

3º) A única generosidade permitida ao Estado é tomar, o menos possível, do contribuinte, e contribuinte é toda a gente.

4º) É nociva a instituição ou medida legislativa governamental fiscal ou administrativa, que tenha por fim restringir a atividade intelectual ou produtora do homem.

5º) É pernicioso a instituição que tenha por fim proteger um indivíduo ou um grupo de indivíduos contra qualquer concorrência, porque terá em resultado a apatia e o enfraquecimento dos interessados.

6º) É útil a medida, cujo resultado seja desenvolver as aptidões do indivíduo para a luta pela existência e a sua faculdade de ação no meio em que tenha de viver.

O primeiro dever do Estado, como já demonstrou o Sr. de Molinari, é “firmar a liberdade do meio em que cada um tem de agir”.

Henrique Sumner Maine provou que se reconhecia a evolução humana pela substituição dos contratos aos arranjos da autoridade.

Das concepções socialistas só pode resultar a diminuição da ação do homem sobre as coisas, tendendo, entretanto, todas para aumentar a ação coercitiva do homem sobre o homem.

Há uma maneira, uma maneira só, de combater a propaganda socialista: é a de se lhe opor a propaganda individualista. – YVES GUYOT. Artigo no *Siècle* de 12 de maio de 1898.

recesse ontem, às seis e quarenta e cinco da tarde, hora da visita habitual do Sr. Zola.

Efetivamente à hora aprazada, lá encontrei o grande romancista, que me acolheu com extrema amabilidade e disse-me ter recebido do Brasil muitas cartas de parabéns pela sua atitude na questão Dreyfus. Mostrei-lhes então, a ele e ao Sr. Yves Guyot, um número do jornal, cuja primeira página era quase toda consagrada a esse assunto, e os dois ficaram admirados das proporções da nossa folha, da variedade dos assuntos nela tratados e da abundância dos anúncios, confessando só haver na Inglaterra e nos Estados Unidos alguns diários iguais, sendo ainda de notar o preço das assinaturas, inferior ao dos jornais franceses.

Devendo eu partir, amanhã, domingo, para Londres e tendo o Sr. Zola o dia de hoje tomado por seus afazeres, ofereceu-se para receber-me em qualquer manhã em que o procure, quando voltar da Inglaterra.

Anteontem, depois de prometer-me que eu veria o Sr. Zola, o Sr. Yves Guyot entreteve-se a conversar a respeito do Brasil, principalmente dos assuntos econômicos e financeiros. Informei-o dos progressos do individualismo contra o socialismo do Estado, até aqui predominante, e entre os seus triunfos citei o arrendamento das estradas de ferro da União, ainda há poucos anos considerado incentivo à revolução e hoje efetuado em grande parte, sem desordem alguma, graças principalmente à demonstração cabal da incapacidade do Estado como administrador de empresas industriais, feita pelo Sr. Murinho no Senado, de onde lhe veio a autoridade moral para realizar no Governo a idéia que defendera com brilho. Depois mostrei como a necessidade de achar aplicação para as novas emissões de papel-moeda desenvolvera o espírito protecionista fomentador de indústrias precoces; essa política lograra algumas vitórias, devido ao predomínio de elementos exaltados, convencidos de ser fácil improvisar independência industrial; mas, o ano passado, modificara-se notavelmente essa tendência na organização da nova tarifa alfandegária.

O Sr. Yves Guyot teve a bondade de achar aproveitáveis essas e outras informações e pediu-me com empenho que escrevesse para o *Siècle* um ou mais artigos, informando seus leitores desses fatos, de tanto interesse para a sua escola política. Agradecendo-lhe tão honroso acolhimento, disse-lhe que em parte os individualistas brasileiros devem

muito à influência dos seus livros e havia pouco tempo um dos mais notáveis colaboradores do *Jornal*, o Sr. Américo Werneck, escrevera magníficos artigos, apoiados no seu trabalho *Trois ans au Ministère des Travaux Publics*. Ponderou então o Sr. Guyot que esse livro se refere particularmente à França, e eu respondi-lhe caber-nos no Brasil combater os mesmos erros da França, estudados naquela obra.

A propósito do proteccionismo, chamei a sua atenção para o exagero com que a França tributa o nosso café. Para proteger meia dúzia de grãos da Martinica, cobram-se por 100 quilos 156 francos, isto é, mais de quatro vezes o custo, representado por 36 francos. Já se começa a bradar no Brasil contra essa desigualdade. Havendo conquistado entre nós a primazia no comércio de vinhos, manteiga, produtos farmacêuticos, sedas, modas, perfumarias, etc., a França está ameaçada de sofrer represálias indiretas de tarifas, pelas facilidades conferidas a produtos similares de outras procedências. Isso já se esboçava na incipiente importação espanhola e italiana, com tendência a aumentar, graças ao desenvolvimento da imigração.¹²

Apoiando francamente essas ponderações, disse-me o Sr. Yves Guyot que, quando se tratou de proteger na França a indústria do açúcar, ele mostrou ser absurdo fazê-lo sem baixar os direitos do café. Se os proteccionistas queriam fomentar no país a produção de açúcar barato, era preciso dar o que adoçar, e para tal fim nada comparável ao café, bebida preferida pela população e hoje reduzida, nas classes pobres, a gozo de um dia de luxo.¹³

Vem a pêlo citar um artigo recente de revista, no qual se demonstrava serem os favores dispensados à indústria açucareira, na França, em proveito dos ingleses, que adquiriam o produto barato para aplicá-lo em

12 Na lei da receita votada em 1899 para o ano de 1900, foi dada ao Governo autorização para aplicar uma tarifa máxima à importação dos países que gravam demasiadamente a entrada do nosso café. O fato teve repercussão na França e o Sr. Yves Guyot, no *Siècle*, pediu em vários artigos a redução dos direitos sobre o café.

13 Depois da Alemanha, que importa anualmente 136.000 toneladas de café, a França é o país da Europa que mais consome esse gênero, gastando 77.310 toneladas. A Inglaterra importa apenas 12.420 e a Itália 12.500 toneladas. Os direitos na Alemanha são, porém, dois terços menos que na França, onde uma tonelada de café paga 1.560 francos, ao passo que ali paga somente 500 francos. (*Imposto sobre o Café de Importação*. Memória da Câmara do Comércio de Exportação de Paris, julho de 1899.)

biscoitos, a fim de abarrotar os mercados do mundo, e particularmente os da França, onde na última das casas do campo se encontra sempre à cabeceira dos convalescentes uma lata de *craknel* Huntley & Palmers.

Para encerrar esta carta, sob a impressão de tão instrutiva palestra, seja-me permitido lembrar que o Brasil deve aproveitar a exposição de 1900 para fazer alguma coisa em benefício do consumo de café.

Por mais que se esbofem a sustentar não haver excesso de produção no mundo, nunca conseguirão fazer os algarismos mentirem, quando denunciam as fabulosas existências de café, em comparação com as dos anos anteriores.¹⁴

É preciso encarar francamente as dificuldades da situação e procurar-lhe os remédios, infelizmente de ação lenta. A nossa crise atual é principalmente econômica. Os males financeiros existiam; tinham produzido todos os seus efeitos quanto ao Estado, que por fim entraria em caminho de cura, se houvesse juízo, competência e probidade. Mas por cima deles veio a crise econômica.

O café, que em 1894-95 produzia £28.000.000, em 1895-96 só rendia £21.250.000, e em 1897-98 dava apenas £12.687.500. De quatro libras esterlinas o preço baixara a menos de libra e meia.

Como encher esse buraco monstruoso, como preencher esse claro colossal no orçamento da nação? Se porventura as safras continuarem com o desenvolvimento atual ou crescerem ainda, sem que o consumo aumente, o grão de ouro se transformará em grão de cobre.

Ninguém no mundo, porém, pode competir conosco no comércio do café, principalmente se melhorarmos as qualidades exportadas.

As nossas lavouras, os nossos meios de transporte, o nosso serviço de embarque em Santos, tudo isso está aperfeiçoado e assegura-nos o predomínio nos mercados. Mas infelizmente há países consumidores onde os nossos produtos estão desvirtuados. Na França, o nome do Brasil é elemento de descrédito para o café. Pois bem, mostremos à França a boa qualidade do nosso produto.

14 Café exportado de Santos, Rio, Vitória e Bahia: em 1895 – 7.109.752 sacas; em 1896 – 7.527.830 sacas; em 1897 – 10.855.750 sacas; em 1898 – 10.248.198 sacas.

Há povos que ainda se podem habituar ao uso dessa bebida. Voltando entusiasmado de sua visita a uma grande fazenda, o Sr. de Giers, ministro da Rússia no Rio de Janeiro, dizia ultimamente em São Paulo ao Sr. Campos Sales haver grande erro em acreditar no triunfo definitivo do chá entre os russos, amantes sobretudo do café. Pois bem, façamos os russos e outros povos conhecerem o nosso café.

A melhor oportunidade para uma campanha profícua é a exposição de 1900. Paris será o ponto de encontro de populações de todo o mundo. Se o Estado não pode fazer o sacrifício de concorrer à exposição, reúnam-se os fazendeiros, os comissários, os ensacadores, os exportadores; formem uma associação poderosa, obtenham que o Governo solicite local para um pavilhão e realizem, em nome do Brasil, uma exposição exclusiva de café.

Esse certame teria a maior originalidade. Mostrando desde o cafeeiro com o fruto até o infuso para beber; instalando pequenas máquinas de beneficiamento do café em coco, aparelhos de torrefação, moinhos para pulverizar o grão e máquinas para preparar a bebida; esse certame seria certamente originalíssimo e estaria destinado a êxito magnífico.

Assim os milhões de visitantes da exposição veriam toda a evolução dos processos para o uso do café e se assegurariam da autenticidade dos nossos produtos e do valor de suas qualidades.

Ao mesmo tempo, poderiam expor-se (ainda melhor por meio do cinematógrafo) grandes vistas de fazendas com cafezais e dependências, e distribuir largamente memórias escritas em quatro ou seis línguas, explicando tudo quanto concerne à plantação, preparo, comércio e virtudes do café. Essa lição de coisas acerca da “famosa rubiácea” valeria mais que toda a retórica dos artigos de jornais e todos os discursos protecionistas, pedindo o auxílio do Estado para a classe dos lavradores. O indispensável é despertar sem demora a iniciativa dos interessados. Um país de uma grande cultura, quase exclusiva, não se deve deixar vencer pusilanilmente nessa luta em que periga o seu gênero principal de riqueza.¹⁵ Na exposição de Chicago, apenas uma casa comercial de São Paulo, a dos Srs. Prado, Chaves & Comp., fez, à própria custa, uma modes-

15 Em 1899, fundaram-se associações no Rio e em São Paulo para cuidar da propaganda do café.

ta exposição de café. Quanto não poderiam fazer em Paris todas as classes interessadas nesse comércio?

E é preciso considerar, além da compensação dos lucros indiretos, que o produto de dez mil ou mais sacas de café em coco, destinadas à feira, daria para ocorrer, em grande parte, às despesas da exposição.

Se essa minha idéia despertar nos demais fazendeiros o entusiasmo que desperta no Sr. Campos Sales, vale a pena aproveitá-la, na certeza de prestar-se um grande serviço ao Brasil.¹⁶

16 Não me consta que alguém tenha glosado este mote. Em minhas conversas com o Sr. Amedée Prince, importante negociante em Paris, muito amigo do Brasil e secretário da comissão brasileira na exposição de 1889, ficou combinado que eu lhe comunicasse do Rio quanto fosse possível obter nesse sentido, até o mês de outubro (de 1898), pois só até essa época, a instâncias suas, o comitê da exposição reservaria bom lugar para o nosso país. Minhas informações foram negativas. Muito mais tarde, em março ou abril de 1899, lavradores e negociantes de São Paulo resolveram fazer o que eu encarecera nesta carta e só então, reunidos sob a presidência do Senador Rodrigues Alves, dirigiram-se ao Presidente da República, pedindo que o ministro brasileiro em Paris solicitasse, em nome do Governo, terreno para uma exposição de café. Era tarde. Nada se conseguiu.

.....

IV

PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE LONDRES

LONDRES, 20 de maio de 1898

A CHAMO-NOS, há cinco dias, na maior cidade do mundo. Partimos de Paris em manhã chuvosa, receosos de ver justificar-se a fama assustadora do Passo de Calais. Desde as nove horas até uma e trinta da tarde, atravessamos o belo campo francês, quase sempre plano e cortado de canais. A proximidade da fronteira belga denunciava-se pela vista freqüente de grandes fábricas. À uma e quarenta estávamos embarcados no pequeno vapor que nos devia levar ao outro lado da Mancha. A chuva continuava fina e impertinente; a falta de toldo obrigava muitos passageiros a sujeitarem-se na câmara ao cheiro desagradável de bordo e a deixarem em cima o ar puro do mar. Era preferível afrontar o mau tempo, que felizmente só daquele modo nos contrariava, pois as ondas portavam-se com admirável cordura.

Às duas e cinqüenta da tarde desembarcávamos em Dover, donde partem vários trens para as diversas estações de Londres. Depois

de uma pequena demora de dez minutos, o comboio começou a mover-se rapidamente sem os balanços experimentados no caminho de ferro do Norte, em França. Nosso compartimento de primeira classe tinha seis lugares, ou menos dois que nos trens franceses. Em cada vagão havia um pequeno mapa da estrada de ferro, com indicações de todos os seus pontos de parada, facilitando aos passageiros saberem quando se aproximavam da estação de destino.

A região que atravessamos estava coberta de pastos viçosos; mas as árvores apenas começavam a enfolhar. Rebanhos e rebanhos de carneiros abundavam à margem da estrada.

Às cinco horas da tarde, através do céu nevoento de Londres, avistado de longe como uma abóbada de chumbo, surgiu o sol, que durante três dias nos favoreceu com o seu fulgor para logo abandonar-nos ontem e hoje.

Na estação de “Charing Cross”, o Ministro do Brasil, seus secretários e o Sr. Girardot, correspondente do *Jornal*, esperavam o Sr. Campos Sales. O Sr. Pisa só comunicara a partida do futuro Presidente na manhã daquele dia e, sendo domingo, não foi possível ao Sr. Correia transmitir a notícia ao *Foreign Office*; por isso nenhum representante do Governo inglês apareceu na estação.

Estavam tomados aposentos para o Sr. Campos Sales no primeiro andar do Hotel Metrópole. O Metrópole é um dos quinze hotéis construídos na Inglaterra, Cannes e Monte Carlo pela Companhia Gordon. São todos eles verdadeiros palácios. Cada uma dessas casas imensas pode reunir uma pequena população de quase mil pessoas. Esta, onde nos achamos, tem setecentos e setenta e cinco aposentos distribuídos em seis andares, ligados, além das escadas, por dois magníficos ascensores, quase sempre em movimento. Sem sair do hotel, temos tudo que nos é indispensável: dois salões para as refeições, um de visita, um de leitura, tabacaria, sala de fumar, bilhares, loja de barbeiro, serviço de correio, telégrafo e telefone, agentes para mandar recados a qualquer ponto da cidade.

Quem entra, porém, numa dessas residências colossais, sujeita-se a perder a personalidade. Seria impossível conservar os nomes de tanta gente, diariamente renovada; por isso, o número do aposento é a verdadeira indicação dos hóspedes. O visitante que procura alguém

dá-lhe o nome à portaria e logo um dos muitos meninos, ocupados exclusivamente nesse serviço, sai a bradar por toda parte o número do quarto onde ele mora. De outro modo, sendo impossível a pronúncia exata de tantos nomes diferentes, as faltas e os enganos seriam ainda maiores.

À porta do hotel há incessante movimento de carros. Um empregado, exclusivamente incumbido de apitar para chamá-los, dá-lhes ordem de partida e indicações sobre o destino dos passageiros; nos dias de chuva esse vaivém toma proporções extraordinárias. Como à porta do Metrópole, ocorre fato idêntico ali próximo, à entrada do Vitória e do Grande Hotel, ambos da Companhia Gordon e edificadas na mesma avenida, quase juntos. Ainda maiores do que esses, há outros hotéis, também de administração exemplar, como o Cecil e o Savoy, defronte do Tâmis, e ainda outros se constroem na vizinhança, para rivalizar com os atuais em proporções, luxo e conforto.

Tudo em Londres tem esse cunho de grandeza, organização e segurança. Falta-lhe por certo o aspecto incomparável de Paris na área dos seus enormes bulevares e das suas longas e largas ruas, traçadas a capricho, desde há quarenta anos. Parece, porém, haver aqui construções monumentais em maior número e até os edifícios antigos, de aparência singela, dão à cidade grave aspecto de solidez, sinal da segurança e do conforto, tão característicos dos ingleses. Conta o Sr. Ferreira Viana que, ao chegar a Londres, logo depois de reunir a bagagem na plataforma de “Charing Cross”, quis sair à rua para tomar um carro a fim de atingir o hotel de seu destino. Hesitava em deixá-la sem proteção, quando, ao levantar os olhos, deparou com um *policeman*, que o mirava. Compreendendo o seu embaraço, o agente da segurança pública estendeu a mão sobre a bagagem, com um ligeiro gesto tranqüilizador de quem se responsabilizava por ela. “Então”, dizia o malicioso parlamentar, “saí sossegado, porque deixava a minha propriedade sob a guarda sem-par do Poder Público da Inglaterra”.

Os *policemen* de Londres tranqüilizam realmente quem se acolhe à sua proteção. Eles constituem uma corporação de homens escolhidos, física e moralmente. De altura extraordinária e enorme robustez, devem ter, além desses predicados, irrepreensível conduta e saúde perfeita.

Esses gigantes eretos, uniformizados, dão ao estrangeiro, em todos os pontos da cidade, a mais alevantada idéia da segurança e da ordem.

Creio que todos nós brasileiros já esperamos receber essa impressão de Londres. Há, porém, surpresas de outra ordem, até para os mais bem-informados. Uma delas é a beleza da raça anglo-saxônia. Acostumados a ver o que os franceses chamam *les anglaises des colonies*, mulheres altas, magras, vermelhas, sem cabelo nem as sinuosidades graciosas do seu sexo, ficamos deveras maravilhados com a abundância extraordinária de tipos admiráveis, desde o louro até o moreno, encontrados aqui por toda parte, a mostrar nos rostos, de rara formosura, a tez mais fresca e mais rosada. Agora compreendo por que Oliveira Martins, segundo refere no seu livro acerca da Inglaterra, perguntou uma vez, extasiado diante da assistência de um grande prêmio Derby, se havia alguma lei proibitiva da emigração de mulheres bonitas.

Esta é exatamente a época de ver Londres em todo o seu esplendor. Estamos em plena estação mundana, que começa em maio e termina em julho. De toda parte do Império e até da América do Norte vem gente divertir-se; é o tempo dos teatros e dos bailes. No “Covent-Garden” funciona uma tríplice companhia lírica, dirigida por três grandes regentes, para cantar na língua original as obras-primas dos mestres alemães, italianos e franceses. Tudo quanto há de escolhido no continente, em matéria de arte, aflui a Londres. As orquestras de Strauss, de Lamoureux, do Teatro Scala; Coquelin, Sarah Bernhardt, Rejanne; pintores e escultores franceses, todos vêm ter aqui com as suas novidades, as suas maravilhas, o seu entusiasmo, certos de encontrar, como em parte alguma, público abundante e generoso. Quando chegar julho, toda a alta sociedade voltará para o campo. Em princípio de agosto começarão as regatas da ilha de Wight; em meados do mesmo mês, a caça a pé na Escócia; em novembro a caça a cavalo e também as estações de águas, de banhos de mar e tantas outras diversões.

Os homens mais ricos, os nobres da mais alta linhagem jamais abandonam o campo; lá a verdadeira vida inglesa, os palácios, os castelos, a verdadeira morada. O país está cortado de estradas de ferro em todas as direções, e o transporte faz-se de um extremo a outro em marcha vertiginosa; é fácil, pois, vir sempre a Londres atender aos negócios e voltar ao fim da semana e até com mais freqüência. Quem vê a casa

do riquíssimo Duque de Devonshire, situada no Piccadilly, baixa, sombria, encoberta por um grande muro, aliás de bela ornamentação, mal avaliará da suntuosidade do seu castelo.

A Rainha dá o bom exemplo. Ela só aparece aqui durante a estação das festas, em duas recepções anuais (*drawing rooms*), uma das quais já se realizou este ano. A essas mesmas às vezes falha e faz-se substituir pela Princesa de Gales. Nenhuma jovem aparece na alta sociedade, aos dezessete ou dezoito anos, sem ser apresentada à Rainha em semelhantes cerimônias; todas as que se casam, aquelas cujos maridos mereceram qualquer nova distinção ou emprego, têm de cumprir o mesmo dever.

Só nesses dias a Soberana vem ao Palácio de Buckingham, onde viveu tão feliz com o príncipe consorte; logo depois volta para Windsor, a uma hora de Londres; para a Escócia; ou para Cannes, ao sul de França. Já enxergando muito pouco, foge quanto possível à vida representativa, da qual incumbe o Príncipe de Gales, grande apreciador da sociedade e de Londres, onde passa toda a *season* e ainda algum tempo mais.

Essa situação do Príncipe, criada pelo retraimento da Rainha, deu-lhe o cetro da sociedade, que lhe observa minuciosamente os gestos para imitá-los, as preferências para torná-las modas, as afeições para respeitá-las e atraí-las. A amizade que consagra ao Ministro do Brasil, o Sr. Correia, deu a esse cavalheiro a excepcional posição que desfruta no seio desta sociedade, tão cheia de exigências. Vivendo mais de trinta anos na Inglaterra, aqui começou secretário, quando a Legação tinha o brilho emprestado pelos recursos do Barão de Penedo; cresceu ao lado do escol da gente que freqüentava os salões do velho diplomata, e desde então conquistou a afeição do Príncipe, então jovem como ele.

Essa posição deveria ser, em qualquer país, título apreciável das qualidades do funcionário; entretanto, no Brasil, já tem sido causa de prevenções contra o seu ministro.

Foi ele quem acompanhou o Sr. Campos Sales no dia 18 ao escritório dos Srs. Rothschilds, aos quais na véspera me havia apresentado. Essa casa, de que os brasileiros ouvem falar há setenta anos, é situada na *City*, tendo a entrada em um beco estreito, onde os carros só podem passar um a um. A porta que dá ingresso no escritório abre sobre largo

pátio central, onde os veículos penetram. À esquerda de uma pequena sala de espera fica o salão de trabalho dos donos da casa: é espaçoso, mais ou menos de treze a quinze metros de comprimento e oito de largura, iluminado por três largas e altas janelas, desprovidas de cortinas e dando sobre o pátio. O chão é forrado de um só tapete vermelho, de desenho variado. As paredes são guarnecidas, até a altura das portas, de madeira amarela, envernizada como estas. No centro de cada uma, à entrada e ao fundo, há dois fogões de mármore verde-escuro com veios claros. Sobre um deles, o retrato a óleo do velho Rothschild, pai; um ventilador elétrico e uma redução de canhão em bronze, dentro de uma campânula de vidro. Sobre o outro, um retrato em gravura do avô dos Rothschilds, fundador da Casa de Londres, e um busto em barro do fundador da Casa de Frankfurt, no século passado. Além dessas recordações de família, ainda há no centro da parede lateral, fronteira às janelas, um busto em mármore de Rothschild, pai, o Barão Leonel.

Paralelas aos dois fogões e deles afastadas cerca de dois metros, duas mesas de trabalho, e junto às janelas, um também paralelamente e outro verticalmente, dois *bureaux-ministres*, com os bordos do tampo de metal dourado, tendo a um canto dez botões de campainhas elétricas, uma lâmpada também elétrica com véu, livros, mapas, papéis e abundância de penas de pato. A mobília complementar é constituída de sofás e cadeiras com assento e encosto de couro estofados. Na mesa, ao fundo, trabalha o Lorde Rothschild, chefe da casa; no *bureau* vertical à parede do pátio o Sr. Leopoldo Rothschild, e ora na outra mesa, ora no outro *bureau*, o Sr. Alfredo Rothschild.

Os três irmãos têm fisionomias diferentes. O Lorde, que ainda não tem sessenta anos, é alto; forte, sem ser gordo; tem a barba curta, espessa, toda branca; os cabelos raros e crespos; a pele alva e a boca pequena, os lábios muito polpudos e corados; traja-se sempre com elegância; usa as calças estreitas e apertadas sobre os sapatos; traz à lapela uma flor vistosa, de preferência uma rara orquídea, da sua preciosa coleção. Parece sempre preocupado e às vezes alheio aos que o cercam; fecha os olhos como a pensar em coisas longes; mas logo depois entrea-bre o semblante, carregado de novo, diz-se-ia exprimindo mau humor.

O segundo, Alfredo, é baixo, quase magro, muito calvo; a parte posterior da cabeça, coberta de cabelos ainda pretos e lustrosos, muito

penteados e voltados sobre a fronte desguarnecida; insignificante suíça branca desce até o lóbulo de cada orelha, o pequeno bigode se retorce nas extremidades, endurecidas à força de cosmético. Veste-se com esmero; percebe-se que cuida do vestuário. Tem as maneiras delicadas e a palavra muito escolhida. Produz a impressão de um homem que só é amável quando quer.

O terceiro, Leopoldo, é singelo e acolhedor, de estatura mediana, também calvo; usa apenas bigode, já embranquecido, caindo sobre os grossos lábios, que riem facilmente. Tem o nariz característico dos hebreus e o olhar penetrante.

Cerca das onze horas estão todos nos seus postos e almoçam às duas horas numa mesa sem flores, em pequena sala, mobiliada com modéstia, onde se fala dos mais variados assuntos. Às quatro horas, em geral, encerram-se os negócios e o escritório, com cerca de cem empregados, envia ao salão a nota das transações do dia, que anteontem acusava nas mãos do banqueiro da casa um saldo superior a trezentas mil libras.

O Sr. Campos Sales teve ensejo de conversar largamente com os nossos agentes financeiros, do meio-dia até quatro horas da tarde, tratando da situação do Brasil e informando-se minuciosamente das disposições da praça a seu respeito. Foi chamado e ouvido em conferência o Sr. Duffield, presidente do River Plate Bank, cujo representante, o Sr. Tootal, já está no Rio com uma proposta de acordo para o pagamento dos juros da dívida externa por meio de títulos com garantia especial.

Tem sido cordialíssimo o acolhimento feito ao futuro Presidente de cuja energia e sinceridade de intuitos muito se espera. Por sua vez, ele reconhece não haver em Londres a apregoada má-vontade contra o nosso País, cuja tradição de honorabilidade precisa ser reivindicada, a despeito das loucuras cometidas nos últimos anos. Ninguém de bom senso pode estranhar as cautelas tomadas pelo capital contra as repetidas provas de insensatez e incapacidade que temos dado em perturbações profundas da ordem e despropósitos na gestão das finanças públicas. Todos aqui esperam que, chegando ao ponto onde estamos, a despeito dos esforços empregados para evitar males maiores, finalmente tomemos juízo e marchemos resolutos no caminho da reabilitação do nosso crédito.

A demora do Sr. Campos Sales nesta cidade muito pode concorrer para atingir esse resultado. Quantos o ouvem impressionam-se e animam-se com as suas palavras reveladoras de sinceridade. De toda parte ele tem recebido provas de apreço. Amanhã, antes de assistir ao jantar dado no *Foreign Office* para comemorar o aniversário da Rainha, será recebido às quatro horas pelo Príncipe de Gales. Não lhe foi dado visitar a Soberana, porque ela partiu para a Escócia logo após a sua chegada. Anteontem jantou em casa do Lorde Rothschild, de quem foram convivas nomes dos mais ilustres da Inglaterra: o Sr. Balfour, primeiro Lorde do Tesouro e chefe da Maioria na Câmara dos Comuns, o Marquês de Londonderry, antigo Vice-Rei da Irlanda e rei das minas de carvão, neto do Lorde Castleragh, que representou a Grã-Bretanha no Congresso de Paris em 1815 depois da derrota de Napoleão; o Lorde Esher, um dos mais notáveis magistrados ingleses; Shomber Mc. Donnell, secretário do primeiro-ministro, e mais Edgar Vincent, antigo presidente do Banco Otomano, além do Embaixador da Rússia.¹⁷ Depois seguiu-se uma recepção, a que concorreu a flor dos salões de Londres.

A recepção cerimoniosa é uma das invenções mais fatigantes a que a etiqueta condenou um homem de sociedade. Essa a que eu assistia, sem ter a cauda colossal das recepções oficiais, servia para avaliar as maçadas impostas às vítimas desse dever social. De pé, no topo do ramo direito da escada, o Lorde Rothschild e sua esposa, durante mais de duas horas, recebiam apertos de mão dos recém-chegados, que um laçao, alguns degraus abaixo, se esforçava por anunciar pelos nomes, nem sempre pronunciados com acerto.

Passaram o Lorde Rosebery, ex-primeiro-ministro; Sr. Rivers Wilson, o restaurador das finanças egípcias; Sr. Georges Servis, considerado o primeiro advogado inglês, e muitos outros de uma lista de escol: nobres diplomatas, militares, banqueiros e senhoras de todas as idades, desde as que resistiam, com o luxo de seus vestidos e o esplendor das suas jóias, aos ultrajes do tempo, até as que entravam como as flores, enchendo o ambiente de frescura, de beleza, do perfume da mocidade triunfante. Todos trocavam o sorriso convencional dos cumprimentos e

17 O Barão de Stal, que foi presidente da primeira conferência de Haia sobre o desarmamento geral.

perdiam-se nas salas, onde chegavam as notas amortecidas de uma orquestra. Depois, raramente, um ou outro, aproveitando um momento oportuno, voltava a dizer amabilidades aos donos da casa. Mais tarde, pouco a pouco, iam partindo todos pelo ramo esquerdo da escada, passando entre os lacaios de calção e cabelos empoados, que haviam indicado à entrada a direção para seguir. E enquanto o movimento não cessava, o Lorde Rothschild e sua esposa, de pé no alto da escada, esperavam o último convidado, a quem dariam a mão a apertar, sem esquecerem de sorrir-lhe, do sorriso convencional das recepções.

NOTA

O Ministro Sousa Correia, de quem várias vezes se trata nestas páginas, faleceu repentinamente a 23 de março de 1900. O autor transcreve aqui a notícia do triste acontecimento, que lhe coube escrever no *Jornal do Comércio*:

“O Brasil perdeu ontem um dos seus mais prestimosos servidores. Faleceu repentinamente em Londres o nosso ministro naquela capital, Conselheiro João Artur de Sousa Correia.

“Nascido em Pernambuco e tendo recebido sua primeira educação na Europa, onde vivia seu pai, cônsul-geral em Hamburgo, veio mais tarde para o Rio de Janeiro, em cuja Escola Naval se fez oficial de Marinha. Depois pediu e obteve licença do Governo para servir na Marinha francesa. Rebentou então a guerra da Criméia e o Tenente Sousa Correia, embarcado num dos navios da esquadra francesa, recebeu a medalha comemorativa dessa campanha.

“Em 1859 deixou a vida do mar e entrou para o Corpo Diplomático, como adido de 1ª classe em Londres. Desde esse ano até 1885 permaneceu sempre na Legação daquela capital, donde nesse período apenas esteve ausente durante quatro anos, como adido em Paris. De secretário, que era desde 1873, foi elevado a ministro residente no Paraguai, cargo que não chegou a ocupar, por ser logo removido para a Espanha, no mesmo caráter. Em 1888 foi promovido a ministro plenipotenciário nos Estados Unidos e poucos meses depois removido para a Legação junto à Santa Sé, donde o foi tirar em 1889 o Governo Provisório para substituir em Londres o Barão de Arinos.

“Como se vê destas notas, de quarenta e um anos de vida diplomática, trinta e dois passou o Conselheiro Sousa Correia na Inglaterra. Nessa longa permanência ali, desde a mocidade, logrou criar uma situação excepcional, que redundava em benefício da representação brasileira.

“O Príncipe de Gales, herdeiro da Coroa, tributava-lhe grande afeto e testemunhava sempre publicamente os sentimentos que por ele nutria. Além dessa predileção do Príncipe, grande título à estima da sociedade, o Conselheiro Sousa Correia

dispunha de raras qualidades pessoais de tato e bondade. Era realmente extraordinário o grau de consideração e estima a que atingira esse homem singelo, sem fortuna, representante de um país sul-americano, no meio de uma sociedade aristocrática, poderosa, que lhe dava primazias invejadas por embaixadores de velhas e importantes nações.

“Nem por isso ele esqueceu jamais sua delicadeza e simplicidade de caráter e aos brasileiros que o procuravam cercava de todas as considerações, fazendo-os gozar na grande metrópole as facilidades que o seu prestígio pessoal poderia dar.

“A morte do Conselheiro Sousa Correia será muito sentida no seio da sociedade que tanto o prezava e abre em nossa representação diplomática uma enorme vaga, muito e muito difícil de preencher.”

– O falecimento foi comunicado ao Presidente da República pelo seguinte telegrama do Lorde Rothschild: “Verdadeiramente penalizados, informamos a V. Ex^a do infausto e repentino falecimento de S. Ex^a o Conselheiro Sousa Correia, ministro brasileiro em Londres, o qual ocorreu prematuramente esta manhã. O Conselheiro Sousa Correia estava aparentemente no seu estado normal de saúde, e apenas se tinha queixado de leve reumatismo e dor ciática. Provavelmente foi de repente acometido durante a noite de outro mal; e quando foi chamado o médico esta manhã, já o encontrou cadáver. Apresentamos a V. Ex^a a expressão de nossa muito sincera mágoa pela grande perda que o Brasil acaba de sofrer. O vosso representante era um servidor devotado da República e merecidamente respeitado e estimado pelos seus colegas do corpo diplomático, além de ser um grande favorito na corte, e altamente apreciado na sociedade inglesa. Nós pessoalmente perdemos um bom e afetuoso amigo, cuja memória prezaremos sempre. – *Rothschild.*”

SEGUNDA SEMANA EM LONDRES

LONDRES, 28 de maio de 1898

CHEGANDO a Londres num domingo à tarde e passando apenas numa rua para alcançar o hotel onde fiquei, não poderia em minha primeira carta falar conscienciosamente desse dia, tão caluniado pelos viajantes que visitam a Inglaterra. Agora, porém, há mais de uma semana aqui estou; já assisti à transição da atividade semanal do trabalho para a tranqüillidade reparadora do descanso; é meu dever afirmar: se o domingo não fosse para o geral dos ingleses um dia destinado a lembrar as coisas do céu, poder-se-ia dizer, como no provérbio, que o diabo não é tão feio quanto o pintam.

Em todas as grandes cidades o domingo é um dia triste, nas ruas cujo movimento depende do comércio. Os homens que passam a semana nos negócios procuram, fora do sítio onde trabalham, impressões diferentes, espetáculos novos, companhias mais agradáveis. O Rio de Janeiro oferece aos domingos, no bairro mercantil, o aspecto de uma cidade abandonada. Os seus arrabaldes pitorescos atraem de toda parte

a população que passou seis dias atravessando as ruas estreitas e esburacadas do centro. Em Londres, cuja área e população são extraordinariamente maiores, esse êxodo começa mais cedo. Ao sábado, às duas horas, o mundo dos altos negócios paralisa-se; as casas mais importantes fecham; o movimento de gente acelera-se. Parece que a cidade se despovoia; as estradas de ferro, os ônibus, os *mail coaches* deslocam a população para o campo, de onde só se volta segunda-feira de manhã ou domingo à noite. A despeito desse vaivém incessante, não há atropelos. Os *policemen*, com um simples gesto, regulam a ordem nas ruas. Se num momento dado todos eles levantassem a mão, fazendo sinal de esperar, parariam de súbito os milhares e milhares de veículos que rodam sobre as ruas de Londres.

Não há quem não aprecie essa fuga e também não concorra para animá-la; os teatros cerram as portas e até os restaurantes limitam as horas de serviço. Só ultimamente começa-se a perturbar a quietação religiosa da cidade. Para a transição não ser inopinada, organizam-se concertos de música severa, onde predominam órgãos colossais, enchendo o espaço de melodias sacras, destinadas a enlevar as almas dos ouvintes; também já os museus consentem a contemplação das suas maravilhas.

Mas verdade é que sem sair de Londres pode-se ter nos parques e jardins a ilusão do campo. Domingo, depois da missa, de onze e meia da manhã até uma e meia da tarde, o Hyde Park torna-se um ponto de agradável passatempo. A pé e em poucos carros (sendo proibida, em qualquer dia, a entrada dos que têm número de praça), muita gente passeia em caminhos escolhidos, marginados de filas de cadeiras, pagas a um *penny*, onde se assentam mulheres, muitas dentre as quais poderiam figurar em concursos de beleza. E a secundá-las na exibição de uma raça bela e vicejante destacam-se os homens, vestidos com elegância que apenas se pode imitar, e revelando no enfeite variado das lapelas o amor das flores.

Diante desse espetáculo, lembrei-me dos nossos parques, cobertos de relva tão verde, sombreados de árvores tão copadas, cortados de água tão clara; o “Passeio”, aberto sobre o mar como o primeiro canto de nossa natureza, oferecendo à admiração dos forasteiros; e o Campo, engastado no coração da cidade, dando de muitos de seus pontos a ilusão de um retiro agreste, com os limites que lhe traçam ao longe, por trás das casas encobertas da praça, a Tijuca, Santa Teresa e Nova Cintra.

A gente menos atarefada do Rio poderia também ter seus dias e horas consagrados aos parques, onde o estrangeiro pudesse admirar a beleza, a elegância, a graça de nossas patrícias. Todas as grandes cidades do mundo têm o seu passeio público, ponto de encontro do bom gosto, da moda, para a gema da sociedade. Na América do Sul, Santiago, Montevideu e Buenos Aires, com o seu magnífico Palermo, ensinam ao Rio essa regra elementar da vida urbana, ainda não aprendida.

Se a natureza cansou-nos com a sua exuberância; se a nossa vida de arrabalde deu a muitos dentre nós um canto de chácara ou de jardim sombrio; se os nossos parques já não nos interessam, façamos da preferência por eles, se não uma escolha de higiene, ao menos uma regra de bom-tom. Nas manhãs de estio, ao cair das tardes de sol, tudo ali é mais apazível que na Rua do Ouvidor. Se não é possível a circulação de carruagens no Campo, será fácil iniciar a boa prática pelos giros a pé, no Passeio, onde, como ainda no Campo, nos jardins Botânico e Zoológico, também a grande massa do povo não sabe aos domingos levar as crianças, a semana inteira guardadas em aposentos às vezes insalubres.

Esse contato da sociedade tem vantagens das quais somos privados. Em grande parte os mexericos e a maledicência das nossas rodas resultam do afastamento em que vivem os sexos. As senhoras que estimam o convívio dos homens, os cavalheiros que buscam o convívio das damas chamam a atenção sobre si pela raridade da espécie, de sorte que uma prova de bom gosto e delicadeza de alma se transforma aos olhos de muitos em inconveniência censurável. Nas nossas reuniões, em geral, os homens grupam-se às portas, olhando de longe para dentro das salas repletas, onde as senhoras formam círculos, que de balde esperam ver quebrados pela invasão de tanta gente tímida. A sociedade inglesa é a negação dessas reservas; na confiança e no respeito mútuo entre os dois sexos reside a grande força da sua organização moral. Não só o Hyde, mas os outros parques povoam-se aos domingos da gente que não fugiu da cidade, e até no centro de Londres, como disse, pode-se ter a ilusão do campo.

No dia 22, depois do almoço, às três e meia, fomos visitar o Jardim Zoológico. Atravessamos o Regent's Park, em cujo fundo ele se acha, e já nos parecia que a grande metrópole inglesa não nos envolvia por todos os lados, bem perto dali. A enorme extensão desse parque;

seus vastos gramados; seus lagos semeados de botes, cheios de remadores vigorosos; a gente deitada à sombra das árvores; os bandos de crianças, volteando em brinquedos diferentes; os pequenos botequins, instalados no meio da verdura; tudo isso dava-nos a impressão reparadora do campo. E como esse, e maiores que esse, Londres tem Kew-Gardens, Hampton Court, Kensington-Gardens, o Green e o Saint James, o Battersea e outros.

O Jardim Zoológico é afamado pela riqueza das suas coleções. Percorremo-lo durante duas horas e não o vimos todo. O Brasil lá figura com muitos exemplares da sua fauna abundante, principalmente aves. Faz gosto ver o interesse que despertam os animais, máxime às crianças. Nenhuma delas procura pau ou seixo para irritá-los ou machucá-los; ao contrário, fazem provisões de bolos, doces e frutas para mimoseá-los e riem contentes da satisfação que lhes causam.

Nesse domingo, o Príncipe e a Princesa de Gales e o Duque de York também visitavam o jardim. Muitas pessoas do povo acompanhavam-nos e toda a gente se descobria à sua passagem. O Sr. Campos Sales, que na véspera visitara o Príncipe, encontrou-o frente a frente e logo Sua Alteza parou e apresentou-o à Princesa, que lhe falou em francês.

O Príncipe é extremamente amável. Herdeiro do trono da Inglaterra, com a fama legendária de rei da elegância e da moda, vendo os seus gestos, as suas maneiras, as suas preferências mais vulgares transformadas em regras de bom-tom, dir-se-ia que incensado por todos os lisonjeiros, satisfeito em todos os seus caprichos, fosse desdenhoso e poupasse o seu riso para as expansões de alguma rara afeição. Entretanto, ninguém mais lhano e comunicativo, mais singelo e despretenhoso. Não é de majestade a auréola que o cerca; de todo ele desprende-se simpatia e bondade que nos envolvem e afagam.

O Sr. Campos Sales, que pela primeira vez falava a um príncipe, dele recebeu essa mesma impressão. Ao atravessar os pátios e corredores de Malborough-House, adereçados de estátuas nuas de mármore e apenas guardados, desde a entrada, por duas sentinelas, dois policiais e os locais de serviço, pensaria talvez o futuro Presidente ir encontrar um rigoroso observador de formas artificiosas, que constrangem e fatigam. Logo que fomos introduzidos no belo salão onde o Príncipe colecionou em armários envidraçados as armas que lhe ofereceram na Índia, em sua

viagem de 1881, Sua Alteza imediatamente apareceu e durante um quarto de hora conversou amavelmente. À despedida, referindo-se ao nosso ministro, Sr. Correia, também presente, disse ao Sr. Campos Sales que ele era um dos seus mais velhos amigos, e sorrindo acrescentou esperar que durante o futuro quadriênio não fosse privado de tão boa companhia. Ao que o Sr. Campos Sales respondeu, também a rir, de modo a satisfazer a Sua Alteza.

Mais tarde, nesse mesmo dia, o futuro Presidente teve oportunidade de achar-se de novo com o Príncipe, no jantar dado pelo *Foreign Office* para comemorar o aniversário da Rainha. Todos os Ministérios realizam, a 20 do corrente, festas iguais, e para elas convidam os respectivos funcionários de mais alta categoria. À do *Foreign Office* comparecem, além do Príncipe de Gales e do Ministro das Relações Exteriores, que a preside, todos os chefes de missão aqui acreditados, os diplomatas ingleses que se acham em Londres e os empregados de elevada hierarquia no serviço desse Ministério. Só há dois brindes: o do decano dos embaixadores à Rainha, seguido do hino da nação que ele representa, e o do Ministro das Relações Exteriores às nações amigas e aliadas, tocando-se, por fim, o *God save the Queen*. Depois deveria haver recepção no *Foreign Office*, mas o Governo adiou-a em sinal de pesar pela morte de Gladstone, “o grande velho”. Durante o banquete, o Príncipe de Gales mostrou-se muito amável com o Sr. Campos Sales e fez-lhe a distinção, só a ele, de levantar o copo, em silêncio, e beber à sua saúde. Em um país em que todas as cerimônias têm regras fixadas e inalteráveis, os mais simples sinais de cortesia excepcional são notados nessas ocasiões como prova muito especial de distinção.

O Sr. Campos Sales tem consumido quase todo o tempo em assuntos de interesse para o Brasil. Quando não são obrigações de etiqueta, são conferências diárias com pessoas que têm negócios em nosso país. Horas consagradas às diversões, principalmente às artes, têm sido poucas. Uma visita à Galeria Nacional de Pintura, onde estão acumulados tesouros do gênio de Ticiano, Rafael, Rubens, Van-Dick, Rembrandt, Murilo, Velásquez e tantos outros; e algumas noites de audição musical no Covent Garden, agora povoado de um elenco de escol, os irmãos de Reszké, Van-Dick, Plançon, Suzanne Adams, Maria Brema, Calvé, para só falar dos grandes astros.

Anteontem, felizmente, foi um dia de gozo artístico. Adelina Patti, que durante a primavera deixa o seu castelo, perto de Liverpool, para dar alguns concertos em Londres, cada um dos quais lhe rende para mais de mil libras, aparecia no Royal Albert Hall, enorme sala que pode comportar cerca de dez mil pessoas. Ouvimo-la cantar, além de estrofes ingleses, o *Caro nome* do *Rigoletto*, maravilhados da frescura dessa voz mágica, que resiste ao outono dos cinqüenta e seis anos. Ontem tivemos nova oportunidade de ouvi-la, depois de um grande jantar em casa do Sr. Alfredo Rothschild. Aí encontramos, muito festejado pela alta sociedade; é tido como o primeiro violinista do mundo, o conhecido Wolff, que o público do Rio, Petrópolis, Santos, São Paulo e Porto Alegre aplaudiu em 1888. Em palestra comigo referiu-me que o Imperador lhe prometera, de viva voz, o hábito da Rosa e nunca lho dera. Pobre hábito da Rosa, que tanta gente ganhou, ainda há quem se lembre com amargura de o não ter conseguido. Felizmente essa falta não oblitera em Wolff o sentimento de justiça em relação ao nosso País e ao nosso povo, de quem fala com entusiasmo.

Do Alberto Hall fomos ao estúdio de De Martino, pintor da Rainha, que nos evocou tantas recordações do Brasil. De Martino passou a mocidade na América do Sul, viveu longos anos em Montevideu e no Rio de Janeiro, e sua oficina de trabalho está cheia de lembranças de nossa pátria, que é também a de sua esposa. Ele quis mostrar ao Sr. Campos Sales o seu último trabalho, um grande quadro de quase dois metros, representando a revista que o Príncipe de Gales passou às esquadras reunidas em Spithead a 26 de junho de 1897, jubileu da Rainha Vitória; e para que o futuro Presidente tivesse uma lembrança dessa visita, ofereceu-lhe uma pequena tela, representando a chegada de um paquete ao porto do Rio de Janeiro em noite de luar.

De Martino é uma natureza apaixonada; não obstante a sua idade avançada e o abalo que lhe produziu um ataque cerebral, cujas conseqüências, quanto aos movimentos, ainda não desapareceram de todo, fala com ardor de artista jovem e vigoroso. Quando tratei dos seus quadros existentes no Brasil, alguns dos quais conheço, referiu-se com entusiasmo a todo esse material composto de trinta e oito telas, muitas das quais ilustram nossa história naval, como um dicionário exato, onde, segundo a sua própria expressão, “a caligrafia pode não ser bonita, mas

a ortografia está certa”. Como eu lhe falasse com admiração da sua “*Niterói* entrando à noite no porto de Montevideú”, colocada na sala de recepção do Ministério da Indústria, quando deveria estar no Museu Naval, bem como da “Passagem de Tonelero”, pendurada na sala dos auxiliares do gabinete do ministro da Justiça, ele insistiu para que, em lembrança sua, eu aceitasse uma produção naquele gênero, e brindou-me com uma primorosa aquarela, representando exatamente a velha *Niterói*, escola dos nossos marinheiros, correndo em alto-mar, com o vento fresco, tempo ameaçador, traquete e gáveas enfunados, prateando sua esteira da luz amortecida da lua, coada entre nuvens escuras, espalhadas no céu.

Guardarei essa lembrança como jóia duplamente valiosa. Seria para desejar outro tanto fizesse o Governo do Brasil em relação aos quadros desse bom pintor, hoje atirados por lugares onde raros fazem idéia do seu valor e bem poucos conhecem a fama do nome que os assina. Talvez o aviso não seja inútil e os impeça de acabar como refugo, dado ao consumo pelos porteiros das secretarias.¹⁸

NOTA

O desejo do Príncipe de Gales de conservar-se o Ministro Correia em Londres, expresso tão confiadamente ao Presidente, e por ele tão bem acolhido, era consequência de um incidente passado recentemente. Correia não tivera conhecimento de haver *Sir John Pender* mandado enterrar um cabo de telégrafo submarino na ilha da Trindade. A notícia rebentou no Rio de Janeiro como uma bomba e produziu ruidosas manifestações antibritânicas. O ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, jurisperito provector, sustentou proficientemente os direitos do Brasil e convenceu o Governo inglês do abuso cometido. O negócio chegara a ponto de ser em breve terminado, quando se divulgaram as negociações com grande contrariedade daquele Governo, que recusou levá-las a termo. Passou-se algum tempo e tudo se compôs convenientemente graças ao empenho despendido por Sousa Correia em reparar o mal que não pudera evitar. Amigo íntimo do Marquês de Soveral, Ministro de Portugal de quem fora introdutor na alta sociedade de Londres, com ele concertou-se para serem oferecidos aos dois Governos litigantes os bons officios de El-Rei D. Carlos. Foi muito útil a Correia o concurso de suas excelentes relações, até de grandes damas, que tudo facilitaram para garantir-lhe a posição abalada. A despeito disso, porém, o Governo brasilei-

18 Quando saí do Brasil, os quadros de De Martino, a que me refiro, estavam nos lugares indicados. Pouco tempo depois, porém, antes de publicada esta carta, o Governo recolheu-os ao Museu Naval.

ro considerou que a ousadia de *Sir* John Pender e a falta de notícia oportuna do atentado foram devidas à negligência do ministro; quis então removê-lo para a Alemanha e mandar para Londres o Sr. Pisa, que os dois primeiros Presidentes paulistas, seus conterrâneos e velhos amigos, supunham ser diplomata de primeira ordem. Correia só veio a saber do ocorrido por aviso do adido militar da embaixada alemã, quando esta recebeu ordem de informar acerca do proposto. Ele iria com prazer para a França, em substituição do Sr. Pisa; mas via com tristeza ser mandado para Berlim. A notícia alvo-roçou todos os seus amigos, que naturalmente se empenharam em conservá-lo em Londres. À consulta a respeito do Sr. Pisa, feita pelo então ministro das Relações Exteriores, General Dionísio Cerqueira, respondeu o *Foreign Office* que ele seria “*persona grata*”; entretanto o Governo da Rainha via com mágoa a retirada do Sr. Correia. À vista disso, o Governo brasileiro desistiu do seu intento, que não devera expor se admitia recuar.

.....

VI

EXCURSÃO À ESCÓCIA

LONDRES, 3 de junho de 1898

F

OI nosso companheiro de viagem, do Rio até Cherburgo, um escocês, negociante em Glasgow, que nos falou várias vezes da beleza de seu país, incitando-nos a que fôssemos ver a cidade onde residia e mais Edimburgo e também alguns lagos. Aproveitando os dias livres, à entrada das férias de Pentecostes, daqui saímos a 29, domingo à noite, para ver com os próprios olhos as maravilhas tão gabadas pelo nosso informante. De manhã cedo, às oito e meia, chegávamos a Edimburgo e sem perder tempo começávamos a ver as ruas, os jardins, os monumentos e os arrabaldes. O sol brindava-nos com um dia claro de primavera e o céu tão azul lembrava o do Brasil.

Pisando o solo da velha capital da Escócia, recebíamos de tudo quanto nos cercava a impressão de um passado longínquo, povoado da tradição de lutas incessantes contra as invasões inglesas; e, ao mesmo tempo, a impressão de um presente cheio de glória científica, que se

irradia do alto daquelas colinas sobre todo o Reino-Unido.¹⁹ As paredes das casas, quase todas revestidas de pedra escura, a própria cor quase negra do solo, induziam a pensar nos séculos que a Atenas inglesa vira correr; mas o movimento das ruas, no bairro central; a variedade dos veículos; a claridade da luz elétrica, sucedendo ao sol, às nove horas da noite; a verdura dos jardins, subindo nas ramagens das trepadeiras até a cobertura das habitações, estendidas em arrabaldes pitorescos, tudo nos oferecia o aspecto da civilização moderna, com as vantagens, as comodidades, o conforto da vida inglesa.

Uma das curiosidades de Edimburgo é a Princess Street (Rua da Princesa). Em grande extensão, apenas um dos seus lados é edificado; o outro descamba para um vale, no fundo do qual assentam duas linhas de caminho de ferro. As descidas do vale foram recortadas em planos diferentes que comunicam por meio de várias pontes, formando o mais original dos jardins. Bandos de crianças brincam sobre tapetes de relva, ornados de festões verde-escuros, sem tocar nas flores plantadas à beira dos caminhos. Em um dos extremos do vale, mas já no plano da rua, erguem-se dois belos edifícios públicos, e adiante estende-se novo jardim, no meio do qual se levanta o monumento de Walter Scott.

A memória do grande novelista escocês tem verdadeiro culto em Edimburgo. Muitos viajantes vindos de longe, principalmente dos Estados Unidos, além de visitar o templo que lhe foi erguido, vão também ao norte ver de perto os lugares por ele decantados, como se foram povoados das suas legendárias criações.

No jardim erguem-se três estátuas: de Livingstone, o grande explorador, de John Wilson e de Adam Black, que foi *Lorde provost* da cidade e membro do Parlamento. Elas formam a guarda de honra do grande monumento gótico, que tem cerca de cem metros de altura e sobre cuja base foi erigida a estátua do romancista, debaixo de uma abóbada apoiada no alto de oito colunas, que se levantam de dois planos diferentes acima do chão.

O monumento é ornado de cinqüenta e cinco estátuas, representando os personagens das novelas. Pagando dois pence, pode-se subir aos estreitos terraços que o ladeiam, o último dos quais se aproxima

19 Jaime VI da Escócia herdou a coroa da Inglaterra e foi Jaime I do Reino-Unido.

do cume. O primeiro dá acesso a um pequeno recinto, denominado *Scott Museum*, cheio de lembranças do escritor: retratos desde a infância até a velhice, autógrafos, gravuras representando-o no seio da família, vinte e oito volumes das primeiras edições das novelas e as datas do nascimento e da morte, inscritas em uma placa azul (1771-1832). Há também outra memória ali perpetuada em um busto de mármore, a de George M. Kemp, arquiteto do monumento.

Da Princess Street, onde ficava o nosso hotel, víamos, no outro lado do vale, o Castelo de Edimburgo, construído sobre um rochedo escarpado, contrastando o escuro dos seus muros com o verde do jardim que desce da sua base. É visita obrigatória de todos os viajantes. Chegando à praça do castelo, hoje destinada a exercícios militares dos soldados ali aquartelados, passa-se a ponte movediça, levantada sobre o fosso, que isolava a entrada do poderoso reduto, e atinge-se o primeiro dos sete portões, que antigamente se transpunha para chegar ao recinto habitado outrora pelos reis da Escócia; um desses portões, de duas polegadas de espessura, ainda agora é conservado intacto.

Tão poderosa fortaleza, isolada da parte plana da cidade por um fosso profundo, pareceria inacessível ao assalto do inimigo; entretanto, até hoje se aponta o lugar por onde ali penetrou em 1312 o Duque de Murray, que, à frente de trinta homens apenas, a tomou de assalto. Esse fato, porém, tão demonstrativo da audácia e bravura do guerreiro, é explicado como produto de traição. Por um caminho cheio de perigos, fugia dali todas as noites um jovem namorado, para encontrar-se com a criatura amada, e no interesse desse amor fez-se o guia dos assaltantes até a entrada das muralhas.

Desde 1020 até ao reinado de Maria Stuart, os reis escoceses viveram naquele castelo, onde ainda se conserva a mais antiga capela da Escócia, levantada em 1093. Todos os cantos, pátios e salas têm a sua história ou a sua lenda. Uma das mais vivas, repetida pela tagarelice dos *ciceroni* e divulgada pelo comércio das fotografias, é “a última noite do Duque de Argyll”, na véspera de ser executado.

Os algozes daqueles tempos, redivivos nalguns malvados de hoje, inventaram um suplício terrível, com o fim de evitar que a pequena abertura para o ar exterior, existente na prisão, pudesse também servir para a fuga do prisioneiro; com tal receio faziam baixar à noite, da abó-

bada até o chão do cárcere, enorme portão de ferro, que enclausurava a vítima num estreito recinto, quase asfixiante.

Já se não conhece o lugar onde os reis tiveram os seus aposentos até princípios do século XV. Em 1434 foram construídos os que ocuparam desde então, até deixarem o castelo e ainda hoje bem-conservados. São quatro edifícios diferentes, porém ligados entre si e limitando uma pequena praça quadrangular, acessível por uma porta aberta num dos cantos. No corpo principal do edifício há uma sala, na qual se conservam, debaixo de enorme campânula de vidro, resguardada por uma grade de feno, todos os ornamentos da antiga realeza: a coroa, o cetro, o colar, o cinto e o gládio. A grande sala das reuniões do Parlamento, onde Carlos II assistiu ao jantar festivo da sua coroação, é agora um museu de armas e estandartes antigos, que ornam as paredes de cima abaixo.

Saindo do castelo, do alto de cujas torres se vê o belo panorama da cidade, limitada ao norte pela foz do Forth, cortada de lado a lado pela ponte, talvez a mais importante do mundo, fomos então visitar os estabelecimentos, centro das tão afamadas Ciências e Letras de Edimburgo. Vimos primeiro a antiga Casa do Parlamento. Diante desse edifício, situado ao lado da Catedral de São Gil, ergue-se a estátua eqüestre de Carlos II e está a sepultura rasa de John Knox, o Lutero da Escócia, assinalada apenas por uma inscrição em letras douradas, com as iniciais do nome e a data da morte do reformador (1572).

Toda a casa é hoje ocupada pela riquíssima biblioteca dos advogados, considerada com razão a segunda do Reino-Unido. O salão, onde se reuniam os representantes do povo escocês, é agora iluminado por belas vidraças coloridas, representando a inauguração dos tribunais por Jorge V, há três séculos, e todo ele é ornado de estátuas e retratos dos grandes juristas da Escócia, entre os quais figura *Sir* George Mackenzie, advogado da Coroa no reinado de Carlos II, de 1671 a 1686, e cognominado por seus contemporâneos “Bloody Mackenzie”, Mackenzie sanguinário. Entre as relíquias guardadas nesse estabelecimento modelo, são dignos de menção especial um oratório de madeira, esculpido no século XV, representando São Pedro no ato de receber de Jesus as chaves do céu, e a bandeira triangular que figurou na batalha de Flewland em 1513.

Daí passamos a ver a casa onde nasceu Walter Scott, assinalada por uma placa comemorativa. Fica perto da universidade, com a sua fachada imponente, o seu zimbório elevado, sobre o qual se ergue a estátua dourada do pensamento a iluminar o mundo. Nesse edifício, construído há trezentos e vinte anos, funcionam os cursos de Artes, Ciência, Teologia e Leis, com mil e quatrocentos alunos vindos de todos os pontos da terra, alemães, franceses, americanos, russos, japoneses, chineses, siameses e quejandos. Em casa separada, construída há dezesseis anos, está estabelecida a Faculdade de Medicina, ligada à universidade pela direção comum, cujo mais alto posto honorífico, o de reitor, é hoje ocupado pelo Sr. Balfour que consorcia os encargos de primeiro Lord do Tesouro e chefe da maioria parlamentar com as cogitações teológicas acerca das bases da fé. Esse curso especial é freqüentado por mil e seiscentos alunos.

Tínhamos visto de Edimburgo tudo quanto era possível ver em dia e era do nosso programa partir na manhã seguinte em direção aos lagos para chegar de noite a Glasgow. Acompanhavam também o Sr. Campos Sales o Sr. Bento Bicudo e o Sr. Pisa, vindo de Paris para fazer essa excursão, e o Sr. William Van Wlek Lidgerwood, conhecido industrial, outrora residente no Brasil durante muitos anos, velho amigo do Presidente eleito e que amavelmente se oferecera para guiar-nos.

O trem devia partir às nove horas e quinze, e às oito e meia, segundo as práticas do Sr. Campos Sales, já estávamos na estação. O Sr. Lidgerwood tinha de passar telegramas, providenciando sobre as licenças para visitarmos os lugares escolhidos, e eu acompanhei-o, a fim de mandar dois avisos para Londres.

Não obstante a presteza no recebimento dos telegramas, de que não se dá recibo, pois a taxa é paga em selo, o Sr. Lidgerwood demorou-se a tirar cópias para guardar. Completamente entregue à sua direção, não tomei o número da plataforma, nem olhei sequer o relógio; ao voltarmos já não conhecíamos o trem onde deixáramos os companheiros. Um guarda indicou o que devia partir para o norte, mas eles lá não se achavam; corremos à plataforma onde primeiro estivemos, mas o comboio já havia partido; com eles iam as nossas malas e os agasalhos de lã.

Sem perda de tempo, examinamos os horários, buscamos informações e resolvemos partir na direção do sul, acreditando encontrá-los em certo ponto do círculo do nosso itinerário. Calculamos que deveriam passar a grande ponte sobre a foz do Forth, seguir de estrada de ferro até Aberfoyle, tomar diligência até Trossachs, vapor até a outra margem do lago Katrine, diligência de novo até Inversnaid, a fim de descer pelo lago Lomond até Balloch e daí em caminho de ferro até Glasgow. Fariamos, pois, o caminho inverso pelo sul do estreito do Forth, a fim de encontrá-los em Inversnaid; nesse sentido telegrafou o Sr. Lidgerwood ao Sr. Campos Sales para a próxima estação de Stirling.

Partimos às dez horas e ao meio-dia, mais ou menos, tomávamos o pequeno vapor em que devíamos subir o lago Lomond. Era um navio elegante, com a tolda descoberta e dois magníficos salões, mobiliados de bancos e cadeiras estofados. Num deles, situado à proa e envidraçado até metade de sua altura, ficava o refeitório, de sorte que da mesa desfrutávamos o panorama do lago. O serviço completo, bem provido e baratíssimo; nos guardanapos, de papel finíssimo e resistente, estava impressa a planta do lago, suas ilhas, pontos de parada, roteiro da viagem e preços das refeições.

O Lomond tem vinte e três milhas de extensão, que se percorrem em duas horas e vinte minutos; onze ilhas na parte mais larga e seis estações de escalas dos navios, todas com hotéis, repletos durante o verão. Ao partirmos de Balloch, acreditávamos navegar num pequeno lago, marginado de colinas, por cima das quais se erguiam os cabeços ainda nevados das montanhas; mas logo a ilusão se desfez. As ilhas vistas de longe pareciam limitar as águas que, entretanto, se estendiam além por vários canais, oferecendo aspectos novos e sempre pitorescos.

Chegando a Inversnaid, soubemos haver tempo de tomar a diligência e encontrar o vapor esperado no extremo norte do lago Katrine, onde supúnhamos viajarem os companheiros transviados. Ao afastarmo-nos das margens do Lomond, começamos a subir uma colina; durante meia hora atravessamos uma região pobre, cortada apenas de um regato que alimenta o pequeno lago Arklet, de vegetação quase nula, povoada de raras casas humildes e pequenos rebanhos ovinos. Chegamos à margem do Katrine, quando se aproximava o pequeno vapor de passageiros. Verificando ter sido a busca em vão, o Sr. Lidgerwood fez perguntas

ao mestre-de-bordo no intuito de obter alguma informação útil. O homem, que nada sabia, sorriu desdenhoso do seu empenho e perguntou-lhe se trazia dinheiro. Estivesse o bolso bem-provido, amigos não faltariam.

Sem nos conformarmos com a filosofia do escocês, voltamos pelo caminho percorrido, em direção a Glasgow. O vento que soprava das montanhas incendiava-nos as faces; o nariz do Sr. Lidgerwood destilava como um alambique da sua fábrica e só a minha provisão de calor dos trópicos poderia resistir, sem bastante agasalho, ao frio que obrigava alguns ingleses ao uso de peles e sobretudos de inverno. Divertia-me essa busca através da Escócia, sem sobretudo nem manta e até sem os bilhetes de passagem, comprados em Londres, em mão do Sr. Pisa, tesoureiro e fiscal das despesas. O dia brilhantíssimo dava contentamento a quem sempre ouvira falar da Escócia como terra de brumas. A natureza sóbria e calma dava impressão de tranqüilidade, paz e repouso, a quem vinha da agitação febril de Londres.

Às sete horas da noite chegávamos ao Central Station Hotel de Glasgow e lá encontrávamos o Sr. Campos Sales e os outros companheiros. Tudo estava errado desde o começo. O trem em que entraram na estação de Edimburgo não seguira para o norte e sim para o sul e eles tomaram o bom alvitre de deixarem-se ficar ali, à nossa espera.

Contadas as nossas aventuras, planejamos o programa do dia seguinte e, como fossem muito variados os caminhos a percorrer, o Sr. Lidgerwood, escarmentado, teve a boa idéia de incorporar à comitiva um empregado seu, filho do lugar e que não o deixaria cair em nova falta.

Às dez horas da manhã seguinte partimos para as margens do Clyde, pequeno rio que banha Glasgow, e transformado pelo trabalho do homem em profundo curso de água, navegável por navios de todos os calados. Sem ser preciso o Sr. Campos Sales dar-se a conhecer, o Sr. Lidgerwood conseguira licença para visitarmos os estaleiros do Clyde Bank Engineering and Shipsbuilding Co. Lt., onde trabalham seis mil operários e há em construção neste momento treze navios. Além de dois enormes vapores de carga, destinados a carregar trigo dos Estados Unidos para a Europa e de um grande transporte de guerra, encomendado pela Rússia, ali ganha corpo um monstro de ferro e aço de onze mil toneladas e dezoito nós de marcha por hora, mandado construir

pelo Governo do Japão. Pudemos ver claramente como se forma essa máquina de ruína e de morte, desde a quilha, semelhante a uma espinha dorsal, de onde sobem costelas colossais, protegendo as entranhas do monstro com couraças de quatorze polegadas de espessura, até o interior do bojo, onde a ciência moderna vai acumular formidáveis elementos de destruição. Duas torres destinam-se a mover, cada uma, duas peças de doze polegadas de diâmetro e sessenta e sete toneladas de peso, que despejarão sobre os inimigos balas de cinco pés de comprimento.

Ao lado dessa máquina de guerra, pintado de branco e verde como um símbolo de paz e esperança, ostentava-se um lindo iate, de duzentos e setenta e cinco pés de extensão por trinta e seis de largura, propriedade de um milionário americano, cujo pai fizera enorme fortuna retalhando uma propriedade, nas vizinhanças de Nova York, quando a cidade, ao desenvolver-se, estendeu até lá a sua zona absorvente.

Eu nunca vira um desses navios de recreio e a idéia mais viva que deles formava era à custa da descrição do *Jenny*, feita por Bourget no *Idylle Tragique*, na leitura de cujas páginas a gente acompanha curiosamente a corrida de Canes a Gênova, em que Richard Marsh, do Ohio, triunfa de um grão duque da Rússia, proprietário do *Albatros*.

O que se construía no Clyde Bank tinha todas as comodidades de uma morada: salas de espera e de fumar; salões de recepção, de música e de jantar; dois espaçosos dormitórios, comunicando com excelentes quartos de banho; vários camarotes; laboratório fotográfico, tudo formado de lindas madeiras, com obras de talha e decorações luxuosas.

Depois da visita aos estaleiros, percorremos as diversas oficinas, onde se fabricam todas as peças empregadas nos navios. Na sala dos motores o barulho era de ensurdecer. Só aos gritos alguém se faria ouvir do vizinho; o espetáculo do trabalho absorvia, porém, a atenção dos visitantes. Ali reúne-se do quanto a indústria tem inventado para tornar maleáveis os metais mais resistentes; perfura-se, corta-se, amolda-se espessa barra de ferro e aço, como se perfura, corta ou amolda, com a força braçal, tênue tábuas de pinho, ou cipó flexível.

Das oficinas do Clyde Bank passamos às do Sr. Lidgerwood. Este nome é muito conhecido no Brasil, por achar-se ligado aos progressos do beneficiamento do café. Em 1862, após tentativas feitas em Santiago de Cuba, montou ele no Rio de Janeiro, à Rua da Misericórdia,

uma máquina para preparar gratuitamente todo o café que lhe remetessem os fazendeiros. Provadas as vantagens do seu invento, a província de São Paulo foi quem mais lhe aproveitou os benefícios. O café melhorado subiu mil réis no preço corrente. Atendendo ao bem daí advindo à lavoura e também ao Estado, com o aumento do imposto de exportação, o Imperador condecorou-o com o oficialato e depois com a Comenda da Rosa.

Prosperando desde então, o Sr. Lidgerwood largou sua fábrica de Cambridge, onde hoje chega a fabricar motores de trezentos e cinqüenta cavalos, engenhos de café, açúcar, serrarias, e transformou a oficina de consertos, montada em São Paulo, em outro grande estabelecimento, especialmente de máquinas de café.

Tendo visto na Escócia a natureza com a viagem aos lagos; os centros científicos, com a visita a Edimburgo; o progresso industrial, no espetáculo dos estaleiros; faltava-nos ver a riqueza do subsolo, a fonte de onde emanou a grandeza e a prosperidade dessa região. Às quatro horas da tarde estávamos em Hamilton, nas terras pertencentes ao *Sir John Watson*, exploradas em suas profundezas pela *Earnock Colliery Co. Lt.*, que lhe paga certa soma, à razão de tonelada de carvão extraído.

O inteligente guia, que nos acompanhou, levou-nos primeiro ao depósito das lâmpadas. Sobre prateleiras circulares, ligadas a um eixo móvel, estão dispostas e numeradas, com o mesmo número de cada operário, centenas desse pequeno e delicado aparelho, protetor dos mineiros contra as explosões. Tomando cada um de nós a sua lâmpada, chegamos, por um caminho coberto de pó de carvão molhado, até o ascensor que nos levaria ao fundo da mina. Para quem vinha da claridade do dia, a impressão era da mais completa treva; apenas, olhando para baixo, vimos as pernas dos companheiros, devido à tênue luz derramada pela lâmpada e que não se podia irradiar para cima. Das paredes goteja água. Ao fim de poucos minutos, descêramos a setecentos e vinte pés abaixo do nível do solo.

Antes de tudo, percorremos as galerias, desprovidas de carvão. Quando um veio é totalmente explorado e de toda a camada do mineral já nada resta, o espaço por ela deixado transforma-se numa rua transitável. De um e outro lado da terra escavada, as paredes são revestidas de tijolo, pintadas de branco, iluminadas à luz elétrica; nessas ruas subterrâneas constroem-se estrebarias para setenta cavalos de serviço,

que ali vivem até morrer; encana-se água; assentam-se trilhos, sobre muitos dos quais passam, em extensão maior de uma milha, comboios de trinta e seis vagões, carregados de cinquenta arrobas de carvão cada um e puxados rapidamente por meio de cabos metálicos, ligados a poderoso motor. Quando essa carga chega ao seu ponto terminal subterrâneo, poderoso elevador levanta-a ao nível do solo em parcelas de três toneladas, consumindo em cada ascensão apenas vinte segundos.

Durante dez horas, oitocentos operários entregam-se à faina de cada dia, conseguindo destacar da mina mil e cem toneladas de carvão. De outro poço dos mesmos proprietários retiram-se em igual espaço de tempo quinhentas toneladas. Descoberta a camada, a picareta começa a funcionar; quando o bloco é resistente, empregam-se cunhas para destacá-lo; se a adesão é mais forte, o que raramente acontece, lança-se mão da pólvora e com uma libra desse explosivo consegue-se desagregar de duas a seis toneladas.

Há vinte anos dura esse trabalho e ainda há no mesmo terreno estratificações que se estendem até longe, já em outros domínios, sessenta milhas adiante. Todas as galerias por que passamos, às vezes largas de cinco e oito metros, foram maciços colossais de carvão. Hoje o ar exterior desce até lá pela pressão de fortes ventiladores, que renovam a atmosfera. Só desse poço, mil e cem toneladas diárias (calculando a sete xelins e seis pence o preço de cada uma, que varia na mina de sete a oito xelins) representam £412.100, lucro bruto da empresa. Oitocentos operários, com salários de cinco e seis xelins, tomando-se a base de cinco xelins e seis pence, ganham £220; quer dizer que, salva essa despesa, ainda sobram £192 por dia para os outros gastos e lucros.

Uma hora depois desse passeio de duzentos e quarenta e cinco metros abaixo do nível da terra, limpos do pó da mina, tomávamos o caminho de Coatbridge, para irmos depois a Glasgow. Do alto, onde está situada aquela estação, descortinávamos o espetáculo imponente de um sem-número de chaminés fumegantes que sombreavam todo o horizonte. Às sete e um quarto estávamos no Central Station Hotel e eu resolvia voltar nessa mesma noite para Londres, a fim de ter tempo de escrever e endereçar estas linhas. Os Srs. Campos Sales, Pisa e Bicudo iriam no dia seguinte ver os lagos, em companhia do Sr. Lidgerwood.

.....

VII

DE “BUCKINGHAM PALACE” À “CITY”

LONDRES, 10 de junho de 1898

ESTA será a última das minhas cartas escritas de Londres. O Sr. Campos Sales partiu ontem de manhã para o continente. Na próxima semana irei encontrá-lo em Paris. Os últimos dias que ele aqui passou consumiu-os em comparecer a festas e receber preitos de estima. O Governo e muitos particulares, principalmente os que são ligados ao Brasil por negócios, família ou recordação de antiga residência, foram de extrema amabilidade em obsequiá-lo. Infelizmente, a fadiga e a hora de terminar no Hotel Savoy o grande banquete que lhe foi oferecido não permitiram a sua presença no baile real, realizado no dia 7 no Palácio de Buckingham, residência urbana da Rainha, onde lhe sorriram os primeiros tempos da felicidade conjugal, tão cedo apagada para ela com a morte do Príncipe consorte.

Depois de meia-noite, quando me foi possível ali chegar, já era hora da ceia. Um cordão formado de Lordees da corte, vestidos de

calção, colete branco e farda azul marinho, bordada a ouro, empunhando uma vara simbólica, traçava o limite do espaço reservado à família real, aos membros de outras dinastias e ao Corpo Diplomático. Os convivas, de pé, tomavam refeição fria.

Ausente a Rainha, no Castelo de Balmoral, na Escócia, preenchiam o seu lugar o herdeiro do trono e a esposa. O Príncipe trajava o elegante uniforme de coronel da Guarda Real a cavalo. A Princesa, vestida de seda cinzenta adamascada, cingia um diadema de brilhantes e o pescoço e o colo refulgiam do brilho da mesma pedraria. Ninguém diria que ali estava uma avó, de cinqüenta e quatro anos, tal o viço de sua beleza.

Parece que essa impressão de mocidade relativa se origina também da simpatia que ela inspira por seu constante e espontâneo sorriso e suas maneiras tão lhanas, que lhe criaram entre os ingleses uma auréola de verdadeira veneração. Ligada hoje a uma monarquia infiltrada do espírito democrático, que formou a grande escola política da liberdade, ela trouxe, ainda mais, para junto desse trono, tradição da grandeza nacional, o diadema de virtudes formado no seio da dinastia patriarcal do Rei Cristiano, cuja singeleza e bondade explicam o segredo de íntimas ligações entre os povos e os reis.

O salão, onde se servia a ceia, e em cujo fundo reluzia a baixela de ouro, como os demais e as salas e galerias, tudo era um primor de arte, na decoração dos tetos e paredes, no tecido dos tapetes, nos quadros e estátuas de mestres, nos vasos de porcelana, bronze e prata, em que a originalidade se aliava à riqueza. O salão das danças, guarnecido de seda carmesim, tinha apenas quatro portas, duas em cada uma das paredes mais longas. No espaço compreendido entre elas, de lado a lado, três filas de bancos com estofos daquela cor e dispostos em planos ascendentes, onde se assentava a flor da sociedade, em geral vestida de branco. Em uma das extremidades, sobre um estrado, as cadeiras da família real, representadas pelos Príncipes e Princesas de Gales, de Connaught e Christian, e pelas damas da corte. Nos dois cantos, ladeando esse estrado, três ordens de bancos: à direita, somente para as duquesas de Inglaterra, à esquerda para senhoras e membros do Corpo Diplomático. Na outra extremidade do salão, sobre uma galeria elevada, grande orquestra executava músicas de dança.

Na última quadrilha dançaram as Princesas de Gales, de Connaught e Christian com o Embaixador da Rússia, o Ministro do Brasil e o conselheiro da Embaixada Americana, e ainda cerca de onze pares, dentre os quais o Embaixador da Áustria, um adido naval da Espanha e jovens oficiais ingleses.

Davam grande brilho ao festim a variedade de uniformes, onde predominavam as cores vermelho e branco, e o traje, obrigado na corte, de calções, meia branca ou preta e sapato de polimento e entrada baixa, com fivela dourada ou laço de fita preta. A lúgubre casaca, destinada a realçar em fundo negro os vestidos multicores das damas, era exceção apenas para o pessoal da embaixada americana, da qual participei. Lembrei-me nesse momento da estupefação causada por D. Pedro II num desses bailes, mais realçado ainda com a presença da Rainha, ao apresentar-se de botinas, gravata e calça pretas, quando só se permite na corte a calça de uniforme militar.²⁰

No dia seguinte recebia o Sr. Campos Sales significativa manifestação do Lorde Mayor, a cujos encargos se junta o de obsequiar os estrangeiros ilustres. Dizem que essa praxe exige tais recursos, que os ricos negociantes da *City*, elevados a essa dignidade, deixam o cargo, quase sempre com a fortuna particular desfalcada de dez a vinte mil libras. O Lorde Mayor reuniu à mesa de almoço, em Mansion-House, o escol dos banqueiros negociantes da *City*, diplomatas, membros do Parlamento e muitas senhoras de distinção.

Correspondendo a amável convite de *Sir Edward Lawson*, visitou o Presidente as oficinas do *Daily Telegraph*, reputado o jornal de maior circulação na Inglaterra. Fundado em 1854 pelo pai do atual diretor, que então começou ali a trabalhar desde os dezesseis anos de idade, o *Telegraph* tem acompanhado todos os processos da imprensa moderna. Quatro vezes transformou o seu material, para introduzir melhoramentos novos e de cada vez a mudança custou de cinqüenta a sessenta mil libras. A empresa logrou organizar um serviço telegráfico, que passa por ser o mais completo das folhas inglesas, e agora mesmo inaugurou no

20 O Presidente da República Francesa, Sr. Fallières, e seu Ministro das Relações Exteriores, Sr. Pichon, foram depois do Imperador os primeiros que infringiram a etiqueta.

seu edifício uma sala, onde um telegrafista recebe do escritório do *New York Herald* todas as notícias da guerra hispano-americana, enviadas por quatro correspondentes especiais.

O que mais admira nas oficinas do *Telegraph* são as suas trinta e quatro máquinas de composição, ou linotipos, onde, sobre matrizes de duro metal amarelo e com chumbo ali mesmo fundido, se compõem as linhas inteiriças do jornal. Sete máquinas americanas de impressão tiram em uma hora, cada uma por sua vez, dez mil exemplares de um número completo, até de dezesseis páginas, em papel todo fabricado pela própria empresa. Com esses poderosos elementos o *Daily Telegraph* espalha na Inglaterra duzentos e cinqüenta mil exemplares, vendidos a um *penny*, com assombrosa variedade de notícias colhidas por vinte e cinco repórteres.

De todas as manifestações recebidas pelo Sr. Campos Sales, nenhuma, porém, lhe deve ter sido tão grata como a que lhe fizeram os banqueiros, negociantes e industriais interessados nas coisas do Brasil. Em um dos grandes salões do Hotel Savoy, reuniram-se em torno do futuro Presidente os principais representantes dos interesses ingleses no Brasil. Muitos dentre eles residiram longos anos entre nós; lá alguns escolheram as esposas e outros viram nascer toda a prole ou parte dela. Por isso falava-se português a ponto de parecer estarmos no Brasil.

Conforme fora previamente declarado, só se fariam, além dos brindes à Rainha e ao Presidente da República, dois discursos, o do Sr. C. Johnston, chefe da casa que tem o seu nome e vice-presidente do London and Brazilian Bank, ao Sr. Campos Sales, e o deste, em resposta, agradecendo a manifestação recebida. Confirmando, porém, a tradicional facúndia brasileira, o Ministro Pisa, um dos convivas do banquete, saudou ao Sr. C. Johnston e referiu-se ao fato de ter este nascido no Brasil, conforme lembrara “com saudade”. O presidente do banquete teve de responder à saudação, declinando de si o merecimento da festa, que atribuiu à comissão organizadora. Então dois membros dessa, os Srs. Unwin, da Casa Davidson, e Beaton, do London and Brazilian Bank, agradeceram essas referências e falaram de nosso país, das suas belezas, da hospitalidade que lá encontram os estrangeiros.

Todas essas referências ao Brasil eram acolhidas com entusiasmo; os convivas lembravam entre si os dias passados entre nós, e o Sr.

Reginald Johnston, diretor do Banco da Inglaterra, referia-me que o pai e o avô viveram muitos anos no Rio, sendo este fazendeiro de café... na Tijuca!

Quem dirá que a encantadora montanha, com a sua floresta aberta em largos caminhos, os seus bambuais, as cascatas ruidosas, as grutas de nomes poéticos, as grotas de onde escorrem a água das vertentes, as quebradas cobertas do roxo e amarelo das flores de quaresma e ipê, teve outrora o aspecto regular das fazendas, com filas de cafeeiros, simetricamente plantados, pátios de seca, açudes de margens cultivadas, e eitos de senzalas. As terras cansaram para o cultivo exigente do café, e os fazendeiros internaram-se até os sertões paulistas, buscando, com menor esforço, no seio virginal da terra roxa, a seiva já escassa nas vizinhanças do litoral.

Assim falavam todos de nossa pátria longínqua. Aqueles que formaram entre nós as lendas dos sindicatos do descrédito, dos comitês inimigos das instituições; que desenterraram o espírito retrógrado do ódio ao estrangeiro e para especular com a ignorância das massas tentaram apresentar-lhes os benefícios da concorrência no trabalho sob o aspecto mentiroso da invasão monopolizadora dos imigrantes; aqueles que proclamaram a benemerência da febre amarela e quiseram traçar ao longo da nossa costa uma muralha chinesa, pois nos bastávamos a nós mesmos; todos esses deveriam estar ali para ver como se acolhia o Presidente eleito do Brasil; como se recebia com prazer as suas palavras de fé em nosso futuro; como aquela gente, que muitos supõem fria, redobrava de entusiasmo às inflexões de sinceridade com que a voz do Sr. Campos Sales repetia o seu programa de governo, já traçado entre nós.

Com o concurso desses amigos, o futuro chefe do Estado conseguiu levantar a confiança que havíamos perdido. A sua viagem a Londres foi cheia de benéficos resultados, traduzidos na alta de todos os títulos brasileiros. Dentro de um mês, o nosso papel-moeda melhorou mais de trinta por cento. O ponto que havíamos chegado, de não podermos, sob a pressão de um câmbio esmagador, satisfazer integralmente os nossos compromissos, exigia, como melhor solução, um acordo temporário, que nos permitisse regrar a nossa vida, sem a preocupação absorvente da exigência dos pagamentos no exterior. Esse acordo está quase concluído e particularmente ao Sr. Campos Sales devem-se algumas das

suas melhores bases. As suas ligações com o Governo atual facilitaram-lhe a tarefa. Felizmente, desta vez, o Presidente que sai e o Presidente que entra colaboram na remoção das dificuldades acumuladas. A falta de continuidade no Governo, os homens que se sucedem para se hostilizarem, têm sido uma das piores causas das nossas desgraças. Não há exagero em dizer que os antecessores timbraram em acumular dificuldades para os sucessores.

Se tivermos juízo, ganharemos a posição perdida. Houve tempo em que os juizes ingleses escolhiam os títulos do Brasil e da Rússia para constituírem o patrimônio dos órfãos. Falta muito ou mesmo tudo para de novo chegarmos lá; mas o orgulho dos brasileiros deveria aplicar-se à nobre tarefa de reconquistar tão honroso conceito. O nosso patriotismo, em geral, é de vaidade. Somos o primeiro povo do universo, não precisamos do concurso do mundo; a nossa capital é a melhor da América do Sul, ou a mais bela de todas; temos vários Washingtons, Gambettas, Gladstones e Bismarcks. Mas não há povo sem espírito de ordem para formar a solidariedade nacional, e nós vivemos em revoluções, com sacrifício da nossa coesão. Não há país que se baste, e o mais rico do mundo, a Inglaterra, solicita pelas relações do livre-câmbio o concurso de todos os países. Buenos Aires fez-se grandiosa em vinte anos, e o Rio continua com as ruas estreitas e esburacadas; as casas escuras, com latrinas sem ar; disfarçando preguiçosamente essa inferioridade na moldura sem par dos seus morros. As velhas nações só raramente produzem gênios, e os povos modernos, que têm bom senso e sede de aprender, como o Japão e o Chile, não se envergonham de pedir à cultura européia os mestres que lhes ensinam a Ciência, transformam os meios de trabalho, organizam as instituições mais profundamente nacionais, como o Exército e a Marinha.

Temos a inteligência pronta e grande habilidade imitativa; lucraremos, pois, no contato com gentes de civilizações mais adiantadas. “O verdadeiro patriotismo é o que não mente à pátria, endeusando-lhe os vícios”; a verdade é sempre a melhor conselheira. De nada servirão as expansões da nossa singeleza, diante dos fatos, quando os fatos falarem contra nós. Haverá quem, por não nos conhecer, difame o nosso clima, tão vário em nosso imenso território, e a nossa civilização, a tantos respeitos adiantada; mas será fácilimo defender-nos. Outros exageram a má

situação das nossas finanças e procuram entreter a descrença no ressurgimento de nosso crédito; a esses só poderemos responder com fatos e algarismos. Não basta a retórica acerca dos nossos maravilhosos e inexauríveis recursos; as cifras dos orçamentos e dos créditos suplementares, especiais e extraordinários, com o espectro dos déficits, desmancharão o efeito de todas as cantigas. Elas não seduzem o capital, quando não há liberdade dentro da ordem na política, economia e resgate de papel-moeda na administração.

Quando no Savoy o Sr. Campos Sales tocou nesses pontos e o Sr. Johnston a eles aludiu, na esperança de vê-los atingido, todos os convivas aplaudiram com entusiasmo, que não seria excedido numa assembléia de meridionais. Lembrei-me nesse momento do programa pelo qual, desalentado, deixara o poder o Sr. Joaquim Murinho. Suponho não enganar-me, acreditando que o Sr. Campos Sales levará para o Governo a mesma preocupação, a mesma sinceridade que realçaram o nome do ex-ministro das Obras Públicas. Ele compreende que a moral do homem público não pode ser diversa da moral do homem privado, quando se acha à frente dos negócios da nação. O Estado é uma sociedade cooperativa, cujos diretores eleitos devem estar imbuídos do espírito de interesse de cada um dos associados. As suas despesas devem ser reguladas pelas suas rendas; o uso do seu crédito, medido pela elasticidade dos seus recursos, pelos sinais da confiança que inspira. Essa a regra dos homens de bem na vida privada; é desonestidade infringi-la na administração pública.

O acordo temporário, que breve será concluído, dar-nos-á relativa largueza; mas todas as suas vantagens têm de ser aproveitadas no preparo para recomençar os pagamentos integralmente. Para isso é indispensável a mesma vida de apertos, a redução dos empregos, a parada das obras adiáveis, a maior limitação dos gastos, a melhor arrecadação das rendas. Felizmente a pasta da Fazenda está, a esta hora, nas mãos de um homem, cuja sinceridade é a mais profunda a esse respeito; mas o esforço de um não basta. O Congresso, agora reunido, deve ter a preocupação de preparar, para o Sr. Campos Sales, orçamentos que não sejam forjados na confraria das emendas, formada para tecer, à última hora, a cauda colossal das dissipações. Tudo depende de nós. A boa vontade, o desejo dos capitalistas ingleses é a nosso favor; mas nós não

devemos ter a ingenuidade de esperar que eles se constituam em sociedade de beneficência para levantamento do crédito do Brasil. Os milhões esterlinos empregados em nosso solo merecem o justo prêmio dos benefícios que nos legaram. O capital só tem uma política, a do interesse. Contribuamos, pois, para que ele o encontre entre nós e estejamos certos de o não ver fugir, mas sim procurar-nos mais e mais.

NOTA

Numa das *Cartas sem título*, escritas pelo autor para o *Correio Paulistano*, sob o pseudônimo de José Estêvão, desde 28 de fevereiro até 13 de junho de 1900, e depois reunidas em volume nesse mesmo ano, encontra-se à página 308, com a data de 7 de maio e o título *A execução do Funding*, esta referência à situação encontrada em Londres pelo Presidente eleito e ao que ele pôde fazer ou foi forçado a fazer para a assinatura desse contrato:

“Foi assim, pois, que, medindo a gravidade da situação, o Sr. Campos Sales resolveu aconselhar ao Governo que aceitasse a proposta do *funding-loan* e empenhou ele próprio a responsabilidade da administração futura no cumprimento das obrigações contraídas. Mas antes de chegar a esse ponto, conseguiu melhorar de muito as condições exigidas no projeto de que o Sr. Tootal era portador. Pretendiam os credores que os títulos emitidos durante três anos até dez milhões de libras, para pagamento da dívida externa, tivessem por garantia a renda de todas as alfândegas, a Estrada de Ferro Central e todo o material e serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro; queriam que o papel-moeda, recolhido em soma correspondente aos pagamentos feitos, fosse na proporção do câmbio de 12 e exigiam ainda que todo ele fosse incinerado. O Sr. Campos Sales conseguiu reduzir à renda da alfândega do Rio as garantias pedidas, ficando as outras alfândegas para o caso de insuficiência privada; obteve o câmbio de 18 em vez do de 12; logrou incluir a hipótese, que depois o Congresso Nacional dispensou, de aplicar o papel-moeda recolhido à compra de letras de câmbio.

“Não se dava ainda o negociador por satisfeito e insistia por obter outras modificações, quando teve aviso de que definitivamente não havia meios de fazer os pagamentos de 1º de julho e urgia, pois, concluir a operação.

“De longe, todos os que menosprezam o ‘fetichismo da honra’ entre as nações, quando se trata de pagar o que elas devem, mas o exageram, quando elas sofrem a expiação das suas faltas, profligaram o procedimento do futuro Presidente, quando este respondia à carta dos Srs. Rothschilds e empenhava a palavra do país em não tentar novas operações de crédito, durante o prazo do contrato, sem ouvir esses agentes do Tesouro. Mas a verdade é que no teatro das negociações ele podia averiguar o grau de desconfiança a que havíamos descido e os grandes sacrifícios que era preciso fazer para combater a profunda incredulidade das rodas financeiras a nosso respeito. Aliás o seu primeiro movimento foi de recusa, sob fundamento de não dever tomar

compromissos de tal ordem antes de ser governo; mas o nosso ministro informou-o que os Srs. Rothschilds declaravam ser essa carta condição essencial para obter a aquiescência dos credores.

“A despeito de tudo isso, principalmente de Berlim, Antuérpia e Bruxelas choviam protestos e até em Londres todas as companhias de caminhos de ferro também reclamavam, sentindo-se seriamente lesadas por terem de receber em títulos os juros que lhes haviam sido garantidos em moeda e sob a segurança de cuja promessa tinham emitido obrigações preferenciais, a que talvez não pudessem satisfazer.

“Toda essa grande massa de interesse bradava que não confiara aos Srs. Rothschilds a incumbência de firmar tal acordo e procurava embaraçar a sua aprovação na reunião do *Conselho de portadores de títulos estrangeiros*, perante o qual iria alegar a revelia forçada a que fora coagida. Felizmente, a influência dos nossos agentes financeiros, o tato do Sr. Campos Sales e a correção do Governo brasileiro puderam triunfar de tantas contrariedades.”

.....

VIII

ENTREVISTA COM O SR. ZOLA

PARIS, 24 de junho de 1898

MINHA demora em Londres, cujos atrativos me prenderiam por muito mais tempo ainda, se outros deveres não me chamassem a Paris, fez-me retardar a entrevista com o Sr. Zola, que em minha carta de 13 de maio eu anunciara para os primeiros dias deste mês.

Anteontem, às onze horas da manhã, achava-me em casa do grande romancista, na tranqüila Rua de Bruxelas. Desde a entrada até o primeiro andar onde fui recebido, as paredes denunciavam a morada de um cultor da arte. Gravuras, quadros, estátuas, esculturas em madeira, móveis antigos, ornavam os compartimentos que atravessei. A pequena sala de espera, no pavimento térreo, tinha nas paredes vários desenhos, representando cenas do *Assomoir*, e a sala de bilhar, diversas coroas e outros mimos, com calorosas inscrições dos ofertantes.

O gabinete de trabalho é pequeno e um dos cantos é guarnecido de largo dossel antigo. A mesa é de tamanho regular. Apenas duas pequenas estantes, talvez de metro e meio de altura, guardam a modesta

biblioteca do romancista. Ele confessa ter poucos livros e pouco lê. Levanta-se cedo, trabalha das nove horas da manhã a uma da tarde, sai depois do almoço, depois do jantar escreve a correspondência e trabalha de novo até meia-noite, mais ou menos.

Não se pode imaginar homem mais singelo. De estatura média, bem nutrido, moreno; a barba grisalha, aparada em ponta; o bigode caído, cortado cerce com o lábio superior, descobrindo a boca contraída, que lhe dá certa expressão de desdém; o olhar amortecido de míope, coando-se através da luneta de aros de ouro, presa a um trancelim do mesmo metal; os cabelos finos, penteados igualmente para trás, rareando a fronte espaçosa e avolumando-se na parte posterior da grande cabeça arredondada; a palavra fluente, a desmentir-lhe as declarações de incapacidade oratória.

O Sr. Zola recebeu-me, vestido como saíra do quarto de dormir: sapatos largos, paletó castanho, de lã como a calça, abotoado até o pescoço. Seu companheiro, um pequeno cão-lobo, todo preto, acompanhava-o fielmente e estranhava os afagos do visitante. Minhas primeiras palavras foram para agradecer-lhe a bondade do acolhimento e de explicações da minha demora em Londres. Falei-lhe depois da impressão que me causara a capital inglesa e acrescentei ter-me lembrado dele, vendo o campo de observação ali aberto ao seu talento. Não seria a quarta cidade após Roma, Lourdes e Paris?

Logo concordou que Londres é grandiosa e cheia de interesse para um romancista. Conhece-a, porém, muito pouco; apenas passou lá oito dias, quando foi fazer uma conferência literária. Ser-lhe-ia difícilimo estudá-la como conviria, porque não sabe inglês; infelizmente está limitado à língua pátria; desconhece as demais. Confessa a sua ignorância e a de seus compatriotas, a respeito de tudo quanto se passa fora da França.

A este propósito falei-lhe da campanha começada pelo Sr. Edmond Demolins e seguida pelo Sr. Jules Lemaitre contra a educação francesa, e dos frutos já produzidos, a formação do comitê Duplex e o aparecimento da revista de propaganda, *La France de demain*. Respondeu-me que entregue, há seis meses, a preocupações absorventes, ignora esse movimento reformista; pensa haver realmente abuso de latim e de grego, em prejuízo de ensino mais útil; todavia, se lhe afigura impossível mudar de repente a alma de um povo. A força da França, a influência

por ela exercida em todo o mundo, provêm sobretudo da sua língua, da sua literatura; não há necessidade de submeter a nação ao aprendizado de outros idiomas; convém-lhe, sim, desenvolver o seu, cada vez mais, para com a riqueza das suas letras torná-lo indispensável aos outros povos. O francês não tem a ousadia das explorações, ama a pátria e prefere nela viver. Só a necessidade ou a imposição de fatos supervenientes poderão traçar-lhe nova diretriz; não se deve, pois, querer, à custa de propaganda, desviá-lo dos seus pendores, mudar-lhe essencialmente a alma.

Já que falávamos de outros povos, de outros costumes, fez-me o Sr. Zola várias perguntas acerca da minha viagem, mostrando grande curiosidade de conhecer a organização do *Jornal do Comércio* e procurando saber a que devíamos, em país novo como o nosso, essa força de expansão, que pressentira no exame da nossa folha. Acerca da abundância dos anúncios e do hábito de fazê-los, deteve-se em mostrar-me quão pouco infelizmente ele existe na França, se a comparam com a Inglaterra e a América, reconhecendo quanto essa falta prejudica o comércio e encarece a imprensa.

Realmente, quem chega de Londres, aqui, nota logo inferioridade a este respeito. Em Londres não há canto livre onde se possa meter um anúncio. Nas estações de caminhos de ferro as paredes estão forradas de placas e tabuletas de todos os tamanhos e cores, com os mais variados letreiros; nos bondes dificilmente lêem-se os nomes dos lugares de destino, confundidos entre tantos reclamos do comércio, que pelo tamanho das letras atraem de preferência todos os olhares. A face anterior dos degraus das escadas, os andaimes, os tapumes, nada fica desaproveitado. Como a noite a iluminação não é bastante para ler-se tudo, já a luz elétrica começa a ser empregada na formação intermitente de dísticos e figuras multicores, indicando do alto das casas as últimas novidades da indústria. É verdade que há na França uma febre periódica de anúncio, mas sem proveito do comércio: é o anúncio das candidaturas em época eleitoral. Cometem-se então todos os excessos. Os pedestais das estátuas, os grandes monumentos de arquitetura cobrem-se de cartazes, exaltando as virtudes ou os pecados dos candidatos. Felizmente o *Temps* acaba de pronunciar-se contra tal prática, e afirma-se que o Conselho Municipal a vai abolir.

Como bem se compreende, todos esses rodeios me levariam até a abordar o ponto que mais me interessava, a intervenção do Sr. Zola na questão Dreyfus. Começando por falar da Inglaterra, eu provocava o ensejo de aludir ao amor daquela grande nação à liberdade e ao juízo da imprensa inglesa acerca do julgamento do oficial degredado.

Se bem se lembra, o Sr. Zola estava na Itália, quando Dreyfus foi condenado. Nem o fato em si nem as suas peripécias o preocuparam. A esse tempo escrevia o seu romance *Roma*. Quando tem em mãos um trabalho, absorve-se nele e fica estranho aos acontecimentos. Nem sequer lê jornais. Apenas recorda-se que, ao ouvir falar no ato da degradação e no requinte de humilhações impostas ao paciente, sentiu no fundo da alma do romancista a beleza trágica daquela cena e teria estimado descrevê-la. Muito depois, porém, acompanhando as notícias da imprensa, informou-se da atitude do Senador Scheurer-Kestner. Conhecia a honorabilidade desse ancião, coberto de distinções, sempre inspirado por grande espírito de justiça. O seu exemplo despertou-o. Mais tarde conheceu as cartas dirigidas ao Coronel Picquart, animando-o a persistir nas pesquisas que fazia, sob a desconfiança de ser outro o culpado; em seguida comparou a letra do célebre *bordereau* com a letra de Dreyfus e a letra de Esterhazy; teve ainda mais provas e convenceu-se profundamente da inocência do oficial infamado. Foi então que escreveu no *Figaro* a esse respeito. Nunca ninguém lhe solicitou a intervenção; viu pela primeira vez Mme. Dreyfus no dia em que compareceu ao Tribunal e conhece Mathieu Dreyfus por ter com ele falado duas vezes acerca de assunto muito diverso. Inspirou-se no amor da justiça e da verdade. Está certo da inocência do acusado, e por isso dispôs-se a promover a revisão do processo, para os juízes se convencerem da existência do erro judiciário. A partir daí, é muito conhecido tudo quanto se passou.

Respondendo a uma pergunta a respeito do personagem, que ele chamara, na “Carta ao Presidente da República”, a alma danada da questão Dreyfus, o Coronel du Paty de Clam, declarou-me o Sr. Zola haver ganho, no exame profundo do assunto, a convicção de merecer esse oficial o duro qualificativo, tal o seu aspecto romanesco e diabólico em toda essa questão. Acredita tratar-se de um desequilibrado, e agora está informado de o terem submetido a tratamento numa casa de saúde.

Pode-se imaginar, acrescentou, o que seria a instrução de um processo formado por tal inquiridor. Depois, todos foram arrastados no erro. O Estado-Maior supunha ficar mal sob o vexame de novas pesquisas; o Ministro da Guerra entendia dever interpor a sua autoridade; o conselho julgador era levado nessa torrente de sobressaltos, onde naufragavam a calma e a serenidade dos espíritos. Apareceram todas as intrigas, urdidas em momentos semelhantes pela maledicência interesseira da espionagem. A inicial D, escrita em misterioso bilhete,²¹ alusivo a exigências de um traidor, era arvorada em prova contra Dreyfus; e como tudo isso não bastasse, passou-se a falar de um documento secreto, nunca apresentado nem ao réu, nem ao seu defensor, acerca do qual, aliás, a imaginação dos empenhados em ocultar a verdade teceu lendas as mais extravagantes. Era um documento para fazer periclitara a paz universal; e se fosse divulgado, acender-se-iam os morrões nas fronteiras e a nação lançar-se-ia nos horrores de guerra sem tréguas; o céu refletiria pavorosos incêndios e uma nuvem de sangue cobriria toda a Europa. Para dar a essas fantasias forma concreta, cochichou-se que o Imperador Guilherme se correspondia com Dreyfus, lhe encomendava novos serviços e lhe agradecia as delações. Quem conhece, ponderava o Sr. Zola, o poder desse monarca e o ódio da Alemanha aos judeus pode avaliar com justeza quanta desfaçatez seria precisa para forjar tal história, que o representa escrevendo a um oficial subalterno, estrangeiro e, além do mais, hebraico.

Disse-me o grande romancista reconhecer que quase toda a França se voltou contra ele. As multidões cegam, quando inspiradas em paixões patrióticas. A idéia de pátria, encerrada no culto da força, produz desfalecimentos de que só a serenidade do futuro redime as nações. Servindo à verdade e à justiça, está certo de servir à pátria, a quem ama como se possa amar. Por ora, resta-lhe consolar-se com o aplauso da Europa, do mundo inteiro, cuja civilização certamente o condenaria se esposasse uma causa desonesta. Não se pode calcular ao certo o desfecho dessa questão. A despeito de, por ora, caírem do seu lado todos os contratemplos, nutre a firme esperança de ver ainda o dia da vitória. Em todo caso, espera não morrer sem deixar à História o contingente do

21 O célebre documento falsificado pelo Coronel Henry.

seu testemunho; tem prontas muitas notas e escreverá um livro que há de ser um grande depoimento para a obra do futuro.

Encerrada assim essa parte da encantadora palestra, perguntei ao Sr. Zola se ele não pensava atualmente escrever novo romance. Ele procurou furtar-se a dar informações cabais; algo projetava, mas era cedo, para comunicar ao público. Enfim, como eu insistisse, procurando ter em primeira mão essa notícia, por fim ele revelou-me o seu propósito de estudar a grave questão da diminuição dos nascimentos na França, que tanto preocupa os higienistas e os estadistas. Procurará expor a imoralidade desse fato e levantar contra os seus autores a indignação do país. Depois estudará a questão do aleitamento. Principalmente com a preocupação de pouparem-se, as mães em geral não alimentam bastante os filhos ou entregam-nos à indústria das amas-de-leite. Em consequência da nutrição incompleta, os vícios de infância minam os organismos novos e preparam o enfraquecimento da nação. Tem seguido aqui e no campo os horrores que daí decorrem e surpreendido dramas tristíssimos, onde as crianças rolam na miséria de uma sorte abominável.²²

Acabando de receber tão grata notícia, pedi licença ao Sr. Zola para dizer-lhe que ele sabia quanto o acusavam, e agora na França ainda mais, de preferir para assunto os maus aspectos da sociedade e realçá-los com os recursos do seu talento. Eu teria grande prazer se pudesse ouvi-lo a esse respeito.

Respondeu-me prontamente que nunca teve o propósito de escolher assuntos chocantes. Todo o seu empenho era servir à verdade e à justiça, e para isso colhia os temas onde a sua observação os surpreendia e quando a imaginação por eles se inflamava. Ninguém poderá notar, numa só das suas obras, a ausência daquele ideal. Acreditando monopolizar o patriotismo, entendem certos indivíduos que não se deve divulgar em livros os vícios e as faltas da nação; não obstante este conceito, serve-se à pátria cultivando-lhe a língua, desenvolvendo-lhe a literatura, de modo a conquistar pelo gênio dos seus escritores a admiração dos outros povos. O que não deve faltar a esses escritores é o impulso da

22 Esta notícia foi telegrafada ao *Jornal do Comércio* a 25 de junho e publicada na edição do dia seguinte. Só muitos meses depois, em 1899, a imprensa francesa noticiou que o Sr. Zola escrevera o romance *Fecundité*.

verdade e da justiça, faróis da humanidade, e da humanidade o romancista nunca deve desprezar os olhos.

Despedi-me sob a impressão destas palavras, a considerar na sinceridade que elas encerravam. O interesse humano de verdade e justiça levava o grande artista ao extremo de arriscar a liberdade e quase a vida. Mal imaginava eu que ele chegara às vésperas de exilar-se para escapar a ameaças de toda ordem e até a procedimentos judiciários. Naquele momento, a sua figura era a maior de todo o movimento iniciado para libertar Dreyfus. Nessa campanha estavam empenhados homens do mais alto valor intelectual. Nenhum, porém, se elevava quanto ele desde o dia do retumbante libelo “J’accuse”, que pôs ante o pretório da consciência universal todos os culpados da horrível perseguição de um inocente, escolhido para pasto de ódios de raça.

As suas faculdades criadoras, os seus recursos poderosos de linguagem faziam desprender dos seus escritos uma irradiação de verdade, que iluminava todas as cenas daquele drama abominável e permitia caminhar com firmeza, na esperança do desfecho triunfal da justiça.

NOTA

É para assinalar a pronunciada contradição entre as idéias expendidas pelo grande romancista nessa conversa com o A., a respeito da aversão emigratória do francês, que ele justificava, ou antes, animava, e o desenlace de *Fecondité*, onde pôs em contraste o infortúnio de várias famílias de filho único, e a felicidade da família profícua dos Froments, cujos cento e cinquenta filhos, netos e bisnetos, com todas as pessoas a quem se ligaram, certo dia puderam comemorar as bodas de ouro do casal matriz.

Todo o romance passa-se em torno desse núcleo abençoado, que começara a prosperar no domínio, ainda possuído, de Chantebled. Daí, havia muitos anos, partira para o Senegal um dos dezesseis filhos vivos, já agora no Sudão. De lá viera um filho desse expatriado e irrompera com a exuberância dos seus vinte e sete anos, ao fim do jantar de quase trezentas pessoas, para erguer a última saudação aos festejados, como o eco de tanta alegria, também ouvida além-mar.

Depois prosseguia a erguer um hino à emigração. Era de louvar o esforço desenvolvido em Chantebled; mas aquilo era simplesmente mesquinho perdoassem-lhe dizer quando se pensava nas planícies imensas, banhadas e fecundadas pelo Níger. Os convivas bebiam-lhe as palavras, como a escutar um belo conto. Ele falava de outra França, “da França soberana de amanhã”, e convidava todos a seguirem-no, a

abandonarem os pequenos tratos de terra, onde se acotovelavam, e as cidades superpovoadas, onde faltava o ar, enquanto lá sobrava espaço.

O discurso arrebatava o mais jovem dos Froments, de vinte e um anos, cuja decisão de partir o pai nonagenário abençoou. E “por sobre os mares corria o leite fecundante do velho solo de França até as imensidades da África virgem, jovem França de amanhã”.

Talvez se possa atribuir essa mudança de idéias à influência exercida pelo gênio inglês sobre o espírito tão observador de Zola, durante os meses que ele permaneceu na Inglaterra, de agosto de 1898 a maio de 1899, e inscritos no fim do livro, como para indicar onde o havia composto inteiramente, ou pelo menos terminado.

.....

IX

A CASA KRUPP

BERLIM, 7 de julho de 1898



QUANDO deixei Londres, já não contava que o Sr. Campos Sales visitasse a Alemanha, pois, a sua resolução, ao sair da Inglaterra era partir de Paris a 6 de julho e tomar o *Nile* em Lisboa, caminho do Brasil. Chegando ao continente encontrei o programa alterado e o aviso de seguir dez dias depois para o outro lado do Reno. A 28 de julho, cedinho, deixávamos Paris, atravessávamos a Bélgica e à tarde estávamos em Herbesthal, primeira estação do território alemão. Não nos era preciso dizerem onde estávamos. A farda semimilitar dos empregados, seus gestos, tudo revelava que pisávamos território do grande Império. Quando se apresentou o documento dado pela Embaixada alemã, consignando a posição do Presidente eleito no Brasil, as continências redobram e à última hora, até à partida do trem, o chefe da estação conservava-se ereto diante do vagão, fazendo o cumprimento militar de despedida.

Às sete e quarenta da tarde chegávamos à Estação de Colônia, uma das mais belas da Europa, com o movimento de trezentos trens diários. Então aguardava o Sr. Campos Sales o secretário do Sr. Krupp e o chefe da casa que o representa no Rio de Janeiro, Sr. Otávio Haupt. Depois de excelente jantar, servido em sala especial, fomos ver, às pressas, a decantada catedral católica, situada defronte daquele lugar e justamente reputada um dos mais imponentes monumentos góticos do mundo.

Pisando o solo de Colônia, era natural que falássemos da sua afamada água-de-toucadador, que a indústria da perfumaria adaptou às exigências de todos os olfatos. Soubemos então que o verdadeiro descobridor da velha panacéia contra as enxaquecas, Juan Maria Farina, existiu no começo do século, mas teve uma multidão de sucessores. O nome de Farina tornou-se recomendação de marca e foi por isso objeto de comércio. Da Itália e da Espanha importaram-se legítimos Farinas para assegurar a autenticidade dessa mistura alcoólica e perfumada, já hoje de fabrico universal, sob a garantia de todos os perfumistas, mas sempre sob a invocação do nome de origem. Coisa semelhante sucede com as meias de fios de Escócia, de que tanto se fala no Brasil. Quando estive em Edimburgo procurei saber onde as encontraria das mais legítimas e soube com espanto que as vendidas em todas as lojas eram fabricadas na Inglaterra. Colônia, porém, não perde em importância por lhe roubarrem o cetro dos Farinas. Seus aspectos, como o de tantas rivais, neste país rejuvenescente, é de uma cidade refeita, que de antiga fortaleza à margem do Reno se converteu num grande centro de trezentos e vinte mil habitantes, residência de gente abastada e foco importante da indústria metalúrgica.

O programa da viagem não dava para percorrê-la detidamente. Já estava incorporado ao comboio o vagão particular do Sr. Krupp, que nos devia levar à Vila Hügel, residência do grande industrial alemão. Tendo convidado o Sr. Campos Sales para visitar a sua admirável fábrica, à qual o Governo brasileiro tem muitas vezes encomendado material de guerra, quis ele começar as suas atenções ao futuro Presidente pondo-lhe às ordens em todo o território alemão o magnífico carro fabricado especialmente para o seu uso e onde há todo o conforto possível: salão, escritório, gabinete de fumar, dois aposentos com leitos, cozinha e depósito para pequenas bagagens.

Chegamos a Essen, mais ou menos hora e meia depois de deixar Colônia, e logo daí seguimos de carruagem para a Vila Hügel. A grande casa de residência do Sr. Krupp foi construída por seu pai, no centro de um parque admirável, sobre uma eminência, de onde se descortina um dos afluentes do Reno, que lhe fica à vista e muito perto. A riqueza desta casa espalha-se sem ostentação, como a doçura de caráter de seu dono. Não se pode imaginar alguém mais singelo e ameno do que esse bilionário de quarenta e três anos de idade, considerado o homem mais rico da Alemanha, possuidor de uma fábrica no valor de dez milhões esterlinos.

Como seu pai, ele não queria trocar seu nome por nenhum título nobiliárquico e parece que o exemplo do progenitor tem ainda hoje, nisso como em tudo mais, grande influência moral sobre o seu espírito. Em momento difícil da sua vida, o segundo Krupp viu-se forçado, para pagar aos seus operários, a empenhar toda a prata que possuía, e no fim do prazo marcado não a pôde resgatar. Desde então protestou não ter em sua casa uma só peça desse metal e o filho segue-lhe o exemplo. Tais sentimentos repousam sobre forte base moral. Quando o jovem Krupp decidiu casar-se, não procurou a companheira entre as raparigas que brilhavam pela fortuna ou pelo nome; buscou-a onde o coração lhe indicou uma esperança de felicidade, em casa de um homem pobre. Essa esposa, agora no meio de todas as grandezas, conta com orgulho que um dia se viu obrigada a lecionar meninas, para ajudar o pai, cujos recursos escasseavam.

Este nome simples e popular de Krupp foi herdado de um velho, que, ao morrer em 1826, deixou uma pequena oficina de dezesseis operários: hoje, o neto do obscuro ancião por nenhum título quisera trocar tal nome, sinal da transformação operada na sociedade pelo triunfo da democracia. Os indivíduos passaram a valer por si próprios; os títulos de família já não acobertam a inferioridade pessoal dos seus herdeiros. O nome dos avós não cobre eternamente as mazelas dos netos degenerados. Por certo as tradições de honra e capacidade dos ascendentes são elementos preciosos em benefício dos indivíduos, para avaliar-se da escola moral de onde provêm; mas por si só não os investe em qualidades que não tenham cultivado. Outrora, quando os povos se batiam constantemente, a seleção dos capazes era feita entre os que guerreavam e tomavam à sua conta a nobre e perigosa tarefa de defendê-los contra as

agressões de fora. A aristocracia nasceu num circo de armas. Hoje, embora a humanidade não se tenha libertado da hipótese da guerra, a luta no seio de cada nação trava-se todos os dias no terreno da inteligência e só vencem os mais bem-aparelhados para as lutas dessa natureza. Por todo o mundo a vitória inclina-se para eles, assegurando a supremacia da capacidade. A antiga aristocracia começa a reconhecê-lo e a desorganizar-se voluntariamente. Tendo adormecido sobre os louros do passado, acordou no meio dos combates desesperados de hoje e está levando os brasões à venda e à porta dos que conquistaram a fortuna no labor obscuro de todas as profissões. Pelo aumento da oferta, a lei econômica de todos os comércios inflige aos títulos crescente depreciação; em vez de pagar somas imensas para usar algum deles e dos mais famosos, muitos ricos já preferem aumentar os bens que satisfazem o gosto e o conforto ou, acima disso, ligar o nome a instituições duradouras, que cultivam a caridade ou elevam a cultura humana.

Infelizmente ainda resta muito do passado, em que se formaram os privilégios restantes, e enquanto a humanidade não se liberta da necessidade dos exércitos, os estadistas precisam dar atenção à indústria de material bélico. Por tal razão o Sr. Campos Sales, que só tem de guerreiro a patente de general, aceitou com prazer o convite do Sr. Krupp, cuja casa está em relações com o Governo do Brasil desde 1871. Por certo ele não se arrependeu. Não obstante tudo quanto vimos no Clyde Bank em Glasgow, as oficinas de Essen deixaram-nos maravilhados. Os diretores providenciaram para vermos os trabalhos em escala crescente, a evolução por que passam os materiais desde a entrada na fábrica até serem expedidos já manufaturados.

Vimos retirar dos fornos o aço fundido, na temperatura de 1.800 graus centígrados, e derramá-lo em formas de diferentes produtos dessa indústria. O líquido jorra numa coluna de ouro derretido, desprendendo reflexos cambiantes. Não só ouro, prata, mercúrio, cobre, estanho, safiras, topázios, rubins, esmeraldas, enorme massa de metais e pedraria preciosa e liquefeita escorre na curva faiscante, espalhando miríades de estrelas pequeninas, que incendeiam o espaço.

Fundia-se um canhão de cinco metros de comprimento e um e meio de maior diâmetro, com trinta e cinco toneladas de peso e vinte e quatro centímetros de boca. Durante vinte minutos, dois a dois, qua-

trocentos operários, com máscaras de arame e espessas luvas protetoras, conduziam do forno até a fôrma enterrada no chão, à distância de alguns metros, os pequenos cadinhos onde se fundira a mistura metálica produtora do aço. Era um vaivém incessante de gigantes, carregando, suspensos em fortes tenazes, vasos abrasados de que jorrava o líquido ignito, fulgurante de cintilações multicores.

Quando essa massa se solidifica, é retirada por meios mecânicos, passa em diferentes máquinas e adelgaça-se até às proporções que lhe querem dar. Então, obtida a forma exterior, começa o trabalho de perfuração e depois a delicadíssima tarefa, que às vezes consome oito meses, de abrir, nas paredes internas do canhão de um a outro extremo, raias da mais uniforme regularidade, da mais precisa igualdade.

As couraças, as torres de abrigo até para seis homens, os canos de espingarda, as balas, todos os produtos, enfim, inventados pela arte da guerra para dizimar os povos, exigem o mesmo esmero. Chapas de todas as dimensões para revestir as paredes dos navios estão expostas nas oficinas, a mostrar os sinais da resistência, vencedora ou vencida, oposta por elas aos projéteis. A essa luta prende-se o futuro da mortífera indústria. Toda a vez que se descobre nova liga e aumenta a espessura da couraça, precisa-se fabricar o canhão e a bala para perfurá-la. Desse modo, afligidas pelas exigências da paz armada, as nações derramam sem cessar nos cadinhos do Sr. Krupp e dos seus rivais o ouro com que se fabrica o aço desses engenhos de morte. O grande industrial preparou-se para fornecer o elemento de ataque e de defesa, em terra e no mar, e para esse fim comprou os estaleiros da “*Grã-Bretanha*”, em Kiel, de onde saíram três dos nossos navios de guerra, os caça-torpedeiros *Tupi*, *Timbira* e *Tamoio*.

Felizmente não se vive ali apenas da indústria do material de guerra. Os maiores lucros provêm principalmente da paz. O primeiro Krupp morreu, tendo consumido os haveres em experiências para obter o aço. Seu neto conserva a casinha onde ele viveu, no meio onde hoje se levanta o grandioso estabelecimento. O filho, órfão aos quatorze anos, triunfou nessa luta e enriqueceu no fabrico de anéis de aço sem sutura, para guarnecer as rodas de vagões e locomotivas. Ainda hoje essa é uma das grandes indústrias da casa, como também o simples preparo do aço destinado às diversas aplicações de outras manufaturas. Um dos traba-

lhos mais curiosos pela sua simplicidade consiste na fabricação de trilhos. Um bloco de aço incandescente, de cerca de dois metros de comprimento, adelgaça-se rapidamente numa série de máquinas, dispostas cada uma ao lado da outra, e sai da última delas com a forma desejada, para entrar num cortador que o divide em vários pedaços, conforme o tamanho desejado.

Para ajuizar-se da importância desse estabelecimento colossal é indispensável citar algarismos. A sua área em Essen e nas comunas circunvizinhas era em 1895 de 352 hectares, 47 decâmetros e 39 metros quadrados, dos quais edificadas 51 hectares, 10 decâmetros e 51 metros quadrados. Em toda essa zona e mais nas dependências da casa, em outros pontos, trabalham, segundo o recenseamento feito há um mês, 40.066 pessoas. Ora, em 1894, quando a casa só dava trabalho a 27.155 operários, suas famílias representavam um total de 94.752 pessoas; quer isso dizer que em 1898 vivem do trabalho dessa indústria pelo menos 150.000 almas. Vendo-se a multidão de crianças que infestam as estradas e ruas, no centro habitado pelos operários, pode-se bem ajuizar da importância da população alemã. Ao passo que a de França decresceu, a ponto de levantar o clamor dos seus escritores, a da sua rival apresenta um acréscimo anual de 600.000 nascimentos.²³

Toda essa gente ligada à fábrica vive em seis grandes vilas, uma das quais é apenas constituída de casas onde o generoso industrial mantém sessenta famílias de inválidos ou aposentados. Nessas vilas há setenta e três armazéns (cinquenta e um em Essen e arredores e vinte e dois, distantes, nas minas e nos grandes fornos), onde se encontram à venda todos os gêneros necessários ao consumo. Além disso, há ainda açougues, padarias, fábrica de gelo, alfaiatarias, hotel, clube, dois cafés, sete restaurantes, uma escola industrial para adultos, três para meninos que ainda freqüentam a aula primária, uma escola de serviço doméstico, um hospital (está decidida a construção de outros), dois barracões de isolamento para epidemias, dois asilos para operários celibatários, etc. Toda essa população, todas essas propriedades estão defendidas contra incêndios por um corpo de bombeiros de setenta e sete homens, munidos de todos os aparelhos modernos.

23 No fim do capítulo há uma nota a este respeito, cheia de algarismos.

As comunicações estabelecem-se de modo facilímo. Uma rede telefônica com 229 quilômetros de fio liga 230 estações com 232 aparelhos, e uma rede telegráfica de 80 quilômetros de fio, com 31 estações e 57 aparelhos Morse, deu vazão em 1894 a 13.547 despachos. O serviço de transporte é feito em 55 quilômetros de bitola larga, ligados às três estações de Essen, e onde correm em média 50 trens diários, formados de 16 locomotivas-tender e 590 vagões. Além dessas linhas há ainda 40 quilômetros de bitola estreita, com 20 locomotivas e 709 vagões.

Também só os algarismos podem dar idéia dos recursos e do consumo dessa fábrica, que até 1895 tinha produzido mais de 30.000 canhões. Nesse ano a estatística da casa mencionava 1.600 fornos, forjas, etc.; mais de 3.000 máquinas, compreendendo 1.100 tornos e 400 furadores; 22 laminadores, 113 martelos-pilões de 100 a 50.000 quilogramas, ao todo 248.525; 31 prensas hidráulicas, entre as quais duas de cinco mil toneladas, sendo uma de 2.000 e outra de 1.200; 306 caldeiras fixas, 458 máquinas a vapor de 2 a 3.500 cavalos, ao todo 36.561 cavalos; 467 guindastes de 400 a 150.000 quilogramas, representando a potência total de 4.912.650 quilogramas. Os trilhos sobre que correm esses diversos aparelhos têm a extensão de 11 quilômetros e as correias de transmissão de todas as máquinas medem 60 quilômetros.

O consumo diário dos grandes fornos é de 1.400 toneladas de minério de ferro, todo proveniente de minas pertencentes ao Sr. Krupp. O carvão empregado também procede das minas do mesmo proprietário, com capacidade para produzirem 3.500 toneladas por dia. O consumo desse combustível em 1895-1896 foi de 1.093.423 toneladas. Outra cifra colossal é a do gasto de água, que em 1894-1895 foi de 9.043.921 metros cúbicos, mais ou menos o consumo da importante cidade de Dresda, capital do Reino da Saxônia. Todo esse líquido passa em uma rede de 149.650 quilômetros de canos subterrâneos e 89.320 quilômetros de canos intercalados nas casas, com 1.101 registros, 464 torneiras e 600 aberturas para incêndios.

Como as oficinas funcionam à noite, e os operários, feita exclusão de mulheres e crianças, trabalham dez em vinte e quatro horas, divididos por turmas semanais diurnas ou noturnas, a iluminação da fábrica, ruas e residências tornou-se importantíssima. O consumo de gás em 1894-1895 foi de 12.815.859 metros cúbicos. Todo esse gás correu em

76.060 quilômetros de canos subterrâneos dentro das casas; ardeu nas ruas em 2.317 bicos; nas oficinas em 33.478 e nas habitações em 600. Sendo ainda insuficiente, esse poder iluminativo foi aumentado de 599 lâmpadas de arco e 2.244 lâmpadas incandescentes.

Todas estas cifras dão idéia precisa da importância desse estabelecimento, sem igual no mundo. Para dirigi-lo, de modo a assegurar ao seu proprietário a renda de 8.000.000 de marcos ou 400.000 libras esterlinas, é preciso o concurso de altas capacidades. O Sr. Krupp conseguiu isto, organizando uma diretoria de dez pessoas, com um presidente por ele indicado, a quem incumbe a direção geral dos negócios, cabendo a cada membro desse conselho administrar um ramo especial dos negócios, assim divididos: comércio de material de guerra; plantas e estudos de artilharia; fabricação de artilharia; comércio das manufaturas civis; relações jurídicas, contratos, etc.; administração interior; oficinas em geral; minas; fábrica de Magdeburgo. Essa diretoria tem sob suas ordens cinco altos funcionários que dirigem os trabalhos em Magdeburgo e três com idêntica missão nos estaleiros de Kiel e em Tegel, perto de Berlim. Todos os dias o dono da casa recebe um relatório resumido dos trabalhos e assim informa-se da marcha dos negócios. A prova de tudo correr bem é o progresso constante do estabelecimento e a ordem inalterável que ali reina, não se mencionando até hoje uma só parede de trabalhadores. Em vez de protestos dessa natureza, eles erigiram numa praça a estátua do segundo Krupp, pai do proprietário atual.

Em futuro, que infelizmente ainda está longe, a evolução há de levar-nos a empregar todo o ferro e carvão consumido hoje nessa fábrica colossal, como em outras, somente em instrumentos de trabalho e de paz. Parece-nos sonho que as nações cheguem um dia a abandonar definitivamente a força como solução das suas contendas. Mas nós desejamos o progresso moral das sociedades nos limites da nossa vida, como se lhe medíssemos a marcha dentro do tempo de uma ou duas gerações. Entretanto ela é muito lenta e penosa. Do mesmo modo que os indivíduos chegaram ao aperfeiçoamento de decidirem suas pendências perante os tribunais, e abandonam dia a dia o hábito de fazer justiça por suas mãos, assim também os povos hão de atingir esse grau superior de civilização, apelando para o juízo de outros de idêntica cultura moral.

Até hoje eles recorrem à guerra, apesar da prática do arbitramento para dirimir questões das mais graves, como a posse de território, da mesma forma por que ainda se resolvem questões pessoais pelo duelo, a despeito da organização da justiça pública. Aqueles, porém, que melhormente cultivam o sentimento jurídico, como o povo inglês, baniram esse recurso bárbaro de fazer justiça por si mesmos. A evolução há de levar-nos ao estado moral de encarar como repulsivo o emprego da força para decidir quaisquer disputas. Há remanescentes de brutalidade, oriundos da tradição militar e ainda considerados deveres de honra: se um indivíduo esbordea outro, apenas machuca-o; mas se o esbofeteia, ultraja-o; entretanto a agressão material é a mesma, a violência, igual, o emprego da força, idêntico, a ação tanto mais condenável quanto seja evidente a superioridade física do agressor. Mas chegará dia em que seja tão criminoso e repulsivo quem esbofeteie como quem der soco ou tiro, cacetada ou punhalada.

Grande parte da humanidade reconhece a verdade desses princípios, mas não ousa aplicá-los. Os homens, que se dizem garantia da paz, não se animam a promover a eliminação da guerra. Na Alemanha todos dizem desejar a paz e reconhecer que à sua sombra o país se desenvolve e enriquece, mas logo acrescentam que, cercado de vizinhos poderosos, é preciso armar-se para estar tranqüilo. Há, porém, uma força mais vigorosa que a dos canhões, é a força da evolução; os povos seguem o caminho por onde ela os conduz. Enquanto os governos esmagam os contribuintes para comprar canhões, os que mais lhes sofrem o peso gemem e protestam. A felicidade é incompatível com a guerra, e como a tendência humana é para aquele eterno ideal, os povos findarão por convencer-se de que o meio de conservar a paz não é a ameaça do morrão aceso, o constante pesadelo da fronteira invadida, mas a reconciliação dos rivais e inimigos e sua inteira confiança nas soluções pacíficas dos dissídios.

No começo do século, Napoleão incendiava a Europa de um a outro extremo; entretanto, menos de cem anos depois, todas as grandes potências tremem da hipótese de uma guerra. Não é, pois, um sonho pensar que chegará o dia de manter a paz sem a força, do mesmo modo que se mantém a lei pela autoridade moral dos juizes, pela submissão voluntária dos indivíduos às suas sentenças, no interesse comum.

Quem visita a Torre de Londres, vê passar diante dos olhos a evolução secular de uma sociedade. O castelo que Ricardo, Coração de Leão, isolou por meio de fossos, onde podia lançar a água do Tâmsa, encerra os elementos dessa apreciação sintética. Ali estão os cárceres escuros, as abóbadas asfixiantes, as grades isoladoras, os instrumentos de suplício, as armas de tantas guerras, os lugares onde dormem para sempre as vítimas da crueldade de tantos reis. Todos aqueles cantos têm a sua história de morte; todas aquelas paredes registram inscrições, feitas por gente que ali passou e ali ficou sepultada. Mas depois de percorrer salas e salas, atravessar pátios e mais pátios, transposto o portão, chegado à rua, aí vê o *policeman*, ereto, sem arma, a encaminhar a multidão de veículos, que pára ou se move aos seus acenos, enquanto os transeuntes aproveitam a proteção salutar da ordem pública para marchar com segurança.

Sete séculos decorreram desde a autoridade mortífera de Ricardo até a representação moral da lei, encarnada nesse simples *policeman*. Percorrido tão longo e espinhoso caminho, não devemos estar muito longe de garantir a paz sem ameaçar com a guerra.

NOTA

Referida à pág. 154 – O movimento dos nascimentos em França, durante um período que abrange um século, dá-nos o quadro seguinte por 10.000 habitantes:

Anos	Nascimentos	Anos	Nascimentos
1770 – 1780	380	1841 – 1850	274
1801 – 1810	325	1851 – 1860	267
1811 – 1820	316	1861 – 1868	264
1821 – 1830	309	1869 – 1880	245
1831 – 1840	289	1880 – 1896	220

De 1770 a 1896, a proporção dos nascimentos caiu de 380 a 220 por 10.000 habitantes, isto é, diminuiu mais de um terço.

Em 1881 o número de nascimentos em França era de 937.057; em 1890 foi apenas de 838.057, isto é, 100.000 a menos. Ora, esta cifra é inferior à de óbitos em 38.446. Esta vitória da morte sobre a vida produz-se em pleno período de paz; é o movimento normal da natalidade francesa, que se acentua de ano em ano. Em 1890:

42.520	nascimentos	menos	do	que	em	1889
44.580	”	”	”	”	”	1888
61.275	”	”	”	”	”	1887
74.779	”	”	”	”	”	1886
86.499	”	”	”	”	”	1885
99.669	”	”	”	”	”	1884
99.885	”	”	”	”	”	1883

(EDMOND DEMOLINS. *A quotient la supériorité des anglo-saxons*, pág. 115.)

“Em 1800, a Europa tinha 175 milhões de habitantes. Em 1900, essa população é calculada em 390 milhões pelo *Bureau des Longitudes*. No decurso de cem anos deus, pois, um aumento de 215 milhões, equivalente a perto de 123% do número inicial.

Ora, em 1800, isto é, quando toda a Europa tinha 175 milhões de habitantes, a França com os seus 98 departamentos de então, com o seu território muito mais vasto do que o atual, contava 33 milhões. É esta a cifra que convém tomar para determinar o “valor” efetivo, o poder da França de então, em relação ao resto da Europa, conquanto, para apreciar o movimento propriamente da população, se devam considerar unicamente os algarismos correspondentes em 1800 ao território da França em 1900. Essa área era então habitada por 27 milhões de almas. O certo, porém, é que o que em 1800 se chamava a França estava em relação à Europa, como 33 para 175. Por si só representava um quinto do continente europeu. Exatamente 18,85%.

Decorrem cem anos, e o que vemos? Passo a pena ao Sr. Jules Roche: ‘A França de 1900 conta apenas 38 milhões e 600.000 habitantes, números redondos; não ganhou, pois, no ponto de vista absoluto como no ponto de vista político, mais de 5 a 6 milhões de habitantes em relação ao que era em 1800. Por outras palavras, aumentou apenas *um quinto*, ao passo que a Europa no seu conjunto aumentava *mais do dobro*. Em 1801 era a quinta parte da Europa; em 1900 nem chega a ser a *décima* (38 milhões para 390 milhões).

‘A Inglaterra de 1801 tinha 16 milhões de habitantes; conta hoje 42 milhões, ou mais 26; isto é, um aumento de 162%. Os territórios que formam o Império Alemão atual contavam em 1801 vinte e cinco milhões de habitantes; hoje compreendem 54 milhões. A população desses territórios fez mais do que dobrar durante este século. Nada direi da Rússia, que passou no mesmo período de 40 milhões a 116 (sem contar a população da Rússia Asiática); aumentou, pois, de 190%. A população do território atual da França não aumentava de 1801 a 1900 senão da diferença entre 27 e 38 ou 39 milhões; esse aumento foi, pois, de 44% apenas, quando a Alemanha aumentava 116%, a Inglaterra 162% e a Europa 123%.’

Esta situação já nada tem de agradável hoje em dia; mas o que acontecerá se a progressão seguida desde 1801 continua durante o vigésimo século? O cálculo é fácil. Se o

desenvolvimento da Europa se efetuar na mesma proporção, eis os algarismos em que se cifrará a sua população atual e a das nações acima aludidas no ano de 1900:

França	56.000.000	habitantes
Inglaterra	110.000.000	—
Alemanha	114.000.000	—
Rússia	336.000.000	—
Europa total.....	870.000.000	—

Nesse ano a França que, em 1801, correspondia a quase 19% da Europa, representará em 2.000 apenas 6,43% da imensa aglomeração de capitais humanos do velho continente.” (*Jornal do Comércio*, de 24 de abril de 1900; na seção “O jornal dos jornais.”)

— “Em certos departamentos, que se entregavam à indústria das amas-de-leite, a mortalidade das crianças era de cinqüenta por cento. Nos melhores, de quarenta; nos piores, de setenta. Tinha-se calculado que num século haviam morrido dezessete milhões. Muito tempo, a média da mortandade total mantivera-se de cem a cento vinte mil por ano. Os reinados mais mortíferos, as carnificinas dos mais horríveis conquistadores não produziram semelhante massacre. Era uma batalha gigantesca que a França perdia cada ano, o sorvedouro de toda a força, o cemitério de toda a esperança. Por fim, fatalmente, era a derrota, a morte imbecil da nação.” (*ZOLA. Fécondité*, pág. 270.)

.....

X

IMPRESSÕES DA ALEMANHA

PARIS, 16 de julho de 1898

O

SR. Campos Sales parece disputar com D. Pedro II a fama das viagens rápidas. Saiu de Paris a 28 de junho, visitou a Casa Krupp em Essen, esteve em Hamburgo, Berlim, Dresda, Praga, Viena, Budapeste e Munique e a 12 de julho, de manhã, achava-se de novo aqui. Para acompanhá-lo, preciso não ter amor à cama e para não faltar aos leitores do *Jornal* sou forçado a ficar atrás algum dia, sem conseguir ainda assim dar conta da tarefa. Por isso deixei de visitar a capital saxônia e a capital da Boêmia, demorei em Berlim o tempo necessário para escrever a respeito da Casa Krupp a carta expedida dali; ainda agora reservo para contar de outra vez as impressões acerca das últimas daquelas cidades. Admira que se possa chegar ao termo de tais façanhas com o aumento de alguns quilos de peso, depois da partida do Brasil. Isto revela têmpera de aço. É pois o caso de dar-nos parabéns a nós mesmos pela eleição do primeiro Presidente de boa saúde.

Ao começar estas linhas, tremo diante das notas que devo decifrar. São trinta e uma páginas de canhenho, cheias de garatujas quase ilegíveis, indicando da forma a mais sintética idéias para reconstituir; estas, porém, tão numerosas, formadas sob impressões tão rápidas e diversas, voltam todas aos borbotões, confusas, misturadas, invertendo irreverentemente as regras da precedência, sendo preciso detê-las, acalmá-las, classificá-las, ordená-las e começar a desfiá-las no papel, devagar, para o leitor não se queixar da rapidez da viagem.

Falemos primeiro de Hamburgo, onde chegamos à tarde, vindos de Essen em companhia do Sr. Ciro de Azevedo, ministro brasileiro em Berlim, do Coronel Luís Antônio de Medeiros e do Capitão Alexandre Leal, da Comissão de Compras Militares.

Quem conhece o comércio alemão no Brasil sabe que a grande cidade do norte é um dos mais importantes centros de relações com o nosso País. Elas começaram há muito tempo, apenas nos separamos da metrópole e por intermédio de um navio que lá aportou em 1823; a princípio limitaram-se, quanto à exportação do Brasil, a madeiras e pedras preciosas; depois cresceram com a celebração de um tratado de comércio em 1827 e atingiram o desenvolvimento atual, em paralelo com a forte expansão da influência alemã nos nossos mercados. Viveram longos anos entre nós muitos dos que alcançaram em Hamburgo as mais altas posições no mundo dos negócios; mas, apesar disso, causou-nos tocante surpresa ouvirmos em bom português, à moda da nossa terra, os vivas calorosos com que o Sr. Campos Sales foi acolhido na estação.

O Senado telegrafara ao futuro Presidente, pedindo-lhe que se considerasse hóspede da cidade e enviou uma comissão para dar-lhe as boas-vindas no momento da chegada. Hamburgo é uma cidade livre, ligada à Confederação Alemã desde que se formou o Império; conserva, porém, o seu aparelho especial de governo, no gênero das velhas repúblicas aristocráticas. O Senado constituiu um conselho executivo e é composto de dezoito membros vitalícios tirados metade da classe dos juristas e metade da dos negociantes. Cada lugar vago é preenchido, sob proposta de uma comissão mista de senadores e membros da Câmara dos Representantes, pelo voto exclusivo desta assembléia. Todos os anos aquela corporação escolhe um burgomestre e um vice-burgomestre. O primeiro é o mais alto magistrado da cidade, mora em magnífico

palácio, ultimamente construído, e tem representação luxuosa, que faz lembrar a do Lorde Mayor de Londres.

A formação da Câmara é algo democrática; em metade é eleita pelos cidadãos que pagam certa média de imposto, relativamente baixa; numa quarta parte, pelos proprietários de prédios e no quarto restante, pelos notáveis da cidade, assim chamados os juízes, os cidadãos qualificados beneméritos, etc. Graças a essas restrições, o elemento conservador absorve o governo de Hamburgo, não obstante ser socialista a maioria do eleitorado federal, que elege os três representantes da cidade no Reichstag.

Depois da unificação alemã, Bismarck fez-se paladino do sufrágio universal, apenas limitado pela idade de vinte e cinco anos, o pagamento de um imposto módico e a condição de saber ler e escrever. Essa liberdade, consignada na lei, tem sido aproveitada com bom êxito pelos socialistas para aumentar a força do partido. As últimas eleições deram-lhes doze lugares a mais no Parlamento, elevando-lhes o número dos deputados a cinqüenta e seis. Na eleição anterior conseguiram um milhão e seiscentos mil sufrágios e no último pleito obtiveram dois milhões cento e vinte e cinco mil. Esses triunfos já haviam despertado os cuidados do chanceler de ferro e agora preocupam o jovem Imperador. Presume-se que, espantado dos últimos triunfos socialistas, o Soberano encetará uma campanha de repressão severa contra os prosélitos dessa escola política. Será esse o meio de esmagá-la? É falaz o recurso de abafar idéias pela violência. Quase sempre elas revivem com dobrado vigor.

A fonte emanadora do socialismo, a sua escola-prática primária é a organização socialista do Estado. A tutela por ele imposta aos indivíduos, crescidos à sua sombra, esmaga-lhes as energias criadoras da iniciativa própria e guia-os para atingir o ideal que sempre cultivaram. Quando um deles, em virtude da própria inferioridade, é vencido na luta pela vida, atribui o triunfo dos rivais à eterna injustiça da fortuna, que é preciso um dia vingar com a igualdade dos seres desiguais.

Não creio que a Alemanha, a França e a Itália consigam esmagar o socialismo pela violência, quando elas próprias alimentam os seus filhos com o leite do Estado socialista, à sombra da organização militar, pedra angular desse edifício instável. O exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde o socialismo não tem conseguido estender as raízes originárias do continente europeu, deveria ser estudado pelos que

sentem a ameaça desta escola política. O segredo da imunidade anglo-saxônia não estará na natureza do terreno, na organização fundamental do Estado, que fez Paul Bourget dizer admirado que na América o Estado é nada e o indivíduo é tudo?

A representação de Hamburgo levou-me a essa digressão, que não estava nas minhas notas; mas é tempo de voltar a elas para mencionar o fato, característico das instituições dessa cidade livre, de ser vedado aos seus funcionários aceitarem condecorações estrangeiras.

O Senado combinou o programa da recepção do Sr. Campos Sales de acordo com a corporação do comércio. A parte principal das festas organizadas foi a visita ao porto. A vasta foz do Elba recebe anualmente cerca de onze mil navios, regulando as entradas diárias entre trinta e quarenta. Quase sempre estão no ancoradouro mais ou menos trezentas embarcações a vapor e a vela e era esse o número aproximado das embandeiradas em arco no dia em que o futuro Presidente do Brasil ali esteve. Foi uma manifestação imponente.

Todas enfileiradas ao lado dos diferentes cais, descarregavam mercadorias vindas de vários cantos da terra. A sua posição geográfica e mais ainda a sua condição de porto livre fizeram de Hamburgo o grande entreposto do norte da Europa. Os produtos que lá vão ter, quer consignados a outros lugares, quer destinados à reexportação pelo comércio local, apenas podem ficar três dias nos depósitos das docas; findo esse prazo, se não embarcam, devem ser removidos para os grandes armazéns de quatro andares, pertencentes a uma empresa particular e construídos à beira dos canais que penetram na cidade. As mercadorias podem ficar aí guardadas quanto tempo se deseje e sair de Hamburgo livremente por mar, sem o fisco imperial de qualquer modo intervir. Esse serviço admirável começou a ser executado em 1885 e cresceu de modo assombroso, a ponto de empregar hoje em dia cerca de cinco mil operários.

Ao lado dessa importância comercial, desenvolve-se em Hamburgo a indústria de construção naval. Depois de observarmos o grande movimento das docas, fomos visitar o primeiro estaleiro do porto, pertencente aos Srs. Blohm und Voss, onde é dado ver duas maravilhas no seu gênero: um guindaste colossal, capaz de levantar volumes de cento e sessenta toneladas de peso, e uma enorme doca flutuante, com força de rebocar para o porto navio de qualquer calado. O Governo alemão co-

meça a fazer encomendas à Casa Blohm, que ainda agora com ele firmou contrato para construir um navio de guerra mediante o preço de vinte milhões de marcos, ou um milhão de libras esterlinas. Dessa soma, porém, só uma quarta parte lhe caberá; as outras três serão despejadas nas oficinas Krupp, o fornecedor do aço, da artilharia, o centro absorvente da indústria de guerra na Alemanha.

Depois dessas visitas, consistiram as manifestações no almoço, que foi servido, sem brindes, em uma sala do edifício do Senado e em um delicado jantar, onde à sobremesa falou o burgomestre, a quem o Sr. Campos Sales agradeceu as palavras dirigidas ao Brasil e à sua pessoa. Essa última refeição foi servida no Park Hotel, à beira do Elba, numa das extremidades de Teufelsbruke, arrabalde de Altona, cidade que se liga e confunde com Hamburgo por esse pitoresco lugar, cujo nome em português é Ponta do Diabo. Só posso explicar por espírito de contradição o nome extravagante dado àquele mimoso canto da Prússia. Fomos de Hamburgo até lá num pequeno vapor confortável e tivemos sempre diante dos olhos um panorama que ninguém se cansará de admirar. A Ponta do Diabo é uma língua de terra elevada, coberta de verdura, bordada de palacetes e casas de campo, engastados no meio de parques e jardins, que perfumam as brisas do Elba da fragrância das suas flores. Não creio que o inferno seja assim, nem que Satã prefira aquela frescura ao calor dos fogos eternos.

Se o anjo mau tivesse tais predileções, Hamburgo seria a sua capital ambicionada, pois Hamburgo é a cidade dos jardins. Eles envolvem-na numa faixa verde, matizada de mil cores e dão aos seus arrabaldes grande encanto. Parte dessa verdura reflete-se não só no Elba, mas nas águas tranquilas dos lagos formados pelo Arister, onde bandos de belos cisnes brancos passam diante dos barcos e dos botes, que singram para as margens habitadas.

No dia seguinte às festas era preciso deixar Hamburgo. O chanceler do Império ia oferecer um almoço ao Sr. Campos Sales, que devia chegar quanto antes a Berlim, tomando o trem em uma das duas velhas estações da cidade. Contrastando com o aspecto moderno dos outros edifícios de importância, esses dois pardieiros desafiam a curiosidade do observador. Soube que muitas vezes pensou-se em substituí-los por palácios luxuosos, orçados em mais de um milhão de marcos e à al-

tura de tão importante cidade; mas, como a reconstrução deve ser feita não só por esta, mas também pelo Império, as duas partes interessadas não conseguiram pôr-se em acordo. Enquanto dura o capricho, Hamburgo terá entre as suas originalidades uma das mais antigas, se não a mais antiga estação de caminho de ferro da Alemanha.²⁴

Creio que Berlim não é prejudicada por teimas como essa, pois ali tudo se renova e floresce. Quantos a conheceram, há vinte anos, indicam as profundas transformações operadas nesse período. As velhas ruas desaparecem e as casas reconstruídas dão à cidade imponente aspecto. Mas é preciso considerar que toda a grande área assim edificada não pertence só à capital do Império; Berlim liga-se a várias cidades de administração independente, como Friedenau, Steglitz, Wilmersdorf, Halensee, Charlottenburgo e outras, que nela talvez se venham a fundir. A última tem ruas majestosas, construídas há cinco anos apenas, como por exemplo Tawenzienstrasse, verdadeira avenida de palácios.

Charlottenburgo era o ponto predileto do velho Imperador Guilherme. Lá passava ele a maior parte de seus dias no palácio que habitara seu pai, Frederico Guilherme III. Aquela casa está cheia de grandes recordações. Lá entrou Napoleão, triunfante, depois da vitória sobre a Prússia; lá viveu Luísa, a mãe do fundador do Império, a mais bela rainha da Germânia, diante de cuja altivez e virtude esfriaram os galanteios do conquistador. O nome da formosa soberana já parece em caminho da lenda; seus retratos encontram-se por toda parte; sua estátua de mármore ergue-se em Tiergarten, o grande parque da cidade; seu túmulo atrai romarias; e em tudo vemo-la sempre com o longo manto de rainha, nus os braços esculturais, o pescoço envolto em estreita gaze, encobrindo a pequena cicatriz que lhe manchava a pele, mancha deixada talvez pela escrófula. Seu monumento não ficou isolado; em ponto fronteiro colocaram também o do esposo. Drake, que o executou primorosamente, quis levar a verdade da escultura histórica até lembrar no mármore a sovinice de Frederico Guilherme III, calçado de botinas rotas.

Foi no meio do parque de Charlottenburgo que o velho imperador quis ser enterrado, ao lado dos pais. Ele morreu em Berlim no palácio velho (*Altespalais*), diante do qual erigiram o belo monumento de

24 Por fim realizou-se o acordo e Hamburgo hoje possui uma bela estação.

Frederico, o grande. Só nos dias de gala ia ao vasto palácio situado poucos passos adiante, na mesma rua principal da cidade, Unster den Linden, onde se encontram seus principais edifícios. Diante dessa casa, residência do novo imperador, quis ele erigir a estátua do avô. O grandioso monumento, concebido pelo escultor Begas, só poderia sobressair colocado em vasta praça; mas as resoluções do jovem soberano são irrevogáveis, devem-se executar, ainda com sacrifício das artes, que ele diz apreciar. Sobre enorme pedestal, assentou-se a estátua de Guilherme I, por seu neto denominado *o grande*, montado em garboso cavalo e conduzido sem armas pelo anjo da paz.

Concluídas três guerras de conquista, alargados os seus domínios e cingida a coroa imperial, o Rei da Prússia surgiu no bronze da estátua como mensageiro da paz. Esse bronze era todo de baterias tomadas aos franceses e recolhido entre os despojos de Sedan. Mais ostensivamente aproveitaram-se os canhões, também conquistados em 1870 e postos como ornamento da coluna da Vitória, levantada em Tiergarten para comemorar a derrota da França. Creio que todo coração de francês há de constranger-se diante desse monumento, sempre a lembrar os desastres de sua pátria. Mas lá também se lhes apontam outros tantos a comemorar seus triunfos guerreiros, desastres de várias nações. Paris está cheia de obras de arte idênticas, que elevam o seu orgulho patriótico. Todos os povos incidem e reincidem nessas glorificações irritantes. Infelizmente até apologistas da paz celebram os seus feitos de guerra. Entretanto a paz não é nobre nem definitiva, se os vencedores perpetuam na memória dos vindouros a derrota, tantas vezes humilhação dos vencidos. Não é fácil a sincera reconciliação do inimigo de ontem, quando não se cessa de alardear os males que se lhe causou, as penas que se lhe infligiu. Também nós cometemos iguais erros e apesar de sermos um dos povos mais pacíficos do mundo e amigos leais dos feridos pelo mau êxito, nas lutas a que os impeliram contra nós, fazemos festas militares para comemorar triunfos de guerra. O soldado não precisa desses estímulos para cumprir o seu dever patriótico; se ele se arma no interesse comum e faz sacrifício da vida, é porque a humanidade ainda não se libertou da força como meio de resolver os conflitos entre as nações; mas não quer a guerra pelo amor à guerra, nem se apraz com os morticínios a que o arrasta a inferioridade da civilização contemporânea a esse respei-

to. Isso não importa esquecer o culto dos heróis. Podemos prestá-lo em oportunidades diferentes. Em vez de escolher datas de batalhas, escolhemos de preferência as do seu nascimento ou sua morte, para apontá-los, principalmente nas escolas, como modelos de abnegação.

Seria impossível tratar da Alemanha sem falar de coisas militares. A paz mantida pelas armas fez desse povo uma nação de soldados, sem que entretanto a dureza da vida de quartel diminua a inspiração dos seus artistas, a profundidade dos seus sábios e pensadores. As crianças brincam com soldados, navios e petrechos bélicos de chumbo; seus exercícios prediletos obedecem a movimentos ordenados, regulares, como nas fileiras de tropa. Assisti num teatro à representação de uma pantomima, onde um grupo de meninos, fardados à moda turca, desfilava em cena, manobrando com precisão, marchando com garbo e uniformidade exemplares. Tanto bastou para a sala prorromper em aplausos, até aí não conferidos a cantores de merecimento.

Infelizmente foi essa a única vez que fui ao teatro em Berlim. A grande Ópera estava fechada; mas parte considerável dos seus artistas trabalhava no Novo Teatro da Ópera, edificado no meio de belo jardim. Ali continuam, embora sem o brilho do teatro pertencente ao Imperador, as magníficas representações encetadas no inverno. Cantava-se uma ópera que teve grande êxito na Alemanha, em Viena e Bruxelas, *Hänsel und Gretel* (João e Maria), de Engelbert Humperdink, esperançoso discípulo de Wagner. O autor aproveitou a lenda popular da bruxa, que assava crianças para comer; desenvolveu em torno dela singelo libreto; apropriou-se das cantigas infantis baseadas nesse conto, e compôs uma partitura admirável, rendilhando com arte melodias populares, que fazem o encanto dos meninos.

Não resisto ao desejo de resumir o trecho dessa ópera original, que por sua extrema simplicidade se pode condensar em poucas palavras: João e Maria brincam em casa, traquinando. A mãe surpreende-os aos pulos, e da tentativa de castigo, com que os ameaça, resulta quebrar-se o pote de mel, único alimento existente no lar. Para obrigá-los a pagar o prejuízo causado, manda-os colher frutos no campo. Entrementes, trazendo farto jantar para a família, chega o dono da casa, cujo dia correra feliz. A mulher conta-lhe o sucedido e arrepende-se do rigor aplicado aos filhos. Era noite e eles não voltavam. Já não atinavam

com o caminho da casa e a escuridão começava a envolvê-los; pirilampos e fantasmas aterravam os pobrezinhos, que pediam a Deus a proteção dos anjos. Por fim, o bom velho da lenda alemã, adormecedor das crianças, sacode-lhes areia nos olhos e ei-los imersos em profundo sono, conchegados um ao outro. Sonham, então, como Jacó, que desce do céu escada fulgurante, por onde baixam serafins em meio às nuvens. Em torno de ambos enfileiram-se os enviados de Deus, até chegar à fada, a quem incumbe acordar os meninos, para felizmente despertá-los. Desfeito o sonho, encontram-se os dois num cenário transformado, diante de uma casa feita de biscoitos; mas daí surge a bruxa ameaçadora. João é recolhido à prisão e tem de engordar para ser assado. Maria, porém, descobre o segredo da bruxa e consegue libertar o companheiro. Reunindo as forças, ambos empurram a velha para o forno destinado a recebê-los, e quando ela estoura no fogo as estacas que cercam o jardim transformam-se em crianças, vítimas sacrificadas à sua gula antropófaga. Maria reconhece entre estas muitos dos amiguinhos da escola, misteriosamente sumidos, e com um ramo subtraído à megera desencanta-os e restitui-lhes a vida e os movimentos. No meio da festa e da alegria que se segue, vêem os pais encontrar os dois filhinhos.

Imagine-se o efeito dessas cenas sobre as almas infantis. Muitas cosiam-se ao corpo das mães, quando a feiticeira aparecia, para logo baterem as mãozinhas, satisfeitas, quando a viam expiar no braseiro tantas crueldades. A fama de *Hänsel und Gretel* voou de casa em casa, pondo em alvoroço a criançada. Uma menina, presa semanalmente ao colégio, desesperava de poder assistir ao suspirado espetáculo. Só ao domingo era livre; mas domingo a Ópera fechava. O desejo inspirou-lhe uma resolução suprema. Fora a Imperatriz criança como ela; agora tinha filhos, pequenos como ela; havia, pois, de compreender e remediar o seu anseio. Uma carta poderia resolver a questão; escreveu-a e endereçou à soberana a inocente súplica: uma representação extraordinária num domingo, durante o dia. A Imperatriz aplaudiu o engenhoso expediente, satisfez a impetrante e levou os filhos ao teatro para rirem como ela. A história divulgou-se e *Hänsel und Gretel* passou a figurar nos programas das tardes domingueiras.

Na noite em que estive no Novo Teatro da Ópera pude bem apreciar as diferenças entre os seus freqüentadores e os da Ópera de Pa-

ris ou do Covent Garden de Londres, trajados sempre a rigor. Na Ópera Imperial os espectadores apresentam-se mais ou menos, como no teatro novo: as senhoras sem chapéu, mas de vestido afogado, e os homens com os mais variados trajes, raríssimas casacas. Aqui o mês passado (dizem-me que por ter declinado o rigor da estação lírica) vi nos principais lugares do teatro muita gente até de paletó de cor, e nos camarotes de primeira ordem várias senhoras sem decote. Em Londres ninguém notaria essa variedade em nenhum ponto da platéia. O que muitos consideram imposição descabida é apenas hábito inteligente, estabelecido pelo senso prático dos ingleses. No intuito de evitar hesitações e exceções às vezes vexatórias, eles instituíram para as reuniões o uso da sobrecasaca durante o dia e da casaca com colete e gravata branca durante a noite.

O brilho que o esmero dos trajes dá à sala do Covent Garden aumenta com a prática, imitada dos teatros de ópera alemães, de extinguir quase a iluminação da sala, com o duplo intuito de dar relevo aos cenários e concentrar no palco a atenção dos espectadores. Realmente, durante os intervalos a vista é atraída pela beleza e pelos vestidos das damas, realçados junto ao negro das casacas. Em Paris não se conseguiu introduzir regra tão útil. Ouvi do diretor da Ópera que uma tentativa feita nesse sentido desagradou à massa geral dos assinantes, a quem não se pode desgostar sem grave risco. As parisienses consideram os espetáculos da Ópera pretexto para mostrarem suas roupagens e não admitem, embora por pouco tempo, o sacrifício dessa exibição aos caprichos wagnerianos, que outros porém consideram exigências da arte. Em matéria de iluminação de teatros, nada é tão original como a regra seguida no Lírico, do Rio, onde durante os intervalos as luzes da sala amortecem, para depois ganharem o seu maior brilho, justamente durante as representações. Dir-se-ia que a sala quer disputar ao palco a atenção dos assistentes.²⁵

Há, todavia, muita coisa em que nos parecemos com outros povos, ainda profundamente diferentes de nós. Por exemplo, as nossas câmaras reúnem-se em salas que se assemelham ao tipo comum dos hemiciclos parlamentares. A sala das sessões do Reichstag, que o Sr. Campos Sales visitou, foi construída e mobiliada desse modo, com a mesa

25 Quer em Paris, quer no Rio, pouco tempo depois as salas começaram a escurecer durante as representações.

presidencial elevada, as bancadas ligeiramente ascendentes, a tribuna dos oradores isolada, o lugar dos ministros separado. Só as câmaras da Inglaterra têm caráter especial, diferente das dos outros países que temos percorrido. A Câmara dos Comuns não se parece com o Reichstag, nem com o Palácio Bourbon. Lá os deputados assentam-se em bancos paralelos, que sobem em degraus do assoalho ao terço inferior das duas paredes longitudinais. Sobre o chão, no meio dessas duas filas de assentos, está uma mesa comprida, a cuja cabeceira se assentam dois secretários; por trás, em plano ligeiramente elevado, fica o presidente (*speaker*), de calção e cabeleira empoadada. As mulheres assistem às sessões numa tribuna fechada por grades de ferro, como se estivessem encerradas em prisão.²⁶ Os comuns, de chapéu na cabeça, assentam-se como lhes parece mais cômodo e falam com tranqüilidade e bom humor, sem ênfase nem exaltação. Na noite em que assisti à sessão, que principia às 2 horas da tarde e termina à meia-noite, orou, entre outros, o Sr. Balfour. Baixando as pernas, que estirava até o móvel fronteiro, apoiou o cotovelo sobre uma urna, posta na mesa em frente, e começou a discursar. Os gestos só lhe auxiliavam a palavra em alguma rara expressão de energia; no mais, as mãos seguravam a gola do casaco ou apertavam-se, voltados os braços para trás.

A essas práticas, derivadas do caráter e da educação daquela raça admirável, deve-se a tranqüilidade que reina comumente nos mais importantes debates do Parlamento. Quando, rarissimamente, a violência das paixões se desencadeia naquele recinto, como aconteceu em 1893 sob a agitação promovida pelo *home rule*, o fato causa o assombro das tempestades, que estalam nas regiões bonançosas, acostumadas à serenidade dos céus. Diante desse escândalo vergonhoso, dizia Gladstone só haver, durante dezenas de anos, assistido uma vez à cena igual; e o povo castigava com cáustico humorismo a fúria bélica dos seus representantes, passando a cantar nos barcos do Tâmis, diante das janelas do Palácio de Westminster, canções em que os comparava aos reis do pugilato, glorificados nos torneios de murro.

Sem falar na magnificência do seu palácio, que já custou vinte e cinco milhões de marcos, o Reichstag não deixa de ter algo original.

26 Durante a guerra, ou logo depois, retiraram-se essas grades.

Em cada uma das paredes verticais à que forma o fundo da sala, há duas portas por onde devem sair os deputados, em caso de se verificarem as votações. Quando há dúvidas sobre os resultados, procede-se à chamada e os representantes passam por uma ou outra, conforme respondem *sim* ou *não*. Pela da esquerda escapolem os socialistas, ao avizinhar-se o termo da cerimônia de encerramento da sessão anual, a fim de fugirem à regra regimental de dar um viva à Sua Majestade, o Imperador. Com essa homenagem ao Soberano o Reichstag remata os seus trabalhos, aliás abertos pelo Chefe de Estado em seu próprio palácio, na imponente sala branca, onde, fardado, espera que apareçam os representantes da nação, para pôr na cabeça o pesado capacete de general.

Não é de estranhar que se cubra na presença dos representantes da nação quem só a Deus terá de dar contas. Renan escreveu que sentia morrer sem assistir ao desenvolvimento espiritual do Imperador da Alemanha.²⁷ O grande escritor ficara assombrado com a aparição desse jovem príncipe, que, ao subir ao trono, dispensava os serviços do chanceler, fundador do Império. Esse golpe espantara a toda gente, recosa desde logo do êxito desse reinado incipiente. Para mostrar quanto lhe é inútil o concurso dos homens, ele continua a encarecer a missão divina que recebeu do Criador. Quando o Príncipe Henrique partiu para a China, comandando a esquadra de ocupação, ao receber-lhe as despedidas, disse o Imperador que o papel dos príncipes era extremamente difícil, pois do seu desempenho nem nações, nem parlamentos poderiam tomar contas; só Deus! Essa linguagem, que parece provir de um rei da Idade Média, deve ser profundamente sincera para ser falada por um homem de talento, um século depois da Revolução Francesa. Há quase cem anos, Napoleão, que tivera a audácia de transformar a farda de tenente em púrpura de manto real, sentia nada poder criar de grande, ao ser coroado Imperador. No dia seguinte ao da coroação, dizia ele a Decrés: “Cheguei muito tarde; já não há nada de grande por fazer; admito que a minha carreira seja bela; fiz uma bela marcha. Mas quanta diferença da Antigüidade! Vede Alexandre: quando depois de conquistar a Ásia, se anunciou ao povo como filho de Júpiter, exceto Olímpia, que estava ao fato de tudo, excetos Aristóteles e alguns pedantes de Atenas, todo o

27 Renan. *Fenilles Detachées*. Preface, pág. XI.

Oriente acreditou. Hoje, se eu me declarasse filho do Padre Eterno e anunciasse vir ao mundo para agradecer-lhe esse título, as regateiras me apupariam ao ver-me passar. Os povos estão muito esclarecidos; já não há que fazer”.²⁸ Entretanto, quase cem anos após Napoleão, falando a uma das nações mais cultas do universo, Guilherme II ainda proclama sua missão divina, sua independência dos mortais, e diz aos seus soldados que a disciplina passiva os obriga até a arcabuzarem as próprias mães, se ato tão nefando for por ele ordenado.

Realmente era explicável o pesar de Renan.

28 Taine. *Le Regime Moderne*, vol. I, pág. 77.

.....

XI

IMPRESSÕES DA ÁUSTRIA-HUNGRIA

BORDO DO *THAMES*, 16 de agosto de 1898

D

EPOIS de escrever as minhas últimas cartas acerca da Alemanha, nunca mais tive tempo de comunicar aos leitores o que vi e observei nas paragens em seguida percorridas. Só agora, voltando ao Brasil, a bordo deste mesmo *Thames*, que nos levou à Europa, posso afrontar o canhenho onde estão apontadas impressões da viagem, desde a Áustria-Hungria até Portugal.

Quando o Sr. Campos Sales saiu de Berlim tinha certeza de passar incógnito em Viena e Budapeste. O Imperador e quase todos os ministros estavam fora da capital, de sorte que os dias consagrados a esse passeio foram aproveitados exclusivamente em ver as duas cidades danubianas.

Eu sempre ouvira gabar Viena quanto à grandeza de seus edifícios, à elegância da sua sociedade e à beleza das suas mulheres. Não imaginava, porém, poder, em rápida passagem de dois dias, quase convencer-me da procedência dessa fama. Dizem que os vienenses, orgulhosos da sua capital, costumam gabar-se de só haver uma cidade imperial, só haver uma

Viena. Realmente, de todas as demais da Europa, nenhuma apresenta em tão grande extensão o aspecto monumental da velha rainha do Danúbio. Há alguns anos, grande confiança no seu desenvolvimento estimulou ativíssima especulação imobiliária; copiosos capitais investiram-se vertiginosamente em magníficas edificações. Ruas e ruas foram completamente reconstruídas, levantando-se no lugar das suas casas seculares grandes palácios de arquitetura moderna, dos quais muitas vezes um só preenche o espaço de uma a outra esquina. Para incutir nessa reconstrução grandiosa caráter de originalidade, traçou-se um bulevar circular (*Ring*, ou anel), que abraça toda essa área suntuosa. O resultado dos negócios não correspondeu ao exagero das previsões e a obra colossal ficou restringida a uma pequena parte da cidade. Em muitas ruas, porém, tem-se ainda na irregularidade do alinhamento uma prova da vastidão e intensidade desse movimento. Como em geral elas eram estreitas, pretendeu-se alargá-las, e, mediante justa indenização, nenhum prédio poderia ser reconstruído sem recuar até a nova linha traçada pela municipalidade.

Salvo em Paris, toda essa parte da cidade, assim refeita, talvez não tenha igual no mundo. Não só a residência real, os museus, a universidade; até os quartéis e as casas de aluguel têm fachadas de verdadeiros palácios. Mas não é apenas esse aspecto imponente que constitui o atrativo de Viena. A aparência dos habitantes, a riqueza e delicadeza dos variados objetos expostos nas lojas, tudo nos dá a impressão de ali viver um povo afeito ao espetáculo da elegância, uma sociedade apurada no cultivo do bom-gosto. De todas as velhas capitais da Europa nenhuma guardou, talvez com tanto esmero, as tradições aristocráticas das antigas cortes. Em geral as outras sofreram a influência de elementos estranhos, que alteraram o caráter da sociedade. Esse espírito de resistência conserva o raro perfume do passado, gozo requintado de certas almas; mas também conduz a retrogradações, quase inexplicáveis no estado da civilização do nosso século.

Assim, por exemplo, o ódio anti-israelita tornou-se extremo em Viena. Um insigne financeiro, de uma das mais poderosas famílias judias, que só há três anos logrou penetrar na corte, conseguiu a intimidade de um dos nomes mais puros da aristocracia austríaca, a quem a fortuna abandonara; com essa recomendação, pretendeu um dia ser convidado para grande festa na casa de um fidalgo da mais alta estirpe; mas só realizou o seu desejo ao preço da humilhação. Para ceder à insis-

tência do pedido, respondeu o fidalgo ao amigo importuno, apontando sobre a mesa cartões de convite em branco; poderia colher um deles e levar ao pretendente, a quem seria fácil aí escrever o nome.

Esse sentimento de repulsão passa da aristocracia a todas as camadas populares e reflete-se na administração pública. Há poucos anos, empenharam-se os vienenses tenazmente em impor à Coroa a escolha de um burgomestre, genuíno representante do ódio anti-semita. Duas vezes recusado pelo Imperador, o Dr. Lueger de novo triunfou nas urnas e só então, cedendo à terceira manifestação dos eleitores, o velho monarca confirmou a escolha repetida. Investido nas suas funções, o novo burgo mestre começou a pôr em prática os caprichos da sua absurda política. Logo, porém, os judeus fizeram-lhe sentir o duro engano. Necessitando levantar um empréstimo de cem milhões de florins e não tendo esperança de realizá-lo em nenhuma das grandes praças onde é considerável a influência hebraica, o Dr. Lueger enviou um emissário à Bélgica para tratar a operação entre Bruxelas e Antuérpia, com exclusão absoluta dos capitalistas de tal raça. A cada passo o negociador encontrava a barreira israelítica. Não era possível assegurar o êxito da operação, dispor previamente de soma tão considerável, sem o concurso das casas hebréias. Até entre os cristãos, a importância delas seria obstáculo às pretensões do burgomestre. Em todos os círculos financeiros riram do missionário anti-semita que voltou a Viena, após verificar como o capital sabe entender-se sem cogitar da lei de Moisés.

Nem tão ruidoso malogro, porém, desanimou o Dr. Lueger. Findo o contrato com a companhia de gás de iluminação, devia a municipalidade, no caso de o não querer renovar, chegar a acordo com a companhia cessionária para aquisição de todo o seu material. Como houvesse muito capital hebreu empregado na empresa, o burgomestre, com o intuito de infligir-lhe grande prejuízo, preferiu adquirir novo material, embora despendendo para esse fim quantia superior ao custo do existente.

Infelizmente a civilização européia apresenta ainda defeitos tão lastimáveis, que na América causam verdadeiro espanto.

Semelhante anomalia produz-se não só em nações de organização ferrenha, como em outras, que se presumem adiantadas; os compromissos da História e os lemas nacionais são todos os dias desmentidos nos horrores da perseguição anti-semita. A Rússia chegou ao extremo de

expulsar os judeus. Na Alemanha, a chamada sociedade não os admite em seu seio. Contou-me alguém que, estando em Berlim e podendo penetrar nos melhores círculos, recebeu aviso amigo de ter de optar entre ela e a alta finança. Convinha aparentar desprezo ao israelita, ainda que à noite se lhe batesse à porta para pedir-lhe dinheiro emprestado. Na França, esses excessos atingiram o auge no decorrer da questão Dreyfus. A condição de judeu tornou-se um estigma de opróbrio e o paroxismo desses rancores levantou as populações e atirou-as à rua na prática de desenfreadas violências contra a vida e a propriedade dos perseguidos.

Entretanto, a Europa, que dá ao mundo esse espetáculo de intolerância, é a mesma que se congrega no “concerto das potências” e assesta canhões diante de Creta para impor ao Sultão a proteção dos armênios. Mas em seu ardor muçulmano os turcos não de rir dos povos que pretendem reservar para si o privilégio de massacrar os homens, de fé diversa da sua. A perseguição dos cristãos pelos adeptos de Maomé não é maior barbaridade que a perseguição dos judeus pelos fiéis de Jesus Cristo. Aliás, é para duvidar se a causa de tais rancores é realmente a intolerância religiosa. Talvez haja no fundo dessas paixões a semente do passado originário. Mas se isso é possível entre as classes inferiores, nas quais é mais viva a fé, talvez não seja nas camadas médias e superiores da sociedade, abaladas pelas correntes da descrença e das idéias científicas em voga.

O que mais evidentemente excita esses sentimentos é a posição excepcional dos judeus no mundo dos negócios, sua hegemonia financeira nos mercados da Europa. Nesse caso, porém, a aversão que se lhes vota é comparável à do socialista à burguesia, ao ódio anarquista contra a sociedade atual. Não é esse o meio de enfraquecê-los. Sua força provém do trabalho, do processo de seleção, de que foram os cristãos os principais agentes. Simples povo de pastores, banidos de todas as posições, perseguidos, vexados, os judeus entregaram-se aos misteres do comércio, considerados então dos mais humildes. Unidos, reciprocamente ajudados, estimulados pelos obstáculos do caminho, ganharam pouco a pouco o poder surpreendente, que irrita os incapazes e os menos afortunados.

Explica-se habitualmente a aversão ao hebreu como represália ao juízo que ele exerce sobre a massa geral dos cristãos, envolvida em especulações mercantis. Mas não são eles somente que procuram tirar do capital os maiores resultados. Procedem de modo idêntico todos os

indivíduos entregues a tais negócios. O mundo está cheio de judeus de outros credos. Se há no fundo desses manejos algum móvel de despeito reprimido, fomos nós, com a nossa perseguição, que o suscitamos e entretivemos na alma dessa raça proscrita.

Apesar da influência de tamanhos preconceitos e da sua denominação de Majestade Apostólica, o Imperador da Áustria já se mostrou mais tolerante que o seu povo, quando por duas vezes recusou a escolha do Dr. Lueger para burgomestre de Viena. Infelizmente o seu exemplo não é tão eficaz nesse ponto como em outros, não obstante a sua extraordinária influência sobre a sociedade e até sobre os hábitos da população. Pode-se dizer que Viena, ao contrário de Berlim, não tem vida noturna. Como o Imperador se deite sempre cedo, os teatros fecham às dez horas e meia a fim de Sua Majestade não se fatigar nas noites em que assista aos espetáculos. Pela mesma razão terminam cedo os jantares e os bailes da corte; e como a corte dá o tom, toda a sociedade imita os hábitos do Imperador.

Nesse ponto Budapeste não procura divergir de Viena. A despeito do seu extraordinário desenvolvimento, a sua população guarda os mesmos hábitos dos vienenses; em tudo o mais, porém, procura rivalizar, senão ultrapassar o êmulo austríaco. O progresso da capital da Hungria é extraordinário. Em 1848 apenas ali havia 150.000 habitantes; meio século depois, há seiscentos e cinqüenta mil, sendo trezentos e vinte mil acrescentados nos últimos vinte anos. Para avaliar-se quanto os terrenos aumentaram de valor nessa transformação, basta dizer que a área onde está edificada a estação central de caminhos de ferro custara oito mil florins e foi vendida, dez anos depois, por um milhão. Há bairros completamente novos; o *Ring*, semelhante ao de Viena, tem apenas seis anos; a Rua Andrasy, a mais bela talvez de toda a Europa, só foi concluída há quinze anos.

O movimento de reconstrução não cessa; ao passo que Viena estaciona, Budapeste desenvolve-se. Ruas antigas, estreitas, são completamente demolidas, substituídas por largas artérias de comunicação, margina-das de prédios magníficos. A cidade comunica-se pelas linhas de duas companhias de bondes elétricos, uma das quais construiu a rede subterrânea de três quilômetros e meio, que custou mais de três milhões de florins.

Enquanto num dos lados da cidade se produz esse movimento febril de inovação, na margem elevada do Danúbio, em Buda, acessível por

meio de quatro pontes, das quais uma suspensa, de trezentos e oitenta metros de comprimento, conserva-se o caráter antigo, de impressionante originalidade. Fica ali o palácio onde o Imperador passa três meses justos em cada ano e de cujos terraços se descortina lindo panorama: Peste, com as suas torres, seus palácios, sua casaria, a perder de vista, e, serpenteando entre a planície e a colina, o Danúbio, cortado de pontes, sulcado de barcos, escondendo-se ao longe na verdura do arvoredo, cujo primeiro sinal mais florescente é a Ilha Margarida, tão famosa.

Esse canto pitoresco da terra está cheio de uma lenda cada vez mais viva. Antigo rei húngaro, em guerra contra os turcos, prometera a Deus, em troco da vitória, sacrificar a mocidade da única filha, encerrando-a num convento ali edificado.

Deus aceitou o voto do guerreiro e o sacrifício da virgem foi premiado com a santificação de sua alma. Desde então a ilha recebeu o nome da princesa, e hoje, convertida pelo arquiduque, seu proprietário, num enorme e sombrio parque, é refúgio da gente da cidade nas tardes de verão e também ponto predileto dos que usam as águas termais das suas fontes.

Em toda parte na Europa, durante o estio, os divertimentos deslocam-se dos edifícios do centro das cidades para lugares amenos, parques, jardins, arredores pitorescos. No Rio, não se foge dos teatrinhos da Rua do Espírito Santo, dos restaurantes da Rua do Ouvidor e deixam-se desertos ou desaproveitados os cantos verdes e sombrios de Santa Teresa, Laranjeiras, Gávea, ou das ilhas da baía, tão propícios às diversões nas noites calmosas. Quando estivemos em Viena não havia um só teatro aberto; a população divertia-se à tarde e à noite na exposição do Prater, comemorativa do jubileu do Imperador, onde se ia repousar das labutações do dia. Embora a concorrência estivesse reduzida à gente que durante o calor não sai da capital, podia justificar-se ali a fama de beleza e elegância das vienenses.

Budapeste fez também, não há muito, uma exposição regional para realce das festas milenárias. Esse certame industrial foi dos sinais mais vivos do seu espírito de autonomia nacional. A Hungria quer mostrar que vive por si; que o caráter do seu povo, as tradições da sua nacionalidade, a pureza da sua língua, a originalidade da sua literatura, não se diluíram na formação do Império.

De cerca de trinta diários publicados em Budapeste, apenas quatro são escritos em alemão; os vinte e tantos restantes são redigidos em húngaro. Budapeste disputa o cetro a Viena. Os monumentos que lá se erguem causam admiração pela imponência e riqueza. O Palácio do Parlamento, ainda não concluído e orçado em vinte e cinco milhões de florins, já é um dos mais belos edifícios de toda a Europa. Desde a escadaria até o salão da abertura das cortes, tudo é grandioso como plano arquitetônico, escolha de pinturas, variedade de mármore do país. Construído à beira do Danúbio, no rigor do estilo gótico, levantando bem alto as pontas adelgadas das suas torres, faz lembrar o Palácio de Westminster.

São imensas as dificuldades que a diversidade das línguas acarreta à organização e ao funcionamento do exército austríaco. Nos campos de manobra as vozes de comando perdem-se na Babel da tropa em formatura, com malogro da ação ordenada. Elementos tão diversos só se amalgamam graças à dedicação tributada a Francisco José ou por interesses econômicos, que talvez só uma confederação possa cimentar; mas ainda assim, quando em Budapeste as autoridades gritam “viva o Imperador”, o povo responde “viva o Rei”, apenas rei da Hungria. Em novembro, Francisco José completará cinqüenta anos de reinado e talvez seja muito difícil haver em próximo futuro quem possa conservar inteira a coroa dos Habsburgos.²⁹

29 Em 43.000.000 de habitantes, a Áustria-Hungria conta populações extremamente diferentes. Além de 729.000 italianos e 2.940.000 romenos, há três grandes raças: alemães, magiares e eslavos; os primeiros em número de 10.960.000; os segundos, de 7.508.000; os últimos, de 21.500.000. Os alemães e magiares formam grupos relativamente compactos, mas os eslavos sempre estiveram divididos em várias nacionalidades, grupadas em dois grandes centros: um ao norte, composto de 7.770.000 tchecos ou eslovacos, 3.900.000 polacos e 3.668.000 rutenos; outro ao sul, composto de eslovenos, croatos, sérvios e búlgaros em número de 6.204.000. Todos falam suas línguas próprias – (LA MONARCHIE HABSBURGEOISE, *Revue Politique et Parlementaire*, nº 67, tomo XXIII, págs. 45-48). Foram todos esses povos que o Tratado de Versalhes separou em seis Estados diferentes: Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Polónia e Romênia.

.....

XII

EM TURIM E ROMA

BORDO DO *THAMES*, 22 de agosto de 1898

ERA intenção do Sr. Campos Sales, ao sair do Brasil, primeiramente ocupar-se em Londres da questão financeira e dispor do tempo restante em viagens noutros países, sem intuito algum de representação. O acolhimento, porém, que o aguardava em Portugal e o que lhe fez em Paris o Governo francês impuseram-lhe deveres inevitáveis. Aliás, daí resultariam benefícios para o Brasil e convinha colhê-los. Pela primeira vez um estadista da República, amanhã seu primeiro magistrado, tinha oportunidade de receber diretamente dos governos europeus provas de apreço e especial distinção. Tudo isso refletir-se-ia sobre o nome do país com vantagem das instituições.

Desde que a sua viagem passava a ter significação política, cumpria ao Presidente eleito visitar a Itália. Os italianos constituem no Brasil elemento propulsor da sua prosperidade. Há cerca de dez anos, a imigração dessa procedência aumenta extraordinariamente, máxime em São Paulo. As nossas imperfeitas estatísticas acusam só nesse estado uma população italiana, ou dessa origem, orçando por quatrocentas mil almas, das quais noventa mil concentradas na capital. Daí resultou es-

pantoso desenvolvimento, não só para esta como para o interior do Estado. Nenhuma cidade brasileira progrediu tanto, nem tão radicalmente substituiu a sua velha edificação. Sítios, ainda há poucos anos, paraíso dos caçadores, transformaram-se em bairros magníficos. A riqueza proveniente da cultura do café operou tão espantosa mudança; mas foi o colono italiano quem invadiu o oeste, alargou as fazendas e com a perícia de seus operários tornou possível a rápida reconstrução e o alargamento da pequena e vetusta Paulicéia. Batidos pela miséria, açoitados pelo frio, mordidos pela fome, muitos deles deixaram a pátria e tentaram a aventura de emigrar para um país longínquo, que a concorrência de outros pintava como necrópole maldita. Entretanto, aí vieram encontrar, sob um céu azul como o da Itália, o mesmo clima ameno, sem os rigores do inverno ártico. Todos puderam trabalhar e viver felizes, e muitos lograram muito mais ainda; aportaram sem real e dentro de alguns anos tiveram abastança, até riqueza. E, lucrando individualmente, serviam também à mãe-pátria, remetendo capitais, desenvolvendo relações de comércio. Constituindo, por si só, pequeno mercado, começaram pelo uso da propaganda dos produtos de seu país. Entre esses os vinhos italianos já representam cifra considerável do comércio importador, com prejuízo de similares conhecidos entre nós de há muito tempo.

Aos países povoados em excesso traz a emigração vantagens muito mais fáceis e seguras que as produzidas pela colonização com sacrifício de vidas, sangue e dinheiro, exigidos em guerras de conquista. Ninguém como o Sr. Campos Sales deseja que se desenvolva sempre essa reciprocidade de interesses. Agricultor e administrador do Estado de São Paulo, dá ele o mais entusiástico testemunho da capacidade e do labor dos italianos. Isto mesmo desejava dizer ao Rei e aos homens do Governo em Roma.

O Rei estava em Turim quando chegamos à fronteira, onde o nosso ministro, o Sr. Régis, fora encontrar o futuro Presidente. Muita gente tinha saído da cidade, procurando nas montanhas vizinhas refrigério ao calor. Aliás, para preservar-se dos rigores do sol e também da chuva, Turim, como outras cidades da Itália, tem praças e ruas protegidas por arcadas, tão úteis nas cidades de clima quente.

O Rei faz freqüentemente essas excursões para agradecer as antigas capitais dos pequenos Estados, diminuídas de importância após a unificação da Itália, mas nunca esquecidas do cetro perdido na transfor-

mação política da península. No fundo das agitações, que abalaram ultimamente o país, havia o fermento separatista. Turim recorda orgulhosa os seus foros de capital do reino da Sardenha, que figurou no concerto das potências, graças ao gênio de Cavour.

Logo que o Sr. Campos Sales chegou à cidade, recebeu o convite para jantar com o Rei naquele mesmo dia. Às oito horas da noite chegava ele ao esplêndido palácio real, cuja guarda de honra lhe fazia as continências. Recebido por pessoas da corte, foi levado até a sala onde o Rei o esperava sozinho. Aí conversaram durante uma hora a respeito das questões internacionais do dia e principalmente dos interesses recíprocos dos dois países. O Rei revelou perfeito conhecimento da situação dos italianos no Brasil e mostrou-se contentíssimo com a sorte deles entre nós e também com o liberalismo das nossas leis, garantidoras dos seus direitos. Reconhecendo as vantagens daí colhidas pelo seu país, concluiu por exprimir o desejo de ver a emigração da Itália para o Brasil aumentar sempre. O Sr. Campos Sales aproveitou o ensejo para falar da sua visita da manhã à exposição e do propósito de lá voltar. Já notara, entretanto, que os produtos procedentes do Brasil, aliás muito interessantes, apenas demonstravam esforços individuais, mas estavam muito longe de dar idéia do desenvolvimento da colônia italiana, não só em São Paulo, mas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em outros lugares.

Depois do jantar, que durou cerca de uma hora, ainda o Rei conversou até as onze, apenas presentes o Sr. Régis e eu. Então a palestra teve o mais expressivo caráter de cordialidade, graças à cativante singeleza do soberano. Apenas com cinqüenta e quatro anos de idade, Sua Majestade está completamente encanecido. Os longos e grossos bigodes que lhe tornam o rosto menor, não deixam surpreender a expressão da boca; mas os olhos têm o brilho penetrante e fixam-se sobre as pessoas, como a querer sondar-lhes o fundo da alma. Nervoso, agitando as vezes a cabeça e os ombros, o Rei Humberto toma momentaneamente ar de altivez, que parece indicar o homem de vontade forte e resoluções prontas. Madrugador habitual, às quatro horas da manhã muitas vezes já está a cavalo. O que mais o aborrece na prática das suas diversões prediletas, como a caça, é a curiosidade e indiscrição dos jornais, que o perseguem por toda parte. Às vezes, sob a aparente indiferença de um ciclista que lhe passa ao lado, está dissimulada a bisbilhotice de um repórter.

Sua Majestade desejava solenizar de modo especial a visita do Sr. Campos Sales, conferindo-lhe honrosíssima condecoração. Antes do jantar, o seu ajudante-de-campo falou ao Sr. Régis nesse sentido; durante o jantar, tendo-o à sua esquerda, Sua Majestade tratou do assunto com o ministro brasileiro e ainda falou pessoalmente ao próprio Presidente eleito, enquanto o acompanhava até junto à guarda da ante-sala, sugerindo-lhe que essa condecoração poderia não ser usada e apenas recebida como demonstração de estima, feita a um amigo da Itália. Alegando os motivos constitucionais que o privavam de corresponder aos desejos de Sua Majestade, o Sr. Campos Sales desculpou-se de não poder aceitar tão honrosa distinção. Mas evidentemente o Rei parecia não compreender a proibição da lei, nem talvez o escrúpulo extremo do seu hóspede, visivelmente constringido a resistir-lhe.³⁰

30 Quando publiquei esta carta no *Jornal do Comércio*, eu disse que a Constituição nada dispusera nesse sentido. Escrevera a bordo, sem elementos de consulta, e o tópico relativo ao assunto foi refundido, depois que me foi dado compulsar a lei magna. Sem muito tempo, então, para lê-la, da primeira à última página, a fim de premunir-me contra as surpresas e contradições que ela oferece aos mais cautelosos, julguei-me bem-seguro procurando a seção I do título IV, que define *as qualidades do cidadão brasileiro*; lá não encontrei uma palavra sequer, proibindo o uso de condecorações, sob pena de perda dos direitos políticos. Ao contrário, nessa mesma seção, li o art. 71, assim redigido: “*Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem nos casos particularizados.*” Seguiam-se os casos em dois parágrafos, o último dos quais, que interessava ao assunto, só consignava o seguinte: “*Por naturalização em país estrangeiro; por aceitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal.*”

Diante de disposição tão categórica, inserta no lugar em que cabia a questão, concluí que havia engano da parte dos que se referiam à proibição constitucional; aceitara-se opinião errônea, originada talvez de uma disposição do projeto, das idéias radicais que predominaram na Constituinte, do procedimento do Marechal Deodoro ao recusar uma condecoração. Fechei o livro; propus a questão, diante dos textos, a um homem competente, que fora membro daquela assembléia, e, de acordo com este, fiquei com a convicção do que escrevi. Mal sabia eu que adiante, em outra seção, art.72, § 29, estava escrita a pena de perda de todos os direitos políticos para quem aceitar condecorações ou títulos nobiliárquicos estrangeiros.

Sirva este caso de escarmento aos que consultam a Constituição. Quando ela diz preempatoriamente: *Só se perdem nos casos aqui particularizados* e particulariza os casos, é não confiar no engodo e passar adiante, é voltar atrás, folheando, lendo e rere lendo artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, até ficar bem certo de nada escapar à minuciosa pesquisa.

– A opinião dominante nessa época era de proibição absoluta. Nenhum dos velhos republicanos aceitou condecoração. Há cerca de dez anos está geralmente admitida interpretação contrária.

No dia seguinte, sem aviso prévio, duas horas antes da nossa partida, apresentou-se o Rei no Hotel da Europa em visita ao Sr. Campos Sales; demorou-se cerca de quinze minutos e ao despedir-se repetiu os seus votos pela prosperidade do Brasil e felicidade do Governo brasileiro.

Na manhã do dia imediato, entrávamos em Roma, onde o ministro das Relações Exteriores logo na estação dava as boas-vindas ao Sr. Campos Sales. À noite o Presidente do Conselho, aquele membro do gabinete e outros altos funcionários do Estado iam jantar na casa do Sr. Régis, e dois dias depois retribuía esta fineza, convidando-nos para igual refeição no Palácio da Consulta.

O Ministro do Brasil ocupa grande parte do belo Palácio Santa Croce, onde tem por vezes reunido a flor da sociedade romana. Extremamente maneiroso, ele possui esse condão especial de agradar àqueles de quem se aproxima. Pude observar que nos círculos do Governo, a começar pelo Rei, é tratado com distinção. O fato de ter passado parte da mocidade na Itália, onde se graduou em Direito, é motivo especial para recomendá-lo à gente do país. Acostumado às sociedades amantes do brilho das representações diplomáticas, o Sr. Régis junta os próprios recursos aos recursos do seu cargo para fazer dos seus salões elemento de atração e cordialidade internacional. As simpatias conquistadas pelos representantes dos países fracos aproveitam sempre a estes, cujos governos devem ter o máximo empenho em afastar as pretensões dos protegidos ambiciosos e medíocres, sem tradições de tirocínio nem capacidade especial, desejosos de viver tranqüilamente no estrangeiro, sacrificando a representação diplomática e sem nada obterem, a não ser antipatias, injustiças e prevenções.

Alguns altos representantes do clero brasileiro reuniram-se certo dia em casa do Sr. Régis, num almoço íntimo que nunca hei de esquecer e durante o qual vi desencadear sobre o Sr. Campos Sales todo o peso da oratória nacional. Perdoem-me aqueles meus patrícios. Tão bons, tão singelos, tão hospitaleiros, não mereciam por certo esta indiscrição. Mas não me refiro individualmente a eles, que como tantos outros apenas herdaram dos portugueses a inesgotável e incoercível facúndia. Não foi só o Sr. Campos Sales; todos nós sofremos uns com os outros; até que, na minha reserva calculada, fui surpreendido com um brinde à imprensa “brilhantemente representada na minha pessoa”, como é dos

estilos dizer. Perdoe-me o meu caro e respeitável apologista esta ingrati-dão. Mas a minha pena deve ser um instrumento de paz; e a paz, a felicidade de quem almoça ou janta em boa companhia, são a segurança de não lhe perturbarem a digestão com um brinde capaz de “ferir-lhe a modéstia” e comovê-lo. À mesa toda gente quer estar tranqüila; esquecer as agruras da vida, lutas do passado, dificuldades do presente, fechar os olhos às incertezas do futuro. Levanta-se o orador de sobremesa e resolve tudo isso. Vai buscar-nos no berço, desenterra-nos os antepassados, conduz-nos através das escolas, surpreende-nos nas estréias da vida pública, lembra-nos as canseiras dos labores, mostra-nos todo o caminho percorrido; por fim, quando quase já ouvimos os *hip burrah* do entusiasmo libertador, eis que nos indica “a estrada larga do futuro”, concitando-nos a não esmorecer, a trilhá-la resolutamente, a chegar ao cabo da penosa jornada. Ao termo de tão rudo caminho, o sangue foi distraído do trabalho digestivo, para subir às faces nos rubores da sensibilidade e até aos olhos, sob os impulsos da mola patética, e fez-nos chorar.

A vítima tem que responder. Se não faz, incorre na pecha de malcriado, ou pelo menos é tido por curto, incapaz de dizer duas palavras. Não só ela padece, mas padecem todos os convivas. Os que esperam à sobremesa o sumo manjar da refeição sentem-se roubados; os doces e as frutas, flores delicadas do paladar, passam fugazes, exalando os seus perfumes provocantes. Antes de aparecerem, já o orador mais apressado começa o torneio mortificante, com a boca ainda lubrificada do molho que embebeu o último legume. Quando a peroração se perde entre os aplausos convencionais dos assistentes, acende-se um raio de esperança e os olhos súplices dos gulosos voltam-se para os criados de servir; mas já outro brinde principia e não se deve perturbar o silêncio com o bater de pratos e talheres. O banquete vai terminar: por fim os desgraçados desesperam e em movimentos de prestidigitador os mais ousados colhem ao acaso o primeiro reбуçado ao seu alcance. Tenhamos a coragem desta sinceridade para contar aos oradores de sobremesa os suplícios inflingidos às suas vítimas.

Ardente como os oradores brasileiros estava a temperatura de Roma nos três dias e meio que ali nos demoramos. Além de ser o tempo tão minguado, a estação do ano não era azada para visitar a cidade eter-

na. De manhã e à tarde, porém, eu aproveitava do melhor modo todas as minhas horas livres.

No mesmo dia da chegada subi, quando caía o sol, ao alto do Monte Capitolino. De lá descia a vista à Planície do Fórum. Não pode haver mais profunda impressão da História. Vive-se no mundo antigo a hora em que o espírito se concentra diante das ruínas venerandas. As colunas restantes dos pórticos abatidos afiguram-se marcos do terreno sagrado onde se lançaram os mais rijos fundamentos do Direito. A imaginação reconstitui as lides das classes que ali se reuniam, e no enlevo da visão gigantéia levanta-se a sombra dos tribunos sobre os destroços dos monumentos e a cabeça de Cícero assoma dentre as multidões.

Não só diante do Fórum, mas onde a vista descubra restos da antiga capital do mundo, nossa alma se volta para o passado, evocando as originalidades da civilização que ali floresceu. Tudo quanto ficou da destruição dos homens e do tempo hoje é tratado com a reverência das coisas santas. Além desse sentimento de respeito para a tradição, os romanos têm interesse de fazer das suas ruínas o maior atrativo da cidade. A indústria dos *ciceroni* encarece a importância de cada lugar, monumento ou pedra. Conquanto os conhecimentos dos meus companheiros de passeio dispensassem o auxílio desses informadores, na visita ao Coliseu não pudemos evitar a insistente intervenção de um deles.

O historiador ambulante, cuja loquacidade o vinho estimulava, tremia ainda de horror ao evocar as cenas desenroladas no grande anfiteatro. Após reconstruir com abundância de palavras o colossal monumento, tal qual fora, todo coberto de mármore e adornado de estátuas, com espaço para receber oitenta mil pessoas; após indicar-nos a arena, o lugar das vestais e o dos espectadores conforme a hierarquia; o reduto das feras e os refúgios onde ardiam os prazeres em seguida à excitação dos espetáculos; levou-nos, enfim, à porta por onde entravam os imperadores e mostrou o caminho que seguiam até a tribuna. Ao passarem junto às vítimas escolhidas para morrer no circo e à espera da hora extrema, ouviam-lhes o coro doloroso e humilhante: “*Ave, Cezar, morituri te salutant.*”

Quando os romanos destruíram Cartago, Cipião, do alto de uma colina, viu terminar a obra de extermínio. Diante dos restos do império arrasado, o guerreiro comoveu-se e pensou no futuro de Roma.

Diz um historiador que Políbio o ouviu repetir tristemente este verso de Homero: “Um dia verá também cair Tróia, a cidade santa, e Príamo e seu povo invencível.”

Vinte e um séculos depois, o pobre italiano de hoje vive de mostrar aos forasteiros os restos da grandeza daqueles tempos, evocando todo o seu passado, seus césaes, seus espetáculos sanguinosos, seus monumentos, modelo dos artistas da nossa era. Ele mesmo lamentava que, além do invasor, outras mãos não tivessem poupado aqueles muros. Mostrando-nos lugares restaurados pelos papas, desejosos de reconstruir os monumentos erguidos pelo paganismo, até o circo onde trucidavam os cristãos, o guia filósofo exprobrava a ação maléfica dos pontífices destruidores, castigados ainda hoje pela tradição: “*Quod barbari non fecerunt fecere Barberine.*”

Pio IX, de quem a espada de Vítor Emanuel arrebatou o poder temporal, passeou nas ruas da cidade eterna em plena soberania de seu domínio. Depois que o povo italiano fundiu num só reino todos os Estados da península, inclusive os Pontifícios, Leão XIII é o primeiro Papa que se assenta na cadeira de São Pedro e a quem apenas restam os poucos quilômetros, deixados pelos conquistadores em torno do Vaticano. Mas o mistério da clausura aumenta a majestade do Santo Padre.

No alto do Monte Janículo ergue-se o grande monumento erigido a Garibaldi, e onde o feroso guerreiro, montado e vestido à gaúcha, tem fixo o olhar sobre o zimbório de São Pedro. Comemorando o heroísmo e a paixão dessa guerra, um grupo admirável de escultura representa Cairoli, de cabeça erguida, levantando numa mão a bandeira de Sabóia, com a outra agitando o chapéu de largas abas, e a sorrir, ébrio de entusiasmo, enquanto um filho emboca o clarim, incitando ao combate, e dois caem feridos aos seus pés. Da contemplação desse bronze duradouro os olhos baixam sobre a cidade, que se estende além, parecendo tocar a cinta azulada que lhe fazem ao longe os montes Albano e Túsculo. Quando o sol se esconde e o arrebol incendeia o horizonte da sua púrpura, o céu parece em fogo e a luz na terra amortece aos poucos. Toda aquela área imensa, que a vista abrange, desdobra-se em contrastes. Os montes onde a Roma antiga assentara, as ruínas e as colunas solitárias falam das lutas de um passado remoto, que decidiram da sorte do universo; a estátua voltada sobre a matriz do catolicismo, o Quirinal co-

roado do seu palácio régio, fazem pensar na história dos nossos dias, o Papa despojado dos seus Estados, reduzido ao domínio do Vaticano e sem poder temporal neste mundo, onde dizia Jesus que não era o seu reino. Então o olhar concentra-se na cúpula de mármore, que coroa a grande basílica, por trás da qual se estende a prisão augusta do Pontífice. No dia seguinte penetraríamos naqueles muros, chegaríamos até ele, conheceríamos esse refúgio misterioso, que aos fiéis se assemelha a um santuário. Nessa ansiosa expectativa, o espírito dava formas deslumbrantes ao teatro da cena desejada, misto de pompa pagã, de pureza e simplicidade cristãs.

No dia seguinte, Leão XIII recebia o Sr. Campos Sales. Não houve, como algures se disse, a menor dificuldade acerca da precedência dessa visita. Sua Santidade apenas exige a primazia da visita dos chefes de Estado, cujas constituições consignam o privilégio da religião católica, pois todos devem render-lhe essa homenagem, antes de verem o soberano da Itália, que invadiu e ocupou a Cidade dos Papas. Nesse ponto tem sido intransigente. Chegando em um sábado pela manhã, o Sr. Campos Sales foi recebido pelo Santo Padre ao meio-dia da segunda-feira.

O encontro teve toda solenidade. Acompanhado do encarregado de negócios e de mim, desde a entrada do Vaticano começou o Presidente a receber honras tributadas aos chefes de Estado. Ali aguardavam-no os *bussolanti*, com as suas amplas vestes de seda roxa; no alto da escada clementina, estava Monsenhor Sambucetti, prelado introdutor dos embaixadores, que o seguiu através de várias salas, inclusive a do trono. Em todo esse trajeto, cerimônias de pragmática: os suíços com a vistosa farda, desenhada por Miguel Ângelo, de preto, amarelo e azul, a bater à sua passagem as pesadas alabardas; os criados de palácio, de calção e vestes encarnadas, enfileirados, a curvar a cabeça reverente; a guarda palatina, composta de mancebos vigorosos e esbeltos, cingidos por estreitos uniformes, a apresentar as carabinas em continência; a guarda nobre de oficiais, a erguer à altura do rosto as espadas desembainhadas. Chegávamos enfim a uma sala, onde se agrupavam arcebispos, bispos, monsenhores, padres de outras várias categorias. Sem demora, meio-dia em ponto, uma campainha elétrica soou; a porta de acesso ao gabinete particular do Papa abriu-se toda, automaticamente, deixando ver a face interna, forrada de seda carmesim; o prelado introdutor dos embaixado-

res ajoelhou-se, entrou e logo saiu, convidando o Sr. Campos Sales a passar à presença do Pontífice. Cerrou-se a porta. Vinte e cinco minutos depois, de novo a campainha retiniu e Monsenhor Sambucetti, que acudira ainda ao sinal de apelo, voltou para dar entrada ao encarregado de negócios e a mim.

No pequeno recinto, onde Sua Santidade nos recebeu, havia apenas uma secretária e algumas cadeiras. Da parede do fundo pendia uma imagem do Cristo crucificado. Vestido de branco, o Papa dava as costas à mesa de trabalho e tinha o Sr. Campos Sales sentado à sua direita. A pragmática exige que se façam três genuflexões até chegar junto a ele; mas Sua Santidade estende logo a mão aos visitantes, evitando-lhes o rigor da cerimônia.

Leão XIII recebeu o Presidente com um verdadeiro discurso, repassado de eloquência. Falou da fé católica no Brasil, da cordialidade das nossas relações com o Vaticano; aludiu aos serviços que a Igreja pode prestar aos países livres; encareceu as vantagens por ela conquistadas entre nós depois da Proclamação da República e terminou fazendo votos pela prosperidade do Brasil e pela felicidade pessoal do Sr. Campos Sales, a quem pediu que guardasse uma grande medalha de ouro, com a sua efígie, em lembrança dessa visita, tão grata à Santa Sé.

Disse-me o Sr. Campos Sales nunca haver recebido impressão tão profunda em sua vida. A aparatosa solenidade com que o conduziram até junto ao Pontífice preparara-lhe o espírito para o extraordinário efeito. Referiu-nos Monsenhor Sambucetti que, ao deixar o gabinete pontifical, o Imperador Guilherme se confessara tomado de igual comoção.

Quando a audiência terminou, Leão XIII ergueu-se lentamente da cadeira e acompanhou o Presidente até a porta. Todos os padres que se achavam na sala próxima ajoelharam. A figura do Papa tinha então alguma coisa de sobre-humano. Muito curvo, levantando a custo a cabeça de neve; a face cavada, de alvura cérea, quase diáfana; os olhos pequenos, a brilhar no fundo das órbitas, últimas cintilações da vida fugitiva; os braços abertos para semear bênçãos e equilibrar ao mesmo tempo o corpo oscilante, afastando nesse gesto a ampla murça, semelhante a duas asas distendidas; parecia uma grande águia branca, descida dos céus, símbolo de paz, gênio de amor sobre a terra.

O menos religioso de todos os homens ajoelhar-se voluntariamente diante desse ancião venerando. Despido de todo o poder temporal, ele iluminou o trono pontifício dos esplendores do seu engenho fascinante, deu-lhe a simpatia de todos os governos, a admiração de todos os povos. Sem nada ceder da pureza da fé católica, harmonizou a Igreja com as exigências da evolução humana, evitando pelo seu conselho clarividente que ela fosse um obstáculo ao livre exercício da consciência política das nações. Nos dias, os mais tristes da humanidade, o mundo volta-se para ele como os fiéis se voltam para o céu, e a sua bondade, a sua clemência, a sua sabedoria refletem-se na solução pacífica das contendas, como a luz benfazeja da concórdia universal.


Desde a entrada das tropas italianas em Roma os Papas consideraram-se prisioneiros no Vaticano. A tradição dessa política de resistência não foi abandonada por Leão XIII; mas no fundo do seu pensamento quase divino ele há de ter sentido que o poder do Santo Padre cresceu, ainda mais, com a perda da cidade eterna.

.....

XIII

EM PORTUGAL

RIO, abril de 1900

UANDO partimos de Paris no trem expresso, com destino a Portugal, já sabíamos que em Lisboa haviam planejado grandes festas para receber o Sr. Campos Sales e escolhido várias comissões para saudá-lo em caminho.

Após quase um dia e duas noites de viagem, chegávamos de madrugada à fronteira portuguesa. Dormíamos a sono solto, quando o chefe do trem me despertou. Uma comissão de cavalheiros portugueses tomara passagem na estação de Vilar Formoso e, não desejando despertar o Sr. Campos Sales, esperava fosse eu desde logo receber em seu nome as saudações que lhe vinha trazer. O mais depressa possível fui ao vagão que me indicaram, onde encontrei o lente da Universidade de Coimbra e ex-Ministro, Sr. Bernardino Machado, um negociante, um representante da maçonaria e repórteres das folhas de Lisboa. Todos vestiam casaca e um deles ostentava condecorações. Respondi-lhes que

dentro em pouco tempo o Sr. Campos Sales acordaria; ouvi as palavras de afeto que lhe destinavam e antecipei os respectivos agradecimentos.

O trem continuava a rodar e a parar em estações embandeiradas. Filarmônicas davam sinal de festins e alegria; o povo erguia vivas; o dia começava. Era impossível dormir.

Coimbra ficara atrás quando o Sr. Campos Sales apareceu aos portadores das boas vindas. Às primeiras horas da manhã chegávamos à estação de Santarém, onde nos aguardava muita gente vinda de Lisboa, o pessoal da Legação e do Consulado e também comissões de várias classes. Passamos para um trem especial e às dez horas entrávamos na capital.

Apenas o Sr. Campos Sales desceu à plataforma, a multidão cerrou-se em torno a ele. O ministro, o secretário, o cônsul e eu ficamos por acaso juntos e nos ligamos no meio daquela onda humana. Deixamo-la passar e a custo atingimos a rua, onde se organizava um préstito de carruagens. À frente estava um grande “landau”, puxado por cavalos garbosos e enfeitados; nele já se achavam o Sr. Campos Sales e a comissão do Comércio e da Indústria. O préstito partiu e atravessou as ruas entre filas de gente; a multidão levantava “vivas”; o entusiasmo redobrava; dos sobrados as damas atiravam flores, agitavam lenços. Lembrei-me então de ovações idênticas no Rio de Janeiro e perguntei assustado ao nosso cônsul se corríamos risco de um discurso ao ar livre atirado da sacada de um primeiro andar sobre a nossa cabeça descoberta, exposta ao sol ardente de agosto. Tranqüilizou-me o nosso patrício. De há muito se abandonara essa forma martirizante de glorificação, ainda usada pelos cariocas para experimentar a resignação dos seus heróis. Todavia, se a facúndia própria do nosso povo já não irrompe ao ar livre nas ruas de Lisboa, outro tanto não acontece entre as quatro paredes de uma sala.

As manifestações feitas desde então ao Sr. Campos Sales falavam-lhe ao coração mais que outras. Todas assemelhavam-se às realizadas entre nós em casos semelhantes e assim lembravam nossa terra distante. As comissões traziam mensagens escritas em pergaminho, guardadas em pastas de seda das cores nacionais, com fechos de prata e datas comemorativas; as meninas de colégios ofertavam ramos de flores artificiais, presos a fitas verde e amarelo, que se juntavam ao azul e branco, e nestas e naquelas inscreviam-se em letras douradas dedicatórias e dizeres alegóricos. Na sala onde se entregavam os mimos, diante dos poucos

que assistiam, o órgão dos manifestantes proferia um discurso alusivo ao ato.

Onde, porém, a eloquência portuguesa teve naqueles dias mais vasto campo foi no suntuoso banquete, oferecido ao Sr. Campos Sales no salão da Sociedade de Geografia. Tudo quanto Portugal possui de mais seleta estava representado: o Governo, o Parlamento, a Ciência, as Artes, as Letras, o Jornalismo, o Exército, a Marinha, o Comércio, a Indústria, a Lavoura. Seria difícil harmonizar a parcimônia da palavra com a grandeza do entusiasmo, a efusão dos corações. Antes que o Presidente agradecesse tão carinhosa hospitalidade e bebesse à prosperidade da nação portuguesa, à felicidade de El-Rei e da Rainha, já se haviam pronunciado onze discursos.

Na véspera, depois do jantar oferecido por Dom Carlos ao seu hóspede, no Paço das Necessidades, eu tivera anúncio das proporções desse torneio de palavra. Admirava em companhia do Conde de Arnoso uma bela marinha, pintada por El-Rei, representando o combate de uma fragata portuguesa com duas francesas à entrada do Rio de Janeiro, quando Sua Majestade se aproximou de nós e deteve-se a falar-me algum tempo. A conversa deslizou para o acolhimento feito ao Presidente e eu mostrei a semelhança das manifestações dos dois povos em idênticas conjunturas. Então, no tom de familiaridade com que os soberanos portugueses falam a toda a gente, disse-me o Rei: “Amanhã, na Sociedade de Geografia, é que vocês vão ver como nos parecemos. Hão de ouvir pelo menos uma dúzia de discursos.”

No correr do dia, em Cintra, eu tivera a impressão de passar nas ruas de Santa Teresa ou nas estradas da Tijuca. Subíramos cedo a pinturesca serra e, antes de chegarmos à casa do Sr. Salvador de Mendonça, nosso ministro, fizemos em sua companhia lindo passeio até Colares, vendo as grandes chácaras, onde, por largas alamedas sombrias, se vai ter às casas de morada, plantadas entre jardins e pomares.

Quando passávamos nas esquinas, lá estava, como aqui, à porta das vendas, o agrupamento dos curiosos, e subiam ao ar foguetes estrondosos.

Às quatro horas em ponto chegávamos ao Castelo da Pena e logo se anunciava à Rainha a presença do Presidente. Fomos então levados aonde Sua Majestade nos esperava. De pé, no extremo da sala, apareceu

sua imponente e dominadora figura. Alta, esbelta, muito branca; o rosto oval, ligeiramente róseo; os olhos castanhos-claros, rasgados e fulgentes; em todo o seu semblante, doce expressão de ternura. Imaginava-se terem sido assim as soberanas, que juntavam o poder à majestade da beleza e avassalaram povos e os lançaram nos furores da guerra. A Natureza foi-lhe pródiga dos dotes que completavam os prestígios da realeza. Toda pompa real casava-se com as suas graças e juntas envolviam-na em fascinadora auréola. Digna de ter nascido para ser rainha, diadema, manto, cetro, tudo se lhe ajustava.

Entretanto, só pela imponência do seu vulto faria pensar em soberanas de outras eras, cujos corações a razão de Estado endureceu. Pertencendo a uma dinastia deposta, educada na escola amarga do exílio, talvez nem afagasse nos sonhos da juventude a esperança de subir a um trono. Foi-lhe dado crescer no seio da civilização inglesa, e aquela atmosfera moral, formadora de caracteres, geradora da independência individual, deve ter-lhe impresso no espírito o traço da sua influência decisiva. Tão-somente as suas raras prendas de mulher atraíram o coração que desinteressadamente a escolheu. Ela não trazia à Casa de Bragança aliado algum; quando seu esposo fosse rei, outra coroa, em virtude desse enlace, não se ligaria à sorte da dinastia portuguesa.

Mas tudo quanto dela dependia, da sua personalidade, do seu valor próprio, logo produziu benéficos efeitos. Seus olhos voltaram-se para os infelizes; dos seus cuidados de mãe sobrou tempo para os tuberculosos, as crianças abandonadas e escrofulosas; sua iniciativa promoveu a criação de creches e hospitais. Não esqueceu a pobreza envergonhada, os que sofrem sem confessar em vir à rua pedir o pão à caridade. Viam-na às vezes em carruagem modesta, disfarçada na simplicidade dos trajés, parando em muitas portas, onde há fome e miséria que socorrer. De tudo isto resultou para ela simpatia e veneração irradiadas até o trono, um dia de seu filho. Todos falam a seu respeito com entusiasmo; é freqüente perguntar-se ao estrangeiro se já a viu, se lhe falou, se lhe admirou a beleza e a cultura do espírito.

Repetidamente ouvíramos essa apologia, que a simples presença da Rainha em parte confirmava. Feitas as apresentações de estilo, ela prendeu o Sr. Campos Sales, cerca de meia hora, em cativante conversa, apresentando-lhe os príncipes, indagando da sua viagem, dos resultados

obtidos em Londres para o crédito do Brasil, revelando conhecer a nossa situação e as relações de ordem financeira que ligam Portugal ao Brasil. O Presidente admirou-lhe a inteligência lúcida e sobretudo o senso prático e o conhecimento de negócios do Estado. Foram ela e Leão XIII, disse-me mais de uma vez, as personagens que maior impressão lhe deixaram nessa viagem.

Depois disso reuniu-nos a todos numa mesa posta no terrado do castelo e deu-nos a honra de merendarmos em sua companhia. Sua amabilidade chegava às maiores atenções, aos mais polidos cuidados. O panorama que dali desfrutávamos lembrava-nos as belezas descortinadas da Tijuca, donde os olhos descem da floresta ao mar longínquo. Sua Majestade pedia-nos informações novas e mostrava conhecer pormenores da nossa natureza.

A entrevista, que pela pragmática duraria apenas dez minutos, já consumira seis vezes esse tempo. Maior não poderia ser a bondade da Rainha. Para as cinco horas estava marcada a visita à Rainha-Mãe; entretanto, a esse tempo, ainda nos achávamos no Castelo da Pena. Em certo momento, conversando com o viador, Conde da Ribeira, aludi à espera em que se achava Dona Maria Pia. Ele respondeu-me com Camões: “Outro valor mais alto se levanta.” Quando Sua Majestade deu sinal da despedida o Sr. Campos Sales teria de voltar à sala onde deixara o chapéu. A Rainha, cuja mão já havíamos beijado, voltou-se então para o Príncipe Real e disse-lhe que o fosse buscar. A galante criança saiu a correr e voltou sorridente. O Presidente agradeceu-lhe o excepcional obséquio, dizendo estimar que um dia lhe pudesse prestar serviço inda maior.

Preso por tão lisonjeiras atenções, o Sr. Campos Sales deixou Lisboa a 8 de agosto. Seguindo a esteira do *Thames* em dezenas de vapores embandeirados, o povo em massa veio dizer-lhe adeus à foz do Tejo; e esse adeus, que tão saudoso e triste se tornou, era ainda ruidoso e espontâneo como as boas-vindas de poucos dias antes.

.....

Apêndice

BANQUETES E DISCURSOS

O

SR. Campos Sales partiu de São Paulo no trem noturno de 18 de abril de 1898. Em todas as estações onde o comboio parou, foi saudado por amigos que o esperavam.

Chegou à estação da E. F. Central no Rio de Janeiro, às 7 horas e 45 minutos do dia seguinte. Aí aguardavam-no representantes do Governo e grande número de pessoas qualificadas. No Grande Hotel, onde S. Ex^a se hospedou, houve lauto almoço, findo o qual o Sr. Amaro Cavalcanti, ministro da Justiça, brindou ao Presidente eleito e o Sr. Artur Rios, presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente da República.

O Sr. Campos Sales respondeu nestes termos:

“Senhores – Sou sumamente grato a estas manifestações dos meus ilustres e distintos amigos; elas fazem gravar no meu espírito o sentimento da alta responsabilidade que o voto da nação me preparou.

Não sei se o ilustre e distinto órgão dos meus amigos disse bem, quando afirmou que eu seria uma garantia para o futuro da nossa pátria.

Se por essa garantia se pode tomar a mais franca, a mais sincera, a mais firme lealdade na execução dos compromissos, posso dizer aos meus amigos que nesse caso eu sou uma garantia.

Mas eu penso que não basta somente que um dos poderes da República saiba querer, para se poder constituir um bom governo: é preciso que esta vontade seja por sua vez franca e lealmente apoiada por amigos dedicados, que saibam enfrentar as dificuldades e entrar resolutamente no caminho das soluções.

Acho que já vai muito longe o período dos adiamentos; é necessário, por consequência, resolver.

Há quem me atribua sentimentos de otimismo; entretanto, não sei se serei verdadeiramente um otimista. O que sou é um fervoroso crente nos grandes recursos e nas grandes riquezas de nosso país.

Acho que não é momento ainda para desalentos; acho que os recursos da nação estão absolutamente em ser: não é preciso mais do que pôr ordem nas coisas públicas e firmeza da direção para chegar-se a um resultado compatível com a aspiração de todos os brasileiros.

Não sou verdadeiramente um otimista; mas, o que é certo, é que ainda acredito muito, é que ainda tenho muita fé no bom senso nacional e no patriotismo dos brasileiros. Espero que se há de abrir espaço para a administração; este espaço há de se fazer no dia em que no seio do país se estabelecer a ordem. E a ordem pode provir ou do sentimento de patriotismo espontâneo de cada cidadão brasileiro, ou da vontade de agir da parte do governo.

Nestas condições, repito, não vejo motivos para desalento. O poder público, que se divide em diversas ramificações, há de inspirar-se nas necessidades públicas e restabelecer o acordo e a harmonia na sua ação ingente; nesse momento há de se administrar e governar, e no dia em que se administrar e governar teremos garantida a prosperidade nacional.

Bebo à saúde dos meus ilustres amigos.”

* * *

No dia 20, às duas horas da tarde, o Sr. Campos Sales embarcou no paquete *Thames*, da “Mala Real”. A bordo o Conde Antonelli,

ministro da Itália, disse-lhe que o Governo de S. M. o Rei Humberto nutria o desejo de receber a visita do futuro Presidente do Brasil.

Nas páginas atrás o leitor teve a descrição dessa viagem. Convém aqui consignar referência especial ao suntuoso banquete oferecido no dia 7 de junho ao Sr. Campos Sales no grande salão do Hotel Savoy, em Londres, sob a presidência do Sr. C. Johnston, diretor do London and Brazilian Bank, pelos comerciantes, banqueiros e diretores de companhias inglesas, que têm negócios no Brasil.

Feita a saúde de S. M. a Rainha Vitória pelo Sr. Johnston, foi depois por ele levantado o brinde ao Presidente da República do Brasil, nestes termos:

“Vou agora, meus senhores, propor-vos que me acompanheis no brinde ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Prudente de Moraes. Todos nos congratulamo-nos pelo fato de ter a saúde de S. Ex^a melhorado nestes últimos tempos a ponto de já não haver dúvida de poder S. Ex^a conservá-la em perfeito estado, não só durante o resto do período presidencial, em que tem servido ao seu país com tanta distinção, como por muito tempo além do termo da sua penosa tarefa. Todos nós nos regozijamos de ter o Presidente do Brasil, graças ao denodo e dedicação do pranteado Marechal Bittencourt, escapado às maquinações que armaram um braço assassino em novembro último.

Ao propor-vos este brinde, não posso, meus senhores, deixar de observar que as relações amistosas entre o Brasil e a Inglaterra remontam aos tempos coloniais, quando o território, que hoje constitui os Estados Unidos do Brasil, estava ligado à coroa de Portugal.

Não preciso recordar-vos que foi um navio britânico que transportou D. João VI de Lisboa ao Rio de Janeiro no ano de 1807, e que negociantes ingleses foram dos primeiros, se não foram realmente os primeiros, que se aproveitaram do decreto real pelo qual foi aberto ao comércio do mundo esse porto sem rival, o do Rio de Janeiro.³¹

O desenvolvimento comercial, desde então operado, diminuiu sem dúvida a grande preponderância que os comerciantes ingleses já

31 D. João VI, então Príncipe Regente, não foi transportado ao Brasil em navio inglês. Navios dessa nacionalidade comboiaram a esquadra portuguesa, onde vinha toda a Família Real.

desfrutaram no Brasil; mas, ainda assim, basta perpassar o olhar por esta sala, ao redor desta mesa, para convencer-nos de quanto ainda é britânica a grande massa do capital estrangeiro, empregado em indústrias no Brasil.

Para quem, como eu, tem a família ligada ao Brasil durante a maior parte deste século, a prosperidade desse grandioso país não poderá nunca ser objeto de indiferença, e por isto, com sentimentos da mais sincera simpatia e saudades da terra onde nasci, peço-vos que bebamos à saúde do seu Presidente, S. Ex^a o Sr. Prudente de Moraes.”

Depois de alguns minutos, o Presidente do banquete proferiu o seguinte discurso:

“Senhores, cabe-me agora o agradável dever de propor-vos o brinde desta noite à saúde do nosso hóspede, S. Ex^a o Sr. Manuel Ferraz de Campos Sales, Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil.

Quando soubemos haver da parte do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil a intenção de visitar Londres, os comerciantes anglo-brasileiros, aqui residentes, e os diretores dos bancos, estradas de ferro, companhias de navegação e outras empresas industriais relacionadas com aquele país pensaram que, ao dar a S. Ex^a as boas-vindas, como ora fazemos, teríamos excelente oportunidade de mostrar-lhe as simpatias de todos pelo Brasil, a nossa confiante esperança de que sob os seus auspícios a obra benéfica iniciada pelo Presidente, Sr. Prudente de Moraes, será não só continuada, porém mais amplamente desenvolvida, e que dias mais prósperos aguardam o Brasil.

Durante os últimos anos, o Brasil atravessou fases críticas e enfrentou dificuldades, não só políticas, mas também financeiras, que poriam em severa prova os recursos de qualquer país.

Penso, entretanto, que todos vós participais da minha esperança. Posso talvez exprimir a minha convicção de já haver passado para o Brasil a quadra das suas piores agitações políticas. Em todo caso, é de feliz augúrio para o futuro do país que um presidente civil e com os honrosos antecedentes do Sr. Campos Sales tenha sido eleito por tamanha maioria para suceder a esse outro eminente civil, atualmente na posse da cadeira presidencial. Esse fato constitui por si só uma segurança de podermos esperar a continuação de um governo regular, livre e constitucional. Assegurada a tranquilidade política, a obra da administração, relativa

às finanças do país, será grandemente melhorada, embora semelhante tarefa deva forçosamente ser difícil e requeira governo forte e severas economias.

Realizadas estas, o crédito do Brasil, outrora motivo de seu justo orgulho, há de tornar ao que já foi.

Em face de tais dificuldades, deve constituir grande satisfação, para todos os interessados nos negócios do Brasil, o fato de haver este escolhido um estadista da reputação do Sr. Campos Sales para seu presidente no próximo período.

S. Ex^a tem variado tirocínio político e ultimamente, como presidente do grande e progressista Estado de São Paulo, onde é muito estimado, deu provas de quanto se pode esperar dos seus talentos na posição mais elevada para que foi escolhido por seus compatriotas.

Depositamos por isso esperanças na administração de S. Ex^a, que imprimirá nova significação à divisa animadora do Brasil “Ordem e Progresso”.

Bebamos à saúde de S. Ex^a, desejando-lhe e ao seu país todas as prosperidades.”

Depois, o Sr. Campos Sales respondeu assim:

“Meus senhores. Devo exprimir antes de tudo o meu profundo desvanecimento, a minha mais íntima satisfação em presença das provas de apreço que vim encontrar neste poderoso centro de atividade financeira e de expansão da atividade humana.

Elas têm para mim um inestimável valor: o de serem em sua essência o reflexo dos sentimentos de simpatia que aqui encontra a minha pátria. Posso assegurar-vos, em nome dos meus compatriotas, a mais franca e leal retribuição.

Mas não é só o sentimento de simpatia que aqui se revela: é também (creio poder dizer) o da confiança, que adquire nova consistência e que mais se consolida nas relações dos dois povos, ligados por uma longa tradição de interesses consideráveis e relações que se fortificam e se perpetuam ao influxo desse espírito indefectível de lealdade recíproca que os tem dirigido.

Estou falando no grave momento que precede a responsabilidade do Governo. Caminho para o meu posto, cheio de esperança, certo

de que, por maiores que possam ser as dificuldades da ocasião (e eu não as dissimulo), encontrarei nas forças ativas do meu país e na dedicação patriótica dos meus concidadãos os meios de enfrentá-las com eficácia.

Julgo estar encerrada a fase de anormalidade que tem sido para todos os povos o pesado legado das grandes transformações políticas ou sociais. A República está fundada, e já agora é imperecível. O organismo institucional da nação está feito; e a aspiração reformista não agita mais os espíritos. O sentimento de respeito à autoridade e às leis se fortalece, e a disciplina aparece em todas as esferas.

Ao demais, nenhuma nuvem obscurece o horizonte da política internacional. Abre-se, portanto, o período de ordem, de paz e de tranquilidade que oferece espaço bastante para que aí se possa expandir livremente, sem obstáculos, a ação fecunda da administração.

Tendo de agir nesse meio, não sofro desalentos. O progresso das rendas públicas, secundado eficazmente por perseverante conduta de severas economias, é o caminho que o Governo da República há de seguir para tornar efetiva a dupla obra da valorização do meio circulante e da consolidação do crédito nacional, criando uma situação sólida e durável.

Um dos espíritos mais profundos da Inglaterra moderna, o célebre Buckle, referindo-se com admiração às grandezas de minha pátria, disse que ali a força de produção é tão ativa, os agentes naturais de riqueza tão fecundos, que a Natureza em sua luxuriante prodigalidade parece estar entregue a uma orgia perpétua. Este juízo de uma isenção absoluta e de uma competência indiscutível, mostra que os brasileiros podem, sem que isso cause estranheza, fundar as mais sólidas esperanças na força poderosa dos grandes agentes econômicos que constituem a riqueza de sua pátria.

Eu vos agradeço e bebo à vossa saúde.”³²

* * *

A indústria e o comércio franceses, também deram ao Sr. Campos Sales alta prova de apreço, oferecendo-lhe, a 23 de junho, no

32 Os três discursos acima foram transmitidos integralmente pelo telégrafo ao *Jornal do Comércio*, que os publicou, com a notícia do banquete, no dia 8 de julho.

imenso salão do Hotel Continental, em Paris, um banquete seguido de brilhante sarau artístico, no qual tomaram parte atores do Teatro Francês e cantores da Ópera.

O primeiro discurso pronunciado foi o do ministro do Comércio, que se exprimiu nestes termos:

“É para mim grande alegria e grande honra, no momento de deixar o poder, saudar o Presidente de uma nação amiga. Vossa raça é nossa aliada pelo sangue. Não podemos, pois, ter ciúmes do vosso bom êxito, do êxito do vosso comércio, cuja importação excede de quinze milhões à nossa exportação. Algumas dificuldades, hoje esquecidas, levantaram-se entre o Brasil e a França. Relembro-as apenas por ter a honra de haver pertencido ao governo, que dissipou as últimas dúvidas então existentes entre os dois países, formados para se compreenderem. Em nome da França, bebo ao Brasil amigo, ao seu Presidente atual, o Sr. Prudente de Moraes, ao seu Presidente eleito, o Sr. Campos Sales.”³³

Depois, falou o Sr. Expert-Besançon, presidente da comissão organizadora da festa:

“Sr. Presidente. – O mundo comercial e industrial soube com grande satisfação da chegada à França do futuro Presidente dos Estados Unidos do Brasil.

Desde logo os comerciantes e industriais preocuparam-se de receber-vos dignamente, de testemunhar-vos as suas simpatias.

Na véspera da partida de V. Ex^a para a Inglaterra, um dos iniciadores desta reunião tinha a honra de ser recebido por V. Ex^a e pedia-lhe se dignasse de aceitar uma festa organizada em sua honra. V. Ex^a teve a bondade de responder favoravelmente.

Os presidentes dos grandes grupos do comércio e da indústria apressaram-se em trazer seu concurso a esta manifestação e sentem-se felizes de apresentar a V. Ex^a as homenagens de todas as notabilidades do comércio e da indústria, que aqui se acham reunidas. São os eleitos dos seus pares, aos quais se juntam em grande número chefes de casas com filiais no Brasil.

33 Referência à questão de limites com a Guiana Francesa e subsequente arbitramento para resolvê-la.

Os representantes dos nossos maiores estabelecimentos financeiros tomam parte na festa dada pelo comércio, indústria e finanças, aos quais se quiseram associar vossos compatriotas residentes em Paris ou aqui de passagem. Muito nos alegrou a idéia de juntarem-se a nós os vossos compatriotas. Brasileiros e franceses colaboraram durante três anos na exposição de 1889 e esse trabalho em comum permitiu aos franceses conhecerem e, por conseguinte, apreciarem e estimarem os brasileiros.

Sr. Presidente. O acolhimento que dispensastes aos delegados de nossa comissão, a simpatia que lhes testemunhou o honrado ministro do Brasil, o Sr. Gabriel Pisa, o concurso de numerosos amigos presentes a esta reunião permitem-nos receber-vos, não tão brilhantemente como desejaríamos, mas dignamente, cercado de vossos distintos compatriotas, o Sr. Rosa e Silva, vice-presidente eleito da República do Brasil, ministros e governadores.

Exprimimos nossos vivos agradecimentos a todos os que nos fizeram a honra de aceitar nossos convites, e particularmente aos representantes do Governo francês, os Srs. Hannotaux e Boucher.

Sr. Presidente. Vós consignastes em um livro escrito depois de vossa precedente viagem à França os sentimentos de simpatia que vos inspirou o nosso país, e agora, escolhendo-o como residência durante a vossa curta demora na Europa, dais-nos novo testemunho, ainda mais lisonjeiro, da vossa afeição.

Nós vos agradecemos vivamente. Felicítamos vossos compatriotas, que, ao elevar-vos à presidência da República, elegeram o jurista eminente, o cidadão reputado por seu culto à justiça. Esta eleição honra o povo brasileiro e inspira a maior confiança às outras nações.

Sr. Presidente. Os negociantes e industriais não fazem política; só têm um desiderato, é o de ver aumentarem os seus negócios, as suas transações; ambicionam ver o Brasil tornar-se um dos maiores consumidores dos artigos que fabricamos, vê-lo adotar os principais objetos da nossa produção. Desejamos também ver a França comprar muito o Brasil.

Os negociantes e industriais sentem-se felizes do acordo feito entre os nossos dois países, a respeito de uma questão pendente há três séculos, a do território contestado.

A decisão de submetê-la ao arbitramento do Presidente da Confederação Suíça põe termo a certas divergências de opiniões e só pode estreitar as relações cordiais entre ambos, por conseguinte, aumentar e desenvolver as boas relações comerciais e a troca de produtos.

Temos o prazer de ver nesta mesa os comissários dos nossos dois Governos.

Do lado do Brasil o Sr. Barão do Rio Branco, verdadeiro especialista, que já foi delegado de vosso país junto ao Presidente dos Estados Unidos, na questão do Território das Missões, e do lado da França, o Sr. Marquês de Ripert-Monclar, Ministro Plenipotenciário, outro especialista, pelas longas permanências que teve no Brasil e na América do Sul em geral.

Sr. Presidente. Quando entrardes em vossas funções de primeiro magistrado do Brasil lembrar-vos-eis, por certo, da simpatia que vos tributa um povo amigo. Não esqueceréis o nosso desejo de alargar as nossas relações de amizade pela troca das nossas obras artísticas e literárias, dos nossos produtos de toda espécie; pela organização de empresas industriais e financeiras. Por vosso lado, continuareis a dar-nos provas da vossa amizade.

Faço um brinde ao futuro do Brasil, à sua prosperidade. Levanto meu copo em nome de todos os amigos de vosso país. E ergo meu copo em honra e à saúde do Ex^{mo} Sr. Campos Sales, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.”

O Sr. Campos Sales agradeceu com estas palavras:

“Meus senhores. Agradeço profundamente as provas de estima que me dais e as palavras de simpatia que acabais de pronunciar.

Agradeço-vos por mim e em nome do meu país. É, com efeito, a ele que se dirigem as manifestações de confiança e simpatia, que se erguem aqui de todos os corações e se acham em todos os lábios. Ele saberá correspondê-las com a mais alta correção.

Nossa jovem República tem pago o tributo da sua idade e do seu ardor; mas agora precisamos entrar definitivamente no caminho desembaraçado da vida política e financeira. Precisamos ter paz e fazer economia. Paz, temo-la perfeita no interior do país e nas suas relações com as potências estrangeiras. Economia, tem feito o Governo atual e

eu a farei também com a maior energia e severidade. O equilíbrio orçamentário, o resgate e a valorização do papel-moeda, cremos sinceramente, serão os primeiros resultados dessa política.

Nós conhecemos, senhores, os frutos da política calcada nessas bases; sabemos o que vale a paz que tivemos em longos anos, testemunho eloqüente do espírito de ordem e das tendências conservadoras da nação brasileira. Conhecemo-los também pelo vosso exemplo. Da horrível catástrofe do ano terrível vos erguestes de modo surpreendente pela paz, pelo trabalho, pela economia. Vossa riqueza e vossa prosperidade atuais são o resultado e a justa recompensa da vossa circunspeção.

Eis, senhores, o caminho que nos é indicado pela experiência do passado. Nós o seguiremos com resolução e coragem. Contamos, além disso, com a vossa estima e confiança no futuro do nosso país, que será feliz de manter sempre com o vosso os laços da mais sincera amizade.

Fazendo votos pela felicidade do vosso Governo e pela vossa própria, bebo ao comércio e à indústria franceses e à prosperidade da França.”

* * *

O Sr. Campos Sales regressou ao Rio no dia 22 de agosto à tarde. Em sua passagem pelo Recife e Bahia fizeram-lhe manifestações de apreço. Nas duas capitais os governadores dos respectivos Estados, Srs. Correia de Araújo e Luís Viana, ofereceram-lhe almoços, em que se trocaram brindes políticos.

O desembarque no Rio foi efetuado diante de enorme multidão, que aplaudiu vivamente o recém-chegado. Nos dias seguintes foram-lhe dadas grandes provas de estima, que terminaram por um baile no salão do Cassino Fluminense.

No dia 28, o Partido Republicano do Distrito Federal ofereceu-lhe um almoço, no qual S. Ex^a pronunciou o seguinte discurso, em resposta ao do Dr. Barata Ribeiro:

“Meus senhores. O digno órgão dos meus amigos, que prepararam esta manifestação, disse que se abre uma nova era para o nosso país. Estou convencido de que o meu ilustre amigo fez uma profecia que está justamente baseada nos acontecimentos. Quando pisei a terra brasileira

ao regressar do estrangeiro, ao receber as suas primeiras manifestações, direi sem orgulho, mas com enorme, profunda e sincera gratidão, pareceu-me ver que um movimento da opinião se operava no sentido de estabelecer uma nova era, que começou inteiramente favorável aos grandes interesses da nossa pátria, e, abstraindo da causa do governo futuro, quis ver nesse movimento, que começava a operar-se, uma convergência de esforços e de boa vontade pelo interesse público.

É certo, como disse o nosso amigo, que a presença do futuro representante do Governo da República brasileira impressionou de um modo favorável, para o nosso país, o estrangeiro que, aliás, acompanha os nossos acontecimentos e observa os nossos menores movimentos com verdadeiro e real interesse.

Nós não temos adversários, não temos inimigos no estrangeiro; ao contrário, temos no estrangeiro uma opinião que se levanta, aspirando e ambicionando, como nós próprios, que o progresso do nosso país se possa acentuar de modo a garantir as vantagens que ela ambiciona nesta reciprocidade enorme de interesses, que é real, que se não pode desconhecer.

Essa viagem, portanto, não foi de simples recreio, mas serviu também e essencialmente para se contraírem enormes e graves obrigações que precisam ser realizadas, e realizadas escrupulosamente; e a maneira única de corresponder às esperanças que se levantaram e de tornar efetivos rapidamente os compromissos de ordem moral, que então foram contraídos, é oferecer bases sólidas ao Governo que tem a missão de desempenhar-se de ajustes de tão alta valia.

É debaixo deste ponto de vista que acolho com todo o reconhecimento todas as manifestações que venho encontrar da parte dos meus concidadãos.

Essas manifestações constituem também, agora e para o futuro, expressivas promessas, e aqueles que aplaudiram a conduta do seu eleito no estrangeiro têm o dever rigoroso e imprescindível de prestar-lhe apoio, para que os compromissos que ali foram firmados sejam religiosamente satisfeitos. Espero que esse apoio não falte, porque, quando se anuncia que uma nova era se vai abrir, é preciso que os fatos venham atestar que se firmou uma situação sólida e duradoura.

É disto que carecemos, é disto que carece a República.

Portanto, agradecendo a manifestação que tomo sob este aspecto e à qual não dou senão esta significação, saúdo aos meus amigos que me distinguem com a sua simpatia e desvanecedora estima.”

* * *

Em 31 de agosto realizou-se no salão do Cassino um banquete de duzentos talheres, oferecido ao futuro presidente pelo Partido Republicano. O Sr. Artur Rios, presidente da Câmara dos Deputados, brindou ao chefe do Estado e o Sr. Senador Porciúncula saudou ao Sr. Campos Sales, que respondeu assim:

“Meus senhores. Não tenho outro desejo além de dizer-vos o que sinto.

Agradeço tão sinceramente esta manifestação, que me vem dos meus correligionários políticos, quanto me confesso tocado em presença dos sinais de estima e confiança que tenho recebido de toda a parte ao regressar do estrangeiro.

Como homem político, sou homem de partido. Compreendo a eficácia destes ao serviço dos governos e das idéias. Já defini com precisão e clareza como compreendo o partido na sua função política e nas suas relações com o chefe da nação, neste regime. Repetirei agora o que disse antes do pleito de 19 de março.

A suprema preocupação de um partido que se constitui com intuítos legítimos é o interesse nacional. Estou convencido de que é aí que se concentram todas as aspirações sugeridas pelo patriotismo dos meus correligionários. Neste terreno ficará para sempre firmado o pacto da mais perfeita solidariedade. Não é necessário, portanto, dizer que o Governo será inflexível na resistência a todas as solicitações que se achem em antagonismo com o interesse público. O apoio benéfico que não esteriliza, mas fecunda a ação administrativa, é o que não suscita e antes concorre para que sejam dominados os obstáculos que possam ser gerados pelas circunstâncias. É esse o apoio que eu espero dos que têm patriotismo e boa vontade.

Antes de partir, eu disse que não era um desanimado. De volta, declaro que sou um esperançado. O que vi e observei nos círculos financeiros da Europa, não por efeito de observação superficial, que pudesse

ser ilusória, mas pela troca de idéias no terreno positivo dos interesses, dá-me grande coragem para o desempenho da minha missão. É evidente que se forma uma forte corrente de simpatia e que a confiança se estabelece em justa homenagem à honrabilidade do Governo brasileiro.

É minha convicção que com o acordo realizado em Londres o Governo atual entrega ao Governo futuro a chave do problema financeiro. Esta é também a convicção daqueles cujos altos interesses se acharam aí empenhados.

Digam o que quiserem os pessimistas: a solução do problema financeiro está lançada e há de ser conduzida ao seu termo com êxito seguro.

Mas, é isto que cumpre não perder de vista, essa transação criou uma situação anormal nas relações com os credores da República; e por ser anormal é indispensável que seja transitória. A nossa própria honra reclama a pronta volta ao regime comum entre credores e devedores. Para isto bastam duas coisas: cumprir lealmente os compromissos contraídos e tirar sabiamente proveito das vantagens concedidas.

Tomei uma parte direta nestes compromissos, empenhando na sua honesta execução a responsabilidade do meu próprio Governo. Não faltarei aqui à promessa feita no estrangeiro.

A República, disse eu, precisa de economia e de paz. Pois bem; o meu Governo fará economias e garantirá a paz.

Tal é, senhores, a missão que se impõe aos esforços dos brasileiros, para glória da República e honra do nosso nome.”

P.S. – É preciso acrescentar à nota da pág. 119 que as negociações acerca da Ilha da Trindade, em caminho de chegarem a termo, eram relativas a um acordo direto. Malogradas, o Governo inglês propôs arbitramento, recusado pelo Governo brasileiro.

O Presidente Campos Sales na Europa,
de Tobias Monteiro, foi composto em Garamond,
corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85/m²,
nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração
e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.
Acabou-se de imprimir em abril de 2005, de acordo
com o programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal.